



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**MORALIDADE E ADOLESCÊNCIA: REGRAS, PROJETOS DE VIDA E
DEPENDÊNCIA QUÍMICA**

JANINE MARINHO DAGNONI NEIVA

Vitória

2013

JANINE MARINHO DAGNONI NEIVA

**MORALIDADE E ADOLESCÊNCIA: REGRAS, PROJETOS DE VIDA E
DEPENDÊNCIA QUÍMICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), como requisito parcial ao título de Doutorado.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Rogério Meira Menandro, do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFES (PPGP).

Co-orientadora: Heloisa Moulin de Alencar, do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFES (PPGP).

UFES

Vitória, Dezembro de 2013

N417m Neiva, Janine Marinho Dagnoni, 1978-
Moralidade e adolescência : regras, projetos de vida e dependência química / Janine Marinho Dagnoni Neiva. – 2013. 246 f.

Orientador: Paulo Rogério Meira Menandro.

Coorientador: Heloisa Moulin de Alencar.

Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Adolescência. 2. Normas sociais. 3. Adolescentes - Uso de drogas.. 4. Juízo moral. I. Menandro, Paulo Rogério Meira. II. Alencar, Heloisa Moulin de. III. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. IV. Título.

CDU: 159.9

**MORALIDADE E ADOLESCÊNCIA: REGRAS, PROJETOS DE VIDA E
DEPENDÊNCIA QUÍMICA**

Janine Marinho Dagnoni Neiva

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Psicologia.

Aprovada em ____, de _____, de ____, por:

Prof. Dr. Paulo Rogério Meira Menandro (Orientador)

Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo

Assinatura: _____

Prof. Dr. Sávio Silveira de Queiroz

Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo

Assinatura: _____

Prof. Dr. Luiz Gustavo Silva Souza

Instituição: Universidade Federal Fluminense

Assinatura: _____

Profa. Dra. Kirlla Cristhine Almeida Dornelas

Instituição: MULTIVIX

Assinatura: _____

Profa. Dra. Alline Nunes Andrade

Instituição: CECAP-DF

Assinatura : _____

DEDICATÓRIA

Dedico esta Tese à minha família, pois, sem ela eu não seria ninguém. Em especial, à minha mãe que me ensinou o valor da educação, ao meu pai, pelo incentivo, ao meu marido pelo seu apoio e amor e ao meu filho por me ensinar o que são verdadeiramente valores na vida.

EPIGRAFE

“Concedei-me, Senhor, serenidade necessária para aceitar as coisas que não posso mudar; coragem, para mudar as que posso e sabedoria, para saber a diferença.”

(Oração da serenidade)

AGRADECIMENTOS

Se fosse possível agradecer a todos e tudo que contribuiu para que eu estivesse aqui, certamente eu o faria. No entanto, não existem palavras capazes de conter toda gratidão que tenho por todos aqueles que fizeram parte deste processo comigo e por mim. Caso nomes me faltem neste momento final cheio de emoções difusas, peço desculpas, mas, saibam que todos os encontros que fizeram parte desta conquista foram verdadeiros e significativos e contribuíram muito. Se ao ler este trabalho lembrar-se da ajuda dada, sintam-se agradecidos, do fundo do meu coração. Mas, enquanto alguns nomes me vêm à mente, agradecerei pessoalmente.

Começo por meus pais, pois, sem eles eu não estaria aqui. À minha mãe, em especial por ter me ensinado a importância dos estudos na vida das pessoas, ainda mais daqueles que não nasceram em berço de ouro, como é nosso caso. Com ela aprendi a amar os livros e a educação, com seu exemplo de educadora, inclusive. E mais, que a vida dá voltas e que as surpresas, mesmo que inicialmente ruins, nos levam a caminhos e padrões de relação muito melhores que os anteriores. Sou muito feliz e orgulhosa por ser sua filha. Ao meu pai pelo apoio constante em momentos difíceis e por ter me mostrado como os estudos podem mudar o rumo da vida de alguém, em qualquer fase da vida e como se abrir à mudança traz benefícios a nossa vida e a de todos ao nosso redor. Obrigada pelo incentivo e carinho de sempre, amo vocês!

Ao meu marido, que sem ele talvez eu tivesse demorado mais a tomar esta decisão de cursar o doutorado. Pela compreensão das ausências e da falta de paciência gerada pelo excesso de trabalho e falta/excesso de sono. Ele sempre perto e me deixando à vontade para seguir em

frente e me acompanhando para as supervisões bem de perto depois que nosso bebê nasceu. Te amo muito. Ao nosso bebê peço desculpas pela ausência decorrente das preocupações com o cumprimento dos prazos, duas vezes prorrogados, e pelas tardes em que tive que ficar longe de você para dar conta de terminar este trabalho e espero ter conseguido lhe recompensar com qualidade de carinho e presença nos outros momentos em que estive com você. Saiba que você foi minha maior motivação para concluir este processo, na esperança de poder te dar um pouquinho mais de qualidade de vida a longo prazo.

Aos meus irmãos pela força e por demonstrarem sempre acreditar em mim e no meu potencial, essa base segura foi de grande importância para mim. Em algumas falas de vocês cheguei a pensar que vocês acreditassem mais em mim que eu mesma.

À tia Maria, que foi um exemplo de vida constante para mim, que me ajudou a me “civilizar” e me abriu as portas para o estudo da dependência química e muito do que sei aprendi com você! Obrigada por tudo.

À minha sogra e à minha cunhada, que mesmo de longe sempre me apoiaram e souberam compreender meus maus momentos em função do estresse gerado pela sobrecarga de trabalho e por demonstrarem carinho e confiança no meu potencial ao longo deste período.

Ainda falando da família, quero agradecer à tia Gracinha, por todo apoio, em especial me emprestando o apartamento em Vila Velha para que eu pudesse ficar longos períodos sem muitos custos para estudar e fazer supervisão. E a minha prima Dani que em momentos difíceis foi um ouvido atento e ainda me ajudou a cuidar de Heitor quando o prazo estava quase chegando ao fim.

Sobre o apoio logístico para estar em Vitória, respeitando minhas condições financeiras, não poderia me esquecer de minha amiga de faculdade Letícia. Você atendeu prontamente meu

pedido, mesmo tantos anos depois da faculdade e abriu as portas da sua casa, cheia de carinhos e conforto da sua família para que eu pudesse me hospedar nas primeiras vezes que estive em Vitória. À sua mãe, Vania, minha eterna gratidão ao acolhimento e às propostas de trabalho conjunto, que a mim foram motivo de honra em função de acreditar em meu trabalho, mas, que, por sobrecarga e distância infelizmente, ainda, não puderam se concretizar. Obrigada às duas!

Depois ainda tive o apoio da Zeca, que também me acolheu em sua casa por vários dias, até coisas minhas lá eu deixava, passei um semestre, semanalmente ficando dias em sua casa, alterando sua rotina e tumultuando seu dia-a-dia. Muito obrigada por permitir isto. Sem seu acolhimento, teria sido muito mais difícil. Cabe lembrar aqui, o carinho do Tiago, que esteve sempre por perto fazendo sentir mais aconchego.

Muitos professores passaram pelo meu caminho e me mostraram a Psicologia do Desenvolvimento por um novo ângulo. Já na seleção fui questionada de uma forma, que demorei quase o tempo do doutorado inteiro para entender a base daqueles questionamentos, enfim entendi o que queriam dizer com a importância de não misturar as influências teóricas de uma forma acrítica e sem manter uma linha de raciocínio que tivesse uma visão de homem segura dando-lhe sustento. Não que eu tenha parado de misturar um pouco as coisas, acho que precisarei de mais alguns anos para conseguir me posicionar definitivamente, mas, compreendo e respeito esse norte que guia minhas buscas atualmente. De maneira especial agradeço ao Professor Sávio e à Professora Cláudia Broetto que estiveram presentes na minha qualificação e colaboraram muito com o trabalho.

Em especial, ainda, agradeço aos Professores orientadores Paulo Menandro e Heloisa Moulin. Ao Paulo por ter me aberto as portas e me aceito como orientanda, lhe serei eternamente

grata. Ainda por ter compreendido meu tempo, meus diversos fazeres ao mesmo tempo e minha necessidade de adiamento de prazos. Agradeço-lhe também de maneira muito calorosa pelo carinho que teve com bebê ao colocá-lo e embalá-lo em seu colo em momentos de supervisão, mesmo que fossem em dias de festa de família e fins de semana. E mais, por ter compreendido minhas pretensões teóricas e ter apostado no meu trabalho, me dado voto de confiança e ter permitido, com suas colocações precisas e de fato orientadoras, esclarecer pontos fundamentais sem me agredir os sonhos. À Heloisa, nem sei o que dizer de sua disponibilidade, de sua atenção, de seu jeito carinhoso de orientar e mostrar o caminho, abrindo as portas da sua casa, disponibilizando gratuitamente seu tempo e saber por anos construído. Disponibilizando também fins de semana, dias inteiros e noites que poderiam ser curtidos em família para atender às necessidades daquela que vinha de tão longe! Fora a construção da base teórica do trabalho, sem suas orientações eu teria perdido muito da qualidade teórica e de análise dos dados. Obrigada por tudo!

Neste momento me lembro da Profa. Cristina Menandro, que além de ter sido a coordenadora do programa, por praticamente todo período que estive no PPGP/UFES, também teve que ser muito compreensiva com os horários e datas de supervisão, pelo fato de eu ter que viajar muitos quilômetros para ir a Vitória e querer aproveitar para fazer de tudo um pouco e para tanto, precisou se privar da presença do Paulo para que minhas supervisões fossem viabilizadas. Obrigada!

Nos momentos finais, Edinete esteve na coordenação do Programa, mas, compartilhando a sala com Paulo, me deu várias dicas durante o processo quando eu estava por lá, sempre com aquele sorriso gostoso no rosto.

Não tenho palavras para agradecer à nossa eterna secretária Lúcia. Com a distância que eu estava do programa, ela sempre lá disponível, pelo telefone ou presencialmente respondendo aos meus questionamentos esbaforidos e ansiosos. Com palavras de carinho e precisa nas informações que me facilitaram chegar até o final, apesar dos atropelos, com êxito. Obrigada! Estendo este agradecimento à Camila, que na secretaria também esteve disponível para me auxiliar nas questões práticas.

Foram muitos outros amigos neste percurso e gostaria de agradecer a alguns deles de maneira especial em nome de todos os outros. À Flávia, que fez minha estada em Vitória parecer familiar, me apresentou sua família e me acolheu como uma irmã. Nem parecia que eu estava tão longe de casa. Nossas conversas foram fundamentais. Na verdade, ainda são, não é mesmo, pois, a amizade continua. Sua ida ao meu casamento foi só a confirmação de como a nossa amizade iria bem além dos limites da UFES. Valeu!

À Andrea Nascimento que foi minha presença em vários momentos de matrícula, quando não pude estar presente e apoio, inclusive virtual, nos momentos de desespero quando achei que não iria conseguir terminar. Obrigada pela força e incentivo. Carolina Brito também se disponibilizou para fazer minha matrícula nos momentos finais da gestação, sem nem me conhecer tanto, foi muito importante isso.

À Alice Melo Pessoti, que nos momentos finais da minha gravidez e do doutorado, me deu caronas fundamentais, tornando Vila Velha e Vitória bem mais perto uma da outra e o peso da barriga ficou bem menor. Além das conversas agradáveis e apoio pelos caminhos e encontros a fora.

Juliana Donadello também me acolheu em sua casa e me fez sentir mais acolhida estando fora de casa, foi muito bom ter estado com você durante o trajeto percorrido.

Três amigas, que juntas formamos um quarteto fantástico, foram presença marcante, de apoio, carinho, colo, cafés, chás, jantares, colinho para Heitor e ouvidos para extravasar lamúrias e estar mais leve para estudar com a cabeça fresca. Sem vocês teria sido insuportável! Obrigada Jacy, Aninha e Sil!!!! Amo vocês. E a Jacy ainda leu textos e como uma boa educadora em Letras me deu boas dicas na hora das publicações.

À minha secreta Lúcia, que cuidou tão bem da minha casa, de mim e do bebê durante praticamente todo o tempo, meu muito obrigada. A segurança que me deu, me auxiliando a encontrar bons recursos nos momentos de suas ausências (Obrigada, Léia e Liliane), foi fundamental para que eu tivesse tranquilidade para conseguir finalizar o trabalho.

Quanto à tradução do meu resumo, algumas pessoas foram fundamentais, as quais quero agradecer de coração, Miriam, Tina, Suely e Jeanne. E à Luciana Audi e Ivana que me deram acesso a vocês.

Todos vocês foram fundamentais para tornar meu sonho possível e a conquista viável! Meu eterno obrigada.

Dagnoni-Neiva, J.M. *Moralidade e Adolescência: regras, projetos de vida e dependência química*. Vitória, 2013, 246 p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo.

RESUMO

A adolescência é considerada a fase da vida caracterizada por vulnerabilidades e oportunidades de desenvolvimento. O presente estudo objetivou estudar essa fase buscando investigar concepções e juízos dos participantes, a respeito de regras, projetos de vida e dependência química, a fim de encontrar fatores com eles relacionados que pudessem sugerir desafios e oportunidades para o desenvolvimento saudável de adolescentes. Participaram cinco díades compostas por um jovem adolescente usuário de substâncias psicoativas, participante de atividades de um CAPS/ad, e por um irmão dele, não usuário, com diferença de idade de até 5 anos. Cada participante se submeteu a entrevista individual para investigar concepções e juízos, em três fases: a primeira objetivou conhecê-los a respeito de regras presentes no contexto familiar e de amizades apresentadas pelos participantes; a segunda, a respeito de seus projetos de vida e a terceira, sobre a problemática da dependência química. Os dados foram analisados descritivamente com indicação da incidência de respostas. Foram organizados em categorias, por sua vez agrupados em blocos temáticos quando isso contribuísse com a análise. Os resultados relativos ao primeiro tema mostram diferenças entre os contextos, como a presença marcante da autoridade micro sistêmica no contexto familiar, para os usuários, como formuladora de regras de controle, enquanto para os não usuários essas regras resultariam de acordo mútuo a favor da convivência marcada por relações recíprocas. Os não usuários destacam sua percepção de regras mais flexíveis e ausência de autoridade reguladora na amizade, o que leva a maior liberdade, em tal contexto, para expressão de si e de suas vontades. Os resultados indicam que os usuários de drogas estejam em nível mais heterônomo de consciência das regras que seus irmãos não usuários. Resultados referentes ao segundo tema mostraram que os projetos de vida dos usuários são egocentrados, enquanto alguns não usuários relataram projetos baseados em princípios da ética. Usuários mostraram ter dificuldade para elaborar estratégias eficientes para alcançar seus projetos, revelando-se dependentes de fatores sobre os quais não têm controle, o que evidencia heteronomia. Resultados referentes ao terceiro tema mostram que não usuários referem-se ao usuário identificando-o com clareza como dependente químico, enquanto usuários revelaram ambivalência quanto à concepção de si mesmos como dependentes, identificando fatores externos como responsáveis por sua condição, esquivando-se de responsabilidade, com prejuízo para o prognóstico. Considerando a articulação entre os três temas, é possível dizer que usuários de drogas mostraram menor autonomia e não utilizam autorregulação intencional com direcionamento sustentável ao estabelecerem seus projetos de vida e buscarem estratégias para alcançá-los. Isso os deixa vulneráveis e favorece o aumento da manifestação de comportamentos indesejáveis. A necessidade de estímulo a práticas adolescentes que favoreçam o desenvolvimento da autonomia, a assunção de responsabilidades e as escolhas associadas a oportunidades de desenvolvimento saudável são evidenciadas pelos dados obtidos.

Palavras-chave: Adolescência. Juízo moral. Regras. Projeto de vida. Dependência química.

Instituição financiadora: Capes.

Dagnoni-Neiva, J.M. *Morality and Adolescence: rules, projects for life and chemical dependence*. Vitória, 2013, p. 246. PhD Thesis. Program of Postgraduation in Psychology, Espírito Santo Federal University.

ABSTRACT

Adolescence is considered a stage of life characterized by vulnerabilities and opportunities for development. This study dealt with this phase aiming to investigate conceptions and judgments of the participants, related to rules, projects of life and chemical dependence to discover factors connected with them to suggest challenges and opportunities for the healthy development of teenagers. Five dyads took part. They were composed by a young/teenager user of psychoactive substances, a participant in CAPS/ad (Psycho-Social Attention Center/addicted) activities, and his brother, not addicted, with up to five years age difference. Each participant was submitted to an individual interview to investigate his/her conceptions and awareness, in three phases: the first aimed to know him/her about rules present in the familiar and friendship context presented by the participants. The second had the objective to know their projects of life and the third, to understand their problems originated from their chemical dependence. The data were analyzed descriptively indicating the responses incidence. They were organized into categories, grouped into thematic blocks when it contributed to the analysis. The results regarding to the first theme show differences among the contexts, as the strong presence of “micro-systemic” authority within the familiar context, for the users, as developers of control rules, whereas for nonusers these rules would result in a mutual agreement on behalf of the coexistence marked by reciprocal relations. Non users highlight their perception of more flexible rules and lack of regulatory authority in the friendship, which leads to greater freedom in such a context, to express themselves and their desires. The results indicate that drug addicts are in a more heteronomous level of consciousness of the rules than their nonusers brothers. The results for the second theme showed that the life projects of the users are egocentered, while some of the nonusers reported projects based on Ethic principles. The users felt difficult to develop efficient strategies to achieve their projects, revealing themselves as dependent on factors over which they have no control, which proves heteronomy. The results of the third theme, show that nonusers mention the users clearly, identifying them as chemically dependent, while users revealed ambivalence about the self-conception as chemically dependent, identifying external factors as responsible for their condition, dodging their responsibility, with loss for the prognosis. Considering the relationship among the three topics, it is possible to say that drug users showed less autonomy and do not use intentional self-regulation with sustainable direction, establishing their projects of life and seeking strategies to achieve them. This makes them vulnerable and promotes increased expression of undesirable behaviors. The necessity of stimulation of teenager practices to foster the development of autonomy, the assumption of responsibilities and choices associated to opportunities for healthy development are evidenced by the obtained data.

Keywords: Adolescence. Moral judgment. Rules. Project of Life. Chemical dependency.

Funding Institution: Capes.

Dagnoni-Neiva, J.M. *Moralité et Adolescence: règles, Proposition de vie et dépendance chimique*. Vitória, 2013, p. 246. Thèse de doctorat. Programme de Troisième Cycle de Psychologie, Université Federal de Espírito Santo.

RÉSUMÉ

L'adolescence est une période de la vie caractérisée par des vulnérabilités et des opportunités de développement. Dans cette étude il s'agit de étudier cette phase objectivant investiguer conceptions et jugements des participants, environ de règles, des projets de vie et dépendance chimique, pour rencontrer des facteurs relacionésà eux qui peuvent suggerer des défiances et opportunités pour le développement sain des adolescents. Les participants de l'étude étaient cinq dyads, composées d'un jeune utilisateur de substances psychoactives, participant des activités du CAPS/ad (Centre d'Attention Psychosociale/ addicts) et un frère non-vicié avec une différence d'âge jusqu'à cinq années. Chaque participant s'est soumis à un entretien individuel pour investiguer des conceptions et jugements, et trois thèmes ont été dégagés. Le premier thème visait connaître le jeune adolescent en respect des règles presentes dans l'environnement familial et des amis presentés par les participants. L'objectif du deuxième thème était découvrir leurs propositions de vie et comment ils prétendaient de les réaliser. Le troisième thème visait leur perception sur la problématique de la dépendance chimique. Les données ont été analysées descriptivement, indiquant d'incidence des réponses. Ils ont été organisées par catégories et groupés en blocs thématiques si ce fait une propre contribution par l'analyse. Les résultats relatives au premier thème montrent la différence entre les contextes, comme la présence marquant de l'autorité microsystemique dans le contexte familial, vue par les utilisateurs comme une mise en forme de règles de surveillance, alors que pour les non-utilisateurs ces règles sont le résultat d'un accord mutuel en faveur de la co-existence, marquée par ses relations réciproques. Les non-utilisateurs mettent en évidence leur perception de règles plus flexibles et l'absence de l'autorité régulatrice dans l'amitié, ce qui mène, dans ce contexte, pour les auto-expression e de leurs souhaites. Les résultats indiquent que les usuaies sont en nivel plus hétéronomiques de conscience des règles, que ses frères non utilisateurs. Les résultats réferent au deuxième thème montrent que les propositions de vie des utilisateurs sont égocentriques, pendent quelques non-utilisateurs ont reportés que leurs propositions de vie sont basés sur des principes éthiques. Les utilisateurs ont montré avoir des difficultés pour développer des stratégies efficaces pour atteindre leurs propositions, révélant leur dépendences de facteurs hors de leur surveillance, ce que évidencie l'hétéronomie. Les résultants du troisième thème montrent que les non-utilisateurs se réfèrent aux utilisateurs en les identifiant clairement comme dépendants chimiques, tandis que les viciés ont révélé ambivalence sur la conception d'eux-mêmes, comme dépendents, identifiant des facteurs externes comme responsables pour leur condition en s'esquivant de leurs propres responsabilités, ce que prejudique le pronostique. Misant en considération l'articulation entre les trois thèmes est possible de dire que les toxicomanes ont montré moins d'autonomie et qu'ils ne utilisent pas l'auto-regulation intentionnelle comme directive sustentable pour établir ses propres propositions de vie et chercher des stratégies pour les atteindre. Ces ci les rendent vulnérables et favorise l'augment des comportements indésirables. La nécessité d'estimulation pour les pratiques des adolescents, qui favorisent le développement de l'autonomie, le prendre des responsabilités et les choix associés aux opportunités d'un développement sain sont mise en évidence par les donées obtenues.

Des Mots-clés: Adolescence. Jugement Moral. Règles. Proprosicions de vie. Dépendance chimique.

Institution de financement: Capes.

LISTA DE FIGURAS

Quadro 1 – Apresentação das perguntas e objetivos específicos relativos à investigação sobre as regras nos contextos familiar e de amizade.....	76
Quadro 2 – Apresentação das perguntas e objetivos específicos relativos à investigação sobre os projetos de vida.....	77
Quadro 3 – Apresentação das perguntas e objetivos específicos relativos à investigação sobre a dependência química.....	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Descrição dos Participantes.....	73
Tabela 2 – Regras apresentadas pelos participantes, considerando sua condição e o contexto ao qual se referem.....	86
Tabela 3 – Regras apresentadas pelos participantes, considerando sua condição e o contexto ao qual se referem, organizadas por categorias.....	87
Tabela 4 – Categorias de respostas referentes às questões Fam.2a e Amz.2a (Para cada agente mencionado para a regra descrita) Quem estabeleceu esta regra?	91
Tabela 5 – Categorias de respostas referentes às questões Fam.2b e Amz.2b (Para cada agente mencionado para a regra descrita) Por quê?.....	93
Tabela 6 – Categorias de respostas referentes às questões Fam.3 e Amz.3 (Para cada agente mencionado para a regra descrita) Para que serve esta regra?.....	96
Tabela 7 – Categorias de respostas referentes às questões Fam.4a e Amz.4a (Para cada agente mencionado para a regra descrita) Você concorda com esta regra estabelecida?.....	99
Tabela 8 – Categorias referentes às questões Fam.4b e Amz.4b (Para cada agente mencionado para a regra descrita) Por quê?.....	101
Tabela 9 – Categorias referentes às questões Fam.5a e Amz.5a (Para cada agente mencionado para a regra descrita) Você tem vontade de seguir esta regra?.....	104
Tabela 10 – Categorias referentes às questões Fam.5b e Amz.5b (Para cada agente mencionado para a regra descrita) Por quê?.....	108
Tabela 11 – Categorias referentes às questões Fam.6a e Amz.6a (Para cada agente mencionado para a regra descrita) O que você faz diante desta	

regra estabelecida?.....	110
Tabela 12 – Categorias de respostas das questões Fam.6b e Amz.6b	
(Para cada agente mencionado para a regra descrita) Por quê?.....	113
Tabela 13 – Categorias de respostas referentes às questões Fam.7a e Amz.7a	
(Para cada agente mencionado para a regra descrita) Como as pessoas da família/ amizade reagem ao que você faz diante desta regra estabelecida?.....	115
Tabela 14 – Categorias referentes às questões Fam.7b e Amz.7b	
(Para cada agente mencionado para a regra descrita) Por quê?.....	119
Tabela 15 – Categorias referentes às questões Fam.8a e Amz.8a	
Você participou do estabelecimento desta regra?.....	121
Tabela 16 – Categorias referentes às questões Fam.8b e Amz. 8b Por quê?.....	122
Tabela 17 – Categorias referentes às questões Fam.8c e Amz.8c (Se as respostas da questão Fam.8a e Amz.8a foram sim) Como foi sua participação no estabelecimento da regra?.....	125
Tabela 18 – Categorias referentes às questões Fam.9a e Amz.9a Na sua família/ amizade, existe alguma forma de verificação do cumprimento desta regra?.....	127
Tabela 19 – Categorias referentes às questões Fam.9b e Amz. 9b Se sim, como é feito?.....	129
Tabela 20 – Categorias referentes às questões Fam.10a e Amz.10a Você pode criar uma nova regra para sua família/amizade?.....	131
Tabela 21 – Categorias referentes às questões Fam.10b e Amz.10b Por quê?.....	133
Tabela 22 – Categorias referentes às questões Fam.10c e Amz.10c Essa nova regra seria aceita pelos demais membros da família/amizade?.....	136
Tabela 23 – Categorias referentes às questões Fam.10d e Amz.10d Por quê?.....	137
Tabela 24 – Categorias referentes às questões Fam1.10e e Amz.10e Os membros da família/amizade aceitariam essa nova regra se fosse combinado antes?.....	141

Tabela 25 – Categorias referentes às questões Fam.10f e Amz.10f Essa nova regra seria uma regra verdadeira? (Ela seria uma regra como as outras?).....	142
Tabela 26 – Categorias referentes às questões Fam.10g e Amz.10g Por quê?.....	144
Tabela 27 – Categorias de respostas referentes aos projetos conforme apresentado pelos participantes na questão Pv.1a Quem é você no futuro do jeito que gostaria que fosse?.....	147
Tabela 28 – Categorias e dados resumidos referentes à questão Pv.1a. Quem é você no futuro do jeito que você gostaria que fosse?.....	149
Tabela 29 – Categorias de respostas referentes à questão Pv.1b Por quê?.....	152
Tabela 30 – Categorias de respostas referentes à questão Pv.1c (Caso cite mais de um projeto de vida) Dentre os projetos apresentados, escolha o mais importante para você.	154
Tabela 31 – Categorias de respostas referentes à questão Pv.1d Por quê?.....	157
Tabela 32 – Categorias de respostas referentes à questão Pv.2a De que maneira você pretende realizar esse seu projeto?.....	159
Tabela 33 – Categorias de respostas referentes à questão Pv.2b Por quê?.....	160
Tabela 34 – Categorias de respostas referentes à questão Pv.3b Por quê?.....	164
Tabela 35 – Categorias de respostas referentes à questão Pv.4b Por quê?.....	167
Tabela 36 – Categorias de respostas referentes à questão Pv.4c (Caso afirmativo) O que (ou quem) influenciou esse seu projeto?.....	169
Tabela 37 – Categorias de respostas referentes à questão Pv.4d (Caso afirmativo) Como esse projeto foi influenciado?.....	171
Tabela 38 – Categorias de respostas referentes à questão Pv.5b De quem?.....	172
Tabela 39 – Categorias de respostas referentes à questão Pv.5c Que tipo de ajuda precisa?.....	174
Tabela 40 – Categorias de respostas referentes à questão Pv.6b Por quê?.....	177
Tabela 41 – Categorias de respostas referentes à questão Dpq.1 Por que você (ou seu	

irmão) está aqui?.....	180
Tabela 42 – Categorias de respostas referentes à questão Dpq.2 O que significa “dependência química” para você?.....	182
Tabela 43 – Categorias de respostas referentes à questão Dpq.3 O que diferencia um dependente químico de um não dependente químico?.....	184
Tabela 44 – Categorias de respostas referentes à questão Dpq.4b Por quê?.....	187
Tabela 45 – Categorias de respostas referentes à questão Dpq.4c (Se a resposta da questão Dpq.4a for afirmativa) Por que você (ou seu irmão) se tornou um dependente químico?.....	191
Tabela 46 – Categorias de respostas referentes à questão Dpq.4d (Se a resposta da questão Dpq.4a for negativa) Você sabe o que faz de alguém um dependente químico, no geral?.....	193
Tabela 47 – Categorias de respostas referentes à questão Dpq.5a O que você (ou seu irmão) precisa para parar de usar (a droga que disse que usa)?.....	196
Tabela 48 – Categorias de respostas referentes à questão Dpq.5b Por quê?.....	198
Tabela 49 – Categorias de respostas referentes à questão Dpq.6b Por quê?.....	200
Tabela 50 – Categorias de respostas referentes à questão Dpq.7b Por quê?.....	203
Tabela 51 – Categorias em que a incidência de respostas foi maior no contexto de amizade e distribuição das respostas quanto a usuários e não usuários.....	207
Tabela 52 – Blocos Temáticos em que a incidência de respostas foi maior no contexto de amizade e distribuição das respostas quanto a usuários e não usuários.....	211
Tabela 53 – Categorias em que a incidência de respostas foi maior no contexto familiar e distribuição das respostas quanto a usuários e não usuários.....	212
Tabela 54 – Blocos Temáticos em que a incidência de respostas foi maior no contexto familiar e distribuição das respostas quanto a usuários e não usuários.....	213
Tabela 55 – Categorias mencionadas majoritariamente por usuários, com indicação	

adicional das menções feitas por não usuários.....	216
Tabela 56 – Blocos Temáticos em que a incidência de respostas foi maior entre usuários, com indicação adicional da incidência de respostas de não usuários.....	217
Tabela 57 – Categorias com maior incidência de respostas de não usuários, com indicação adicional das menções feitas por usuários.....	220
Tabela 58 – Blocos temáticos com maior incidência de respostas de não usuários, com indicação adicional da incidência de respostas de usuários.....	221

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	23
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	35
2.1 O DESENVOLVIMENTO MORAL E AS REGRAS.....	35
2.2 PROJETOS DE VIDA.....	48
2.3 DEPENDÊNCIA QUÍMICA.....	56
3. METODOLOGIA.....	72
3.1 PARTICIPANTES.....	72
3.2 INSTRUMENTOS.....	74
3.3 PROCEDIMENTOS DE ACESSO AOS PARTICIPANTES.....	79
3.4 TRATAMENTO DOS DADOS.....	80
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	83
4.1 RESULTADOS E DISCUSSÃO POR QUESTÃO.....	84
4.1.1 AS REGRAS EM DIFERENTES CONTEXTOS: FAMÍLIA E AMIZADE.....	84
4.1.2 PROJETOS DE VIDA.....	147
4.1.3 DEPENDÊNCIA QUÍMICA.....	180
4.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO POR CATEGORIAS E BLOCOS TEMÁTICOS	206
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	225
6. REFERÊNCIAS.....	231
APÊNDICES IMPRESSOS.....	242
IA. TERMO DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA NO CAPS AD.....	242
IB. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	246

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Lei 8.069, que dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente (ECA), considera-se criança a pessoa de até 12 anos de idade incompletos e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade (Brasil, 2002). No entanto, existem concepções mais amplas de adolescência que vão além do critério etário. Menandro, Trindade e Almeida (2010) apresentam três critérios a partir dos quais se define a adolescência, quer sejam o biológico, o cronológico e a descrição de um padrão típico adolescente e defendem a ideia de que a definição da adolescência deva abarcar todos estes critérios, em uma perspectiva biopsicossocial, por envolver um conjunto de transformações de natureza psicossocial relacionadas à puberdade, mas, não restritas a ela. A existência de um grupo etário de adolescentes começa a ser distinguida a partir do século XIX, no entanto, a delimitação de uma faixa etária como critério para definir a adolescência começou a se mostrar insuficiente na medida em que determinados grupos sociais começaram a ter necessidades cada vez mais crescentes de prolongar a preparação para atuação profissional, o que levou a uma necessidade de aumento do tempo de tutela familiar. Outros termos passaram a ser utilizados para delimitar esta perspectiva de adolescência, um dos termos mais frequentemente utilizados, que emergiu do contexto de estudos sociológicos, foi juventude, com uma faixa etária mais alargada. Faixa esta constituída por diferentes períodos, sendo o período inicial considerado a adolescência. Menandro, Trindade e Almeida (2010) apresentam ainda evidências de um prolongamento da juventude, por meio de dados que sugere extensão até os 35 anos, em pesquisas onde os próprios sujeitos se denominavam jovens estando nesta faixa etária. A categoria juventude é definida levando-se em conta a interação entre fatores sociais, culturais, econômicos, educacionais, políticos em contraposição a uma perspectiva naturalista do conceito de adolescência, que descreve características negativas, que tendem a patologizar o sujeito. Mais que uma visão de que a adolescência saudável seria a esquiwa de possíveis problemas, esta perspectiva propõe uma visão de adolescência saudável a partir da “aquisição e aprimoramento de competências” (Menandro, Trindade e Almeida, 2010, p.17). O relatório do IBGE (2010) também sugere esta perspectiva inclusiva, já que apresenta a população jovem correspondente à 16.936.000 adolescentes de 15 a 19 anos e 16.936.000 entre 20 e 24 anos, em uma população total de 191.796.000 de brasileiros, com estimativa de ampla

expansão destes números. Ademais, a sobreposição dos termos juventude e adolescência aparece também na TV e na compreensão das pessoas no geral, portanto, assim como Menandro, Trindade e Almeida (2010), nesta tese optamos por utilizar os termos adolescência e juventude como sinônimos, levando-se em conta a perspectiva inclusiva dos termos, ao considerar uma faixa etária mais estendida e as influências sociais, culturais, econômicas, educacionais e políticas implicadas, nesta fase da vida, para o pleno desenvolvimento e aprimoramento de competências necessárias à inserção saudável no mundo dos adultos.

Libório e Koller (2009) consideram que é alta a relevância do estudo voltado para a população adolescente/jovem, uma vez que esses jovens e adolescentes estão expostos às mais altas taxas de mortalidade por causas externas em comparação com outros grupos sociais. Os jovens formam um grupo que pressiona a economia para criação de novos postos de trabalho e são caracterizados por altas taxas de fecundidade feminina. Em especial, estão expostos a fatores de risco consideráveis, o que se reflete, por exemplo, no expressivo número de estudos sobre uso e abuso de drogas psicoativas por adolescentes e jovens. As autoras acima citadas ressaltam a importância dos estudos voltarem-se para os aspectos saudáveis das pessoas, a fim de promover “uma mudança de olhar com relação ao humano” (Libório e Koller, 2009, p. 29), pensando-o como aquele que “busca a felicidade e o bem-estar com esperança, otimismo, criatividade e transcendência religiosa” (p.29-30), com uma postura ativa e competente o suficiente para superar adversidades. Seguindo esta perspectiva, o Unicef (2011) faz um convite “para uma reflexão sobre um novo olhar para a adolescência, que desloca o discurso que só vê a adolescência como um “problema” para vê-la como uma oportunidade de desenvolvimento” (p. 4). Assim, busca resgatar o direito de ser adolescente e respeitar o potencial de desenvolvimento implícito nessa fase da vida, que precisa ser vivida plenamente, com saúde, de forma estimulante e com seus direitos garantidos.

Nessa mesma linha de pensamento, encontram-se Senna e Dessen (2012), por considerarem a importância de visualizar a adolescência numa perspectiva positiva, capaz de integrar as diversas dimensões do ser adolescente e assim, demonstram a necessidade

da construção de projetos de pesquisa mais aprofundados e o uso de delineamentos que combinem dados quantitativos e qualitativos, e que adotem instrumentos e técnicas de avaliação mais sensíveis para capturar as inter-relações entre o adolescente e seu contexto. Em parceria com profissionais e políticos, pesquisadores

devem dirigir os resultados de suas pesquisas empíricas para a elaboração de modelos de intervenção preventiva, no curso do desenvolvimento. (p. 107).

Desse modo, atualmente, espera-se que os estudos voltados para o fenômeno da adolescência possam focalizar a produção de conhecimentos que viabilizem não apenas a intervenção diante de problemas, como o caso da dependência química, mas que possibilitem a compreensão da integralidade dos fatores que a envolvem, para favorecer intervenções, a fim de garantir prevenção e promoção de um desenvolvimento saudável ao indivíduo adolescente.

Damon (2009) também defende a ideia de desenvolver visão positiva do jovem e de seu potencial valor para a sociedade, em contraposição à visão dos jovens como um grupo caracterizado por problemas que precisam ser evitados (por exemplo: drogas) ou resolvidos (por exemplo: dificuldades de aprendizagem). Este autor afirma que tudo que a criança faz importa, que a maneira como se lida com as crianças irá influenciar o modo como pensarão sua vida no futuro e considera que muitos jovens não estabelecem objetivos por terem sido crianças pouco encorajadas a fazê-lo. Em relação a esse tema, portanto, a abordagem positiva visa compreender, educar e engajar crianças em atividades produtivas, em vez de corrigir, curar ou ameaçá-las por tendências de inadaptação e pelas ditas incapacidades que revelem. Busca incentivar o desenvolvimento de posturas de confiança, para que as crianças não desenvolvam o hábito de evitar dificuldades por temerem não ser capazes de lidar com elas. É preciso encorajar a criança a fazer esforço, com apropriada moderação, pois supor que uma tarefa é difícil demais restringe seu potencial e a desencoraja. Estimular a participação em serviços comunitários e desenvolver espírito cívico são aspectos importantes e implicam valorização de sua pátria, entendimento político e cidadania ativa na sociedade democrática.

O presente trabalho também se posiciona diante da perspectiva saudável do desenvolvimento, compartilhada pelos estudos de Libório e Koller (2009), Senna e Dessen (2012) e Damon (2009). A partir disto, outros elementos importantes serão abordados a respeito da perspectiva biopsicossocial da adolescência nela implícita.

No ciclo de vida, a adolescência representa a fase de preparação do jovem para a vida adulta (Bock, 2002; Inhelder & Piaget, 1970/1976; Papalia & Olds, 2000; Senna & Dessen, 2012; Shaffer, 2005). Esta preparação está articulada à necessidade de adaptações constantes que

envolvem todos os domínios de mudanças característicos da adolescência, quer sejam o biológico, o psicológico e o social.

Além das condições biológicas favorecedoras do desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários, na adolescência também acontece o amadurecimento do lobo frontal, o que é condição preponderante para a emergência das funções executivas de maneira mais clara e das operações formais de raciocínio, que impulsionam o desenvolvimento psicológico do adolescente (Marcovitch & Zelazo, 2009). As funções executivas correspondem aos processos subjacentes ao direcionamento do comportamento à meta, como o controle da atenção, memória e ação (Gestsdóttir & Lerner, 2008), assim como memória de trabalho, controle inibitório e correção de erros, dentre outros (Marcovitch & Zelazo, 2009).

Os adolescentes desenvolvem a capacidade de operar formalmente, o que lhes confere habilidade para planejar suas ações, estabelecer metas e avaliar riscos (Inhelder & Piaget, 1970/1976; Marcovitch & Zelazo, 2009; Papália, 2000; Piaget, 1932/1994; Shaffer, 2005) e estas habilidades mais abstratas de pensamento tornam o jovem mais apto, portanto, a enfrentar os desafios da vida adulta. Gestsdóttir e Lerner (2008) discorrem sobre estas habilidades, que caracterizam uma das maiores mudanças da adolescência e envolvem:

a emergência das operações formais de pensamento e a capacidade conseguinte de formar ideias abstratas, de pensar sobre problemas hipotéticos e de formular múltiplas hipóteses de acordo com um resultado ou evento. Pensamento de ordem superior, resolução de problemas e pensamento simbólico se desenvolvem, e memória, representações mentais e o foco de atenção crescem. Estas habilidades tornam possível para as pessoas jovens usarem múltiplas regras para controlar seu comportamento em diferentes situações. Eventos futuros podem agora ser representados cognitivamente, e então, permitir a formulação de metas e motivar o comportamento. (p. 211).

As habilidades consideradas por Gestsdóttir e Lerner (2008) são semelhantes às consideradas por Luria (2006) como componentes importantes da consciência humana, quais sejam: recepção e processamento da informação, seleção dos elementos mais relevantes, retenção dos conteúdos da experiência na memória, formulação de uma intenção (motivos da atividade), criação de um padrão de ação, produção de um programa apropriado para controlar a seleção das ações necessárias, e comparação dos resultados da ação com a intenção da ação original, com a devida correção dos erros cometidos no processo. Caracteriza-se, assim, a capacidade do indivíduo de monitorar e rever o próprio comportamento de maneira consciente. Neste

contexto, os autores citados referem-se à consciência como forma complexa de recepção ativa da realidade, por meio da qual ocorre a orientação no mundo circundante e a regulamentação do comportamento, tendo se formado ao longo da história social do homem “durante a qual a atividade manipuladora e a linguagem se desenvolveram, e seu mecanismo exige a íntima participação destas” (Luria, 2006, p. 221). Assim, o homem torna-se capaz de realizar reflexões sobre a realidade com altas formas de regulamentação de seu próprio comportamento e se projetar para o futuro a fim de estabelecer os rumos a seguir. Tal processo culmina na elaboração e monitoração dos projetos vitais de adolescentes, que os orientarão no ingresso à vida adulta.

La Taille (2006) ao abordar o tema da moralidade também menciona a importância da dimensão intelectual para o saber fazer moral, sem a qual não se poderia conceber a própria moral, demonstrando a existência de um paralelismo entre o desenvolvimento intelectual e o moral. Ressalta neste sentido, a importância do conhecimento sobre o que deve ser feito, sobre as regras e os princípios e valores envolvidos na ação moral como condições necessárias a ela. Não afirma, no entanto, que tal conhecimento seja suficiente para ação moral, já que nela também se aplica a dimensão afetiva. A atuação dinâmica das dimensões intelectuais e afetivas envolvidas na ação moral é uma evidência a mais dos desafios de ser adolescente, em especial, levando-se em conta a maneira como a sociedade se organiza, o que tem exercido força para o alongamento da adolescência. Cada vez mais, exige-se dos jovens melhor preparação para a inserção na sociedade adulta.

Ito e Soares (2008) apresentam um modelo, proposto por Guerreiro e Abrantes (2005, apud Ito e Soares, 2008) que sugere diversas maneiras pelas quais os jovens / adolescentes (da sociedade portuguesa) podem fazer sua transição para a vida adulta, podendo ser pensadas várias modalidades de transição. Dentre as modalidades de transição consideradas, encontram-se transições profissionais: nas quais o foco está no trabalho e a constituição de família e o lazer são adiados por longo prazo, como no caso de alguns tipos de formação universitária; transições lúdicas: nas quais há longa escolaridade, com pouca inserção no mercado de trabalho, pouco compromisso e/ou responsabilidade; transições progressivas: são lineares e programadas, o estudo antecede o trabalho que, por sua vez, antecede a constituição de família; transições precoces: nelas há passagem rápida de dependência dos pais para o mundo do trabalho, início de vida conjugal, na maioria das vezes com filhos, em casa própria

ou não; transições precárias: nas quais “os jovens fazem parte da massa de “trabalhadores descartáveis”, que se encontram hoje na área cinzenta entre a inserção efetiva no mercado de trabalho e de inserção de longo prazo” (p.69); transições desestruturantes: caracterizadas “pela incapacidade para a construção de uma transição para a vida adulta e independente, mergulhando em espirais de exclusão social, com a quebra de uma série de vínculos sociais e, potencialmente, sentimentos de depressão aguda e/ou experiências de marginalidade social.” (p.69) e transições experimentais: nas quais ocorre a “sucessão de configurações de vida temporárias e imprevisíveis, como opção de vida ou como período de experimentação antes de “assentar” , casar e ter filhos” (p.69).

Neste quadro de múltiplas possibilidades que retrata uma sociedade em permanente transformação, na qual os períodos de consolidação de normas e de modelos são cada vez mais curtos, o adolescente, além de ter que lidar com as mudanças físicas e psicológicas pelas quais está passando, precisa lidar com os ajustes entre expectativas sociais e seus projetos e concepções, e nem sempre consegue fazê-lo de maneira favorável ao desenvolvimento saudável. Tal risco está expresso nas palavras de Senna e Dessen (2012):

Não se pode negar, entretanto, o quanto, nos tempos atuais, os adolescentes se deparam com mais chances e com mais desafios do que os das gerações precedentes. Muitas vezes, diante dos desafios contemporâneos, a adesão a escolhas negativas e destrutivas acaba por comprometer seu desenvolvimento saudável (p.106).

No entanto, existe outra faceta da mesma problemática, pois, a partir de contribuições da sociologia e da filosofia, Piaget (1932/1994) sugere que quanto mais complexa for a sociedade, mais chances o jovem terá de se tornar autônomo e mais importantes serão as relações de cooperação entre os indivíduos. A organização da sociedade atual exige posicionamentos que viabilizem ao indivíduo viver com qualidade, como por exemplo, mais flexibilidade, diversidade e versatilidade, assim como convívio com as diferenças, paradoxos e incertezas (Batista & Salvi, 2006). Para dar conta deste processo, o indivíduo precisa desenvolver as estruturas psíquicas de pensamento formal, que o habilitam a lidar com as vivências decorrentes destas mudanças. Na adolescência, o planejamento do futuro precisa ser feito de maneira mais atenta e cuidadosa, visto que os jovens se encontram imersos em uma infinidade de possibilidades e promessas de felicidade que determinam que se adaptem constantemente (Gestsdóttir & Lerner, 2008). Quando os processos regulatórios do desenvolvimento provocam benefícios tanto para o indivíduo quanto para o contexto, é

possível afirmar que a adolescência resultará em desenvolvimento positivo para o jovem. Reafirmam-se, por conseguinte, as habilidades que se mostram importantes para que o adolescente consiga superar esses desafios e atinja, a partir disto, a fase adulta de maneira saudável. Kuhn e Holman (2011) discorrem sobre a importância do desenvolvimento da argumentação como instrumento favorável à reflexão metacognitiva na adolescência para que a juventude viva bem no século XXI. Agregam-se a esta reflexão os seguintes benefícios: conter a emoção, ouvir, pensar e buscar razões, fundamentar argumentos e responder de maneira assertiva ao que lhes for apresentado nas trocas inerentes às relações interpessoais. Outros autores também ressaltam a importância do desenvolvimento da autonomia e da regulação psíquica para o bem viver adolescente (Brandtstädter, 1998; Larson, 2000; Piaget, 1932/1994). Dias (2005) considera que para agir de maneira autônoma é necessário que o sujeito esteja consciente para fazer reflexões, discussões, avaliações e deliberações sobre a correção de atos morais, tanto intimamente como no âmbito interpessoal/social; que demonstre vontade para decidir entre opções possíveis; se responsabilize por suas escolhas, na condição de ações morais; e seja livre para “expressar sua vontade, para se autodeterminar, sem coação nem pressão externa” (Dias, 2005, p.317).

De acordo com Guardia e Patrick (2008), a autonomia, a pertença e a competência são consideradas necessidades psicológicas básicas do ser humano e têm nos relacionamentos interpessoais sua fonte de satisfação. Isto nos remete a outro aspecto importante a ser considerado em relação à adolescência, os relacionamentos entre pares, que despertam grande interesse dos adolescentes (Moraes & Figlie, 2004) justamente por seu potencial de satisfação de tais necessidades. Essa tendência do jovem para se reunir em grupos com seus semelhantes tem como importante fator propulsor a descentração intelectual, além de moral, pois, é nas discussões com os colegas, pela crítica às teorias deles, que o adolescente tem a oportunidade de descobrir a fragilidade das teorias, que mostra ser capaz de criar (Inhelder & Piaget, 1970/1976). Ainda mais, a interação dos adolescentes com as pessoas significativas para eles (Papalia & Olds, 2000), quer sejam familiares ou amigos, os leva a mobilizar forças para sua integração na sociedade dos adultos (Bock, 2002; Damon, 2009; Inhelder & Piaget, 1970/1976) e facilita a busca do adolescente pela constituição de uma identidade própria, o que faz pela síntese de identificações pregressas, que são modificadas e atualizadas, a partir

das relações interpessoais que estabelece de maneira descentrada, para formar uma nova estrutura psicológica (Moraes & Figlie, 2004).

Sobre as relações interpessoais, Costa e Dell’Aglío (2011) abordam o apoio social, como aquele aspecto positivo inerente a elas, como compartilhar informações, ter auxílio em momentos de crise e estar presente em eventos sociais. Nesta perspectiva, consideram o apoio social como “uma exigência para o desenvolvimento, a fim de ajudar o indivíduo a adaptar-se ao meio.” (p.223). Dentre os tipos de apoio mencionados na literatura, Costa e Dell’Aglío (2011) apresentam o informacional, o emocional e o instrumental como os mais relevantes aos adolescentes e dentre as maiores fontes de apoio se colocam a família e os pares. Costa e Dell’Aglío (2011) afirmam a importância da família nas primeiras fases do desenvolvimento como fator de proteção, oferecendo aos adolescentes o apoio necessário para lidar com situações adversas e proporcionar ambientes adequados ao desenvolvimento. Para Pratta e Santos (2007), a família exerce função socializadora importante na vida do indivíduo, pois é por meio das relações nela existentes que valores, normas, crenças, ideias, modelos e padrões comportamentais necessários para a atuação social são adquiridos. A família ainda tem o papel de conservar e mudar hábitos, costumes e comportamentos daqueles que dela fazem parte, na mesma geração ou não. As diferentes gerações que dela fazem parte podem entrar em conflito. Por exemplo, os adolescentes costumam questionar valores e regras familiares, em um momento em que os pais também estão questionando as escolhas feitas ao longo da vida. Ambos se encontram, portanto, olhando para o futuro, no que vai se dar a partir dali, mas com enfoques diferentes (Ito e Soares, 2008; Smetana, 2011). No entanto, na adolescência, como já foi mencionado, os conflitos familiares aumentam, o que favorece maior adesão ao grupo de amigos e, por conseguinte, aos seus valores e normas. Ocorrem, assim, ruptura e novas aprendizagens, caracterizando-se a adolescência, portanto, como fase de grande necessidade de integração social, de busca da auto-afirmação, de independência individual e de definição da identidade sexual (Pratta e Santos, 2007). Assim, a primeira rede de apoio seria a família, mas, durante a adolescência acontecem mudanças nas relações familiares, que impulsionam conflitos, que emergem mais na medida em que há dificuldade de negociação entre as diferentes expectativas de pais e filhos, do que como um aspecto inerente à adolescência, aspecto este também abordado por Smetana (2011). A maneira como os pais interpretam o comportamento dos filhos e seu estilo parental influenciam, por

exemplo, no comportamento escolar, delinquente e uso de drogas. Neste sentido, fortalece a necessidade de ao longo do tempo os adolescentes ampliarem a rede de apoio em busca da diversidade e disponibilidade de recursos e as amizades tomam relevância.

De acordo com Garcia (2005), as amizades são um tipo especial de relacionamento interpessoal, no qual há um caráter de espontaneidade e liberdade não encontrados em outros tipos de relacionamento, como, por exemplo, a família. Em relações de amizade estão presentes uma maior quantidade de laços afetivos, uma atividade social intensa, maior frequência de resolução de conflitos, maior reciprocidade e intimidade, aspectos estes favorecedores do crescimento social e emocional. Garcia (2005) apresenta ainda, dimensões básicas das relações de amizade, sendo elas a similaridade, a simetria, a reciprocidade e a intimidade, a última tem fundamental importância na adolescência e envolve aumento de auto-exposição. Aqui a reciprocidade é compreendida como reconhecimento mútuo dos envolvidos na relação como sendo amigos e a simetria caracteriza-se pela identificação de padrões dirigidos a um dos sujeitos da díade que sejam simétricos aos apresentados pelo outro. Costa e Dell’Aglío (2011) definem a amizade como um laço de qualidade presente principalmente na adolescência, também tendo a reciprocidade como base, assim como a busca por iguais, para moldar sua identidade social, implica relação de apoio e intimidade mútua, onde a escolha é influenciada pelo comportamento dos pais, pois, seguem padrões iguais aos que foram aprendidos na família. As autoras propõem que a aproximação com os amigos não deveria implicar desligamento da família, pois, apesar das amizades oferecerem apoio e aumentarem recursos dos indivíduos, alegam que “adolescente com alto nível de atividades sociais com pares e baixo nível de apoio de adultos são mais vulneráveis aos efeitos de modelagem dos amigos e ao uso de drogas” (p.232).

Garcia (2006) faz uma revisão de literatura que sugere a existência de relação direta entre amizade, suporte social e comportamento pró-social, a percepção do amigo como importante fonte de suporte social e o papel importante da amizade no desenvolvimento emocional. Dentre as áreas de pesquisa que estudam a amizade, Garcia (2006) apresenta a investigação sobre amizade, suporte social, comportamento pró-social e desenvolvimento emocional, incluindo ajuda e cooperação, assim como o estudo da amizade e cognição social, percepção e descrição de amigos e amizade, comunicação, conhecimento compartilhado, moral e regras.

Guardia e Patrick (2008) afirmam que nas relações recíprocas (românticas e de amizade), as pessoas têm mais potencial para troca mútua, o que favorece a motivação para satisfação das necessidades psicológicas básicas, quer sejam a autonomia, a pertença ou a competência. Deste modo, considera-se relevante mencionar Bukowski, Simard, Dubois e Lopez (2011), ao afirmarem que os adolescentes podem se colocar em risco caso não consigam traduzir interações comportamentais em representações de amizade mais abertas e flexíveis.

A partir destas considerações, ao mencionar o contexto de amizade no presente trabalho estarão sendo feitas referências àquele no qual as relações sejam recíprocas, decorrentes de interações duradouras, abertas e flexíveis, onde as pessoas tenham maior potencial para troca mútua, marcadas pela motivação contínua para a satisfação de necessidades psicológicas básicas dos indivíduos envolvidos e as regras sejam definidas por acordo mútuo, sem diferenças de nível hierárquico. E os amigos serão aqueles apresentados pelo participante como tal e suas relações de amizade serão interpretadas, portanto, como um tipo de relação diferenciada com características como maior espontaneidade em comparação à família, assim como maior presença de reciprocidade, semelhança e simetria, intimidade e auto-exposição, o que favorece seu desenvolvimento emocional, ao promover aumento de recursos aos indivíduos para lidarem com os desafios da adolescência.

La Taille e Harkot-de-La-Taille (2006) realizaram uma pesquisa sobre os valores de jovens de São Paulo, nela encontraram referências importantes sobre o lugar da família e dos amigos na formação dos valores destes jovens. Sobre a família encontraram que a mesma foi considerada por eles como sendo a instituição sobre a qual depositam maior confiança e relataram uma influência de 67,6% da família na formação de seus valores atuais. Os amigos foram vistos com um menor grau de influência que os pais, porém, maior que o de professores, mídia, dentre outros e os autores sugerem que as relações de amizade sejam de reciprocidade, não representando, portanto, instância de autoridade ou poder, não sendo, assim, “alvo de atribuição de responsabilidade pelos virtuais fracassos pessoais” (p.178), o que colocaria-nos diante do estudo de duas instituições com influências fundamentais, mas distintas, na formação de jovens.

As relações sociais são regidas por regras de diversos tipos, que orientam a conduta e o pensamento dos indivíduos e para os jovens usarem as múltiplas regras para controlar seu comportamento em diferentes situações dependem desta maturidade cognitiva (Gestsdóttir e

Lerner, 2008). Neste contexto de análise, a descentração, que se mostra forte indício de que os adolescentes atingiram um nível de maturidade cognitiva (pensamento formal), é necessária para o desenvolvimento da autonomia (Piaget, 1932/1994). O nível de consciência que os adolescentes têm das regras que regem as relações interpessoais e a maneira como as colocam em prática varia ao longo da vida (Gestsdóttir e Lerner, 2008; La Taille (2006); Piaget, 1932/1994) e este tema refere-se ao estudo do desenvolvimento da moralidade humana.

É neste sentido que a presente pesquisa se coloca, pois espera-se com ela levantar dados sobre como os adolescentes percebem os seus contextos familiar e de amizade, no que diz respeito à concepção das regras que regem suas condutas nos referidos contextos, como pensam e estruturam seus projetos de vida e quais são suas concepções sobre a dependência química. Isto é feito com a participação de indivíduos que fazem uso de substâncias psicoativas, assim como daqueles que não o fazem, e que compartilham um mesmo contexto familiar. O método proposto no capítulo a ele referente foi estruturado a fim de promover recursos em busca de definições, delimitações e reflexões a respeito de determinadas noções, capacidades, hábitos e valores, situando o estudo, portanto, como atividade de educação/investigação moral (Dias, 2005). Foi mencionado o compartilhamento de contexto uma vez que estão envolvidos tanto participantes da pesquisa que são usuários de substâncias psicoativas que participam das atividades do CAPS/ad de uma cidade do extremo sul da Bahia, como também seus irmãos não usuários. A intenção não é entender o fenômeno da dependência em si, mas alguns de seus aspectos que auxiliem a compreensão de fatores intervenientes na proteção do jovem, na medida em que, “Fatores de proteção dizem respeito às influências que modificam, melhoram ou alteram respostas pessoais a determinados riscos de desadaptação ou adoecimento” (Libório e Koller, 2009, p. 27). Dar-se-á ênfase, por conseguinte, aos aspectos saudáveis do desenvolvimento, procurando nortear a prevenção de riscos e a otimização de sucessos, ao invés de remediar problemas, deficiências ou fraquezas dos indivíduos e dos contextos, conforme fazem, por exemplo, Senna e Dessen (2012) ao orientarem a focalização no desenvolvimento saudável do (a) adolescente.

Deste modo o estudo relaciona-se aos aspectos ligados à promoção da autonomia que favorece, de acordo com Dias (2005), o auto-governo, o auto-conhecimento e a independência, a partir de uma reflexão, que requer “o desenvolvimento da consciência moral

e a consequente capacidade de compreensão crítica ante os problemas colocados pela complexidade do agir moral humano” (p. 378). Cabe, portanto, levar em conta o contexto em que normas e regras são produzidas e a escolha de investigar os contextos familiar e de amizade se justifica por serem, por excelência, contextos significativos na adolescência.

O objetivo geral do presente trabalho, portanto, é investigar, de maneira geral, concepções e juízos dos participantes, a respeito de regras, projetos de vida e dependência química, a fim de encontrar fatores a eles relacionados que pudessem sugerir desafios e oportunidades para o desenvolvimento saudável de adolescentes. De forma mais detalhada, são objetivos específicos:

- Estudar concepções e juízos dos participantes sobre as regras presentes no contexto familiar e de amizade, que forem apresentadas pelos participantes;
- Conhecer concepções e juízos dos participantes sobre os projetos de vida apresentados por eles;
- Investigar concepções e juízos dos participantes sobre a problemática da dependência química;
- Identificar aspectos investigados relacionados às regras, aos projetos de vida e à dependência química que forem pertinentes à condição do participante (usuário ou não) e ao contexto investigado (família ou amizade), quando for o caso;
- Verificar se é possível sugerir a existência de desafios e oportunidades para o desenvolvimento saudável de adolescentes pertinentes aos temas investigados (regras, projetos de vida e dependência química).

Para o alcance destes objetivos será apresentado no **capítulo 2** o referencial teórico que orientará a discussão dos resultados do trabalho. No **capítulo 3** será abordado o método do estudo. No **capítulo 4** os resultados serão apresentados, analisados e discutidos à luz do referencial teórico apresentado e o **capítulo 5** tratará, por fim, das considerações finais pertinentes ao trabalho realizado.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O desenvolvimento moral e as regras

Piaget (1932/1994) escreveu o livro *Juízo moral da criança* no qual desenvolve sua teoria da moralidade, por meio da apresentação de duas concepções morais - a moral de coação e a de cooperação - possibilitando a apresentação de suas proposições sobre o desenvolvimento do juízo moral.

Piaget (1932/1994) discute o desenvolvimento do juízo moral da criança apresentando as fases ou tendências¹ do desenvolvimento da consciência das regras. A primeira delas seria a fase da anomia, na qual está presente o exercício da regra, como se a regra fosse experimentada em um nível motor, o sujeito primeiro executa a regra aprendida, que é interiorizada, por meio da socialização, e passa a fazer parte de seu repertório de interação nos contextos onde vive. O indivíduo é considerado pré-moral nesta fase. Na medida em que interage com o meio onde vive, o sujeito passa a ter mais consciência das regras inerentes a estas relações, já que começa a perceber a regularidade do vivido, concebendo, portanto as regras. Relações caracterizadas, por exemplo, por coação, respeito unilateral, sanções, favorecem a tendência da heteronomia, o segundo nível da consciência das regras. O sujeito compreende, na heteronomia, que a regra, imposta pela autoridade, é lei e deve ser cumprida para que ele seja considerado 'bom'. Assim, as forças de controle do cumprimento das regras são externas, e podem envolver tanto coação como respeito unilateral.

Para o desenvolvimento da autonomia (terceiro nível da consciência das regras), devem estar presentes cooperação, respeito mútuo, solidariedade (evitar mentir, roubar e trapacear para manter a confiança), dentre outros fatores mencionados por Piaget (1932/1994). Aqui, a obediência cede à noção de justiça, que é a lei do equilíbrio das relações sociais. As circunstâncias passam a ser individualizadas e cada caso passa a ser pensado em relação ao seu contexto. Para Piaget (1932/1994) esse processo, que requer solidariedade e respeito

¹ O termo "fase" será utilizado apenas para delimitar melhor as duas tendências (autonomia e heteronomia) propostas por Piaget (1932/1994). Pois, Piaget (1932/1994) não organiza o desenvolvimento moral em fases, mas sim, apresenta dados que sugerem tendências para determinadas faixas etárias. Ao apresentar os aspectos evolutivos dos sujeitos, as idades são, portanto, sempre aproximadas.

mútuo, só emerge a partir da relação de cooperação com os iguais. Alencar, Ortega, Cezário, Gomes e Miranda (2001) tratam deste tema ao mencionarem o chamado erro educacional fundamental (EEF), que se refere ao fato dos professores adotarem postura compatível com a convicção de que os alunos não fazem mais que sua obrigação ao se comportarem bem, não oferecendo qualquer observação estimulante ou elogio quando se comportam bem e punindo-os coercitivamente ao se comportarem mal. Assim, a relação se baseia na moral do dever, na qual a responsabilidade de não transgredir é mais valorizada do que os sucessos alcançados, com o que há pouco estímulo para irem além do cumprimento do dever, em busca de alcançar a excelência. Nesse padrão de relação o respeito é unilateral, sendo o indivíduo pouco encorajado ao desenvolvimento de sua autonomia. Essa autonomia, segundo os autores, só aparecerá quando o respeito mútuo for forte o suficiente para que relações permeadas pela reciprocidade se estabeleçam.

Neste sentido, as relações de amizade estão em evidência e podem ser pensadas, predominantemente, como sendo simétricas (Guardia & Patrick, 2008; La Taille, 2006), regidas pela cooperação. No entanto, nem todas as relações interpessoais têm essa característica. Por exemplo, as relações na família são estabelecidas, em grande maioria, hierarquicamente, e revelam tendência à imposição da autoridade. Para o pleno desenvolvimento da autonomia, relações simétricas e assimétricas são fundamentais. No entanto, a tendência do desenvolvimento deve favorecer o aumento da simetria ao longo do tempo, para que a heteronomia possa dar lugar à autonomia (La Taille, 2006; Piaget, 1932/1994). Segundo a perspectiva piagetiana, então, em um primeiro momento a aprendizagem é ativa, não-reflexiva. Com o amadurecimento das estruturas cerebrais, das operações formais e com a conseqüente emergência do pensamento abstrato, o adolescente se torna apto a questionar, a ter interesse em confirmar o que lhe foi apresentado, testar a realidade e quando for o caso, elaborar estratégias para transformá-la (Inhelder & Piaget, 1970/1976). O adolescente busca, assim, se tornar semelhante ao adulto em possibilidades de atuação no mundo em que vive.

Piaget (1932/1994) afirma que a emergência do estado de consciência das regras da criança e a conseqüente legitimação das mesmas se manifesta no que veio a chamar de pensamento moral efetivo, quando o julgamento feito pela criança é praticado conscientemente e

autonomamente em suas ações. Para Piaget (1932/1994), no que diz respeito ao desenvolvimento humano, a criança vive primeiro, é ativa, e a partir dessa experiência apreende a regularidade do vivido, repete ritualisticamente o que aprendeu e aos poucos toma consciência das regras inerentes a este processo, passa a questioná-las e a escolher as que melhor lhe convier. Enquanto aprende, a criança reconstrói e legitima a regra, que não é uma instância moral em si, mas se torna uma regra moral quando há convenção. Esta convenção é possível, a partir de relações de mútuo respeito e de cooperação, presentes mais frequentemente nas relações de amizade, que são mais centrais na adolescência (La Taille, 2009; Guardia & Patrick, 2008). No entanto, um longo caminho precisa ser percorrido para alcançar tal etapa do desenvolvimento e, segundo La Taille (2006), “as relações de cooperação deverão ser vividas em vários níveis e não apenas entre amigos” (p. 142).

Piaget (1932/1994) enfatiza a importância do pensamento formal para os juízos morais, assim como La Taille (2006) ao enfatizar a dimensão intelectual da ação moral. Ainda, Gestsdóttir e Lerner (2008) destacam a importância dos processos cognitivos na tomada de decisão, na ação, ao afirmarem que há a necessidade de reter a regra na memória de trabalho no momento da busca e da escolha da melhor alternativa de ação diante de um problema. Ressaltam, assim, a importância do desenvolvimento de aspectos relacionados às funções executivas para que a legitimação da regra e a ação diante dela aconteçam. Os autores atestam que um dos aspectos centrais para a distinção da infância em relação a processos desenvolvimentais posteriores encontra-se justamente na intencionalidade das ações na promoção do próprio desenvolvimento. As noções de futuro pessoal e de ação intencional são frutos de concepções que começam a ser formuladas na adolescência. Na medida em que os adolescentes internalizam os mecanismos sociais e comportamentais adotados por aqueles ao seu redor, podem transformar as bases externas de regulação em formas mais internas e mentais de auto-regulação. Segundo Gestsdóttir e Lerner (2007), a auto-regulação se refere à internalização da regularidade daquilo que se vive e envolve processos associados ao desenvolvimento do lobo frontal, à seleção de metas, ao monitoramento do progresso no alcance das metas, às estratégias de solução de problemas, às representações mentais, à compreensão do próprio funcionamento, ao adiamento de gratificação, ao esforço de controle e à inibição de resposta, dentre outros. Apenas com o estabelecimento dessas representações é que ele ou ela pode estabelecer e conquistar suas metas (Gestsdóttir & Lerner, 2007). Esta auto-regulação é

considerada, por conseguinte, um fator preponderante para que o adolescente possa colaborar ativamente com seu desenvolvimento de maneira positiva. Os referidos autores ainda afirmam, que baixos níveis de auto-regulação têm sido associados a várias formas de resultados desenvolvimentais negativos na adolescência, como os comportamentos de risco associados à sexualidade e uso de substâncias, assim como comportamentos ditos delinquentes.

A auto-regulação, segundo Gestsdóttir e Lerner (2008), implica, então, a habilidade que o indivíduo demonstra de estabelecer metas sobre seu próprio funcionamento ou sobre o ambiente e dirigir seu funcionamento mental e físico para o alcance destes objetivos. Este processo é tido como dependente das representações construídas e oriundas da internalização dos mecanismos sociais e comportamentais do contexto (Gestsdóttir & Lerner, 2007). De acordo com Gestsdóttir e Lerner (2008), a natureza intencional da auto-regulação implica que tal processo seja ativamente selecionado e controlado pela pessoa e, portanto, esteja disponível à consciência. La Taille (2006), ao falar do equacionamento moral, também aborda uma dimensão importante, quer seja a tomada de consciência dos pressupostos que certos juízos possuem, o que implica estar ciente das alternativas, conhecer a diversidade e diante de um dilema, escolher segundo a própria consciência. Ademais, afirma que a suspensão de um juízo moral pode ser, em alguns casos, uma escolha justa, pois, leva em conta a consciência da existência de mais de uma solução e que estabelecer juízos envolve dimensões afetivas e intelectuais e demonstra responsabilidade pela ação.

Piaget (1932/1994) estudou o juízo moral na criança e apresentou os estágios de consciência das regras e depois dele outros teóricos também se ocuparam com o estudo da moralidade, ampliando seus conceitos e a delimitação dos sujeitos pesquisados, incluindo adolescentes e adultos, como fizeram Kohlberg (1992) e Turiel (1983), que desenvolveram seus estudos sobre moralidade a partir da década de 60.

Para Kohlberg (1992), estudar moralidade é abordar um tema fundamental em um mundo onde valores são negados ou se tornam limitados ao aspecto individual em uma ética relativista. Ele (Kohlberg, 1992), assim como Piaget, aborda a moralidade em uma perspectiva interacionista, entendendo o desenvolvimento como produto da interação entre

estruturas cognitivas do sujeito e o ambiente. O equilíbrio da interação entre o indivíduo e o meio significa “adaptação”, requer reciprocidade e se reflete na estabilidade subjacente (conservação) do indivíduo. Isso culmina na construção do conhecimento, que significa relacionar acontecimentos ou ordená-los, conectando ativamente acontecimentos por meio de associação externa, por repetição. Essas conexões se fazem por processos de atenção seletivos e ativos, estratégias de recuperação de informação e dependem de um pensamento motivado a favor da adaptação. (Kohlberg, 1992).

De acordo com Kohlberg (1992) certas formas de conflito cognitivo levam a mudanças progressivas e o objetivo final de uma teoria cognitivo-evolutiva é a especificação dos tipos de discrepâncias na experiência que favorecem estas mudanças, que promovem o desenvolvimento do indivíduo e visam promover a sua adaptação. Com respeito à moralidade, a estrutura de personalidade centra-se no que se chamou de consciência ou superego, acessível a partir de medidas de resistência à tentação e culpa. Levando-se em conta o quanto o indivíduo se conforma com as regras morais da cultura, considera-se (Kohlberg, 1992) resistência à tentação, o indivíduo não se desviar dos padrões culturais mesmo quando sob estado de baixa vigilância. A culpa é definida como uma “resposta auto-crítica ou simbólica depois do desvio de tais padrões culturais” (Kohlberg, 1992, p. 65) e também varia de acordo com a conformidade às regras morais relacionadas a como lidar com o desvio, como fazer a reparação após o mesmo. Deste modo, a moralidade estaria ligada a este processo de interação entre indivíduo e meio cultural circundante a favor da adaptação do indivíduo e da promoção de seu desenvolvimento, na medida em que as normas da cultura interferem no grau de consciência do indivíduo, em relação aos seus referentes - resistência à tentação e culpa.

Ainda em relação às influências do meio, Kohlberg (1992) apresenta dados que sugerem que os delinquentes provêm de lugares com características especiais e impróprias para o desenvolvimento (pouco carinho, uso corriqueiro de castigo corporal e frequente ocorrência de divórcio) comparados com controles da mesma classe social. Outro aspecto considerado nas pesquisas de Kohlberg (1992) sobre a influência do meio diz respeito às estratégias disciplinares dos pais e ao seu impacto no desenvolvimento moral. O autor citado considera que a retirada do amor dos pais e a indução, “no sentido de elaboração verbal da má natureza e conseqüências do ato para o outro e para si mesmo” (p. 74), são estratégias favoráveis ao

desenvolvimento moral. Destaca ele que a “indução não é um castigo propriamente dito, é um estímulo cognitivo de consciência moral das consequências da ação em si e nos outros” (p. 74) e que a “indução também se refere ao juízo moral interiorizado, que por sua vez, se relaciona com a idade e a inteligência” (p. 66). No entanto, apesar da influência do meio existir, ela não é suficiente, a experiência precoce do indivíduo não determina o futuro, mas orienta escolhas relacionadas a ele, a partir das quais se delineará a sequência de desenvolvimento.

Kohlberg (1992) acredita, assim como Piaget, que a criança construa significados sobre o mundo que a cerca. Por ter sua própria estrutura, é capaz, por exemplo, de conceituar sobre a justiça. As estruturas da criança seriam, portanto, qualitativamente únicas e seguiriam uma ordem sequencialmente invariável. A partir de diversos estudos que realizou, sugere uma sequência de estágios que se organizam em uma totalidade estruturada, consistente, integrada hierarquicamente, estando os estágios mais baixos sobrepostos por parte dos superiores. Para ele, existiria um nível pré-moral, com dois estágios: 1. orientado pelo castigo e obediência e 2. pelo hedonismo instrumental ingênuo. O segundo nível, que é considerado moral (moralidade de conformidade às convenções), com o estágio 3 regido pela moralidade de manutenção de boas relações e aprovação por parte de outros e o 4 pela moralidade de manutenção da autoridade. Por fim, apresenta o nível da moralidade de princípios autoaceitos, que teria os subestágios 5, da moralidade de compromisso, de direitos e de lei, seguido pelo último subestágio, que acredita que pouquíssimas pessoas consigam alcançar, no qual a moralidade é de princípios individuais de consciência. Ele acreditava que o penúltimo estágio, que implica autonomia, só poderia se desenvolver em uma adolescência tardia.

Aprofundando nas considerações dos níveis morais de Kohlberg (1992), é possível dizer que ele detalhou um pouco mais o processo de desenvolvimento moral. A sequência deste processo, como apresentado no parágrafo anterior teria, então, três níveis, com dois estágios cada. Para Villela e Raitz (2007), o desenvolvimento moral passaria de um nível no qual nem sequer há a compreensão do significado e da função das regras a um nível no qual predomina o interesse pelo bem estar dos outros e da sociedade, o que implica reconhecimento da “necessidade de assumir responsabilidades, regras e normas que derivam de acordo social, sempre que princípios de justiça e os direitos básicos das pessoas, como a vida, a liberdade, a

dignidade, estão preservados” (p.633). Neste sentido, a compreensão e a crença em princípios morais autoescolhidos são fundamentais para que a ação dos indivíduos seja coerente com tais princípios.

Villela e Raitz (2007) apresentam uma visão ampla sobre os seis estágios propostos por Kohlberg (1992), o que pode auxiliar na compreensão da evolução do pensamento no processo de desenvolvimento moral. O nível pré-convencional ocorre, de acordo com uma forma de raciocínio moral mais primitiva, pois se orienta à satisfação de desejos e preocupa-se em obedecer para evitar possíveis castigos. Neste nível predomina o interesse pela aprovação social. No primeiro estágio (do castigo e da obediência), considerado de moralidade heterônoma (Kohlberg, 1992; Villela & Raitz, 2007), as perspectivas de autoridade e lei se confundem com a do indivíduo, que tem seus desejos moldados pelas determinações da autoridade. Assim, o bem ou o mau é determinado pelo reconhecimento ou pela sanção desta autoridade. No segundo estágio, do objetivo instrumental, individual e da troca (Villela & Raitz, 2007), as próprias necessidades são os motivadores básicos para seguir normas e há uma expectativa de que os outros façam da mesma forma. Neste momento, o correto passa a ser percebido como aquele decorrente de acordo, o que se caracteriza como o gérmen do segundo nível conhecido como convencional. Neste nível, há interesse pela lealdade às pessoas, grupos e autoridades. Emerge a compreensão de que as normas e leis têm função de proteger a sociedade e “salvaguardar o bem da coletividade” (Villela & Raitz, 2007, p.635-6). A pessoa se reconhece como membro da sociedade, cujos interesses se ampliam além dos seus. Ao viver de acordo com as expectativas dos outros, busca o respeito destes. Com isto, considera-se o terceiro estágio como aquele de expectativas interpessoais mútuas, no qual busca-se ser bom e constata-se a habilidade de colocar-se no lugar do outro. O processo evolutivo caminha para o quarto estágio (Preservação do sistema social e da consciência), no qual há a presença marcante da busca pela preservação do autorrespeito. No entanto, ainda permanece o foco nas consequências dos atos, enquanto busca manter o funcionamento institucional. Regido pelas leis, que são fruto de acordo social, mesmo diante de conflito, a força da lei prevalece. (Kohlberg, 1992). Por fim, chega-se ao nível pós-convencional, no qual a justiça prevalece à legalidade. Neste nível, o interesse gira em torno do bem estar de outros e da sociedade. O estágio 5 é considerado por Villela e Raitz (2007) como de Contrato social ou utilidade e direitos individuais. Neste estágio, os valores e as normas são percebidos como

relativos ao grupo e as diferenças interpessoais são levadas em conta, compreende-se a existência de diversos valores como norteadores que podem variar de pessoa para a pessoa, no entanto, há a concepção de que existam valores e direitos universais que não são relativos e permanecem independente da opinião da maioria, como é o caso da vida e da liberdade. (Villela & Raitz, 2007). O sexto e último estágio, dos Princípios éticos universais, implica seguir princípios éticos auto-escolhidos, concebe-se a igualdade de direitos e o respeito pela condição humana prevalece. De acordo com Villela e Raitz (2007), neste estágio, ao avaliar as considerações de Kohlberg (1992), a pessoa é pensada como um fim em si mesma e não como um meio para que fins sejam alcançados. A perspectiva é tomada sob o ponto de vista moral e emerge o sentido de compromisso social, há o reconhecimento, portanto, da natureza da moralidade. (Kohlberg, 1992; Villela & Raitz, 2007).

Villela e Raitz (2007) fazem referência à Kohlberg e Piaget ao afirmarem que para que o juízo moral no plano pós-convencional se efetive são necessárias algumas condições, que reafirmam as considerações dos dois autores por elas estudados, no que se refere à dificuldade de encontrar pessoas que cheguem a este nível de desenvolvimento moral. As condições necessárias seriam completa reversibilidade, na qual os pontos de vista a partir dos quais o participante apresenta seus argumentos é respeitado (exige descentração e entendimento da lógica do outro); universalidade, no que diz respeito à inclusão de todos os participantes e por fim a reciprocidade, considerada por Villela e Raitz (2007) como “as pretensões de cada participante reconhecidas pelos demais” (p.634).

Kohlberg (1992) também ampliou o escopo de estudo Piagetiano, ao investigar diferentes culturas e grupos (como o de delinquentes) e conceitos e ação moral em adolescentes e adultos, desenvolvendo estratégia metodológica com uso de dilemas morais, o que o direcionou para a aplicação dos conceitos estudados nas práticas educativas. Kohlberg (1992) propõe ainda que esta exposição pragmática dos estágios de evolução moral seja base para a ação de educadores e que, assim, viabilize uma educação moral para a qual considera necessário criar uma atmosfera moral capaz de propor uma prática que estimule a ação moral, criando uma ponte entre o juízo e ação moral. Concepción Medrano, ao escrever o prólogo do livro de Kohlberg (1992), considera a questão da educação, que preconiza o estudo sobre

como podemos trabalhar na prática educativa com a construção dos princípios morais autônomos. Assim, se interessou por situações da vida real e pela ação moral. Acredita que o juízo/raciocínio moral é uma condição necessária, mas, não suficiente para a ação moral. Acredita que seja fundamental intervir em grupo e institucionalmente e não só no âmbito individual (Kohlberg, 1992, p.15).

Kohlberg (1992) conceitua a ação moral independentemente de variações culturais, pontos de vista sobre o que é ou não correto ou fatores de adequação situacional, a favor de uma definição positiva que faça corresponder a ação moral às formas ou aos estágios amadurecidos de juízo moral. Esta universalidade é pensada como necessária, pois se normas e leis sociais forem consideradas relativas à cultura, a juventude poderia questionar a validade ou a qualidade das normas morais e atribuir relevância maior ao caráter hedonista ou egocêntrico do que à moralidade social (convencional). O relativismo, no entanto, está presente na adolescência, não como recusa da norma, mas como possibilidade de manifestar individualidade, o que contribui para a definição de raciocínio por princípios do 5º estágio, que emerge apenas em anos pós-universitários, em participantes das pesquisas realizadas por ele. É importante considerar que o controle do impulso relaciona-se com a conformidade, já que pode haver um comportamento desafiador opositivo durante o processo de desenvolvimento de valores e princípios autônomos, com o que pode parecer que os adolescentes não se conformam. No entanto, este padrão de comportamento caracteriza apenas uma parte do processo que culminará na conformidade por legitimidade.

Para Kohlberg (1992), então, a primeira orientação da criança não se dá por respeito à autoridade e regras, como preconizava Piaget (1932/1994), mas pelo poder e pela punição. Turiel (1983) também faz crítica à generalização dos conceitos piagetianos referentes às regras do jogo ao âmbito daqueles referentes às regras morais, no entanto, não há esta sobreposição, pois, ao estudar as regras do jogo, o que está em evidência no estudo não são as regras em si mesmas, mas, os juízos a elas referentes, o que se refere ao estilo de pensamento do indivíduo.

Para Turiel (1983), a perspectiva de Kohlberg concebe a moralidade como sendo instrumental, na qual o certo é associado com poder, punição e consequências físicas. Turiel (1983) considera que Kohlberg aborda os “conceitos morais de maneira indiferenciada, o comprometimento com o sistema social é baseado em conceitos de coordenação e eficiência e não constitui uma definição de moralidade como aderência a arranjos sociais existentes” (p. 156). Como os dados não confirmam que as crianças lidem com todo tipo de regra da mesma

forma, Turiel (1983) acredita que as crianças pequenas formem conceitos de regras sistematicamente, mas que eles não são unitários. Ao contrário, elas especificam por domínio o tipo de regra. Para ele as regras variam de um contexto para outro e existem, portanto, diferentes domínios a partir dos quais um indivíduo pode conceber as regras que regem suas relações sociais.

Kawashima (2007) fez um estudo sobre condutas de discriminação entre crianças da educação infantil, no qual apresenta a perspectiva de Turiel (1983) como parte da fundamentação teórica. Neste trabalho, a autora considera que o domínio da moral se encontra em torno dos juízos prescritos pela justiça, direitos e bem estar, os demais domínios pertenceriam ao domínio convencional (sistemas de relações e organizações sociais) ou pessoal (conceitos de pessoas). Assim, a moralidade poderia ser definida “a partir dos conceitos do indivíduo, de seus raciocínios e de ações que se referem ao bem-estar, aos direitos e ao tratamento justo das pessoas” (Kawashima, 2007, p. 14-15). Ao separar os domínios moral, convencional e pessoal, tem-se uma base para compreender as relações entre pensamento, ação e conteúdo moral. Deste modo, Kawashima (2007) discute que formamos teorias de organização da sociedade, que servem para entender o significado e a função das convenções sociais e ao fazer isto, as pessoas atuam como cientistas, tentando observar regularidades, a fim de explicar sua existência.

Turiel (1983) argumenta que as regras têm papéis fundamentais no desenvolvimento social, uma vez que “a promulgação de regras e proibições, assim como seu reforço com punições, serve como meio primário para exercer controle sobre o comportamento ou sobre os indivíduos” (p. 75), acrescentando ainda que

as regras são vistas como funcionais ao indivíduo e ao sistema social. A conformidade à regra é funcional ao indivíduo, pois provê a ele ordem por reduzir a amplitude da variedade de comportamentos que fazem parte do repertório potencial de cada um. Em contrapartida, as regras servem para trazer ordem ao sistema social por prover uniformidade à variação do comportamento de seus membros (p. 77).

Turiel (1983) divide as regras em morais e convencionais e afirma que ambas são sociais. Sobre esta distinção, Kawashima (2007) afirma que as regras convencionais são sociais e arbitrarias e cita, como exemplo, comer com ou sem talheres. O domínio sócio-convencional seria baseado, assim, em ações arbitrarias específicas a cada contexto, “formadas pela participação em grupos sociais como a família, a escola e com os seus pares. As avaliações

das convenções sociais se baseiam na ausência ou presença de regras” (Kawashima, 2007, p. 51). Por outro lado, o domínio moral reuniria os preceitos morais, aquilo que implica o bem ou o mal de outrem, características inerentes às relações sociais, incluindo tanto experiências que levam a algum dano para as pessoas e à violação de algum direito, quanto aos conflitos entre contravenções cometidas. O que é considerado moral (obrigatório, impessoal e inalterável) em determinada cultura, poderia ser considerado convencional (alterável e específico do contexto social) em outra. Isto é,

uma unidade convencional pode desempenhar a mesma função simbólica que outra cumpre num sistema social diferente. (...) A diferença das convenções para as prescrições morais é que estas não são percebidas como alteráveis mediante consenso, o que não significa que a moralidade seja fixa e inalterável, mas que a percepção da moralidade é histórica (Kawashima, 2007, p. 55).

A relação entre o indivíduo e o meio é, portanto, interativa, pois a pessoa interpreta os acontecimentos mediante seu conhecimento social e constrói formas diferentes de pensar e raciocinar sobre os temas morais e os temas sócio-convencionais e dependendo da forma como o indivíduo interpreta e organiza seu pensamento, torna-se viável compreender a forma como julga uma conduta social, por meio do critério do domínio moral ou convencional.

Assim, Turiel (1983) concebe os domínios de juízo moral. Apresenta evidências de que uma análise desenvolvimental requer especificação das origens dos domínios do julgamento moral e mudanças qualitativas no domínio em questão. A evolução dos conceitos morais fica, portanto, circunscrita à especificidade do domínio moral em questão. E acredita que a moral de autoridade é distinta de uma autoridade social não moral muito antes da adolescência ou do quarto estágio da sequência proposta por Kohlberg (1992).

Ao discorrer sobre o desenvolvimento moral e colocar os domínios morais e convencionais em evidência, apesar de apresentar suas distinções, Turiel (1983) esclarece que ambos se referem a regras que por definição geral têm algo em comum mediante sua relevância para o desenvolvimento social. Afirma que as regras ditam o comportamento, devem ser seguidas e observadas, as pessoas muitas vezes as definem por exemplos concretos de regras que exercem essas funções no seu cotidiano. Afirma ainda, que uma “regra pode ser estabelecida em um contexto social, colocada em prática por uma pessoa ou grupo de pessoas e reforçada, geralmente, por sanções diante de sua violação” (Turiel, 1983, p. 79). Propõe a noção de

evolução no desenvolvimento do conceito de regra, sugerindo que os conceitos convencionais evoluam da arbitrariedade ao acordo mútuo, regido pela coordenação de interações sociais facilitadoras da interação e da operação do sistema. Assim, a função da regra de convenção social como organizadora da sociedade se confirma, na medida em que sirva à coordenação de interações sociais e integração dos elementos do sistema social. Com o tempo, as crianças tendem a referir-se mais às funções subjacentes das regras, como por exemplo, garantir bem-estar, direitos e reciprocidade.

Turiel (1983) apresenta os componentes da moralidade em Kohlberg, que seriam, dentre outros, lei, consciência e decisão, relações afetivas, autoridade e papéis de ordem cívica, direitos civis, punição, vida, direitos e regras de propriedade, verdade e papéis sociais. Por conseguinte, o desenvolvimento do conceito de regras por ele proposto culmina na consciência dessas regras, conforme proposto por Piaget (1932/1994), e estaria, neste sentido, ligado às competências adquiridas mediante o processo de tornar-se adolescente. Neste sentido, Borges e Alencar (2009) afirmam que

o resultado esperado de um desenvolvimento moral que segue seu curso é a construção de um sujeito autônomo, ou seja, um sujeito que vivencia em suas relações sociais parâmetros de reciprocidade, que lhe permitam uma convivência de respeito mútuo com os seus pares, para que siga valores e regras em comum (p. 295).

Na mesma perspectiva, La Taille (2006) considera que o desenvolvimento moral dependa de construções endógenas, auto-regulação, cooperação e reciprocidade. Tal processo envolve, portanto, mecanismos regulatórios e auto-regulatórios, que subsidiam a elaboração de projetos de vida para o ingresso do adolescente no universo adulto.

A partir das postulações teóricas abordadas, na presente tese, considera-se a influência dos contextos de vida e suas formas de organização para a concepção sobre regras, daí decorre o interesse por estudar contextos de características distintas, como é o caso da família e das amizades. O trabalho aqui apresentado pretende, ainda, abordar o desenvolvimento moral a partir de um contínuo iniciado com a anomia, seguido pela heteronomia até a conquista da autonomia do sujeito. No entanto, assume-se que não haja um sujeito plenamente heterônomo ou autônomo, pois, pode-se conquistar autonomia em alguma dimensão da vida, enquanto em outra encontra-se heterônomo. A anomia caracteriza-se pelo indivíduo estar fora do campo da moralidade, a entrada na moralidade se dá na heteronomia. A esta tendência segue-se a

concepção da função da regra, que passa a ser acessível à consciência, começando por um momento de referência aos padrões da autoridade, que merece respeito e obediência, o que caracteriza uma postura heterônoma. Na heteronomia, o indivíduo percebe a regra como algo que lhe é imposto sob o risco de sanção diante do não cumprimento. Sendo que os sentimentos predominantes na heteronomia são medo e amor. Segue-se a este momento uma orientação autônoma. A tendência à autonomia confere ao indivíduo a possibilidade de compreender a função social da regra, como aquela responsável pela organização das relações interpessoais a fim de, por meio de acordos mútuos, garantir o respeito mútuo aos direitos humanos e, por conseguinte, o bem viver pessoal e da coletividade. Neste momento, o dever seguir as regras convive com o querer segui-las e evitar a vergonha da infração ganha evidência, já que agora, o medo não é o da punição, mas, receio de ser diminuído aos olhos de si e do outro significativo caso as regras não sejam respeitadas e cumpridas. O estudo sobre como adolescentes concebem regras e como se projetam diante delas no futuro, tem como pressuposto relações sociais estabelecidas por pessoas autônomas, em busca da vida boa, a partir de uma perspectiva ética, construída em cooperação com o outro e para o outro, com generosidade, em instituições que possam ser consideradas justas. Ademais, considera-se que na adolescência possam ser desenvolvidas habilidades intelectuais e afetivas que habilitem o jovem a sistematizar sua visão de mundo, a fim de se projetar no futuro, o que perpassa a consciência das regras. Assim, a adolescência se torna uma fase favorável à investigação de aspectos propostos para o estudo da moralidade na presente tese, como regras e projetos de vida.

Aqui cabe considerar a distinção que La Taille (2006) faz em relação aos conceitos de moral e ética. O plano ético seria definido como uma “experiência subjetiva de alguma forma de bem-estar, e avaliação de que essa experiência acompanha o fluxo temporal da vida” (p. 38). Para ele, ser feliz exige a transcendência do aqui e agora. A constituição de uma personalidade ética exige a vitória do autorrespeito sobre a auto-estima, a busca de si e de um querer ser que leve a uma vida boa, enquanto a moral refere-se ao dever ser. Neste sentido, a elaboração de projetos de vida estaria circunscrita aos parâmetros éticos, segundo La Taille (2006), assim como também considera Miranda (2007), para quem os projetos de vida se enquadram em uma dimensão ética.

2.2 Projetos de vida

La Taille (2006) utiliza a metáfora dos mapas e da bússula para ilustrar a distinção entre moral e ética ao falar do saber fazer moral. Para ele, “a dimensão intelectual para o agir moral pressupõe o conhecimento das regras, dos princípios e dos valores. Ela também pressupõe conhecimentos culturais, psicológicos e científicos.” (p.74). Parafraseando a metáfora de La Taille (2006), as regras morais seriam o mapa e os princípios a bússula, a partir da qual se constroem os mapas. Saber utilizar a bússula exigiria, portanto, uma maior sofisticação moral do que a mera leitura de mapas, o que não diminui a importância dos mapas, pois, apesar da bússula dar a direção a seguir, sem os mapas a operacionalização sobre os caminhos a serem percorridos a fim de alcançar os objetivos de vida ficaria mais difícil. Ainda, valores e princípios se enquadrariam no plano ético e as regras no plano moral. Retomando o aspecto já anteriormente mencionado, no qual os projetos de vida, ao envolverem os rumos a serem seguidos, implicam utilização da bússula e, portanto, encontram-se no plano ético.

Damon (2009) considera que projetos vitais são uma intenção estável e generalizada de alcançar algo que seja tanto significativo para o eu quanto seja capaz de gerar consequências no mundo além deste eu. Implica desejo de fazer diferença no mundo e contribuir para a sociedade. Já Inhelder e Piaget (1970/1976) se referem a um programa de vida no qual está implícita a vontade de reformar a sociedade, tendo até um plano para executá-la “em algum domínio específico ou em sua totalidade e solucionar os conflitos decorrentes de integração social” (p. 252). Assim, o adolescente acaba se diferenciando da criança, pois reflete o mundo além do presente, volta-se à consideração do mundo das possibilidades. Para eles (Inhelder & Piaget, 1970/1976), na adolescência, o indivíduo passa a considerar o adulto como semelhante, julga-o por princípios de igualdade e reciprocidade e o futuro se torna alvo constante de seus pensamentos, conceitua sobre seu trabalho atual, seu futuro na sociedade, suas atividades do momento, faz uma síntese de tudo isto e elabora um programa de vida que orientará suas ações no futuro, que lhe permitirão acesso ao mundo adulto. Uma das formas, portanto, de ter acesso à maneira como o jovem tem se regulado é por meio do conhecimento dos seus projetos vitais. A auto-regulação pode, então, ser considerada um produto que depende fundamentalmente do desenvolvimento de estados de consciência e se consolida em um projeto de vida individual. Segundo Pratta e Santos (2007), compreender como o

adolescente planeja seu futuro pode contribuir também para a elaboração de estratégias que fortaleçam os fatores de proteção do jovem no ambiente familiar, inclusive quanto ao uso abusivo de drogas. Assim também pensa Damon (2009), ao considerar que as pessoas que convivem com os jovens, dentre elas pais e educadores, devem estar atentos e engajados na vida de seus filhos/alunos e devem ser responsáveis pelo estímulo à construção de projetos vitais. O desafio é não se tornarem dominadores, dizerem sim ao não, imporem limites sem perder a noção de que é preciso fazerem isto sem abafar a individualidade dos filhos/alunos. Reconhecendo, nesta relação, que tudo que os jovens fazem conta e tudo que se faz com e por eles também, assim como aquilo que se deixa de fazer. Reduzir danos decorrentes de escolhas que coloquem o desenvolvimento saudável em risco, assim como ajudá-los a superar a cultura do imediatismo, mostram-se alternativas relevantes apresentar as preocupações e desafios do “mundo real”, oportunidades e satisfação e reconhecer que quanto maior a expectativa que se tem quanto ao rendimento do jovem, maior o esforço dele para alcançar aquilo que se espera. Damon (2009) ainda sugere que se criem oportunidades simples para iniciar um diálogo (incluir sempre os por quês?), ser receptivo e apoiar as centelhas de interesse, falar sobre o projeto vital e os significados que encontra em seu trabalho, transmitir a sabedoria sobre o lado prático da vida: quais meios levam a que fins e como? Ainda mais, devem apresentar seus filhos/alunos a potenciais mentores e encorajar uma atitude empreendedora: Você pode fazer isto! Além disso, é importante alimentar uma postura otimista e inspirar responsabilidade. Aspectos como diálogo, estimular as centelhas de interesse, conhecer mentores, compartilhar experiências e estratégias de resolução de problemas cotidianos, dentre outros, reforçam a importância do apoio social para que os adolescentes possam colocar seus projetos de vida em prática.

La Taille (2009) considera, do mesmo modo, que os projetos de vida implicam a existência de uma intenção, uma finalidade, um objetivo para realizar algo, e acredita que isto exija o estabelecimento de prioridades, a hierarquização de possibilidades, o que se faz tendo as funções cognitivas e afetivas como subsídios. Menciona a dificuldade, no mundo de hoje, do estabelecimento de projetos, que exigem consciência de princípios e valores e conservação dos mesmos ao longo do tempo. Ressalta que atualmente há carência de sentidos orientadores em função da vivência de uma cultura do tédio, esvaziada de sentido, o que interfere nos projetos e na construção da identidade do jovem, o que fica marcado na constante falta de

interesse (desinteresse), falta de sentido na vida, falta de referência ao passado e ausência de futuro na perspectiva de vida adolescente atual.

Mais especificamente, portanto, acessar o modo como o jovem seleciona as metas a serem alcançadas, quais estratégias busca para conseguir alcançá-las e por fim, como lida com os sucessos e fracassos diante da busca e como luta por seus ideais, auxilia a compreensão dos modos pelos quais o jovem tem se regulado enquanto elabora seus projetos de vida. O uso sistemático dos processos de controle do pensamento confere ao adolescente competência para se integrar ao mundo dos adultos e assim superar um dos grandes desafios e tarefas que caracterizam a adolescência. A integração ao mundo dos adultos implica, dessa forma, a adoção de um quadro de valores aceitos socialmente e a elaboração de um plano para modificar a estrutura social e alcançar os objetivos que permitam ao adolescente definir-se como sujeito pleno e hierarquicamente semelhante ao adulto. (La Taille, 2009). As dimensões afetivas e intelectuais, assim, interatuam a fim de traduzir o dever fazer moral em querer ser mais e melhor por meio de ações morais, que implicam legitimação de regras, autorrespeito e promovem a expansão de si.

A elaboração de um projeto de vida exige descentração, superação do egocentrismo, passagem da crise idealista para o encontro com o real, para que o adolescente possa, enfim, ser conduzido ao início real da vida adulta. Segundo Inhelder e Piaget (1970/1976), a conquista desenvolvimental de entrada no universo adulto precisa, por conseguinte, de “uma revisão contínua das perspectivas: o egocentrismo é o estado da indiferenciação que ignora a multiplicidade das perspectivas, enquanto que a objetividade supõe, ao mesmo tempo, uma diferenciação e uma coordenação de pontos de vista” (p. 256).

A partir do momento em que o adolescente consegue descentrar-se, ele se torna capaz de pensar sobre o próprio pensamento de maneira mais objetiva a fim de encontrar formas para ordenar os valores e alcançar os fins desenvolvimentais, afirmando sua autonomia no enfrentamento da vida, elaborando seu projeto de vida, que orientará sua conduta e colaborará para a estruturação de sua personalidade, o que garantirá a inserção no mundo adulto (Inhelder & Piaget, 1970/1976). Desta forma, a elaboração consistente de um projeto de vida sugere uma atividade altamente reflexiva. De acordo com Tardeli (2010), existem estudos e teorias sobre o desenvolvimento que indicam que, na adolescência, o sujeito é capaz de auto-reflexão para compreender-se e decidir sobre uma conduta.

O contexto influencia o adolescente que, por conseguinte, também constrói ativamente seu mundo, utilizando estratégias definidas que permitirão o alcance dos objetivos de vida, o que está de acordo com a perspectiva interacionista de moralidade proposta neste trabalho (Kohlberg, 1992; Piaget, 1932/1994; Tardeli, 2010; Turiel, 1983). Partem deste princípio, também, Pratta e Santos (2007) e afirmam que a preparação e a atuação profissional são projetos de vida considerados estratégias legítimas dos adolescentes estudados em São Paulo, para alcançarem melhor qualidade de vida.

Em outra perspectiva, Baltes (1997) ressalta a importância de diferentes estratégias para que os objetivos rumo ao desenvolvimento saudável sejam alcançados, ao propor o modelo SOC (seleção, otimização e compensação) de inteligência. Neste modelo, Baltes (1997) afirma que é preciso selecionar uma meta (S), encontrar estratégias para alcançá-la (Otimizar a meta – O) e enfim compensar as perdas e fracassos (C) advindos das ações realizadas, lidando com eles de maneira eficiente e satisfatória. Para Gestsdóttir e Lerner (2007), a capacidade de colocar o modelo SOC em funcionamento se torna mais consistente na adolescência. Tudo isto porque o adolescente possui estruturas de pensamento formais e um lobo frontal mais desenvolvido que o habilitam a pensar de maneira abstrata, a criar e testar hipóteses alternativas de ação, assim como direcionar sua atenção seletivamente a aspectos relevantes dos problemas vivenciados, a fim de estruturá-los de maneira mais clara e coerente e, a partir disto, viabilizar o encontro de alternativas viáveis de ação. Um dos fatores importantes neste processo, que se torna mais marcante na adolescência, é a capacidade para definir o problema e encontrar formas para solucioná-lo, pois, os indivíduos passam a se conhecer mais, tanto pela observação do próprio funcionamento como o daqueles com quem se relacionam. Estas observações e inferências delineadas por eles estimulam o desenvolvimento das habilidades de auto-regulação, a partir da habilidade de projetar alternativas hipotéticas para o curso de seu próprio desenvolvimento, que pode ser compreendido como a elaboração de um projeto vital. Inhelder e Piaget (1970/1976) conferem ao projeto vital um status importante, pois representa uma conquista desenvolvimental do adolescente, sendo possível graças às operações formais. Conseguir estruturar um projeto vital e colocá-lo em prática, na verdade, poderia ser considerado o sucesso adaptativo do adolescente. Sem esquecer La Taille (2006) que reforça a presença da dimensão afetiva, pautada em princípios e valores, que alimenta a dimensão intelectual do saber fazer moral.

Dellazana (2011) afirma que um programa de vida funciona como um instrumento de cooperação e como fonte de disciplina para a vontade, exige organização autônoma das regras e dos valores e viabiliza, assim, a personalidade. Deste modo, considera-se que, mesmo na cultura do tédio (La Taille, 2009), os adolescentes têm projetos e que a condição sócio-econômica deles media a perspectiva de futuro que têm para si.

Tardeli (2010) considera a elaboração de projeto de vida pelo adolescente como um elemento essencial para a construção de sua personalidade moral e concebe o adolescente como ser ativo e participativo, atuante no mundo profissional, que se projeta para construir seu futuro e o da sociedade, que valoriza laços afetivos e se preocupa com o outro. Julga necessário reconhecer a condição biopsicossocial dos adolescentes, que constroem sua identidade em função de intimidade, autonomia, valores próprios e projetos. Define projeto de vida como “uma estrutura psicológica, que reflete as direções centrais do indivíduo, que determinam sua posição e pertencimento a uma sociedade concreta” (p. 61). Afirma que a configuração, o conteúdo e a direção dos Projetos de Vida estão vinculados ao contexto social do adolescente, em sua expressão presente e na perspectiva antecipada do que acontecerá no futuro, estando sempre impregnados de valor. Ito e Soares (2008) concordam que o homem seja sujeito de suas escolhas e mencionam que a escolha do projeto pessoal se dê a partir de uma articulação entre o indivíduo e a sociedade da qual faz parte. Neste sentido, as escolhas sofrem influências daquilo que o contexto sócio-econômico oferece de oportunidades ao indivíduo.

A pesquisa de Ito e Soares (2008) foi realizada com metodologia qualitativa na qual jovens universitários escreveram sobre seus projetos futuros. As palavras utilizadas com maior incidência foram identificadas e categorizadas por meio de um programa estatístico. Foram elas: projeto de futuro / de vida, como aquele relacionado a conceitos como modesto, desejos, expectativas, presente, longo prazo, realização, preparação. Os jovens se posicionam frente ao futuro com atitudes e estratégias como, por exemplo, fazer especialização ou mestrado, concebem as escolhas como cruciais, relatam medo de falhar, mencionam sorte, insegurança e incerteza. Buscam realização profissional, o que fica claro em menções como prazer, bom emprego, gostar de trabalhar, ganhar bem, estabilidade, mérito, desafios, competência técnica, valorização, recompensa e também querem alcançar bem-estar, aliado à paz, qualidade de vida e harmonia. E por fim mencionam recursos financeiros (estabilidade, ganhar bem, casa própria, carro, padrão de vida suficiente para viver) e família (casar, ter mulher, filhos, o que

demanda gastos). Os resultados sugerem que os formandos privilegiam os frutos do trabalho, a longo prazo, com expectativas positivas de realização e tranquilidade. Os autores destacam que a remuneração é mencionada como positiva na medida em que traz estabilidade e condição para constituir família, mas o prazer com o trabalho é o que de fato buscam. Salientam ainda que a sorte é reconhecida como fator importante, mas mencionam o reconhecimento de que toda ação remete à totalidade do ser que projetam ser. Concluem que os formandos aproximam-se do padrão de transições profissionais (conforme mencionado em ponto anterior do texto), por concentrarem seus objetivos no prolongamento dos estudos, postergando projetos familiares ou de lazer para um futuro mais ou menos distante.

No estudo de Tardeli (2010), os adolescentes apresentaram como projetos relevantes para si, em ordem de importância, a família (por exemplo: casar e ter filhos), os estudos, as amizades (vinculadas aos relacionamentos afetivos de confiança e apoio), o trabalho e o lazer. A autora considera que a escolha destes projetos sofre influência do contexto social do qual fazem parte, como por exemplo, a escola onde estudaram e as oportunidades de emprego.

Santos (2002) defende que os projetos sofrem influências das expectativas que pais, parentes e sociedade têm sobre o indivíduo, bem como das suas concepções a respeito de si e dos outros. Também há influência, aponta o autor, das condições de vida do indivíduo, como por exemplo, a sua situação específica na divisão social do trabalho. Acredita que, o projeto deve fornecer orientação e significação à vida dos atores sociais. Os resultados de sua pesquisa, realizada com jovens em São Paulo, sugerem que as representações sociais de futuro de adolescentes são construídas a partir de alguns elementos como formação acadêmica, formação familiar e aquisição de bens materiais, assim como pensam no trabalho como alternativa para custear a faculdade e buscam a constituição de relacionamentos interpessoais de qualidade e um estado absoluto de felicidade (Santos, 2002). Tudo isso aliado ao esforço pessoal.

Liebesny (2008) ressalta a importância das relações sociais, do auto-conhecimento e da consciência de si e de sua capacidade de transformar o mundo do qual faz parte, para que o projeto de vida se torne realidade na vida dos adolescentes de maneira saudável e considera o trabalho como projeto importante na vida deles, não apenas em sua função de gerar renda, mas também como fonte de realização e garantia de vínculo com a sociedade.

O jovem adolescente que busca responder à pergunta sobre a vida que quer ter, que investe energia psíquica e age a favor da conquista deste ideal, aumenta substantivamente as chances de sucesso e tende, com isto, à conquista da meta de desenvolvimento saudável. Neste sentido estudar o projeto de vida dos adolescentes permite a expansão da abordagem do estudo da moralidade além da moral, chegando às concepções éticas, na medida em que a ética se refere a aspirações e ideais, não se limita aos deveres e às regras.

Miranda (2007) fez um estudo sobre projetos de vida de adolescentes em uma perspectiva moral e ética, e neste estudo ela concebe o projeto de vida em uma dimensão ética, na medida em que se refere a aspirações e ideais, mais que a deveres e regras ligados à dimensão moral, que independe da consequência externa. Apresentou evidências de que, atualmente, os adolescentes de zonas urbanas têm uma tendência de valorizar o “ter” em comparação ao “ser”, valorizando mais a posse de bens materiais que outros valores, deste modo, o estudo de Miranda (2007) demonstra que os adolescentes têm projetos, que se organizaram em cinco categorias centrais, nesta ordem, Bens Materiais, Relacionamentos Afetivos, Atividade Profissional, Formação Acadêmica e Outros Projetos. A escolha destes projetos foi categorizada em argumentos chamados conectados, quando incluíam outras pessoas, grupos ou instituições como protagonistas e em argumentos chamados desconectados, quando não consideraram a existências destas outras pessoas, grupos ou instituições ou ainda, quando estes outros foram mencionados de modo secundário, vistos como meios para o alcance dos objetivos. Foram encontrados 52% de projetos conectados e 48% desconectados. Andrade (2012) utilizou-se de uma categorização semelhante para seus dados, resultantes de pesquisas com jovens surdos, levando em conta o grau de consideração de si e do outro na menção dos projetos de vida.

Conhecer, por conseguinte, os projetos de vida de adolescentes, traria orientações sobre a forma como eles representam sua realidade, onde e como querem chegar e o que pretendem e acreditam que irão alcançar. Este processo envolve a consciência da regra destes jovens, em seus contextos de interação, que no caso deste trabalho são a amizade e a família.

No entanto, nem todos os jovens se comportam e pensam adaptativamente, a favor de seu desenvolvimento saudável, muitos encontram-se sem rumo e sem projetos, vivendo suas vidas de acordo com as circunstâncias e sem objetivos (Damon, 2009), em uma cultura do tédio (La Taille, 2006), o que favorece escolhas não saudáveis, como é o caso da dependência química,

que traz inúmeras consequências negativas ao processo de desenvolver-se e tornar-se adulto. Pratta e Santos (2007) buscaram estudar uma amostra específica de adolescentes, compararam projetos futuros de adolescentes usuários e não usuários de drogas e os resultados encontrados na pesquisa indicam que os usuários planejam seu futuro dando ênfase aos valores familiares e do trabalho, por representarem, para eles, a conquista de estabilidade e segurança, que foram considerados como os únicos caminhos para saírem da instabilidade e ameaça de exclusão por eles vivida. Apresentaram também resultados de pesquisas que investigaram projetos de futuro de adolescentes e elas têm pontos em comum com a pesquisa que conduziram, apresentando projetos como realização profissional, ser feliz e realização pessoal, vendo a educação como elemento central de suas vidas, como estratégia importante para se tornar alguém de valor e inserido na sociedade do trabalho. No entanto, ainda encontraram resultados, que em contraposição aos seus, indicam que um grupo de jovens se preocupa mais com a inserção no mercado de trabalho, seu sustento, deixando os estudos em segundo plano. Isto evidencia a importância de mais estudos nesta área.

Os jovens pesquisados por Ito e Soares (2008) também apresentam preocupação com o futuro, em resposta às condições adversas relacionadas à futura profissão e com isto, acabam focando em projetos de curto/curtíssimo prazo. Uma questão que se coloca é se as drogas não estariam neste lugar, representando a busca de satisfação imediata, sem uma avaliação criteriosa do impacto negativo delas em seus projetos futuros. Deste modo, conhecer projetos de vidas elaborados por aqueles que vivem sob uso nocivo de drogas e daqueles que convivem com eles sem fazer uso, oferece uma oportunidade a mais de compreender fatores implicados na elaboração de projetos de vida e nas alternativas para alcançá-los. E coloca a dependência química em um lugar de destaque como problemática que, ao ser melhor estudada, poderá auxiliar na compreensão das dimensões morais e éticas que a envolvem a fim de melhor poder intervir sobre ela, e favorecer a promoção de cursos de desenvolvimento mais saudáveis.

2.3. Dependência química

De acordo com Silva e Laranjeira (2004), “a dependência é uma doença crônica e recorrente, que resulta de uma interação de efeitos prolongados da droga no cérebro” (p.12). Afirmam também que “grande parte dos sintomas decorrentes do uso agudo e crônico das drogas de abuso pode ser explicada pela ação da droga nas diversas áreas cerebrais” (p.13). Explicam que comer ou tocar instrumentos musicais, por exemplo, são comportamentos impulsionados por sensações de prazer e que geram prazer naturalmente. Por outro lado, o prazer promovido pelas drogas não se dá desta maneira natural, mas, elas também estimulam a área do cérebro relacionada ao prazer, conhecida como sistema de recompensa cerebral. Tal estimulação provoca alterações de comportamento, motivação, capacidade de julgamento, que configuram sintomas psicopatológicos, oriundos, portanto, da ação direta das drogas no sistema nervoso central. Cada tipo de droga ou alimento funciona como estímulo para que o cérebro disponibilize ou suprima neurotransmissores em maior ou menor quantidade alterando o funcionamento do sistema nervoso central e cada indivíduo experimenta uma sensação diferente diante desta alteração, haja visto a interação de fatores individuais e do contexto social de uso da droga. O que implica necessidade de tratamento específico para as alterações psicopatológicas, a fim de que o mesmo sintá-se motivado e engaje efetivamente em ações que possam mudar seu comportamento.

De acordo com Pratta e Santos (2009), “falar do uso de drogas não é falar apenas de uma questão biológica, é falar de um indivíduo integral, para o qual as drogas possuem uma representação específica” (p.210). A dependência está sendo considerada, portanto, na presente tese, como um fenômeno multideterminado, pela interação de fatores biopsicossociais. Assim, para compreendê-la e intervir sobre ela, é preciso entrar em contato e atuar sobre estes diversos aspectos (Bordin, Figlie & Laranjeira, 2004; Karkow, Caminha & Benetti, 2005; Moraes & Figlie, 2004).

Ao levar em conta as dimensões afetivas e intelectuais propostas por La Taille (2006) envolvidas no fazer moral e considerar as alterações que o uso nocivo de drogas promove na capacidade de julgamento do indivíduo, conforme apresentado por Silva e Laranjeira (2004), fica viável pensar as dificuldades diante das quais o dependente químico se encontra para atuar no mundo onde vive, quanto mais projetar-se no futuro e lutar por uma “vida boa”.

Laranjeira e Ribeiro (2014) apresentam indicadores de que um quinto dos brasileiros e um quarto dos estudantes de ensino médio já experimentaram drogas ilícitas ou controladas pelo menos uma vez na vida. Pratta e Santos (2007) afirmam que os adolescentes apresentam altas taxas de uso de drogas – uso esse que tem se iniciado cada vez mais cedo – e destacam que o primeiro contato com a droga geralmente ocorre na adolescência, devido às mudanças físicas, psíquicas e sociais que acabam tornando o adolescente mais vulnerável, constituindo um grupo de risco para o uso de substâncias psicoativas. Dagnoni, Cordeiro, Duarte, Goulart e Cerqueira (2007) afirmam que o uso excessivo de substâncias psicoativas tem aumentado consideravelmente, no entanto, o abuso e a dependência implicam a formação do indivíduo e a sua relação com o meio em que vive.

Fukuda, Brasil e Alves (2009) apresentam resultados de um estudo epidemiológico do uso de drogas entre estudantes do ensino Fundamental e Médio da cidade de Cuiabá, que sugerem que o uso de drogas seja mais frequente entre os meninos que entre as meninas e que eles experimentem álcool e solventes em idades menores. Estes dados se encontram em consonância aos encontrados no estudo por elas realizado, a partir dos quais afirmam que “os meninos parecem estar em maior risco social e com menos nível de proteção, considerando os aspectos de micro, meso e macrossistemas sociais, além de aspectos mais subjetivos como autoimagem, referentes às suas características de recursos pessoais.” (p.124). Ademais, apresentam dados que evidenciam maior envolvimento dos meninos com o tráfico de drogas e com problemas de justiça. Benites e Schneider (2014) também trazem dados que sugerem que o uso de drogas, no caso do álcool, por meninos seja maior que o de meninas, ao afirmarem que o uso entre meninas vem se aproximando em consumo aos seus pares do sexo oposto. Costa e Dell’Aglío (2011) compartilham o ponto de vista de que os meninos apresentam “maior tendência a desordens externalizantes, como o desenvolvimento de comportamentos delinquentes e agressivos, sendo que ambos os tipos de desordens podem estar associadas ao uso de drogas.” (p.242). Costa e Dell’Aglío (2011) têm em vista que o sexo masculino é protagonista da maioria dos delitos investigados. Neste sentido, justifica-se o estudo de jovens do sexo masculino, a fim de melhor compreender e elucidar aspectos relacionados a maior prevalência deste grupo quanto ao uso nocivo de drogas.

Laranjeira e Ribeiro (2014) defendem que as diferentes drogas podem ser utilizadas tanto de maneira disseminada por todas as culturas, como é o caso da maconha e da cocaína, quanto

por culturas específicas, como é o caso do crack. Sayago, Lucena-Santos, Horta e Oliveira (2014) contrariam o senso comum, ao afirmarem que os consumidores têm-se mantido vivos por longos períodos e que não seria o uso do crack em si a causa de mortalidade precoce, mas, sim o envolvimento em atividades de risco, como as que envolvem o tráfico de drogas. Evidenciam o aumento de usuários de crack nos últimos tempos e os problemas comportamentais e sociais daí decorrentes, constituindo fatores que colocam o abuso de drogas como questão de fundamental importância para a saúde pública. De acordo com a OMS (2000, apud Meloni & Laranjeira, 2004), o custo social e de procedimentos relacionados à saúde decorrentes do consumo de bebida alcoólica, que é uma das drogas mais utilizadas no Brasil e no mundo, é muito elevado. Meloni e Laranjeira (2004) mostram que, considerando-se todos os países para os quais existem dados disponíveis, a bebida alcoólica é responsável por 4% dos casos de morbidade e mortalidade ocorridos. No Brasil o impacto da bebida alcoólica é bem maior, uma vez que ela está associada a mais de 10% dos casos. Paludo (2011) realizou uma avaliação das normas sociais e dos valores apresentados por adolescentes e jovens com experiência de tráfico de drogas e daqueles sem esta experiência e encontrou que os valores pessoais e as normas sociais são barreiras morais importantes para a decisão do cometimento de delitos e que é importante trazer o contexto de vida para esta discussão, pois, ele tem um impacto importante para o desenvolvimento das pessoas. Menor importância ao direito à vida, à autoridade, à religião e à punição demonstraram relacionar-se com o aumento da vulnerabilidade do jovem ao envolvimento com o crime e com o tráfico.

Souza, Kantorski e Mielke (2006) chamam a atenção para o fato de estarmos vivendo em uma sociedade regida pelo consumismo, assim, a droga passa a ser pensada como possibilidade de maximizar oportunidades de obter prazer e lidar com sofrimentos, em especial para indivíduos que buscam solucionar seus problemas com estratégias que representam meras tentativas de escape, lembrando que estas atitudes estão embutidas pela “faceta de contestação e/ou transgressão às normas vigentes” (p.2). Como a capacidade cognitiva interfere tanto na resolução de problemas quanto no desenvolvimento da consciência e da prática das regras (Piaget 1932/1994), é importante considerar os impactos das drogas nestes processos. Sobre este tema Sayago, Lucena-Santos, Horta e Oliveira (2014) apresentam dados de literatura que sugerem a existência de prejuízos em funções cognitivas dos usuários, como memória, capacidade de aprendizagem e resolução de problemas, o que poderia influenciar o êxito de tratamentos e implicar danos permanentes. Realizaram uma pesquisa a fim de investigar estes

fatores e encontraram dados onde a maioria (90%) dos usuários de crack, por exemplo, estando ao menos 10 dias sem uso da droga, obteve desempenho cognitivo preservado, avaliados pelo WAIS-III. No entanto, o funcionamento adaptativo dos entrevistados com relação às amizades, família, e trabalho esteve prejudicado na maioria dos usuários e dentre os problemas externalizantes, o mais significativo por eles apresentado foi justamente o comportamento de quebra de regras. Os autores ressaltam a coerência dos achados, já que estes indivíduos costumam se envolver frequentemente em condutas como ameaças, discussões e tráfico de drogas. Outras comorbidades psiquiátricas como Transtorno de Personalidade Antissocial também estiveram presentes na amostra pesquisada.

De acordo com Canoletti e Soares (2004), “a droga é uma mercadoria cujo consumo deve ser analisado à luz da estrutura e dinâmicas do modo de produção capitalista, que conformam os contextos da sociedade contemporânea” (p. 117). Em relação às referências sociais no Brasil, Machado e Miranda (2007) consideram que o processo de constituição da política de saúde para usuários de álcool e outras drogas privilegia a concepção do fenômeno alvo como multideterminado, que deve ser visto como um fato histórico, resultante de uma série de condições construídas em tempos e espaços diferentes, por meio de atores e práticas sociais diversos, como se dá, por exemplo, na família e nas amizades, imbuídos de diferentes significados e interesses.

Noto e Galduroz (1999) ressaltam a negligência do Brasil quanto às intervenções relacionadas às drogas lícitas, como álcool, tabaco, anfetaminas, ansiolíticos, ainda que tais drogas tenham impacto social expressivo, podendo ser citado como exemplo o caso da violência familiar. Esta negligência foi constatada de forma indireta na pesquisa realizada por Dagnoni, Neri, Pinheiro e Cerqueira (2007) que evidenciou associação regular das intervenções realizadas com dependentes químicos com instituições religiosas ou com modelos que se apoiam na espiritualidade (por exemplo, reuniões de grupos de auto-ajuda são realizadas em salões paroquiais de igrejas católicas). As pesquisadoras constataram ainda que os voluntários que atuam em tais intervenções não são capacitados, que os índices de recuperação e recaída não são controlados, que as estratégias de prevenção são precárias, que há pouca colaboração de profissionais da saúde e que os que se tornam abstêmios não são acompanhados. Observaram também que os entrevistados diferem quanto à importância dada à família no tratamento.

O problema do consumo de drogas pode ser enfrentado por meio de intervenção direta, quando o problema já se encontra instalado, e por procedimentos de prevenção, com objetivo de evitar que o problema se instale, nos casos em que essa ação prévia seja viável, ou com objetivo de reduzir a magnitude do problema evitando que novos consumidores proliferem. As ações efetivas sobre a prevenção ao uso de drogas são mais recentes que as ações de intervenção. A maneira do estado abordar a dependência química ao longo dos anos modificou-se à medida em que houve ampliação da compreensão sobre o tema. É possível considerar, a partir de informações disponíveis no site² do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que, desde a lei nº 6368/76 até a lei nº 11.343/06, foi marcante a tensão entre duas arenas distintas: de um lado a visão do problema como pertinente à “Saúde Pública”; de outro, a compreensão de que se trata de problema social cuja origem está em comportamentos desviantes e criminosos, pelos quais devem se responsabilizar os agentes executores das políticas de Segurança Pública. De acordo com o CFP, os serviços de atenção não devem fazer com que as pessoas percam sua autonomia, o contato com a família e com o espaço social onde se constrói sua identidade. Não se espera que pessoas sejam permanentemente internadas e o CFP³ trabalha para evitar isso e fazer com que as pessoas sejam ativas e protagonistas na vida e que continuem a viver, estimulando potencialidades para a promoção de sujeitos de cuidado, autores de seus próprios projetos de vida.

Machado e Miranda (2007) também discutem sobre o percurso histórico das políticas relacionadas às drogas no Brasil. Embora reconheçam terem surgido na década de 80 vários centros de referência em universidades federais, o que auxiliou o desenvolvimento de conhecimento científico referente ao tema, argumentam que, no Brasil, houve atraso no que diz respeito à filosofia de abordagem do fenômeno das drogas, já que as práticas surgiram com base em prescrições previstas nas várias leis brasileiras que trataram do tema e não em necessidades de atenção à saúde geradas pelo consumo de substâncias psicoativas. Apenas em 2003 foi estabelecida política de saúde para usuários de álcool e outras drogas, o que, segundo os autores, representa atraso histórico do Sistema Único de Saúde (SUS) na assunção da responsabilidade pelo enfrentamento de problemas associados ao consumo de álcool e outras drogas. Machado e Miranda (2007) acreditam que essa política propõe uma nova abordagem, não mais comprometida com o controle e com a repressão, mas sim com a redução dos danos

² http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/noticias/noticia_110117_002.html

³ Conselho Federal de Psicologia. Site: http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/noticia_110117_002.html

e dos prejuízos. Tal política altera o que vinha sendo feito, pois a problemática da dependência química era regida pelos princípios jurídicos e policiais, com filosofias de exclusão e repressão e não de tratamento e prevenção. A Política Nacional sobre Drogas, então delimitada, é dividida em cinco eixos de atuação (Machado & Miranda, 2007): 1) prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social, 2) redução de danos sociais e à saúde, 3) redução da oferta e estudos, 4) pesquisas, e 5) avaliações.

Machado e Miranda (2007) apresentam, em complemento, o marco teórico-político e as diretrizes para a área, que estão em consonância com os princípios e orientações do SUS, da reforma psiquiátrica, e foram pensados segundo uma lógica ampliada de redução de danos, o que inclui: a alocação do uso de álcool e outras drogas entre os problemas da saúde pública; a indicação do paradigma da redução de danos nas ações de prevenção e de tratamento; a desconstrução da concepção do senso comum de que todo usuário de drogas é doente e requer internação ou prisão; e a mobilização da sociedade civil para práticas preventivas, terapêuticas e reabilitadoras.

O projeto propôs ainda, de acordo com Machado e Miranda (2007), a criação de uma rede de atenção integral do SUS (ações de prevenção, promoção e proteção à saúde); a construção de malhas assistenciais formadas por dispositivos especializados (os Centros de Atenção Psicossocial álcool/drogas – CAPSad) e não-especializados (unidades básicas, programas de saúde familiar e hospitais em geral) e o estabelecimento de ações intersetoriais. Trata-se de um marco teórico-político que rompe com abordagens reducionistas e considera a presença das drogas nas sociedades contemporâneas como fenômeno complexo com implicações sociais, psicológicas, econômicas e políticas, e que, portanto, não pode ser objeto apenas das intervenções psiquiátricas e jurídicas – como ocorreu historicamente no Brasil – nem tampouco de ações exclusivas da saúde pública.

Noto e Galduróz (1999) analisaram o uso de drogas psicotrópicas e a prevenção no Brasil e no mundo e encontraram percurso semelhante, começando, em 1965, nos EUA, com os avisos de advertência nas embalagens de cigarro, com a restrição de espaço para fumantes e responsabilização das empresas produtoras pelas doenças decorrentes do fumo. No Brasil, o Ministério da Saúde lança a primeira contrapropaganda do cigarro, com a proibição da veiculação de propaganda na TV, na imprensa escrita e em cartazes de rua apenas em 2002,

quando as empresas produtoras de cigarro também foram proibidas de patrocinar eventos esportivos.

Canoletti e Soares (2005) avaliaram programas de prevenção ao consumo de drogas no Brasil, a partir da análise da produção científica de 1991 a 2001, verificando o tipo de abordagem utilizado na prevenção. Constataram que, em 122 textos examinados, a abordagem que chamaram de “combate ou guerra às drogas” estava presente em 6,6% dos casos. Para os autores, essa abordagem considera a droga como causa de problemas individuais, com idealização de uma sociedade sem drogas, onde a meta única seria a abstinência total. Neste caso, as informações seriam tendenciosas e os métodos alarmistas, amedrontadores e generalizadores. Ao responsabilizar o indivíduo pelo uso, colocam a carga exclusivo deste indivíduo, o esforço para a mudança de comportamento.

Em 23% dos casos está presente a abordagem classificada pelos autores como redução de riscos ou danos. A descrição que fazem de tal categoria de abordagens é bem detalhada:

Crítica explícita à política de guerra às drogas; a demanda e a oferta de drogas lícitas ou ilícitas fazem parte do processo histórico e social contemporâneo; os objetivos da prevenção abrangem qualquer avanço que minimize os prejuízos que possam advir do consumo de drogas; admite-se diferentes tipos de uso; a educação deve despertar a crítica, com projetos de fortalecimento dos indivíduos e grupos ou classes sociais; os métodos são participativos e inclusivos; os projetos são específicos para cada situação (Canoletti & Soares, 2005, p. 120).

Em 18,9% dos casos constatou-se abordagem que também privilegia a redução de riscos / danos, mas com objetivo central na prevenção de transmissão do HIV. Vale lembrar que a partir dos anos 90 foram veiculadas campanhas associadas à prevenção de DST/AIDS, enfatizadas pelo SUS e considerando o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), diante do aumento significativo da contaminação pela doença e do uso de drogas ilícitas ser considerado um dos grandes veículos transmissores. Com isso, a década de 90 foi considerada o grande momento das ações relacionadas às intervenções em relação às drogas.

Os demais 51,6% dos casos envolviam abordagem classificada como de “transição”. Também essa categoria ampla foi descrita de forma cuidadosa por Canoletti e Soares (2005), o que justifica sua transcrição:

O uso de drogas é em geral tomado como disfuncional, multifatorial e identificado com os pressupostos da prevenção primária; há superposição de perspectivas

teórico-metodológicas; objetiva-se prevenir ao mesmo tempo o uso, o uso indevido ou o abuso; apresenta comunalidades com a abordagem da redução de risco/danos, principalmente no que se refere à: aceitação de que o consumo de drogas é histórico e processual; utilização de informação científica e ênfase na formação educacional e na utilização de métodos participativos (p. 120).

No que diz respeito às intervenções relacionadas às drogas, Oliveira, Laranjeira, Araujo, Camilo e Schneider (2003) alertam quanto à importância de se avaliar a motivação do indivíduo para a mudança, a fim de garantir maior efetividade da proposta de intervenção. Para a avaliação desta motivação, estes autores apresentam o Modelo Transteórico de Prochaska e DiClemente (1982, apud Oliveira, Laranjeira, Araujo, Camilo & Schneider, 2003), que está baseado no princípio de que a mudança é um processo e que a prontidão para ela varia de pessoa para pessoa, em diferentes estágios pelos quais o indivíduo pode transitar. No referido modelo, foram identificados diferentes estágios - a Pré-contemplação, a Contemplação, a Ação e a Manutenção - definidos como segue:

A Pré-contemplação é um estágio em que não há intenção de mudança nem mesmo uma crítica a respeito do conflito envolvendo o comportamento-problema; a Contemplação se caracteriza pela conscientização de que existe um problema, no entanto há uma ambivalência quanto à perspectiva de mudança; a Ação se dá quando o cliente escolhe uma estratégia para a realização desta mudança e toma uma atitude neste sentido e a Manutenção é o estágio onde se trabalha a prevenção à recaída e a consolidação dos ganhos obtidos durante a Ação. (Oliveira, Laranjeira; Araujo; Camilo; Schneider, 2003, p. 266).

Apesar das orientações relacionadas à importância de se avaliar a motivação dos indivíduos para a mudança, Marinho (2005) caracteriza os programas de prevenção como propostas que ainda valorizam o terror, a dor e a morte, atribuindo significado marginal às drogas. Na mesma linha de raciocínio, Monteiro, Vargas e Rebello (2003) enfatizam a necessidade de adequação das proposições educativas ao contexto sociocultural, a partir de enfoque interativo, essencial à prática pedagógica efetiva, pautado por princípios de interlocução e aprendizagem. Assim, a prevenção deve acontecer levando-se em consideração tanto o indivíduo como a sociedade (Noto & Galduróz, 1999), dependendo, então, da população alvo e do perfil da interação. De acordo com a OMS (1992), é possível considerar diversos níveis de prevenção. A prevenção primária, que evita novos casos de uso abusivo ou o primeiro uso e tem como base o modelo informativo, baseado no amedrontamento, informação científica

não tendenciosa e o modelo de formação/sensibilização de multiplicadores, para fortalecer atitudes saudáveis e/ou oferta de alternativas esportivas/culturais. Assim como a prevenção secundária, que evita ocorrência de complicações para uso ocasional. Busca sensibilizar quanto aos riscos através da mudança pelo aprendizado de novas atitudes e escolhas mais responsáveis. Neste processo, existe dificuldade dos usuários que não reconhecem o problema, pelo fato de sentirem muito prazer com o uso da droga, focam nas recompensas e apresentam dificuldades de avaliar os riscos. A prevenção terciária, que atua a partir do problema existente e busca a melhoria da qualidade de vida: familiar, no trabalho e comunidade e necessita de assistência integral. E por fim, a prevenção com foco na Redução de danos, que implica Políticas Públicas para redução dos efeitos negativos, considerando que os usuários continuarão a usar drogas independentemente das intervenções usais, sendo, então, mais proveitoso diminuir os riscos de problemas decorrentes do uso do que focar, exclusivamente, a abstinência total.

Schenker e Minayo (2005) também apresentam alguns fatores fundamentais para a prevenção, dentre eles, vínculo entre o adolescente e seu pai, comportamento formal do adolescente, as características maternas positivas e a harmonia marital, atividades de mentores e de outros programas de desenvolvimento da juventude, articulação dos serviços social, educacional e de saúde, numa visão multidisciplinar e como responsabilidade, também, da sociedade.

Ao pensar a prevenção ao uso de drogas é importante considerar aqueles fatores que possam favorecer o uso, chamados fatores de risco e aqueles que podem de fato afastar o jovem do contato com as drogas, conhecidos como fatores de proteção. Schenker e Minayo (2005) consideram os fatores de risco de acordo com os critérios epidemiológicos, que são condições ou variáveis associadas à possibilidade de ocorrência de resultados negativos para a saúde, o bem-estar e o desempenho social e envolvem, portanto, características individuais, do meio microsocial e das condições estruturais e socioculturais mais amplas, que se combinam. No entanto, uma definição com base exclusiva nos critérios epidemiológicos não se mostra suficiente, pois, só vê as consequências negativas do processo de uso de drogas. Os autores acima citados afirmam que é preciso considerar também os fatores que geram prazer associados ao uso de drogas, como por exemplo compartilhamento grupal, extroversão, novas sensações e diferenciação em relação à família. Nessa busca por prazer o jovem / adolescente calcula o perigo a que se expõe, no entanto, o saldo deste cálculo pode implicar risco,

resultando em dependência e comprometimento do desenvolvimento bem-sucedido do adolescente. Aí reside a importância dos programas de prevenção levarem em consideração tanto os aspectos explicitamente negativos quanto aqueles que, apesar de implicar risco, geram prazer diante do uso de substâncias e colocam o jovem/adolescente em situação de vulnerabilidade.

Noto e Galduróz (1999) mencionam riscos como a vulnerabilidade à pressão de grupos, a curiosidade para experimentação, a falta de diálogo franco sobre o tema em casa e na escola, o desconhecimento dos efeitos, a facilidade de acesso, e o não conhecimento de que certos padrões de consumo podem levar à dependência.

Schenker e Minayo (2005) acreditam na importância de oferecer condições de crescimento e de desenvolvimento, de amparo e de fortalecimento para a pessoa em formação, o que é enfatizado pelo ECA. Afirmam que os fatores de proteção implicam grande necessidade de resiliência por parte dos jovens e são considerados fatores que levam a superar adversidades, fortalecem habilidades sociais e individuais e, portanto, auxiliam os jovens a resistir às drogas, apesar dos fatores de risco. Estes fatores de proteção podem ser:

- a) individuais: relacionados à auto-imagem positiva, com capacidade de criar estratégias de resolução de problemas e implicam auto-eficácia, auto-confiança, habilidades sociais, sentimentos de empatia, controle emocional, humor e relacionamento com pares.
- b) Familiares: implicam suporte, segurança, bom relacionamento e harmonia com pais e no ambiente de relações primárias.
- c) Ambientais: referem-se ao suporte de pessoas significativas e experiências escolares positivas.

Em relação aos aspectos individuais, existem sentimentos que despertam o “querer” agir moral e são eles amor, medo, culpa, confiança, indignação e simpatia (La Taille, 2006). O medo inerente ao respeito unilateral tem característica de concretude e tende a desaparecer progressivamente a favor do medo moral, de ser avaliado negativamente por aqueles que o indivíduo respeita. Deste modo,

O medo unilateral da moralidade de coação (heterônoma) seria substituído, na moralidade de cooperação, pelo medo de ser julgado e diminuído pelo outro (pelo

juízo do outro), ou seja, pelo medo da vergonha e, portanto, pela ameaça de perder a honra. Na moralidade da cooperação (autonomia), portanto, o sujeito procuraria defender-se da vergonha.” (Alencar, Ortega, Cezário, Gomes & Miranda, 2001, p. 159, nota de rodapé 4).

Borges e Alencar (2009) também abordam o valor da honra e apresentam uma distinção de ação moral com honra e ação pela honra, com bases nos estudos de La Taille sobre a vergonha como ferida moral. Afirmam que agir com honra implica respeito às regras e vínculo com virtudes como justiça, fidelidade e respeito à vida, enquanto agir pela honra levaria a uma perda deste sentido moral da ação, na medida em que o foco está no indivíduo em si e não na perspectiva que o outro que ele respeita constrói sobre ele. Programas que visem à prevenção relacionados às questões morais devem proporcionar o desenvolvimento e despertar de sentimentos que favoreçam o desenvolvimento de uma personalidade ética, como por exemplo, confiança, amor e simpatia, o que auxiliaria o jovem a encontrar seu lugar no mundo com autonomia. A preocupação de La Taille (2006), em relação ao despertar do senso moral, ao questionamento sobre se os indivíduos devem querer ou se são obrigados a agir moralmente, pode ser considerada norteadora de ações preventivas. Neste sentido, a dependência química pode ser analisada como sendo uma consequência negativa do não despertar moral, da falta de consciência e do querer agir moral, pois usuários de substâncias psicoativas tendem a focar nas recompensas e bem-estar relacionados ao uso e não nas consequências maléficas à saúde e à organização social.

Um dos grandes desafios da adolescência é definir a si próprio de modo a encontrar um lugar neste mundo e criar uma teoria sobre o “eu” baseada em conjunto sistemático dos próprios valores e crenças de alguém (Damon, 2009). Neste contexto, responsabilidade, confiança e humildade ganham força com a experiência de se comprometer com um projeto vital desafiador e ver o resultado disso. Dessa forma, estão em jogo fatores ambientais e familiares de proteção.

Dagnoni, Cordeiro, Duarte, Goulart e Cerqueira (2007) sugerem um programa de prevenção no qual o foco está na promoção da qualidade de vida das crianças da educação infantil que estão prestes a ingressar no ensino fundamental, às vésperas da adolescência. Os autores buscaram em seu projeto desenvolver a qualidade de vida por meio do desenvolvimento de habilidades e competências para o auto-conhecimento e a autonomia, incluindo a empatia, partindo do princípio que, assim, não haveria espaço para comportamentos não adaptativos,

como é o caso da dependência química. O programa incluiu a participação das crianças, dos pais e dos professores como colaboradores e as análises feitas indicaram que o programa cumpriu seu objetivo e precisa ser continuado e melhor estudado para verificar as causas precisas da sua eficácia.

Damon (2009) sugere um trabalho no qual é importante estimular o desenvolvimento de projetos vitais, pois quando jovens não os têm, acabam fazendo escolhas que podem prejudicar seu desenvolvimento saudável. O desenvolvimento de projetos implica um querer moral que leva ao interesse de transformar sociedade onde vivem em um lugar melhor para se viver. Se o querer agir moral estiver ausente, como manter uma intenção estável e generalizada para alcançar algo, ou seja, como elaborar um projeto vital? Talvez esta seja uma questão que leve à busca de recompensas imediatas e fluidas, que se perdem com o tempo e dificultam a inserção do jovem na sociedade onde se encontra e prejudicam seu desenvolvimento saudável. Sendo assim, a dependência química pode de fato fazer parte da vida do jovem. Uma alternativa viável, portanto, para pais e educadores distanciarem os jovens das drogas, seria, portanto, o estímulo ao desenvolvimento de projetos vitais (Damon, 2009).

Ao pensarmos o estímulo à construção de projetos vitais como alternativa à prevenção ao uso de drogas é importante considerar que este processo se dá a partir de relações interpessoais, que, no entanto, podem ser pensadas tanto como fatores de risco como de proteção para o uso de drogas, dependendo da maneira como se estabelecem. Quando as relações são construídas de maneira suportiva, o apoio oferecido pode proteger o jovem, quando isso não ocorre as próprias relações podem se tornar fator de risco pela falta do mesmo apoio. Diferentes tipos de apoio podem inserir-se, então, como fatores tanto ambientais como familiares de proteção, dependendo do contexto de onde emergem. Vale e Alencar (2009) ressaltam que, comportamentos de ajuda ao outro fazem parte da relação de amizade e podem se tornar uma condição dessa relação diante da necessidade de auxílio que o outro apresenta.

O comportamento de ajuda pode variar em tipos diferentes de apoio e, dentre os tipos de apoio apresentados pela literatura, Schat e Kelloway (2003) apresentam quatro tipos de suporte, a saber: suporte instrumental, emocional, avaliativo e informacional. Os autores julgam que o informacional e o instrumental são mais presentes e relevantes em seu contexto específico de estudo e fazem uma definição pormenorizada dos mesmos. Para ampliar a

concepção de apoio, serão apresentadas as concepções mais detalhadas de Siqueira, Betts e Dell’Aglío (2006), a respeito de diversos tipos de apoio: social, afetivo, emocional, instrumental e informacional.

Para Schat e Kelloway (2003), a chave da distinção entre o suporte informacional e o instrumental, envolve prover, no suporte instrumental, ajuda ou assistência direta (tomar conta de e ajudar alguém), enquanto o informacional seria uma fonte mais indireta de suporte que envolve prover a pessoa com recursos, informações, que a pessoa possa usar para lidar com problemas pessoais e do ambiente, o que pode ser proporcionado de maneira informal ou formal (por meio de treinamento). Apesar do suporte instrumental ser considerado separadamente em relação ao suporte emocional, não são mutuamente exclusivos, pois ações instrumentais têm consequências psicológicas. Os autores defendem a hipótese de que os suportes informacional e instrumental estejam associados a níveis menores de fatores associados à violência no trabalho e com a melhoria da saúde, atitudes no trabalho e comportamento. (Schat & Kelloway, 2003). Siqueira, Betts e Dell’Aglío (2006) definem apoio instrumental como aquele que se relaciona à ajuda e assistência em tarefas (oferecer transporte, dinheiro e auxílio nas tarefas escolares) e o informacional está ligado à disponibilidade de orientação e informação a respeito de recursos da comunidade.

Siqueira, Betts e Dell’Aglío (2006) definem a rede de apoio social “como um conjunto de sistemas e de pessoas significativas que compõem os elos de relacionamento recebidos e percebidos do indivíduo” (p. 149). Consideram o apoio social como importante dimensão do desenvolvimento, por constituir uma interface entre o sujeito e o sistema social do qual este indivíduo faz parte. Já o apoio afetivo tem sua relevância por “ser responsável por imprimir qualidade às relações e contribuir para a manutenção dos vínculos” (p. 149). Apresentam dados que indicam que a rede de apoio contribui para o aumento da competência individual, que reforça a auto-imagem e a auto-eficácia necessárias para alcançar um objetivo e relaciona-se à saúde e ao bem estar dos indivíduos, favorecendo a adaptação às situações estressantes. Ademais, protege os indivíduos melhorando a capacidade de enfrentamento, promovendo processos de resiliência e desenvolvimento adaptativo. O apoio pode ser oriundo de diversos microssistemas nos quais o indivíduo transita, como a família e os amigos.

O apoio pode ser considerado fator de risco ou proteção dependendo da maneira como as relações inerentes a ele se estabelecem e nem sempre os microssistemas têm êxito em se tornarem ambiente favorável ao desenvolvimento saudável. O distanciamento dos pais e a aproximação com o grupo de pares é marcante na adolescência, mas se o grupo apresentar “comportamentos desadaptativos como delinquência e abuso de substâncias, poderá expor o adolescente a situações de risco, nas quais suas habilidades serão desafiadas, aumentando sua vulnerabilidade” (Siqueira, Betts & Dell’Aglío, 2006, p. 150). De acordo com Siqueira, Betts e Dell’Aglío (2006) o apoio emocional envolve disponibilizar conversa e divisão de problemas e acreditam que, imersos em relação de confiança apoios emocionais, instrumentais e informacionais são os mais relevantes da adolescência.

Schenker e Minayo (2005) afirmam que quando a família não cuida de suas relações e não investe em vínculos afetivos, representados por envolvimento materno insuficiente, práticas disciplinares inconsistentes e coercitivas, excessiva permissividade, autoridade associada à falta de afeto, monitoramento ineficiente, aprovação do uso, expectativa incerta com relação à idade apropriada ao comportamento infantil e conflitos familiares sem negociação, acaba por colocar o jovem em risco. Se o vínculo familiar não é forte o suficiente, isso gera mais riscos, pois, quando querem, os jovens buscam companheiros com hábitos e valores semelhantes. Por outro lado, se o vínculo promover o envolvimento grupal e a saúde do jovem, e evitar os riscos mencionados, será possível falar de proteção do jovem no contexto familiar.

É importante considerar que as relações familiares dos dependentes químicos se caracterizam por vínculo dependente, necessidade de controle e coação (Cermak, 1986; Harkness & Cotrell, 1997). O tipo de relação estabelecida no contexto familiar, permeado pelo uso de drogas, sugere especificidades incluindo alto índice de transtornos mentais, ausência de normas e regras claras, baixo índice de afetividade, além do risco a longo prazo de que filhos de usuários de drogas, se tornem dependentes (Moraes & Fligie, 2004). Pode-se acrescentar que o abuso de drogas por adolescentes aumenta em famílias caracterizadas por laços emocionais com baixa coesão e pela incapacidade de mudar a estrutura de poder, os papéis relacionais e as regras familiares em resposta ao estresse situacional e desenvolvimental. Assim, é aceitável dizer-se que as características do sistema familiar podem prever o comportamento aditivo dos adolescentes (Tafã & Baiocco, 2009).

Considerando outro aspecto das relações dos usuários de drogas, a literatura aborda constantemente a relevância das amizades e, neste contexto, as amizades podem ser consideradas tanto como constituindo fatores de risco para o início do uso, como representando fatores de proteção, quando se constituem como rede de suporte social para evitar experimentação ou colaborar na recuperação do usuário de droga. Como o adolescente está em uma fase em que a família passa a ser seu grupo de convivência secundário, os amigos se tornam a grande referência para a constituição de uma identidade própria (Dagnoni & Garcia, 2014; Damon, 2009; Inhelder & Piaget, 1970/1976; Papália & Olds, 2000).

Schenker e Minayo (2005) mencionam que a escola tem papel primordial e é lugar privilegiado para interações e envolvimento entre jovens, mas é pensada no mesmo parâmetro das relações interpessoais, e dependendo de como se organiza pode proteger ou colocar o jovem em risco. A caracterização atual de aspectos negativos da escola tem revelado que ela se mostra como espaço constante de assédio de traficantes e têm sido considerada palco de falta de motivação para estudo, altos graus de absenteísmo, mau desempenho, insuficiência no aproveitamento, falta de compromisso com a educação, vontade de ser independente na relação com as pessoas, busca de novidade, pouca oposição ao perigo, rebeldia associada à dependência de recompensas. Outros problemas associados são a disponibilidade e presença de drogas na comunidade de convivência, associadas à desorganização social e outros fatores. Há ainda a natureza da abordagem dos meios de comunicação, principalmente para drogas lícitas, uma vez que são apresentados constantemente elementos favorecedores do consumo.

Os aspectos consciência, vontade, responsabilidade e liberdade, propostos por Dias (2005), a cooperação proposta por Piaget (1932/1994) para a conquista da autonomia e ainda os pressupostos de Luria (2006) relacionados aos componentes importantes para uma ação consciente, tais como os aspectos relacionados por Gestsdóttir e Lerner (2008), assim como a importância da auto-regulação do comportamento, associados ao conceito de consciência proposto por Kohlberg (1992), são consideradas proposições fundamentais ao presente trabalho. Tais proposições levam em conta a importância do indivíduo tomar consciência do seu estado, ter vontade e assumir responsabilidade por seu processo de mudança, sentindo-se livre para agir e tendo apoio para mudar, em busca de sua autonomia. Levando em conta a percepção dos participantes da pesquisa quanto à dependência química auxilia levantar

questionamentos sobre seu processo de tomada de consciência da mesma, o que é importante para a construção da sua autonomia.

Conclui-se, portanto, salientando a importância de discutir esta temática da dependência química, como um desafio para o adolescente, tanto pelo impacto social quanto desenvolvimental implicados. Ressalta-se também os outros dois desafios relacionados ao estudo da moralidade, mais especificamente a noção de regras e a consciência delas, que emerge na autonomia e a elaboração e constituição dos projetos de vida, concebidos, ambos, como fatores protetores para um desenvolvimento saudável.

3. METODOLOGIA

3.1 Participantes

Participaram do estudo 10 adolescentes do sexo masculino, organizados em 5 duplas de irmãos. Para que a dupla de irmãos pudesse compor a amostra estudada, considerou-se necessário que um deles frequentasse o Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e outras Drogas (CAPS/AD), de uma cidade do Extremo Sul da Bahia, como usuário do serviço e o outro não fosse usuário do serviço CAPS/AD e não tivesse experiência com uso de substâncias psicoativas ilícitas (SPA's). Exigiu-se também que a diferença de idade entre eles fosse de no máximo 5 anos, a fim de evitar maiores diferenças provenientes de coorte histórica.

A opção por pesquisar usuários e seus irmãos não usuários se justifica como tentativa de minimizar, ao menos em parte, o efeito de variáveis do contexto nos processos analisados. A escolha por estudar participantes do sexo masculino deveu-se ao fato do uso de drogas ser mais prevalente neste grupo. (Benites & Schneider, 2014; Costa & Dell'Aglio, 2011; Fukuda, Brasil & Alves, 2009). A idade dos participantes variou entre 16 e 24 anos, com média de 18,9 anos. A descrição pormenorizada das características dos participantes da pesquisa será feita individualmente como segue:

- Participante 1: fumante, usa cocaína, crack e maconha, tem 16 anos e interrompeu os estudos na 8ª série.
- Participante 2 (irmão do participante 1): tem 20 anos e segundo grau incompleto.
- Participante 3: é usuário de crack, álcool, maconha, fumo de rolo e cocaína, tem 18 anos e interrompeu os estudos no primeiro ano do segundo grau. Já foi pego com droga pela polícia.
- Participante 4 (irmão do participante 3): tem 16 anos, é estudante do 2º ano científico.

- Participante 5: tem 21 anos, usa crack (há 3 anos), cocaína, maconha e álcool desde os 15 anos, completou o segundo grau. Já foi detido por porte de drogas e por direção perigosa.
- Participante 6: (irmão do usuário 5) tem 16 anos, cursa o 2º ano do ensino médio. Sem envolvimento com o crime.
- Participante 7: tem 20 anos, faz uso de crack há 2 anos, parou de estudar no 1º ano do segundo grau. Já foi preso por assalto a mão armada e participou do tráfico por um tempo.
- Participante 8: (irmão do usuário 7) tem 24 anos, concluiu o segundo grau. Afirma beber socialmente depois do “baba” (jogo de futebol informal) com os colegas.
- Participante 9: tem 20 anos, é usuário de crack e maconha, interrompeu os estudos no 1º ano do 2º grau.
- Participante 10: (irmão do participante 9), tem 18 anos, cursa o 2º ano do segundo grau pela 4ª vez, repetiu uma vez, e interrompeu dois anos. Afirma que já fumou e às vezes, em festa fuma cigarro e eventualmente, também em festas, bebe socialmente. Pegou uma arma de um colega e quando iria devolver, a polícia pegou e por isso responde a processo.

A caracterização dos participantes pode ser visualizada de maneira resumida na Tabela 1.

Tabela 1: Descrição dos Participantes

Participante	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Usuário x Não Usuário	U*	N**	U	N	U	N	U	N	U	N
Idade	16	20	18	16	21	16	20	24	20	18
Irregular na escola	Sim	Sim	Sim	-	-	-	Sim	-	Sim	-
Relação com o crime	-	-	Sim	-	Sim	-	Sim	-	Sim	Sim
Usa maconha	Sim	-	Sim	-	Sim	-	-	-	Sim	-
Usa crack	Sim	-	Sim	-	Sim	-	Sim	-	Sim	-
Abuso de bebidas alcólicas	-	-	Sim	-	Sim	-	-	-	-	-
Usa cocaína	Sim	-	Sim	-	Sim	-	-	-	-	-
Fuma cigarro (tabaco/rolo)	Sim	-	Sim	-	-	-	-	-	-	-

* Usuários

** Não Usuários

Obs.: Considera-se que as respostas “Sim” têm especial interesse para a pesquisa.

Conforme pode ser verificado na apresentação dos participantes da pesquisa, de um total de cinco participantes que estão irregulares na escola, quatro são usuários de drogas, assim como quatro dos cinco que estão relacionados com o crime. Em relação às demais variáveis relacionadas, apenas os usuários relataram uso/abuso, quatro usam maconha, todos usam crack, dois abusam de bebidas alcóolicas, três usam cocaína e dois, cigarro/fumo de rolo.

3.2 Instrumentos

Foi realizada entrevista semiestruturada com cada participante. O roteiro da entrevista constituiu-se de três fases, cada uma delas abordando um tópico relacionado aos objetivos de pesquisa. A primeira delas estuda ideias e juízos dos adolescentes sobre regras, abordando diferentes contextos, quer sejam a família e a amizade, a segunda sobre projetos de vida e a terceira sobre suas concepções a respeito da dependência química. As perguntas de cada fase estão apresentadas nos quadros 1, 2 e 3, com seus respectivos objetivos específicos por questão ou bloco de questões, a fim de detalhar melhor o percurso em busca dos objetivos propostos. O roteiro utilizado na primeira fase foi o mesmo para ambos os contextos investigados (família: Fam. e amizade: Amz.), no entanto, ao fazer as perguntas, os termos família e amizade (e seus correlatos) foram alternados de acordo com o contexto investigado.

Os roteiros relacionados às ideias e juízos sobre regras e projetos de vida foram elaborados a partir de outras experiências de investigação. O instrumento utilizado para a elaboração do roteiro relacionado às regras foi inspirado no livro *Juízo Moral na Criança*, de Piaget (1932/1994) e o utilizado para a investigação sobre os projetos de vida foi elaborado pela equipe de pesquisadores vinculada ao LAPSIM⁴ (Laboratório de Psicologia da Moralidade), tendo sido inicialmente utilizado por Miranda (2007) e depois por Andrade (2012). Já o roteiro sobre a dependência química foi elaborado exclusivamente para o presente trabalho. Todos os roteiros utilizados foram elaborados a partir dos princípios subjacentes ao método

⁴ Heloisa Moulin de Alencar (Prof^a coordenadora –DPSD/ PPGP/Ufes) é a coordenadora do LAPSIM, para maiores informações contato: www.lapsim.ufes.br.

clínico, proposto por Piaget (1926/1984;1932/1994). Neste método, busca-se compreender de forma coerente e eficiente como pensam os participantes sobre os temas investigados, o que leva a uma compreensão adequada de elementos do pensamento organizado pelos participantes. Assim, acredita-se que o método clínico adequa-se à referida tese e, por isso, foi adotado como principal referencial metodológico da pesquisa.

De acordo com Delval (2002) as entrevistas no método clínico visam entender o pensamento a respeito de um aspecto específico, o que confere ao método clínico mais flexibilidade na coleta de dados, pois, caso haja necessidade de maior esclarecimento do raciocínio do participante, para o alcance do objetivo proposto, outras perguntas podem ser feitas, além daquelas postas no roteiro. Neste sentido, a postura do entrevistador possui fundamental relevância, ele deve estar bastante familiarizado com o método, o que exige treino para que desenvolva habilidades, como manter-se atento aos detalhes do que está sendo dito pelo participante, ao conteúdo a que se refere e elabora, para que possa intervir em busca dos dados diretamente relacionados à investigação proposta. Tal procedimento, quando bem aplicado, permite o controle de respostas, ao proporcionar verificação e compreensão detalhada dos juízos mencionados pelos entrevistados e assim, minimizar a ocorrência de respostas indesejáveis, como por exemplo, as fabuladas e não-importistas (Delval, 2002).

Alencar e Ortega (2003) defendem a relevância do método clínico para os estudos em Psicologia da Moralidade, por possibilitar análise minuciosa de dados relacionados a um indivíduo particular e viabilizar compreensão de sua forma de pensar sobre um determinado fator. Deste modo, assim como Salgado (2010), acreditamos que

o método clínico de Piaget (1926/1984.;1932/1994) detém grande valor no âmbito dos estudos da psicologia, e mais especificamente, da Psicologia da moralidade, tendo em vista que é um instrumento que auxilia na compreensão do raciocínio dos participantes investigados, possibilitando análises fidedignas e aprofundadas de dados coletados a partir dos pensamentos dos entrevistados em pauta. (p.61-62)

Por fim, retomam-se os objetivos de cada fase do roteiro da entrevista e procede-se a apresentação das questões a elas referentes. Na primeira fase, o objetivo geral é estudar

concepções e juízos a respeito de regras presentes no contexto familiar e de amizade, apresentadas pelos participantes; na segunda, a respeito de seus projetos de vida e na terceira, sobre a problemática da dependência química. Com relação aos dados produzidos nas três fases, retomando os objetivos específicos da introdução, pretende-se verificar como tais dados podem estar relacionados entre si e identificar aspectos investigados relacionados às regras, aos projetos de vida e à dependência química que forem pertinentes à condição do participante (usuário ou não) e ao contexto investigado (família ou amizade), quando for o caso; assim como verificar se dentre os aspectos identificados é possível sugerir a existência de desafios e oportunidades para o desenvolvimento saudável de adolescentes pertinentes aos temas investigados (regras, projetos de vida e dependência química).

A primeira fase inclui os seguintes questionamentos e seus respectivos objetivos específicos por questão, relacionados às regras.

Quadro 1: apresentação das perguntas e objetivos específicos relativos à investigação sobre as regras nos contextos familiar e de amizade.

Perguntas (Fam. / Amz.)	Objetivos específicos por questão
1a. Existem regras que precisam ser cumpridas no dia-a-dia da sua família/amizade? 1b. Se sim, quais as regras que precisam ser cumpridas no dia-a-dia da sua casa/amizade?	Averiguar a existência de regras no dia-a-dia da família e das amizades, caso haja, identificar quais seriam estas regras.
2a. (Para cada regra apresentada) Quem estabelece estas regras? 2b. Por quê?	Verificar quem é reconhecido como aquele que determina as regras e as justificativas desta resposta.
3. (Para cada regra apresentada) Para que servem estas regras?	Avaliar a compreensão da função das regras.
4a. (Para cada regra apresentada) Você concorda com estas regras estabelecidas? 4b. Por quê?	Investigar a percepção sobre a aceitação das regras e as justificativas.
5a. (Para cada regra apresentada) Você tem vontade de seguir estas regras? 5b. Por quê?	Avaliar a motivação para seguir as regras e as justificativas.
6a. (Para cada regra apresentada) O que você faz diante destas regras estabelecidas? 6b. Por quê?	Averiguar os juízos das ações diante das regras estabelecidas e as justificativas.
7a. (Para cada regra apresentada) Como as pessoas da família/seus amigos reagem ao que você faz diante destas regras estabelecidas? 7b. Por quê?	Investigar a reação das pessoas da família/seus amigos diante do cumprimento ou não das regras estabelecidas e as justificativas dadas.
8a. Você participou do estabelecimento destas regras? 8b. Por quê?	Verificar a participação no estabelecimento das regras e a justificativa.
8c. (Se a resposta da questão 1.8a foi sim). Como foi a sua participação no estabelecimento destas regras?	Avaliar como foi a participação do entrevistado no estabelecimento das regras.

9a. Na (s) sua (s) casa/amizades, existe alguma forma de verificação do cumprimento destas regras?	Verificar se quem estabelece as regras utiliza alguma estratégia de monitoramento do cumprimento das regras estabelecidas.
9b. Se sim, como é feito?	Investigar as estratégias de monitoramento utilizadas por quem dita as regras.
10a. Você poderia criar uma nova regra para sua casa/suas amizades? 10b. Por quê? 10c. Esta nova regra seria aceita pelos demais membros da família/seus amigos? 10d. Por quê? 10e. Os membros da família/amigos aceitariam essa nova regra se fosse combinado antes? 10f. Essa nova regra seria uma regra verdadeira? (Ela seria uma regra como as outras?). 10g. Por quê?	Analisar a consciência da regra nos seguintes aspectos da nova regra: necessidade de acordo, possibilidade de criação, aceitação pelos membros da família/amigos e as justificativas.

A segunda fase inclui os seguintes questionamentos e seus respectivos objetivos específicos por questão, relacionados aos projetos de vida (Pv) dos participantes.

Quadro 2: apresentação das perguntas e objetivos específicos relativos à investigação sobre os projetos de vida.

Perguntas	Objetivos específicos por questão
Pv.1a. Quem é você no futuro do jeito que você gostaria que fosse? Pv.1b. Por quê?	Investigar os projetos de vida do indivíduo e as justificativas para os mesmos.
Pv.1c. (Caso cite mais de um projeto de vida) Dentre os projetos apresentados, escolha o mais importante para você. Pv.1.d. Por quê?	Verificar qual o projeto de vida considerado mais importante para o participante e a justificativa.
(As questões de Pv.2a até Pv.5b se referem ao projeto considerado como o mais importante.)	
Pv.2a. De que maneira você pretende realizar este projeto? Pv.2b. Por quê?	Avaliar as estratégias, que pretende utilizar para colocar o projeto de vida em prática e as justificativas para a escolha das estratégias apresentadas.
Pv.3a. Você acredita que realizará este projeto? Pv.3b. Por quê?	Averiguar a crença de que conseguirá realizar este projeto e a justificativa.
Pv.4a. Você considera ter sido influenciado ao estabelecer esse projeto de vida? Pv.4b. Por quê?	Investigar se houve influência no estabelecimento do projeto de vida e a justificativa para isto.
Pv.4c. O que ou quem influenciou esse projeto? Pv.4d. (Caso afirmativo) Como esse projeto foi influenciado?	Investigar quais e como foram as influências existentes, caso tenham existido.

Pv.5a. Para colocar este projeto em prática, você precisa da ajuda de alguém? Pv.5b. De quem? Pv.5c. Que tipo de ajuda precisa?	Verificar se há necessidade de ajuda para colocação do projeto em prática e as justificativas e se houver necessidade de ajuda, de quem viria a ajuda e qual seria esta ajuda.
Pv.6a. Você acredita que irá conseguir esta ajuda? Pv.6b. Por quê?	Avaliar a expectativa de que irá conseguir a ajuda ou não e a justificativa.

Por fim, a terceira fase inclui os questionamentos e objetivos específicos por questão relacionados à investigação da percepção sobre a dependência química (Dpq):

Quadro 3: apresentação das perguntas e objetivos específicos relativos à investigação sobre a dependência química.

Perguntas	Objetivos específicos por questão
Dpq.1. Por que você (ou seu irmão) está aqui?	Investigar a consciência da situação da dependência química.
Dpq.2. O que significa “dependência química para você”?	Avaliar o conceito de dependência química.
Dpq.3. O que diferencia um dependente químico de um não dependente químico?	Investigar o conceito de dependência química a partir tanto da negação quanto da afirmação.
Dpq.4a. Você se considera (ou considera seu irmão) um “dependente químico”? Dpq.4b. Por quê?	Verificar se os aspectos que considera diferenciarem um dependente químico de um não dependente são percebidos em sua própria condição (ou de seu irmão) e se se considera um dependente químico e a justificativa.
Dpq.4c. (Se a resposta da questão 3.4a for afirmativa) Por que você (ou seu irmão) se tornou um dependente químico? Dpq.4d. Você sabe o que faz de alguém um dependente químico?	Investigar as concepções da causalidade da dependência química.
Dpq.5a. O que você (seu irmão) precisa para parar de usar (a droga que disser que usa)? Dpq.5b. Por quê?	Pesquisar a capacidade de estabelecer metas para parar de usar (a droga que disser que usa) e a justificativa.
Dpq.6a. Você acredita que seja possível você (ou seu irmão) parar de usar (a droga que disser que usa)? Dpq.6b. Por quê?	Averiguar se acredita que seja possível parar de usar (a droga que disser que usa) e a justificativa.
Dpq.7a. Você tem vontade de parar de usar (a droga que disser que usa)? Ou: você acredita que seu irmão tenha vontade de parar de usar (a droga que disser que o irmão usa)? Dpq.7b. Por quê?	Averiguar a motivação para parar de usar (a droga que disser que usa) e a justificativa dada.

3.3 Procedimentos de acesso aos participantes

Após contato, para esclarecimento sobre os objetivos do estudo e sobre os procedimentos a serem adotados, feito com os coordenadores da instituição na qual os usuários foram selecionados e entrevistados, eles assinaram um termo de solicitação de autorização para realização da pesquisa (Apêndice A), viabilizando a presença da entrevistadora no CAPS ad. Os eventuais participantes foram contatados pelo coordenador do serviço e convidados a colaborar com a investigação. Os que aceitaram o convite participaram de um encontro com a entrevistadora no qual houve esclarecimentos mais detalhados sobre os objetivos do estudo, ocasião em que lhes foi solicitada a leitura de um termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice B) com o qual precisariam estar de acordo. A entrevistadora lhes solicitou o contato dos irmãos para que também pudessem ser convidados. As duplas só foram constituídas, de fato, quando tanto os usuários em tratamento no CAPS ad como seus respectivos irmãos aceitaram o convite e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice B).

Um dos critérios apresentados por Creswell (2007), para que um estudo seja considerado qualitativo é que se mostra necessário, dentre outros aspectos, que o pesquisador vá até o lugar onde se encontram os participantes, seguindo este princípio, os participantes foram entrevistados no CAPS ad, exceto quando houve algum impedimento ou contratempo, situação em que a entrevista foi feita em outro local. Um exemplo é caso de um pai que não queria que o filho (não usuário) fosse ao CAPS ad, tendo a entrevistadora ido à casa do participante, com autorização do pai. Os participantes não receberam qualquer tipo de incentivo material ou financeiro para participarem da pesquisa e estiveram livres para interromper a entrevista, a qualquer momento, caso sentissem vontade ou necessidade.

Ainda, Creswell (2007) sugere que, o pesquisador busque envolvimento com o procedimento de pesquisa, o que envolve uso de entrevistas, observações abertas e análise de documentos. Portanto, considera-se o presente trabalho como sendo qualitativo. O que justifica o fato da entrevista ter sido realizada individualmente e terem sido todas realizadas pela pesquisadora, a fim de aumentar o envolvimento com o método, facilitar a observação e análise dos dados. Cada participante respondeu a cada uma das fases do roteiro da entrevista, que foi realizada

em um único encontro. Na primeira fase, os participantes responderam às questões relacionadas às regras, referentes a cada um dos contextos (família e amizade) separadamente e logo em seguida, responderam aos questionamentos das duas outras fases (projeto de vida e dependência química), nesta ordem.

3.4 Tratamento dos dados

Para que a análise dos dados pudesse ser realizada, o tratamento dos dados foi feito a partir dos princípios propostos por Delval (2002), sobre o método clínico, e envolveu a realização de um processo composto de quatro passos. O primeiro deles foi a transcrição da entrevista na íntegra. No segundo, foram selecionados trechos da entrevista que, respondessem de maneira mais objetiva à questão proposta. O terceiro passo implicou a criação de categorias detalhadas. Neste caso, de acordo com o objetivo de cada pergunta do roteiro, como pode ter havido necessidade de perguntas auxiliares, buscou-se o sentido total da entrevista, conforme posto pelo participante, assim, trechos das respostas puderam ser mudados de ordem e condensados desde que atendessem aos objetivos da pergunta do roteiro. Tal procedimento mostrou-se fundamental para viabilizar a comparação entre as respostas dos diferentes participantes e aquelas referentes aos diferentes contextos. Este aspecto fundamenta mais um dos aspectos citados por Creswell (2007) ao referir-se a estudos qualitativos, nos quais os dados coletados envolvem texto e/ou imagem podendo ocorrer mudanças no decorrer do procedimento caso surjam novos dados não previstos anteriormente ou que interfiram no curso do processo, não é, portanto, uma pesquisa de formato pré-configurado, porém é uma pesquisa interpretativa, na qual se busca tirar conclusões sobre o significado dos dados coletados. Há uma tendência de perceber e analisar os dados de maneira holística e o processo leva o próprio pesquisador a se questionar, buscar saber quem ele é, e ao mesmo tempo em que este autoconhecimento influi nas questões de pesquisa, os elementos presentes são mais bem descritos enquanto o trabalho vai sendo realizado.

Por fim, procedeu-se ao quarto passo, por meio da criação das categorias resumidas. O objetivo deste passo é organizar e buscar encontrar sentidos comuns às falas dos diversos entrevistados sobre a mesma questão do roteiro, o que é feito a partir da análise total de cada uma das perguntas feitas para cada um dos participantes. Para se chegar a ela agrupam-se as categorias detalhadas e busca-se reagrupar aquelas que possam ter sentidos afins e cria-se um nome para esta nova categoria resumida, que reflita o sentido do conjunto de categorias detalhadas a ela relacionados. No caso do presente trabalho, cada questão foi analisada levando-se em conta a condição do participante (usuário e não usuário) e o contexto da entrevista (família ou amizade).

A fim de melhor visualizar os resultados, para cada questão foi criada uma tabela com o conjunto de categorias resumidas, indicando sua incidência de respostas por condição de participante (usuário e não usuário) e por contexto (família e amizade), quando foi o caso. Cada categoria resumida foi descrita e exemplos a ela referentes foram apresentados, para que sua criação fosse fundamentada. Este conjunto de dados será apresentado e discutido na secção intitulada “Resultados e Discussão por Questão”, que consta dos resultados por fase da entrevista. As análises da primeira fase intitulam-se ‘As regras em diferentes contextos: família e amizade’. Da segunda se denominam ‘Projetos de vida’ e da terceira, ‘Dependência química’. Ademais, ao fim da apresentação dos resultados e discussão referentes a cada uma das questões de cada fase da entrevista, foi feito um pequeno resumo dos resultados alcançados.

Ao levantar estes dados, no entanto, sentiu-se a necessidade, diante do volume de dados produzidos, de organizá-los mais resumidamente, assim, optou-se por apresentar outra secção de resultados intitulada “Resultados e Discussão por Bloco Temático”. Este tópico envolve a apresentação dos dados reorganizados de maneira a atingir os objetivos específicos da pesquisa e foi construído a partir da condensação das categorias resumidas mais evidentes nas respostas dadas pelos participantes ao referirem-se a cada um dos contextos de análise (família e amizade) e àquelas mais comuns nas respostas dos participantes levando-se em conta sua condição (usuário e não usuário).

Por fim, espera-se com o referido tratamento de dados, oferecer ao leitor da presente tese uma visão, ao mesmo tempo que detalhada, ampla dos dados. E assim, seguir uma sugestão de Delval (2002), ao nos orientar a olhar o todo dos dados, sem perder suas especificidades,

assim como, ao olhar as especificidades, não deixar de visualizar o todo e neste movimento entre o todo e a parte, fazer a análise em busca do alcance dos objetivos propostos. Neste processo, cabe o cuidado de não distanciar-se do sentido dado pelo participante aos temas investigados, o que é permitido acessar a partir da análise do conjunto das respostas dadas no transcorrer da entrevista em sua totalidade. A apresentação dos resultados e discussão efetivamente facilitará a compreensão do procedimento de tratamento dos dados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados são primeiramente apresentados por questão constituinte da entrevista, para tanto foram construídas tabelas de incidência de respostas, foi feita a descrição das categorias que emergiram da análise, assim como foi apresentado um resumo descritivo geral dos resultados e discussão dos mesmos. Em alguns casos, para melhor compreensão, foram feitas discussões a partir de interseções entre as questões.

Como o volume de dados produzidos foi grande, em um segundo momento, os resultados foram reorganizados em blocos temáticos a fim de fazer um resumo dos resultados mais relevantes para as questões de pesquisa e, assim, auxiliar a visualização do alcance dos objetivos propostos, tecendo considerações sobre cada um deles.

Portanto, a apresentação dos resultados e das discussões constituiu-se de dois subtópicos intitulados “Resultados e Discussão por Questão” e “Resultados e Discussão por Categorias e Blocos Temáticos”.

A fim de viabilizar a compreensão das notações utilizadas no processo de descrição das categorias, seguem-se algumas orientações:

- a) cada categoria de resposta está apresentada em **negrito**;
- b) os exemplos ilustrativos das categorias, referentes às falas dos participantes, estão apresentados em *itálico*; sendo os trechos das entrevistas dos participantes usuários transcritos em *itálico* e **negrito**;
- c) foram utilizadas siglas para se referir à condição do participante na pesquisa: U para se referir às respostas dos usuários e N para as respostas dos não usuários. Tanto na indicação das tabelas (Usuário referindo-se ao contexto familiar (UFam)), como na apresentação da incidência de respostas, como por exemplo: nUFam = 10, que indica que o número de respostas foi 10 e foram dadas por usuários (U) referindo-se ao contexto familiar;
- d) as falas dos participantes também foram identificadas quanto ao contexto ao qual se referiam. Após a fala dos participantes consta um parêntese com as siglas “Fam” (quando o

exemplo se referir ao contexto familiar) e “Amz” (quando o exemplo se referir ao contexto de amizade);

e) ainda cabe a menção à indicação de um número neste mesmo parênteses que contém as siglas Fam e Amz, tal número se refere à identificação do participante e caso ele tenha mencionado mais de uma regra na entrevista, haverá indicação da regra a qual se refere a fala. Por exemplo, a indicação (10.1Fam) significa que o exemplo transcrito refere-se à regra número 1 apresentada pelo participante 10 (não usuário) ao referir-se ao contexto familiar. Se fosse referente ao participante usuário, estaria em negrito;

f) se em outro momento em que os resultados forem apresentados se fizer necessário discriminar os contextos nos quais emergem, as mesmas siglas serão utilizadas para identificá-los, ou seja, família (Fam) e amizade (Amz);

g) caso os exemplos apresentados pelos participantes não permitam esclarecer a categoria fora do contexto da entrevista, haverá acréscimo de informação entre colchetes, que facilite a contextualização dos mesmos. Os colchetes também serão utilizados para acrescentar informação às perguntas “Por quê?”, para incluir a referência relacionada à justificativa;

h) as questões analisadas serão sublinhadas para facilitar sua identificação no corpo do texto.

4.1 Resultados e Discussão por Questão

4.1.1 As regras em diferentes contextos: família e amizade.

- Questões Fam.1a e Amz.1a: Existem regras que precisam ser cumpridas no dia-a-dia da sua família (Fam) ou no convívio com suas amigadas (Amz)?

Todas as respostas (dez) dos participantes indicaram que **Sim**, havia regras a serem cumpridas, tanto no contexto familiar, quanto no de amizade. Este dado sugere que os participantes reconhecem as regras como estando presentes no contexto das relações interpessoais tanto familiares quanto de amizade. A menção de número maior de regras

(dezenove) na família esteve presente, em comparação ao contexto de amizade (quinze). Tal fato pode indicar que os participantes percebem a regra como forma de controle do comportamento (Turiel, 1983) por parte da autoridade familiar (microsistêmica) (Bronfenbrenner, 1996), concebida como aquela que detém o poder para impor regras e controlar seu cumprimento e impor sanções diante do não cumprimento, sugerindo assim assimetria nas relações interpessoais no contexto familiar dos participantes estudados. Guardia e Patrick (2008) afirmam que as relações interpessoais na família tendem a se estruturar, mais frequentemente, de maneira assimétrica.

Os usuários apresentaram dez regras referindo-se ao contexto familiar e oito ao contexto de amizade (totalizando a apresentação de 18 regras), enquanto os não usuários apresentaram nove regras referindo-se ao contexto familiar e sete ao de amizade (totalizando a apresentação de 16 regras). Nas regras mencionadas ao contexto familiar há uma maior presença de controle, uma das funções da regra apresentadas por Turiel (1983) e também relacionadas à heteronomia. Por outro lado, as principais regras mencionadas para o contexto de amizade versam sobre conteúdos que podem ser referentes a uma moralidade autônoma. Não é que eles sejam autônomos, mas as regras indicam uma possível moralidade da cooperação mais presente no contexto de amizade. Aspecto que também pode ser observado na categoria “Favorece o contexto de interação”, por exemplo na Tabela 6, na qual o número de usuários que menciona tal categoria (sete) é inferior ao de não usuários (dez), o que leva ao questionamento de que os usuários talvez não estejam legitimando as regras, mas percebendo apenas o fator controle que elas exercem sobre o comportamento. Para Piaget (1932/1994) a legitimação das regras é fundamental para o cumprimento das mesmas de maneira autônoma. Cabe questionar se os usuários não reconhecem nas regras sua função de organização social.

- Questões Fam.1b e Amz.1b: Se sim, quais as regras que precisam ser cumpridas no dia-a-dia da sua casa/amizade?

As questões 1b da entrevista, tanto aquela referente à família como a referente às amizades, solicitavam que fossem descritas as regras presentes nos contextos investigados, e poderiam gerar respostas múltiplas. Para maior clareza, retomam-se as considerações feitas sobre as notações utilizadas. À frente dos exemplos consta, entre parênteses, um primeiro número que

identifica o participante que emitiu aquela fala e um segundo número que se refere à regra descrita por ele, no caso de ter havido descrição de mais de uma regra. Por conseguinte, para distinguir os contextos aos quais as falas se referem, foram utilizadas siglas (Fam, para Família e Amz, para Amizade). Por exemplo, a anotação (1.1Amz) identifica a primeira regra que o participante 1 apresentou ao falar do contexto de amizade, (1.2Amz) identifica a segunda regra que o participante 1 apresentou ao falar deste mesmo contexto, e (2Fam) indica a única regra que o participante 2 apresentou ao mencionar o contexto familiar.

Para facilitar a compreensão da descrição dos resultados, que são apresentados a seguir, todas as regras que foram descritas pelos participantes aparecem, na Tabela 2, associadas à condição do participante (usuários, em negrito, e não usuários) e ao contexto ao qual se referem (família ou amizade). Na Tabela 3, as regras apresentadas na Tabela 2 reaparecem organizadas em 5 categorias semânticas.

Tabela 2: Regras apresentadas pelos participantes, considerando sua condição e o contexto ao qual se referem.

Totais	Família		Amizade	
	Usuário (UFam)	Não Usuário (NFam)	Usuário (UAmz)	Não Usuário (NAmz)
	- Arrumar a cama (1.1)	- Trabalhar e dividir as despesas (2)	- Não brincar de brincadeira de machucar (1)	- Cada um respeitar o outro (2.1)
	- Levar o prato para pia (1.2)	- Cada um tem sua obrigação em casa (4.1)	- Depois que faz a fita, tem que mudar de roupa (3.1)	- Cada um ajudar o outro (2.2)
	- Se estiver assistindo TV desligar outro som para não atrapalhar (1.3)	- Tem hora para chegar em casa. (4.2)	- Não podia colocar apelido no outro, fazer brincadeira de mau gosto (3.2)	- Respeitar o colega, quando ele está chateado (4)
	- Tinha que fazer as obrigações em casa. (3.1)	- Respeitar os pais (6.1)	- Educação (5.1)	- Não pode falar o que quer, às vezes tem que dar uma segurada (6)
	- Tinha hora para chegar em casa (3.2)	- Respeitar o espaço do outro (6.2)	- Respeito/Compreensão (5.2)	- Se eles querem usar, eles podem usar, só que não precisa me oferecer (8)
	- Horários dentro de casa (5.1)	- Enxugar o banheiro depois de usar (8.1)	- Se tivesse algum problema com um tinha que resolver todo mundo junto (7.1)	- Não passar dos limites de liberdade com a namorada dos amigos (10.1)
	- Respeito (5.2)	- Quem começou assistir TV primeiro fica com o controle (8.2)	- Se fosse preso sozinho ficava lá. Segurava sozinho (7.2)	- Tem as regras de como se comportar na casa dos amigos (10.2)
	- Obedecer meu pai (7)	- Não chegar muito tarde em	- Não vai chegar e bater em uma pessoa sem motivo (9)	

	- Ter que ajudar, trabalhar (9.1)	casa (10.1)		
	- Ter que cumprir horários (9.2)	- Não levar gente lá para casa que ele não conhece (10.2)		
Total por condição	10	9	8	7
Total por contexto		19		15

Tabela 3: Regras apresentadas pelos participantes, considerando sua condição e o contexto ao qual se referem, organizadas por categorias.

Categorias	Família		Amizade		Totais
	Usuário (UFam)	Não Usuário (NFam)	Usuário (UAmz)	Não Usuário (NAmz)	
Respeito	- Respeito (5.2)	- Respeitar os pais (6.1) - Respeitar o espaço do outro (6.2)	- Não brincar de brincadeira de machucar (1) - Não podia colocar apelido no outro, fazer brincadeira de mau gosto (3.1) - Respeito/Compreensão (5.2) - Não vai chegar e bater em uma pessoa sem motivo (9)	- Cada um respeitar o outro (2.1) - Respeitar o colega, quando ele está chateado (4) - Não pode falar o que quer, às vezes tem que dar uma segurada (6) - Se eles querem usar, eles podem usar, só que não precisa me oferecer (8) - Não passar dos limites de liberdade com a namorada dos amigos (10.1)	
	1	2	4	5	12
Acordo entre os envolvidos	- Se estiver assistindo TV desligar outro som para não atrapalhar (1.3)	- Quem começou assistir TV primeiro fica com o controle (8.2)	- Depois que faz a fita, tem que mudar de roupa (3.2) - Educação (5.1) - Se tivesse algum problema com um tinha que resolver todo mundo junto (7.1) - Se fosse preso sozinho ficava lá. Segurava sozinho (7.2)	- Tem as regras de como se comportar na casa dos amigos (10.2)	
	1	1	4	1	7
Ajuda no contexto	- Arrumar a cama (1.1) - Levar o prato para pia (1.2) - Tinha que fazer as obrigações em casa. (3.1) - Ter que ajudar, trabalhar (9.1)	- Trabalhar e dividir as despesas (2) - Cada um tem sua obrigação em casa (4.1) - Enxugar o banheiro depois de usar (8.1)		- Ajudar o outro (2.2)	
	4	3	0	1	8

Limite de horário para chegar em casa	- Tinha hora para chegar em casa (3.2) - Horários dentro de casa (5.1) - Ter que cumprir horários (9.2)	- Tem hora para chegar em casa. (4.2) - Não chegar muito tarde em casa (10.1)			
	3	2	0	0	5
Obediência à autoridade microssistêmica	- Obedecer meu pai (7)	- Não levar gente lá para casa que ele não conhece (10.2)			
	1	1	0	0	2
Total	10	9	8	7	34
Total geral		19		15	34

As categorias consideradas na Tabela 3 podem ser descritas como se segue:

Respeito: corresponde às regras relacionadas ao respeito, na maioria das vezes, mútuo, sob controle da reciprocidade. Exemplos: *(unilateral) Respeitar os pais (6.1Fam)*; *(mútuo) Cada um respeitar o outro (2.1Amz)*.

Acordo entre os envolvidos: corresponde às regras criadas na interação face a face, por acordo mútuo, a fim de organizar a convivência no contexto, em que a retribuição existe na mesma medida, com foco nas expectativas sociais e suas consequências diante do não-cumprimento. Exemplo: *Quem começou assistir TV primeiro fica com o controle (8.2Fam)*.

Ajuda no contexto: corresponde às regras relacionadas às atividades cotidianas realizadas para ajudar no funcionamento prático do contexto e têm função específica nele. Exemplo: *Arrumar a cama (1.1Fam)*; *Enxugar o banheiro depois de usar (8.1Fam)*.

Limite de horário para chegar em casa: corresponde às regras que a autoridade do contexto familiar estipulavam para estabelecer limites de horário para chegar em casa. Exemplo: *Tem hora para chegar em casa. (4.2Fam)*.

Obediência à autoridade microssistêmica: corresponde às regras que devem ser obedecidas pelo participante e que foram impostas por uma autoridade familiar (microssistêmica), que lida face a face com os participantes, influenciando-os e impondo regras de maneira unilateral, com poder de impor sanções caso as regras não sejam cumpridas. Exemplo: *Obedecer meu pai (7Fam)*.

O número de regras descritas por usuários e não usuários foi muito semelhante, com pequena vantagem para os usuários (dezoito) em relação aos não usuários (dezesesseis). Ao avaliar os diferentes contextos, em relação ao total de regras mencionadas (trinta e quatro) tanto por usuários, quanto por não usuários, houve menção a maior número de regras relacionadas ao contexto familiar (dezenove) em comparação ao contexto de amizade (quinze).

Para evitar distorções nas respostas caso os participantes ficassem desmotivados a responder as questões sobre um dos contextos após ter respondido às questões referentes ao anterior, o que geraria um problema de diferença de incidência de respostas por contexto, a ordem da entrevista, por dupla de irmão, foi alternada: uma dupla respondeu primeiro sobre o contexto familiar e a outra sobre o contexto de amizade.

Na categoria **Respeito** foi enquadrada a maior incidência e diversidade, do total de doze respostas, nove delas relativas ao contexto da amizade. Na categoria **Acordo entre os envolvidos**, que reuniu sete respostas, também se verificou predomínio de respostas relativas ao contexto de amizade (cinco). A terceira categoria em termos de frequência de respostas foi **Ajuda no contexto**, com oito respostas, quase todas (sete) referentes ao contexto familiar. Todas as cinco respostas compreendidas na categoria **Limite de horário para chegar em casa**, assim como as duas respostas pertinentes à categoria **Obediência à autoridade microssistêmica**, restringiram-se ao contexto familiar.

As respostas a esta questão indicam caminho semelhante ao trilhado na questão anterior para a interpretação dos dados. As categorias com maior incidência de respostas no contexto de amizade (**Respeito e Acordo entre os envolvidos**) refletem percepção de que as relações deste contexto se deem de maneira mais cooperativa. Como alguns autores enfatizam, as relações entre pares têm na cooperação sua característica mais marcante (Guardia & Patrick, 2008; Piaget, 1932/1994; La Taille, 2006) e são as grandes favorecedoras da autonomia. Este resultado aparece no contexto de amizade, talvez por ser marcado pela atuação mais efetiva do próprio indivíduo como beneficiado pelas regras por ele criadas, relação esta mediada, predominantemente, pelo respeito mútuo (Piaget, 1932/1994), pois há possibilidade de participação na construção e utilização das regras.

As categorias com maior incidência de respostas no contexto familiar (**Ajuda no contexto, Limite de horário para chegar em casa e Obediência à autoridade microssistêmica**),

conforme pode ser verificado na análise da questão seguinte, tiveram praticamente todas as regras constituintes estabelecidas pela autoridade micro sistêmica familiar (pai, mãe/madrasta ou ambos), com exceção de uma regra da categoria **Ajuda no contexto**, que foi estabelecida em acordo pelos envolvidos. Tais dados marcam a presença de um sentimento de obrigatoriedade na família, típico de relações assimétricas, como maior controle de comportamento pela presença de uma autoridade com poder, capaz de exercer sanção. Ao concentrarem regras com características práticas e objetivas e referindo-se à necessidade de obedecer, pode ser feita uma menção à responsabilidade objetiva, conforme proposto por Piaget (1932/1994), quando, entre outros aspectos, está presente o realismo moral. Apesar de só haver menção às regras aqui, ao avaliar a questão que remete ao que acontece quando a regra é ou não cumprida, encontram-se evidências que fortalecem esta tendência de realismo, visto que o monitoramento predominante nestes casos foi externo. Pois, as três categorias aqui apresentadas somam menção a quinze regras e destas, apenas três não foram percebidas como sendo alvo de monitoramento externo. Duas delas foram concebidas por não usuários como sendo monitoradas mutuamente e um usuário por automonitoramento. Nesta análise, o dever é considerado heterônomo, bom é aquele que obedece, a regra é considerada em si mesma e as consequências das ações são o grande foco, assim como evitar a punição é um importante objetivo. Ao avaliar os estágios definidos por Kohlberg (1992), constata-se menção à existência do estágio pré-convencional, considerado heterônomo, justamente porque a ação é guiada pelo temor à punição ou pelas possíveis recompensas a ela contingentes.

Dentre todas as respostas emitidas constituintes da categoria **Ajuda no contexto**, apenas uma refere-se ao contexto de amizade, o que pode ser considerado evidência de que esta colaboração no contexto aparece mais presente na família, pois é onde as tarefas são mais claramente delimitadas, cada um ocupa papel mais determinado e a autoridade é mais presente, o que pode enfatizar o caráter de obrigatoriedade e dever, sugerindo uma responsabilidade mais objetiva (Piaget, 1932/1994) na família, na percepção dos participantes.

A imposição de horário é algo que depende de uma autoridade, de relações marcadas, portanto, por hierarquia, e como previsto teoricamente (Guardia & Patrick, 2008; La Taille, 2006; Piaget, 1932/1994), na família estas relações aparecem com maior incidência.

- Questões Fam.2a e Amz.2a: Quem estabeleceu esta regra?

Os resultados constantes da Tabela 4 foram obtidos solicitando-se a cada participante que especificasse quem estabeleceu cada uma das regras que ele próprio descreveu. É importante considerar que a primeira linha da Tabela 4 (Autoridade microssistêmica) é a soma das respostas que mencionaram pai, mãe, ou ambos, e que aparecem nas linhas 2, 3 e 4. Sendo assim, apenas o número indicado na primeira linha foi considerado no cômputo dos totais que aparecem nas duas linhas finais da Tabela 4.

Tabela 4: Categorias de respostas referentes às questões Fam.2a e Amz.2a. (Para cada agente mencionado para a regra descrita) Quem estabeleceu esta regra?.

Categorias	Família		Amizade		Totais	
	Usuário	Não Usuário	Usuário	Não Usuário		
Autoridade microssistêmica	9	8	0	1	18	
Pai e mãe/madrasta	3	3		0	1	7
	(7, 9.1, 9.2)	(4.1, 10.1, 10.2)		(10.2)		
Pai	4	2		0	0	6
	(3.1, 3.2, 5.1, 5.2)	(4.2, 6.1)				
Mãe	2	3		0	0	5
	(1.1, 1.2)	(2, 6.1, 8.1)				
Participante	2	2	6	5		15
	(1.3, 5.2)	(6.2, 8.2)	(1, 3.1, 3.2, 5.1, 7.1, 7.2)	(2.2, 4, 6, 8, 10.1)		
Autoridade macrossistêmica culturalmente reconhecida	2	1	0	0		3
	(5.2, 9)	(2.1)				
Total por condição	13	11	6	6		36
Total por contexto	24		12			36

As categorias explicitadas na Tabela 4 podem ser descritas como se segue:

Autoridade microssistêmica: quando as respostas dos participantes indicam que quem impôs as regras foram autoridades familiares (microssistêmicas), que lidam face a face com os participantes, influenciando-os e impondo regras de maneira unilateral, com poder de impor sanções caso as regras não fossem cumpridas. Exemplos: *Pai e madrasta (4.1Fam)*; *Essa regra é criada na casa deles, pelos próprios pais deles (10.2Amz)*; *Pai (3.1Fam)*; *Mãe (1.1Fam)*.

Participante: quando as respostas dos participantes indicam que eles mesmos estiveram envolvidos no estabelecimento das regras. Exemplos: *Nós mesmos (3.1Amz); Eu e meu irmão, na verdade (8.2Fam).*

Autoridade macrossistêmica culturalmente reconhecida: quando as respostas dos participantes indicam que ninguém estabeleceu diretamente as regras, pois, elas implicavam obediência funcional, tinham função específica no contexto, independentemente de acordo face a face, eram dadas aprioristicamente, em função da convivência, sobrevivência, eram obrigatórias, impessoais (transcendem ao indivíduo e ao grupo) e inalteráveis. Havia aceitação da regra como parte de seu sistema de crenças, o que implicava, portanto, responsabilidade pessoal, podia haver consideração positiva de si, dever como querer. Exemplo: *É uma regra que não precisa ser estabelecida, o respeito tem que existir na sociedade. Já vem da ética (5.2Amz).*

Como pode ser visto na Tabela 4, o padrão de respostas difere bastante entre os dois contextos. Na categoria **Autoridade microssistêmica**, 17 das 18 respostas foram relativas ao contexto familiar, como, de certa forma seria de se esperar. Foram 15 as respostas que apontam o próprio participante como responsável ou corresponsável pelo estabelecimento da regra, com 11 delas relativas ao contexto de amizades. Ocorreram 3 respostas atribuindo o estabelecimento das regras à **Autoridade macrossistêmica culturalmente reconhecida**, todas circunscritas ao contexto familiar. Em relação às respostas que mencionaram a autoridade familiar (microssistêmica) é interessante assinalar que pai e mãe representaram citações preponderantes.

Como a categoria **Autoridade microssistêmica** restringiu-se ao ambiente familiar, neste contexto **Pai** e **mãe/madrasta** foram considerados como co-responsáveis no estabelecimento das regras, em especial o pai foi mais mencionado. Sugere-se mais uma vez que a função de controle das regras esteja garantida pela presença de uma autoridade familiar (microssistêmica), que impõe e tem o poder de gerar sanções diante do não cumprimento das regras, o que caracterizaria a assimetria das relações interpessoais no contexto familiar, na perspectiva dos participantes, caracterizando o respeito unilateral marcante que predomina nas relações familiares (La Taille, 2006). A **Autoridade macrossistêmica culturalmente reconhecida**, no entanto, também foi uma categoria que emergiu apenas no contexto familiar, o que sugere que a convivência na família e a percepção de que a regra seja aquela que

controla o comportamento, não necessariamente se restrinja à presença da autoridade microssistêmica, mas há também aqui a evidência de que o contexto familiar, em si mesmo exerça esta força de controle e, assim, o costume e a tradição familiar sejam pensados como suficientes para exercer este controle. Isto sugere uma concepção de que as regras presentes na família fazem parte do contexto e não são apenas concebidas como impostas por autoridade, face a face, mas são também decorrentes do costume proveniente da obrigatoriedade das regras que regem as relações sociais de uma determinada cultura (La Taille, 2006).

A maioria das regras apresentadas foi estabelecida com envolvimento dos participantes, em especial no contexto de amizade. Tais dados reafirmam a questão proposta anteriormente, relacionada à percepção maior de reciprocidade nas relações entre pares (Piaget, 1932/1994). Os participantes se sentiram parte do processo de estabelecer regras com mais frequência no contexto de amizade, o que mais uma vez indica a simetria das relações neste contexto, na medida em que se sentem em condições de estabelecer regras cooperativamente, em nível de igualdade de direitos e respeito mútuo. A função da regra de organizar a convivência social fica, portanto, mais marcante no contexto de amizade. Ao considerar que a possibilidade de estabelecer regras tenha emergido de acordo mútuo, esta categoria sugere que o respeito mútuo esteve mais presente nas relações de amizade e, conforme preconizado por Piaget (1932/1994), a relação é mais regida por colaboração mútua entre pares de iguais, como é o caso, mais frequentemente, no contexto da amizade.

- Questões Fam.2b e Amz.2b: Por quê? [Esta pessoa que estabeleceu essa regra?]

É claro que a pergunta está vinculada à resposta dada à questão anterior. Ao responder sobre o protagonista do estabelecimento da regra o participante é confrontado com a questão: por que, ou seja, por qual razão o agente mencionado estabeleceu a regra? As respostas aparecem na Tabela 5, abaixo, organizadas em seis categorias.

Tabela 5: Categorias de respostas referentes às questões Fam.2b e Amz.2b. (Para cada agente mencionado para a regra descrita) Por quê? [Esta pessoa que estabeleceu essa regra?]

Categorias	Família		Amizade		Totais
	Usuário	Não Usuário	Usuário	Não Usuário	
Por ser parte das atribuições da	7 (1.1, 1.2, 3.1, 3.2,	6 (2, 4.1, 4.2, 6.1,	0	0	13

autoridade microssistêmica	5.1, 5.2, 7)	6.2, 8.1)			
Por acordo entre os envolvidos	0	1 (8.2)	4 (3.1, 5.1, 7.2, 7.2)	3 (2.2, 6, 8)	8
Por evitar consequências negativas	0	2 (10.1, 10.2)	3 (3.2, 7.1, 7.1)	1 (10.2)	6
Por decorrerem de autoridade macrossistêmica culturalmente reconhecida	0	0	2 (1, 5.2)	2 (2.1, 10.1)	4
Por satisfação pessoal	1 (1.3)	0	0	1 (4)	2
Por proporcionar consequências positivas	2 (9.1, 9.2)	0	0	0	2
Não sei	0	0	1 (9)	0	1
Total por condição	10	9	10	7	36
Total por contexto		19		17	36

Apresenta-se a seguir a descrição das categorias constantes da Tabela 5:

Por ser parte das atribuições da autoridade microssistêmica (e pressupor obediência):

quando a justificativa para a menção de quem estabelecia as regras argumentou que pais e mães/madrasta representavam autoridade familiar (microssistêmica) que lida face a face com os eles, influenciando-os e impondo regras de maneira unilateral, com poder de impor sanções caso as regras não sejam cumpridas. Exemplos: *É sempre ela que fala as coisas, se ela deixar quieto não tem jeito (1.1Fam); Porque eles são os responsáveis (4.1Fam).*

Por acordo entre os envolvidos: quando a justificativa se apoiava na existência de obediência às regras estabelecidas na interação face a face, por acordo mútuo, a fim de organizar a convivência no contexto, em que a retribuição existe na mesma medida, com foco nas expectativas sociais e suas consequências diante do não-cumprimento. Exemplo: *Porque com a convivência de amizade assim, a gente vai se tornando íntimo e para não ocorrer o fato de desrespeitar o amigo, então acaba estabelecendo (6Amz).*

Por evitar consequências negativas: quando a justificativa mencionava que os próprios participantes se organizavam e criavam regras que evitam problemas ou consequências negativas para eles próprios. Exemplo: *Porque não éramos besta e evitaria sermos pegos (3.2Amz).*

Por decorrerem de autoridade macrossistêmica culturalmente reconhecida: quando a justificativa assinalava que são regras que ninguém precisa estabelecer por implicarem obediência funcional, tendo função específica no contexto, sendo independentes de acordo face a face, sendo dadas aprioristicamente, regulando convivência e sobrevivência, sendo obrigatórias, impessoais e dificilmente alteráveis (transcendem ao indivíduo e ao grupo). Havia aceitação da regra como parte do sistema de crenças, implicando, portanto, responsabilidade pessoal. Exemplos: *É uma regra normal das amizades, todo ser humano sabe essa regra (1Amz); É a lei, não precisa estabelecer (2.1Amz).*

Por satisfação pessoal: quando a justificativa baseou-se em argumentos focados em conteúdos hedonistas, voltados à própria satisfação pessoal. Exemplos: *Eu não gosto de barulho quando estou assistindo TV (1.3Fam); Ninguém gosta que aconteça isso (4Amz).*

Por proporcionar consequências positivas: quando a justificativa considerou que o agente (principalmente pais) estabeleceu as regras para proporcionar consequências positivas, como bem-estar para os filhos. Exemplo: *Porque é para o meu bem (9.1Fam).*

Não sei: quando o participante afirmou que não sabia justificar a resposta.

As justificativas mais frequentes foram aquelas que se enquadram na categoria **Por ser parte das atribuições da autoridade microssistêmica:** foram treze respostas, todas relativas ao contexto da família, mais uma vez indicando que os participantes percebem a assimetria presente neste contexto, por conta da presença da autoridade (Guardia e Patrick, 2008; La Taille, 2006). Diferentemente, as justificativas classificadas nas categorias **Por acordo entre os envolvidos** (constantes de oito respostas), **Por evitar consequências negativas** (constantes de seis respostas), e **Por decorrerem de autoridade macrossistêmica culturalmente reconhecida** (constantes de quatro respostas), apareceram de forma predominante no contexto das amizades (quinze vezes na soma das dezoito respostas). O fato da categoria **Por acordo entre os envolvidos** ter maior incidência no contexto de amizade, mais uma vez indica que os participantes percebem a presença de simetria neste contexto, já que representa a presença de acordo coletivo, com respeito mútuo, que é característico, em especial, da relação entre pares. Sobre esta ressalva, outro aspecto relevante foi que a categoria **Por decorrerem de autoridade macrossistêmica culturalmente reconhecida** apareceu exclusivamente no contexto de amizade, o que pode indicar a ausência da percepção de uma autoridade

microsistêmica responsável pela imposição de regras e dotada de poder para punir o não cumprimento de regras, que são percebidas como fruto de costume e tradição, neste contexto. As relações neste contexto seriam, portanto, marcadas pelo respeito mútuo, já que quem segue as regras participa do estabelecimento delas. Ainda mais, este resultado pode sugerir que as regras da amizade podem não ser estabelecidas, mas legitimadas pelos amigos (Piaget, 1932/1994), por compreenderem e concordarem que uma autoridade e/ou a sociedade impõem regras para organizar a convivência social de maneira harmônica (Damon, 2009; La Taille, 2006).

A menção à categoria **Por evitar consequências negativas**, com maior incidência no contexto de amizade sugere preocupação dos participantes com a consequência negativa de seus atos, que, segundo Piaget (1932/1994) e Kohlberg (1992), é fator característico de heteronomia. Tal fato se deu em especial no contexto de amizade, demarcando um campo favorável à relacionamentos simétricos, como costuma ser a relação entre pares.

A categoria **Por satisfação pessoal** foi construída com uma resposta de usuário referindo-se ao contexto familiar e outra de não usuário ao referir-se ao contexto de amizade, tal contraste sugere que a percepção de um e outro sobre a motivação para o estabelecimento da regra pode variar em função de características do contexto, visto que a argumentação baseada na própria satisfação pessoal aparece para o usuário no contexto familiar, o que poderia sugerir, a partir das análises precedentes, contestação enquanto o não usuário poderia estar focado na flexibilidade presente no contexto de amizade, que lhe permitiria maior liberdade de expressão das emoções.

- Questões Fam.3 e Amz.3 (formuladas para cada regra descrita) Para que serve esta regra?

Tabela 6: Categorias de respostas referentes às questões Fam.3 e Amz.3 (Para cada agente mencionado para a regra descrita): Para que serve esta regra?

Categorias	Família		Amizade		Totais
	Usuário	Não Usuário	Usuário	Não Usuário	
Favorece o contexto de interação	5 (3.1, 5.1, 5.2, 7, 9.1)	6 (2, 4.1, 6.1, 6.2, 8.1, 8.2)	2 (7.1, 7.2)	4 (2.1, 2.2, 6, 8)	17
Evita consequências negativas	4 (1.1, 1.2, 1.3, 9.2)	3 (4.2, 10.1, 10.2)	6 (1, 3.1, 3.2, 5.1, 5.2, 9)	4 (4, 6, 10.1, 10.2)	17

Exerce função normativa	1 (5.1)	2 (8.1, 8.2)	1 (9)	0	4
Não serve para nada	1 (3.2)	0	0	0	1
Total por condição	11	11	9	8	39
Total por contexto	22		17		39

As categorias consideradas na Tabela 6 podem ser assim descritas:

Favorece o contexto de interação: quando o participante afirmou que a regra serve para favorecer o bom relacionamento entre os membros do grupo, promovendo seu bem-estar, caracterizando a interação entre eles de maneira recíproca. Exemplos: *Para melhorar a casa (2Fam)*; *Para melhorar a amizade (2.1Amz)*.

Evita consequências negativas: quando o participante afirmou que a regra serve para evitar problemas, evitar consequências negativas para os participantes. Exemplos: *Para não atrapalhar / Não ter que gritar (1.3Fam)*; *Se não, arruma encrenca / Para não se dar mal depois (1Amz)*.

Exerce função normativa: quando o participante afirmou que as regras têm função normativa, determinam o que deve ser feito, regulam o comportamento e devem, portanto, ser cumpridas. Exemplo: *Para ser cumprida (5.1Fam)*.

Não serve para nada: quando o participante afirmou que a regra não servia para nada.

A Tabela 6 mostra que houve atribuição diferenciada de importância à função das regras nos contextos familiar e de amizade. A categoria **Favorece o contexto de interação** (com dezessete respostas) foi mais ressaltada pelas respostas (dez) dos não usuários e em especial no contexto familiar (seis respostas). Tal categoria pode estar associada à autonomia, por sugerir legitimação da regra, que implica pensar além de si mesmo, em busca da qualidade das relações interpessoais, que vão além dos interesses pessoais (Damon, 2009).

Já a segunda categoria **Evita consequências negativas** (com dezessete respostas) apareceu mais no contexto de amizade (dez respostas), com predominância de respostas (seis) dos usuários. Isto pode confirmar os resultados da categoria anterior, visto que agir para evitar

problemas e/ou consequências negativas pode caracterizar padrão mais heterônimo de consciência da regra (Kohlberg, 1992; Piaget, 1932/1994).

A terceira categoria foi **Exerce função normativa** (com quatro respostas) e demonstra o conceito de regra dos participantes como aquela que existe para exercer controle sobre o comportamento dos indivíduos. Esteve presente, especialmente, no contexto familiar, no qual estiveram presentes três das quatro respostas da categoria. A função normativa da regra pode ficar mais explícita no contexto familiar (assimétrico) pela percepção da presença constante de uma autoridade microssistêmica nele, que teria poder explícito para impor regras e controlar seu cumprimento, neste caso, a regra estaria restrita a sua função normativa. Laupa, Turiel e Cowan (1995) definem o desenvolvimento social como um processo pelo qual as crianças estão sob a influência e direção de autoridades que adotam as normas sociais de seu grupo. Em uma primeira perspectiva, o desenvolvimento implica maior aderência a estas normas e com a idade o desenvolvimento pode elevar a autonomia e os indivíduos se tornariam menos orientados pela autoridade. Em resumo, a criança parte de uma inabilidade de diferenciar entre eu-outro, sem um conceito claro de autoridade, para uma perspectiva unilateral de autoridade e enfim, pode passar a relações recíprocas de autoridade legitimada por suas habilidades e conhecimentos superiores. Avaliando os dados apresentados, a categoria discutida indica que os adolescentes que emitiram respostas nela enquadradas ainda se orientam pela autoridade, ou seja, a regra advém de um poder e deve ser cumprida. Turiel (1983) discute a função social da regra de organizar o contexto onde está inserida, em uma perspectiva de reciprocidade. La Taille (2006) apresenta as regras como aquelas que permitem “dar corpo à moral, situá-la no tempo e no espaço” (p.74) e coloca que algumas pessoas se contentam com esta dimensão normativa da regra, sem questionar sua derivação, o que acaba por deixá-las sem alternativas de ação, pois, as regras são restritas a situações específicas, e não há como haver regras para cada uma delas. O que garante a habilidade de normatizar e portanto, flexibilidade quanto a alternativas de solução de problemas, são os princípios, que derivam dos valores humanos. Assim, conhecer os princípios se torna uma competência necessária, de acordo com La Taille (2006). Os dados apresentados sugerem que os participantes se concentram na função normativa da regra, mas, não nos permite diretamente conhecer seus princípios, portanto, é difícil conceber se há perspectiva de reciprocidade ou não.

A última categoria ilustra o argumento de um único participante usuário que nem sequer concebe a função da regra apresentada ao contexto familiar e afirma que ela **Não serve para nada**. Seguir a regra sem se identificar com ela pode ser considerado evidência de relação assimétrica, pois o que a faz ser seguida é a imposição da autoridade e não a aceitação da regra. Se for considerado que não perceber o benefício do contexto como um benefício próprio, por fazer parte do todo, significa não se identificar ou legitimar a regra, fica claro porque esta categoria emerge mais no contexto familiar, pois as regras foram impostas para beneficiar o contexto, sem acordo. Este caso demarca bem a imposição unilateral da regra, na visão do participante, o que exemplifica bem a ausência de respeito mútuo nas relações assimétricas, já que esta resposta apareceu no contexto familiar.

De maneira geral, os participantes demonstraram compreender que as regras têm função social, conforme defendido por Turiel (1983), que define a função da regra por seu apelo à necessidade de organizar a sociedade e em manter um sistema de expectativas que sejam compartilhadas entre os participantes, o que pode ser ilustrado pelas categorias **Favorecimento do contexto de interação** e **Evita consequências negativas**. No entanto, o foco da primeira categoria é o acordo e o respeito mútuo, e o da segunda uma coordenação social conectada com as consequências da ação. O foco nas consequências da ação caracteriza, segundo Kohlberg (1992), uma postura mais heterônoma. Assim, as análises sugerem que, os usuários poderiam ser considerados mais heterônomos e os não usuários menos.

- Questões Fam.4a e Amz.4a: (Para cada regra apresentada) Você concorda com esta regra estabelecida?

Tabela 7: Categorias de respostas referentes às questões Fam.4a. e Amz.4a. (Para cada agente mencionado para a regra descrita) Você concorda com esta regra estabelecida?.

Categorias	Família		Amizade		Totais
	Usuário	Não Usuário	Usuário	Não Usuário	
Sim	8 (1.1, 1.2, 1.3, 3.1, 5.1, 5.2, 7, 9.1)	9 (2, 4.1, 4.2, 6.1, 6.2, 8.1, 8.2, 10.1, 10.2)	6 (1, 5.1, 5.2, 7.1, 7.2, 9)	7 (2.1, 2.2, 4, 6, 8, 10.1, 10.2)	30
Não	2 (3.1, 3.2)	0	1 (3.2)	0	3
Um pouco	1 (9.2)	0	0	0	1

Total por condição	11	9	7	7	34
Total por contexto	20		14		34

As categorias da Tabela 7 podem ser descritas como segue:

Sim: quando os participantes afirmaram concordar com as regras estabelecidas.

Não: quando os participantes afirmaram não concordar com as regras estabelecidas.

Um pouco: quando o participante afirmou concordar um pouco, mas não muito, com as regras estabelecidas. Exemplo: *Concordo um pouco, não muito (9.2Fam)*.

Conforme apresentado na Tabela 7, todas as respostas (trinta) dos participantes indicaram que eles concordavam com as regras estabelecidas, dezessete delas no contexto familiar e treze no de amizade. É interessante notar que as respostas dos participantes referentes às categorias **Não** (três) e **Um pouco** (uma) são provenientes de usuários, o que sugere que os usuários talvez não percebam as regras em sua função de organizadoras da vida em sociedade para seu melhor funcionamento, por meio de relações interpessoais recíprocas, com respeito mútuo, o que refletiria legitimação das regras. Essas regras são percebidas por eles como aquelas que servem ao controle do comportamento, exercido por uma autoridade (microsistêmica) com poder de exercer sanção caso as mesmas não sejam cumpridas, indicando, portanto, condições menos favorecedoras ao alcance da autonomia.

Todas as respostas de discordância se referiram ao mesmo participante, que discordou das regras impostas pela família (Fam3.1 e Fam3.2), o que poderia diminuir a chance de que a referida regra fosse efetivamente cumprida. Cumprir horário e ter que ajudar nas tarefas de casa podem ser regras percebidas como impostas de maneira unilateral e não cumpri-las seria uma forma mostrar que as regras, de fato, não foram legitimadas (Piaget, 1932/1994).

- Questões Fam.4b e Amz.4b: Por quê? [Concorda com esta regra estabelecida]

Tabela 8: Categorias referentes às questões Fam.4b. e Amz.4b (Para cada agente mencionado para a regra descrita) Por quê? [Concorda com esta regra estabelecida]

Categorias	Família		Amizade		Totais
	Usuário	Não Usuário	Usuário	Não Usuário	
Por favorecer o contexto de interação	3 (1.3, 9.1, 9.2)	4 (2, 4.1, 8.1, 8.2)	3 (5.1, 5.2, 7.2)	3 (2.1, 2.2, 6)	13
Por evitar consequências negativas	2 (1.2, 7)	2 (4.2, 10.1)	1 (5.2)	1 (10.2)	6
Por obediência à autoridade macrossistêmica culturalmente reconhecida	1 (1.1)	2 (6.1, 10.2)	3 (3.1, 3.2, 7.2)	0	6
Por satisfação pessoal	1 (9.1)	0	1 (1)	3 (4, 8, 10.1)	5
Por obediência à autoridade microssistêmica	4 (3.1, 5.1, 5.1, 7)	0	0	0	4
Por característica pessoal	1 (3.2)	0	1 (7.1)	0	2
Por valorização pessoal	0	1 (6.2)	0	0	1
Dado perdido	0	0	1 (9)	0	1
Total por condição	12	9	10	7	38
Total por contexto		21		17	38

As categorias da Tabela 8 podem ser descritas da seguinte forma:

Por favorecer o contexto de interação: quando o participante afirmou que concordava com as regras estabelecidas, pois, ela favorecia o bom relacionamento entre os membros do grupo, promovendo seu bem-estar, caracterizando a interação entre eles de maneira recíproca. Exemplos: *Para dividir as tarefas igualmente (4.1Fam); Porque sempre que eu precisava também eles estavam ali para me servir (7.2Amz).*

Por evitar consequências negativas: quando o participante afirmou que concordava com as regras estabelecidas, pois, elas evitavam problemas, consequências negativas para os participantes. Exemplos: *Para não ficar sujeira/ Para ninguém pisar em cima (1.2Fam); Porque evita atrito (5.2Amz); Porque tem gente que aproveita para fazer coisa errada (4.2Fam).*

Por obediência à autoridade macrossistêmica culturalmente reconhecida: quando o participante afirmou que concordava com as regras estabelecidas, pois implicavam obediência funcional, tinham função específica no contexto, independentemente de acordo face a face,

eram dadas aprioristicamente, em função da convivência, sobrevivência, eram obrigatórias, impessoais (transcendem ao indivíduo e ao grupo) e inalteráveis. Havia aceitação da regra como parte de seu sistema de crenças, o que implicava, portanto, responsabilidade pessoal, podia haver consideração positiva de si, dever como querer. Exemplos: *É uma coisa diária, normal/ Todos têm que fazer (1.1Fam); Resolvendo todo mundo, a maneira era essa, que não tinha outra, e pronto (7.2Amz).*

Por satisfação pessoal: quando o participante afirmou que concordava com as regras estabelecidas, baseando-se em argumentos focados em conteúdos hedonistas, voltados à própria satisfação pessoal. Exemplos: *Não gosto mais de briga/ Antes eu ia para festa, bebia e brigava (1Amz); Porque me faz bem (8Amz); Porque é bom para mim, ganho dinheiro, ocupa a cabeça (9.1Fam).*

Por obediência à autoridade microssistêmica: quando o participante afirmou que concordava com as regras estabelecidas, pois, quem impôs a regra representa autoridade familiar (microssistêmica), que lida face a face com os participantes, influenciando-os e impondo regras de maneira unilateral, com poder de impor sanções caso as regras não sejam cumpridas. Exemplo: *Por ele ser o meu pai (5.2Fam).*

Por característica pessoal: quando o participante afirmou que concordava com as regras estabelecidas, baseando-se em argumentos que levaram em conta o reconhecimento de si e/ou do outro, independentemente, como pessoa dotada de características próprias, que os definem e os diferenciam dos demais e lhes confere uma perspectiva particular de mundo e, portanto, capacidade de ser, dizer e/ou definir o que é certo e errado, individualmente. Exemplos: *Porque eu sei a hora que chego em casa (3.2Fam); Porque eu achava que era o certo, no meu pensar né, cada um pensa diferente (7.1Amz).*

Por valorização pessoal: quando o participante afirmou que concordava com as regras estabelecidas, baseando-se em argumentos que levaram em conta o reconhecimento de si e/ou do outro com valor positivo, a partir do que cada um é individualmente, implicando ser capaz de agir e merecer alcançar coisas boas. Exemplo: *Tenho um espaço, e meus direitos e minha privacidade, cada um tem (6.2Fam).*

A categoria com maior incidência de respostas foi **Por favorecer o contexto de interação** (com treze respostas), o que indica a perspectiva dos participantes focada no bem estar dos

envolvidos nos contexto familiar e de amizade. Mais uma vez a categoria **Por obediência à autoridade microssistêmica** prevaleceu no ambiente familiar, sendo quatro respostas de usuários referindo-se a este contexto, reforçando a unilateralidade que promove assimetria neste contexto de interação. Assim como a anterior, a categoria **Por característica pessoal** (com duas respostas) somente apareceu nas respostas dos usuários, o que pode indicar menor foco no bem comum e na interação cooperativa, o que dificultaria o processo de construção da autonomia que, segundo Piaget (1932/1994), tem nas relações de cooperação o veículo propulsor. Este aspecto pode ser considerado como tendo gênese egocêntrica, o que dificulta o alcance da autonomia, já que a descentração, que alude à superação do egocentrismo, é condição fundamental para tanto (Inhelder & Piaget, 1970/1976). Ainda mais, mostra a dificuldade de reconhecimento do benefício mútuo da regra, ou seja, mostra ênfase no domínio pessoal. Laupa, Turiel e Cowan (1995) definem o domínio pessoal como aquele referente a conceitos sobre características psicológicas das pessoas, como suas ideias, sentimentos e intenções, assim como assuntos pessoais fora do domínio moral ou social, tais como escolha de amigos e como se vestir. Neste sentido, as regras aqui parecem ser consideradas como se pertencessem ao domínio pessoal. Os pais costumam ter mais acesso aos domínios moral e social, ficando o pessoal a cargo do indivíduo e o fato dele se justificar baseando-se no domínio pessoal sugere conflito na demarcação dos limites entre os domínios na relação do indivíduo com a autoridade, relação essa que, portanto, carece de reciprocidade.

A categoria **Por satisfação pessoal** (com cinco respostas) prevaleceu entre as respostas (três) de não usuários referindo-se ao contexto de amizade, o que pode indicar maior percepção de simetria nas relações de amizade, o que implicaria a possibilidade de focar também nas suas próprias necessidades neste contexto. A categoria **Por valorização pessoal** foi constituída por apenas uma resposta de um não usuário referindo-se ao contexto familiar. Considerar-se cidadão de direitos é considerado por La Taille (2006) uma questão importante para a construção de uma “vida boa”, implica expansão de si e a autonomia é uma das questões diretamente relacionadas.

A categoria **Por evitar consequências negativas** (seis respostas) demonstra foco nas consequências dos atos, o que de acordo com Kohlberg (1992) pode ser considerado um foco heterônomo. Esta categoria foi mencionada tanto por usuários (três respostas, sendo duas

delas referentes ao contexto familiar) quanto por não usuários (três, sendo duas delas referentes ao contexto familiar). O contexto de emergência indica que, na família (quatro respostas), tal justificativa esteve presente sugerindo que ao focar nas consequências dos atos pode estar se referindo à existência de uma autoridade, responsável pela imposição de sanção caso expectativas não sejam alcançadas, assim, o risco de consequências negativas a serem evitadas teria um maior fundamento. Tal característica da família também pode ser pensada a luz da análise da categoria **Por obediência à autoridade macrosistêmica** (seis respostas), já que os usuários (quatro respostas) citaram respostas a ela referentes predominantemente referindo-se ao contexto de amizade (três respostas), o qual vem sendo apresentado como aquele onde não exista uma autoridade microsistêmica responsável por imposição de sanções face a face, em contraposição à perspectiva da família, que inclui a existência destas figuras de autoridade microsistêmica.

- Questões Fam.5a e Amz.5a: Você tem vontade de seguir esta regra?

Tabela 9: Categorias referentes às questões Fam.5a. e Amz.5a (Para cada agente mencionado para a regra descrita) Você tem vontade de seguir esta regra?

Categorias	Família		Amizade		Totais
	Usuário	Não Usuário	Usuário	Não Usuário	
Sim	4 (1.1, 1.3, 5.2, 9.1)	9 (2, 4.1, 4.2, 6.1, 6.2, 8.1, 8.2, 10.1, 10.2)	7 (1, 3.1, 5.1, 5.2, 7.1, 7.2)	5 (2.2, 4, 8, 10.1, 10.2)	25
Depende	4 (1.2, 3.1, 7, 9.2)	0	0	1 (6)	5
Não	2 (3.2, 5.1)	0	1 (3.2)	1 (2.1)	4
Total por condição	10	9	8	7	34
Total por contexto		19		15	34

As categorias da Tabela 9 podem ser descritas conforme segue:

Sim: quando os participantes afirmaram ter vontade de seguir as regras estabelecidas.

Depende: quando a vontade de seguir a regra variava dependendo da circunstância em questão. Exemplos: *De vez em quando/ Na hora da novela peço a mãe para levar (1.2Fam); Às vezes eu tinha vontade, às vezes não. (3.1Fam).*

Não: quando os participantes afirmaram não ter vontade de seguir as regras estabelecidas.

Das catorze respostas dos não usuários, nove indicaram vontade de seguir as regras relativas ao contexto familiar, no entanto, na perspectiva dos usuários a situação muda, visto que das suas onze respostas que indicam vontade de seguir as regras, apenas quatro emergiram no contexto familiar. Isso pode indicar a rejeição dos usuários quanto à condição da autoridade micro sistêmica como organizadora do contexto social a fim de garantir seu melhor funcionamento, com o que as regras não foram reconhecidas como legítimas. Para La Taille (2006) o senso de obrigatoriedade é condição fundamental para o desenvolvimento pleno do juízo moral, mas a cooperação e o respeito mútuo devem aos poucos ir além dele, sem, no entanto, que ele deixe de existir. Ainda cabe mencionar que para Turiel (1983), para que a obediência aconteça, a figura de autoridade precisa ser legitimada como tal e para isso existem três componentes do raciocínio ligando a obediência à autoridade. São eles: o tipo de comando, os atributos da figura de autoridade (que incluem sua posição social, seu conhecimento e legitimidade para punir), e o contexto social. Em relação ao componente da autoridade tipo de comando é importante considerar as consequências morais do comando. Por conseguinte, as pessoas tendem a ter mais vontade de obedecer àqueles que respeitam.

Os não usuários, ao não demonstrarem a mesma percepção em relação ao contexto familiar, visto que a maioria (nove) de suas catorze respostas indicou vontade de seguir as regras do contexto familiar, sugerem aceitação da autoridade familiar como legisladora de regras que foram legitimadas. Pode-se dizer, talvez, que para eles o dever se tornou querer, e eles decidiram fazer aquilo que favoreceria a convivência/interação social.

Cabe considerar o dado relevante de que as quatro respostas da categoria **Não**, três foram emitidas por usuários e das cinco da categoria **Depende**, quatro foram emitidas por usuários, o que sugere dificuldade dos usuários em perceber a regra em sua função social. Na medida em que o dever pode não ter se tornado querer/vontade, isto caracterizaria maior heteronomia dos mesmos. La Taille (2006) propõe que a exigência social do cumprimento do dever é uma questão que envolve saber se existe auto-imposição, ou seja, mandamentos da consciência que impelem o indivíduo a agir de determinadas formas e não de outras. Este sentimento de obrigatoriedade é, portanto, considerado um dos processos psicológicos centrais para a moral e a ética.

- Questões Fam.5b. e Amz.5b.: Por quê? [Tem vontade de seguir esta regra]

As categorias da Tabela 10 foram descritas da seguinte forma:

Por evitar consequências negativas: tinham vontade de seguir a regra, pois, ela evitava que problemas, consequências negativas fossem vividas. Exemplos: *Para não dormir na cama bagunçada/Senão, terei que fazer na hora da soneira (1.1Fam); Impede de magoar e perder a amizade (4Amz).*

Por favorecer o contexto de interação: quando houve vontade de seguir as regras porque elas favoreciam o bom relacionamento entre os membros do grupo, promovendo seu bem-estar, caracterizando a interação entre eles de maneira recíproca. Exemplos: *Se eu ajudo poderei ser ajudado (2.2Amz); A gente tem muito respeito aqui em casa. Apesar de ter os problemas com meu irmão (6.2Fam).*

Por satisfação pessoal: quando tinham vontade ou não de seguir a regra baseando-se em argumentos focados em conteúdos hedonistas, voltados à satisfação pessoal. Exemplos: *Não gosto não (1.3Fam); Não faço com ninguém/ Não gosto destas brincadeiras (1Amz).*

Por obediência à autoridade macrossistêmica culturalmente reconhecida: tinham vontade de seguir as regras, pois, apesar de não haver uma figura de autoridade, implica obediência funcional, a regra tem função específica no contexto “É assim que é”, independentemente de acordo face a face, é dada aprioristicamente, em função da convivência, sobrevivência, é obrigatória, impessoal (transcende ao indivíduo e ao grupo) e inalterável. Há aceitação da regra como parte de seu sistema de crenças, o que implicava, portanto, responsabilidade pessoal, pode haver consideração positiva de si, dever como querer. Exemplos: *É meu amigo, por que não respeitar? (2.1Amz); Porque foi a criação que eu tive (5.1Amz).*

Por exercer função normativa: tinham vontade de seguir as regras, pois, as regras têm função função normativa, determinam o que deve ser feito, regulam o comportamento e devem, portanto, ser cumpridas. Exemplo: *Porque regra tem que ser seguida (2Fam).*

Por obediência à autoridade microssistêmica: quando o participante afirmou ter vontade de seguir as regras estabelecidas, pois, quem impôs a regra representa autoridade familiar

(microsistêmica), que lida face a face com os eles, influenciando-os e impondo regras de maneira unilateral, com poder de impor sanções caso as regras não sejam cumpridas. Exemplo: *Deve respeitar, não vai desacatar seu pai a toa (6.1Fam); É questão do momento, (...), você está com aquele desejo de ir, então você não vai só pra fazer a vontade do pai mais a mãe (7Fam).*

Por acordo entre os envolvidos: tinham vontade de seguir as regras, pois, há uma obediência a regras estabelecidas na interação face a face, por acordo mútuo, a fim de organizar a convivência no contexto, onde a retribuição existe na mesma medida, com foco nas expectativas sociais e suas consequências diante do não-cumprimento. Exemplo: *O que a gente combinou foi isso sabe, a pessoa tem que ser homem, a partir do momento que você fala para o rapaz é isso aí (7.1Fam).*

Por característica pessoal: tinham vontade de seguir a regra, baseando-se em argumentos que levaram em conta o reconhecimento de si e/ou do outro, independentemente, como pessoa dotada de características próprias, que os definem e os diferenciam dos demais e lhes confere uma perspectiva particular de mundo e, portanto, capacidade de ser, dizer e/ou definir o que é certo e errado, individualmente. Exemplo: *Porque é o que eu acho certo (10.1Fam).*

Por valorização pessoal: tinham vontade de seguir a regra, baseando-se em argumentos que levaram em conta o reconhecimento de si e/ou do outro com valor positivo, a partir do que cada um é individualmente, implicando ser capaz de agir e merecer alcançar coisas boas. Exemplo: *Sou de maior, sei meus objetivos e o que tenho que fazer (5.1).*

Por desconhecimento: tinha vontade de seguir as regras mais ou menos, pois baseava-se em argumentos com referência a justificativas e/ou estratégias que refletem falta de conhecimento necessário para orientar a ação. Exemplo: *Porque sim. Nem todo dia dá para cumprir os horários certos. A gente não sabe o que vai acontecer, os imprevistos (9.2Fam) [ele tem vontade de cumprir mais ou menos, por desconhecer o que julga necessário para sua ação].*

Não sei: quando o participante não soube justificar a resposta.

Dado perdido: não foi coletado por erro da entrevistadora, que não fez a pergunta ao participante. Importante ressaltar que houveram dados perdidos referentes a outras questões e participantes, no entanto, sua incidência não justificou invalidar qualquer uma delas, portanto,

para evitar repetição de informação ao longo da tese, a referida categoria não será mais descrita, mas, será incluída nas tabelas para contagem de incidência de respostas.

Tabela 10: Categorias referentes às questões Fam.5b. e Amz.5b. (Para cada agente mencionado para a regra descrita) Por quê? [Tem vontade de seguir esta regra]

Categorias	Família		Amizade		Totais
	Usuário	Não Usuário	Usuário	Não Usuário	
Por evitar consequências negativas	5 (1.1, 1.2, 1.3, 3.2, 7)	1 (10.1)	2 (3.2, 5.2)	3 (4, 8, 10.2)	11
Por favorecer o contexto de interação	0	2 (6.1, 6.2)	0	3 (2.2, 6, 10.2)	5
Por satisfação pessoal	3 (1.3, 9.1, 5.2)	1 (4.2)	1 (1)	0	5
Por obediência à autoridade macrossistêmica culturalmente reconhecida	1 (9.1)	1 (4.1)	1 (5.1)	1 (2.1)	4
Por exercer função normativa	0	3 (2, 8.1, 8.2)	0	0	3
Por obediência à autoridade microssistêmica	1 (7)	2 (6, 10.2)	0	0	3
Por acordo entre os envolvidos	0	0	2 (7.1, 7.2)	0	2
Por característica pessoal	1 (5.1)	0	0	1 (10.1)	2
Por valorização pessoal	2 (3.1, 5.1)	0	0	0	2
Por desconhecimento	1 (9.2)	0	0	0	1
Não sei	0	0	1 (9)	0	1
Dado perdido	0	0	1 (3.1)	0	1
Total por condição	14	10	8	8	40
Total por contexto	24		16		40

Como já foi mencionado na análise da questão anterior, vinte e cinco respostas dos participantes indicaram vontade de seguir as regras. A justificativa mais mencionada para tanto foi **Por evitar consequências negativas** (com onze respostas), sendo sete dadas por usuários. Para a categoria **Por favorecer o contexto de interação** (com cinco respostas) só emergiram respostas de não usuários. Os usuários apresentaram quatro das cinco respostas que se enquadraram na justificativa **Por satisfação pessoal**, sendo três delas referentes ao contexto familiar. A função da regra foi mencionada apenas nas respostas dos não usuários, na categoria de justificativa **Por exercer função normativa** (com três respostas), sempre em relação ao contexto familiar. Já a categoria **Por acordo entre os envolvidos** (com duas

respostas) foi mencionada como justificativa dos usuários referindo-se ao contexto da amizade, no qual a simetria tende a ser maior, com o que os indivíduos podem se sentir em condições de opinar pela ausência de autoridade microssistêmica no contexto. As respostas (três) respeitantes à categoria **Por obediência à autoridade microssistêmica** ficaram restritas ao contexto familiar. A única resposta que se enquadrou na categoria **Por desconhecimento** foi apresentada por um usuário, e revela falta de conhecimento necessário para mobilizar a ação. De acordo com La Taille (2006) os diversos tipos de conhecimento, científicos, sobre regras, valores, princípios, cultura e psicológicos são pressupostos necessários ao agir moral e correspondem à dimensão intelectual da ação moral. Neste sentido, os conhecimentos que incidem sobre a realidade se mostram como instrumentos para a ação moral. Por exemplo, o conhecimento sobre a diversidade cultural impulsiona a descentração, pois, permite o contato com as diferenças e favorece a expansão da consciência do indivíduo, em relação ao fato de que se existem várias formas de ser, existem várias formas pelas quais os indivíduos e suas realidades possam ser tratados. No entanto, este conhecimento, apesar de despertar a tolerância, não a garante, mas, tem como papel preponderante nutrir e enriquecer tal virtude. O conhecimento, portanto, pode ser necessário para a tomada de decisão sobre dilemas morais, como o conhecimento científico, ao julgar sobre clonagem de humanos e o psicológico ao fazê-lo sobre o comportamento humano. Sobre o conhecimento psicológico cabe ressaltar a importância do autoconhecimento, que relaciona-se diretamente ao autoaperfeiçoamento. Porém, apesar do conhecimento e, assim, a informação, não serem suficientes, pois à ação moral também incide a dimensão afetiva, são necessários para mobilizar a ação moral.

Apenas um usuário mencionou resposta que se enquadrou na categoria **Não sei**, ao referir-se ao contexto de amizade, o que sugere pouca motivação para compreensão de seu comportamento, assim como Paredes e Pecora (2004) propuseram em seu trabalho ao mencionarem a categoria **Não sei** como aquela que representa não saber o que se passa, ter dificuldade de encarar os fatos ou ainda não querer se implicar com o processo.

A categoria **Por característica pessoal** (duas respostas) sugere uma interpretação interessante, já que a resposta do usuário (uma) limitou-se ao contexto familiar e a de não usuário (uma) ao contexto de amizade. Neste caso, como os contextos vêm sendo avaliados a partir da constatação da presença ou não de simetria nas relações que lhe constituem, focar em

características pessoais em um contexto onde há existência de assimetria pode sugerir presença de confronto e uma postura desafiadora pode ser pensada a luz da heteronomia, na medida em que a regra é pensada como algo imposto por uma autoridade de maneira coercitiva. De acordo com Kohlberg (1992) e Turiel (1983) a compreensão da função da regra como aquela responsável pela organização social, portanto, necessária a uma relação harmoniosa e cooperativa é questão fundamental para o alcance da autonomia, portanto, se a interpretação posta se consolida, as respostas dos usuários refletem maior heteronomia.

Duas respostas se enquadraram na categoria **Por valorização pessoal**, ambas de usuários, o que pode sugerir que os mesmos valorizam-se como seres de direitos, consideram-se de maneira positiva e esperam boas coisas para si. De acordo com La Taille (2006) valorizar-se implica autorrespeito, aspecto importante para a expansão de si e, portanto, para a conquista da autonomia. Assim, a partir desta consideração, a vontade destes usuários poderia demonstrar tendências autônomas.

Ao analisar a emergência da categoria **Por obediência à autoridade macrossistêmica** (quatro respostas) nesta questão, reotma-se o aspecto da vontade de seguir a regra estar ligada a fatores relacionados à obediência funcional, no entanto, não encontramos fortalecimento dos argumentos já postos quanto a análise das variáveis contexto (família ou amizade) e condição do participante (usuários ou não usuário), visto que cada uma das quatro questões referiu-se a um usuário referindo-se ao contexto familiar e outro ao de amizade e a um não usuário referindo-se ao contexto familiar e outro não usuário referindo-se ao contexto de amizade.

- Questões Fam.6a. e Amz.6a.: O que você faz diante desta regra estabelecida?

Tabela 11: Categorias referentes às questões Fam.6a. e Amz.6a. (Para cada agente mencionado para a regra descrita) O que você faz diante desta regra estabelecida?

Categorias	Família		Amizade		Totais
	Usuário	Não Usuário	Usuário	Não Usuário	
Sim (Cumpro)	6 (1.1, 1.2, 1.3, 5.2, 7, 9.1)	8 (2, 4.1, 4.2, 6.1, 6.2, 8.2, 10.1, 10.2)	6 (1, 3.2, 5.2, 7.1, 7.2, 9)	6 (2.1, 2.2, 4, 8, 10.1, 10.2)	26
Depende	2 (5.1, 9.2)	1 (8.1)	2 (3.1, 5.1)	1 (6)	6
Não (Cumpro)	2 (3.1, 3.2)	0	0	0	2
Total por condição	10	9	8	7	34
Total por contexto	19		15		34

A descrição das categorias da Tabela 11 procedeu conforme indicado a seguir:

Sim (Cumpro): quando os participantes afirmaram cumprir as regras estabelecidas.

Depende: quando a regra era cumprida dependendo da circunstância em questão. Exemplos: *Muitas vezes não (5.1Fam); Bom, a gente segue e às vezes não (6Amz).*

Não (Cumpro): quando o participante afirmou não cumprir as regras estabelecidas.

Vinte e seis respostas dos participantes indicam que **Sim**, eles cumpriam as regras apresentadas. E as duas únicas respostas **Não** foram de usuários, referindo-se ao contexto familiar. Tal dado sugere, mais uma vez, a concepção de regra neste contexto, como algo não legitimado e que, portanto, tem menos chance de ser cumprida. A categoria **Depende**, foi representada por seis respostas, sendo quatro provenientes de usuários. Esta questão teve como objetivo avaliar a coerência entre o juízo e a representação de ação e nem todos os participantes que julgaram as regras de maneira favorável, afirmando concordar com a regra ou ter vontade de seguir a regra, relataram cumpri-la efetivamente. Este aspecto está relatado na literatura, visto que o desenvolvimento do juízo moral não se dá atrelado ao da ação. Assim sendo, julgar moralmente com eficiência não garante a ação moral (La Taille, 2006; Piaget, 1932/1994).

- Questões Fam.6b. e Amz.6b: Por quê? [Você faz o que faz diante da regra estabelecida]

As categorias da Tabela 12 foram descritas da seguinte forma:

Por evitar consequências negativas: cumpriam as regras, pois, elas evitavam problemas, consequências negativas para os participantes. Exemplos: *Para evitar encrenca (1.3Fam); Senão eles iriam me pegar, e se pegasse, eles iriam fazer o que, me prender. (3.2Amz).*

Por favorecer o contexto de interação: cumpriram as regras porque elas favoreciam o bom relacionamento entre os membros do grupo, promovendo seu bem-estar, caracterizando a interação entre eles de maneira recíproca. Exemplos: *Se você tem respeito com todos, tem um*

amigo a mais – quando sem droga (3.1Amz); Não me faz mal, você respeita para ser respeitado (5.2Fam).

Por satisfação pessoal: quando cumpriam ou não a regra baseando-se em argumentos focados em conteúdos hedonistas, voltados à satisfação pessoal. *Não gostava, é coisa de mulher fazer (3.1Fam); - Se eu não cumprir sei que vou estar passando dos limites e ninguém vai gostar disso (10.1Amz).*

Por obediência à autoridade macrossistêmica culturalmente reconhecida: cumpriam as regras, pois, implicavam obediência funcional, as regras têm função específica no contexto “É assim que é”, independentemente de acordo face a face, é dada aprioristicamente, em função da convivência, sobrevivência, são obrigatórias, impessoais (transcendem ao indivíduo e ao grupo) são inalteráveis. Há aceitação da regra como parte de seu sistema de crenças, o que implicava, portanto, responsabilidade pessoal, pode haver consideração positiva de si, dever como querer. Exemplo: *Por obrigação/A pessoa vive para o trabalho (9.1Fam).*

Por valorização pessoal: cumpriam as regras, baseando-se em argumentos que levaram em conta o reconhecimento de si e/ou do outro com valor positivo, a partir do que cada um é individualmente, implicando ser capaz de agir e merecer alcançar coisas boas. Exemplo: *Eu estabelecia os horários (5.1Fam); Foi eu que criei para os outros seguirem (8Amz).*

Por característica pessoal: cumpriam as regras, baseando-se em argumentos que levaram em conta o reconhecimento de si e/ou do outro, independentemente, como pessoa dotada de características próprias, que os definem e os diferenciam dos demais e lhes confere uma perspectiva particular de mundo e, portanto, capacidade de ser, dizer e/ou definir o que é certo e errado, individualmente. Exemplos: *Já fui independente (5.1).*

Por obediência à autoridade microssistêmica: cumpriam, pois, quem impôs as regras representa autoridade familiar (microssistêmica), que lida face a face com os participantes, influenciando-os e impondo regras de maneira unilateral, com poder de impor sanções caso as regras não sejam cumpridas. Exemplo: *Por estar recebendo ordens (5.1Fam).*

Por presença de droga: cumpriam as regras às vezes, pois o fato de cumprirem ou não as regras dependia de estarem ou não sob efeito da droga, quando não estava cumpria e quando estava não cumpria. Exemplo: *Depende se estava com droga na cabeça ou não (3.1Amz).*

Tabela 12: Categorias de respostas das questões Fam.6b. e Amz.6b. (Para cada agente mencionado para a regra descrita) Por quê? [Você faz o que faz diante da regra estabelecida]

Categorias	Família		Amizade		Totais
	Usuário	Não Usuário	Usuário	Não Usuário	
Por evitar consequências negativas	2 (1.3, 7)	2 (10.1, 10.2)	4 (1, 3.2, 5.1, 7.1)	4 (4, 6, 10.1, 10.2)	12
Por favorecer o contexto de interação	2 (1.3, 5.2)	4 (2, 6.1, 6.2, 8.2)	2 (3.1, 5.2)	2 (6, 8)	10
Por satisfação pessoal	5 (3.1, 3.2, 5.1, 7, 9.1)	3 (4.1, 8.1, 10.1)	0	1 (10.1)	9
Por obediência à autoridade macrossistêmica culturalmente reconhecida	1 (9.1)	1 (4.2)	3 (7.1, 7.2, 9)	1 (10.1)	6
Por valorização pessoal	1 (5.1)	0	0	1 (8)	2
Por característica Pessoal	1 (5.1)	0	0	0	1
Por obediência à autoridade microssistêmica	0	0	1 (3.1)	0	1
Por presença de droga	0	0	1 (3.1)	0	1
Dado Perdido	2 (1.1, 1.2)	0	0	2 (2.1, 2.2)	4
Total por condição	14	10	11	11	46
Total por contexto		24		22	46

As justificativas para o cumprimento das regras estiveram focadas nas consequências dos atos e, assim, a categoria **Por evitar consequências negativas** teve a maior incidência de respostas (doze), nela a maioria (oito) das justificativas esteve concentrada no contexto da amizade, sendo quatro respostas referentes a usuários e outras quatro a não usuários. A especificidade do contexto de amizade sugere que neste contexto os participantes possam se sentir mais responsáveis pela qualidade da relação e, apesar de focados nas consequências (o que sugere heteronomia), se reconheçam mais como parte do processo, como responsáveis pela qualidade das relações.

A categoria **Por favorecer o contexto de interação** teve a segunda maior incidência de respostas (dez), em especial de juízos dos não usuários (seis respostas) sobre o contexto familiar (quatro). Neste caso, não usuários também apresentaram respostas que sugerem responsabilização pela qualidade da relação, não com foco nas consequências, mas sim em

aspectos favorecedores da relação. Na categoria de justificativas **Por satisfação pessoal** (nove respostas) a maior incidência de respostas (oito) foi referente ao contexto familiar e destas cinco foram provenientes de usuários, reafirmando a autocentração dos usuários.

A categoria **Por obediência à autoridade macrossistêmica culturalmente reconhecida** (seis respostas) foi contemplada por quatro respostas de usuários, sendo três delas referentes ao contexto de amizade. Este dado sugere que os usuários percebem as regras como inerentes ao contexto, como regras dadas aprioristicamente, em função da convivência e não por imposição de uma autoridade legitimada ou de acordo coletivo. Talvez por isso a adesão a elas seja mais significativa neste contexto de amizade.

A categoria **Por característica pessoal** foi construída pela resposta de um usuário, sugerindo centração, baseando-se em características pessoais, neste caso, ser independente, como critério para não cumprir as regras.

As demais categorias que emergiram foram **Por valorização pessoal** (duas respostas), **Por obediência à autoridade microssistêmica** (uma resposta) e **Por presença de droga** (uma resposta de usuário referindo-se ao contexto de amizade). A última categoria, pela primeira vez, ressalta diretamente o contexto das drogas na fala do participante usuário, o que sugere a consciência do impacto das drogas no comportamento do usuário que emitiu a resposta. Essa última resposta é importante e merece ser discutida. A regra é “depois que faz a fita tem que mudar de roupa”. É uma regra para o contexto de amizade e o participante afirma que as vezes cumpre as vezes não cumpre por causa da presença da droga. Interessante também que parece ser a primeira vez que algum participante faz menção ao uso de drogas na entrevista.

- Questões Fam.7a. e Amz.7a.: Como as pessoas da família/amizade reagem ao que você faz diante desta regra estabelecida?

Tabela 13: Categorias de respostas referentes às questões Fam.7a. e Amz.7a. (Para cada agente mencionado para a regra descrita) Como as pessoas da família/amizade reagem ao que você faz diante desta regra estabelecida?

Categorias	Família		Amizade		Totais
	Usuário	Não Usuário	Usuário	Não Usuário	
Com sentimento de satisfação pessoal	3 (1.3, 9.1, 9.2)	4 (4.1, 4.2, 10.1, 10.2)	1 (9)	2 (10.1, 10.2)	10
Com reação habitual	2 (1.2, 1.3)	1 (8.2)	1 (5.1)	3 (2.1, 2.2, 4)	7
Com respeito	1 (5.2)	2 (6.1, 6.2)	3 (3.1, 3.2, 5.2)	1 (6)	7
Com reação positiva favorecedora do contexto de intracção	1 (7)	1 (2)	2 (7.1, 7.2)	0	4
Com menção à reputação	1 (3.1)	0	1 (1)	1 (8)	3
Com alteração emocional	1 (5.1)	1 (8)	0	0	2
Com coação	1 (3.2)	0	0	0	1
Dado Perdido	1 (1.1)	0	0	0	1
Total por condição	11	9	8	7	35
Total por contexto	20		15		35

A descrição das categorias da Tabela 13 foi feita conforme segue:

Com sentimento de satisfação pessoal: quando as pessoas reagem à regra baseando-se em argumentos focados em conteúdos hedonistas, voltados à satisfação pessoal. Exemplos: *Acham bom (1.3Fam); Não acham muito bom, não (9.2Fam); Eles gostam demais (10.1Amz).*

Com reação habitual: quando os envolvidos reagem habitualmente, o fato de cumprir a regra não alterava o modo que reagem. Exemplos: *Normal (1.2Fam); Normal (4Amz).*

Com respeito: quando os envolvidos reagem respeitosamente, com reciprocidade, cumprindo as regras da mesma forma que os participantes. Exemplos: *(mútuo) Igualmente, me respeitando (5.2Fam); Acabam seguindo (6.1Fam); Eles também seguem (6Amz).*

Com resposta positiva de favorecimento do contexto de interação: a reação ao cumprimento das regras favorecia o bom relacionamento entre os membros do grupo, promovendo seu bem-estar, caracterizando a interação entre eles de maneira recíproca. Exemplo: *Acabam tendo mais confiança em mim (2Fam); Eles ficavam gratos por mim (7.1Amz).*

Com menção à reputação: quando aqueles que reagiam, o faziam por meio de menção à reputação do participante a respeito do comportamento dele de cumprir ou não a regra. Exemplos: (*difamação*) *Parentes falavam que eu não queria nada com nada (3.1Fam); (difamação) Pensam que sou trouxa (1Amz).*

Com alteração emocional: quando a resposta indicou que a reação do outro implicava alterações emocionais diante do cumprimento ou não da regra. Exemplos: (*emoção negativa*) *Sentem a moral deles baixa (5.1Fam); (emoção negativa) Ah, às vezes eles ficam com raiva né! (8.1Fam).*

Com coação: quando a reação refletia a presença de uma autoridade (microssistêmica) que fazia ameaça de punição, caso a regra não fosse cumprida. Exemplo: *Pai reagia no outro dia, falava que se chegasse em casa depois do horário combinado não entraria mais em casa (3.2Fam).*

A categoria com maior incidência de respostas foi **Com sentimento de satisfação pessoal** (dez respostas), ou seja, os respondentes percebiam na reação dos familiares e amigos o aspecto de gostarem ou não da forma como se comportavam. De todas as dez respostas, sete referiam-se ao contexto familiar, o que pode indicar percepção de estratégias familiares focadas em conteúdos hedonistas, sugerindo menor estímulo à autonomia.

Em relação à categoria **Com reação habitual** (sete respostas), que incluiu respostas que indicavam percepção de que as pessoas reagiam com normalidade, os usuários apresentaram duas repostas referentes ao contexto familiar e uma ao de amizade e os não usuários, uma em relação ao contexto de amizade e três ao contexto de amizade.

Uma questão relevante foi que as respostas com características mais autônomas, dos usuários, emergiram em maior incidência no contexto de amizade, como **Com respeito** (de quatro, três

referem-se ao contexto de amizade), **Com resposta positiva de favorecimento do contexto de interação** (de quatro, duas referem-se ao contexto de amizade), talvez pelo fato de perceberem este contexto como tendo maior abertura para o respeito mútuo. A categoria **Com respeito** (sete respostas) indica que tanto usuários (quatro) quanto não usuários (três) percebem a presença do respeito e da reciprocidade diante do fato deles cumprirem as regras. O único participante que mencionou resposta que se enquadrou na categoria **Com coação** foi um usuário, o que pode fortalecer o questionamento, pois, os não usuário são irmãos dos usuários e parecem não perceber esta coação. Emergiram ainda duas outras categorias, **Com menção à reputação** (três respostas, sendo duas de usuários, uma referente a cada contexto; e outra a não usuário referindo-se ao contexto de amizade) e **Com reação emocional** (duas respostas, ambas referentes ao contexto familiar, sendo uma de usuário e outra de não usuário). Cabe ressaltar que estes resultados apresentam elementos da representação que o participante tem de si, que tem papel importante não só no desenvolvimento moral, como também no desenvolvimento de uma personalidade ética, conforme afirmam os teóricos do desenvolvimento moral, em especial La Taille (2006).

- Questões Fam.7b. e Amz.7b.: Por quê? [As pessoas da família/amizade reagem desta forma ao que você faz diante desta regra estabelecida]

Segue abaixo a descrição das categorias da Tabela 14:

Por obediência à autoridade microssistêmica: quando a reação ao cumprimento ou descumprimento da regra considerou a existência de uma autoridade familiar (microssistêmica), que lida face a face com os participantes, influenciando-os e impondo regras de maneira unilateral, com poder de impor sanções caso as regras não sejam cumpridas. Exemplos: *Porque eu não respeitava a regra dele (3.1Fam); Não está desobedecendo (4.1Fam); Porque eles sabiam que eu estava cumprindo com minha obrigação (7.1Amz).*

Por favorecer o contexto de interação: quando a reação ao cumprimento ou não da regra favorecia o bom relacionamento entre os membros do grupo, promovendo seu bem-estar,

caracterizando a interação entre eles de maneira recíproca. Exemplos: *Porque eles vão pegando confiança (...) me deixam mais sossegado (10Fam); Somos todos unidos (4Amz).*

Por obediência à autoridade macrossistêmica culturalmente reconhecida: a reação ao cumprimento ou não das regras se justificava, pois apesar de não haver uma figura de autoridade, elas implicavam obediência funcional, tinham função específica no contexto, independentemente de acordo face a face, eram dadas aprioristicamente, em função da convivência, sobrevivência, eram obrigatórias, impessoais (transcendem ao indivíduo e ao grupo) e inalteráveis. Havia aceitação da regra como parte de seu sistema de crenças, o que implicava, portanto, responsabilidade pessoal, podendo haver consideração positiva de si, dever como querer. Exemplos: *É uma coisa que vem de cada um, mas, não é uma coisa que ninguém cobra de ninguém (5.1Amz); É uma regra que a gente aprende desde pequeno. Vem do respeito. (...) é o melhor para todos (6Fam).*

Por evitar consequências negativas: quando a reação à regra se justificava, pois, ela evitava problemas, consequências negativas para os participantes. Exemplos: *Para casa não ficar bagunçada (1.2fam); Evita problema/- Pai gosta e ele vai gostar também (10Amz).*

Por alteração emocional: quando a resposta indicou que a reação do outro implicava alterações emocionais diante do cumprimento ou não da regra. Exemplos: *(apatia) Ninguém fala nada (1.3Fam); (apatia) Não sei o que eles estão pensando/Pela expressão (9Amz).*

Por menção à reputação: quando aqueles que reagiam, o faziam por meio de menção à reputação do participante a respeito do comportamento dele de cumprir ou não a regra. Exemplos: *(difamação) Porque eles são malandros (1Amz); (valorização) A família dele vai falar que você está convivendo com uma pessoa direita, cumpre as ideias, não é malandro (10Amz).*

Por respeito: quando a justificativa para a reação ao cumprimento ou não das regras se dava, pois, os envolvidos reagiam respeitosamente, com reciprocidade, cumprindo as regras da mesma forma que os participantes. Exemplo: *Porque eles seguem também (2Amz).*

Não sei: quando o participante justificou que não sabia o motivo para tal reação dos membros da família/amizade.

Tabela 14: Categorias referentes às questões Fam.7b. e Amz.7b. (Para cada agente mencionado para a regra descrita) Por quê? [As pessoas da família/amizade reagem desta forma ao que você faz diante desta regra estabelecida]

Categorias	Família		Amizade		Totais
	Usuário	Não Usuário	Usuário	Não Usuário	
Por obediência à autoridade microssistêmica	3 (3.1, 5.1, 5.2)	5 (2, 4.1, 4.2, 8.1, 8.2)	1 (7.1)	1 (8)	10
Por favorecer o contexto de interação	1 (7)	1 (10)	3 (5.2, 7.1, 7.2)	1 (4)	6
Por obediência à autoridade macrossistêmica culturalmente reconhecida	0	1 (6)	3 (3.1, 3.2, 5.1)	1 (6)	5
Por evitar consequências negativas	3 (1.2, 3.2, 3.1)	0	0	1 (10)	4
Por alteração emocional	1 (1.3)	0	1 (9)	0	2
Por menção à reputação	0	0	1 (1)	1 (10)	2
Por respeito	0	0	0	1 (2)	1
Não sei	1 (9.2)	0	0	0	1
Dado perdido	1 (1.1)	0	0	0	1
Total por condição	10	7	9	7	33
Total por contexto	17		16		33

A categoria **Por obediência à autoridade microssistêmica** englobou dez respostas referentes, predominantemente, ao contexto familiar (oito), indicando a percepção da presença de uma autoridade (microssistêmica) legisladora de regras no contexto.

Na categoria **Por favorecer o contexto de interação**, para a qual foi constatada a segunda maior incidência de respostas (seis), predominaram respostas referentes ao contexto de amizade (quatro), metade delas provenientes de usuários e a outra metade de não usuários. Tais dados indicam que os participantes tendem a perceber o contexto de amizade como aquele onde é mais viável o estabelecimento de trocas interpessoais.

A categoria **Por obediência à autoridade macrossistêmica culturalmente reconhecida** (com cinco respostas) foi contemplada com respostas que se referiam, com predominância (três respostas), ao contexto de amizade. Ao perceberem a amizade como contexto em que há

maior reciprocidade e pelos dados sugerirem que percebem as regras como algo que tem poder de controle, não cabe pensar em uma reação ao cumprimento ou não da regra a não ser pelo costume e pela tradição, já que não reconhecem a regra em seu valor de organizadora social e não há uma autoridade percebida na amizade com poder de legislar. Interessante notar que, novamente nesta categoria, assim como aparece em outras perguntas, verificamos a predominância de respostas de usuários referindo-se ao contexto de amizade.

Em relação à categoria **Por evitar consequências negativas** (com quatro respostas), os usuários também apresentaram a maioria (três) das respostas referindo-se ao contexto familiar. A outra resposta desta categoria referiu-se a um não usuário em relação ao contexto de amizade. Kohlberg (1992) ao apresentar os estágios do desenvolvimento moral, argumenta que a preocupação com as consequências da ação é evidência de um posicionamento pré-convencional, considerado mais heterônomo, pelo respeito à autoridade ser o foco para evitar punição e castigo. Assim, se percebe a reação das pessoas no contexto familiar voltada para evitar problemas, mostrando posicionamento mais heterônomo diante da situação.

As outras categorias que emergiram justificam algumas reflexões. As duas respostas classificadas na categoria **Por alteração emocional** foram fornecidas apenas por usuários, que fazem avaliação do que o outro pensa de si mesmos. Pratta e Santos (2007) mencionam que usuários tendem a perceber a relação familiar como comportando dinâmica precária, carente de comunicação de qualidade, com falta de diálogo. Tal consideração teórica pode justificar o fato dos usuários apresentarem dificuldade de saber o que outros pensam sobre o que se passa no contexto. A categoria **Por menção à reputação** (com duas respostas referentes ao contexto de amizade, uma de usuário e outra de não usuário) se relaciona à impressão que os outros têm daquele que é avaliado, neste caso implica preocupação com a difamação. A literatura revela que, em um estágio mais avançado de desenvolvimento moral, os indivíduos têm medo de decair aos olhos daqueles que lhes são ele significativos (La Taille, 2006), ainda que tenham boas intenções e se preocupem com os outros, como ressaltam Villela e Raitz (2007). Como as relações de amizade têm sido percebidas pelos participantes do presente estudo de maneira mais recíproca, é relevante que estas preocupações se mostrem mais evidentes neste contexto. Isso se confirma com a categoria **Por respeito**, que também só aparece com resposta relacionada a este contexto e proveniente

de um participante não usuário, indicando que a preocupação com a reciprocidade também tem estado mais presente na perspectiva de participante nesta condição.

- Questões Fam.8a. e Amz.8a.: Você participou do estabelecimento desta regra?

Segue abaixo a descrição das categorias da Tabela 15:

Sim: quando as respostas do participante indicaram que ele participou do estabelecimento das regras.

Não: quando as respostas do participante indicaram que ele não participou do estabelecimento das regras.

Depende: quando as respostas do participante indicaram que ele participava ou não, do estabelecimento das regras dependendo da circunstância em questão. Exemplo: *Às vezes tem, às vezes não (9.2Fam)*.

Tabela 15: Categorias referentes às questões Fam.8a. e Amz.8a. Você participou do estabelecimento desta regra?

Categorias	Família		Amizade		Totais
	Usuário	Não Usuário	Usuário	Não Usuário	
Sim	1 (7)	4 (2, 4, 6, 10)	3 (1, 3, 7)	2 (8, 10)	10
Não	2 (1, 3)	0	2 (5, 9)	3 (2, 4, 6)	7
Depende	2 (5,9)	1 (8)	0	0	3
Total por condição	5	5	5	5	20
Total por contexto	10		10		20

A maioria (dez) das respostas dos participantes afirmam que participaram do estabelecimento das regras, havendo predomínio de respostas de não usuários (seis), em especial referindo-se ao contexto familiar (quatro). Já a categoria **Não** (com sete respostas) teve maior incidência de respostas de usuários (quatro), igualmente distribuídas entre família e amizade. Tais dados sugerem que os usuários percebem de maneira mais marcante que os não usuários a autoridade e o respeito unilateral na família, como aquela que impõe regras de maneira autoritária e não colaborativamente, o que diminui o reconhecimento da legitimação por parte daquele que se espera que cumpra a regra. Por conceberem a regra como algo que foi imposto por uma autoridade, a postura heterônoma predomina na visão dos usuários, já que os irmãos

dos usuários de drogas emitiram três respostas que se enquadraram nesta categoria, porém, referindo-se ao contexto de amizade. Isto pode ser compreendido não por imposição ou medo da punição possível que uma autoridade pudesse exercer, mas pela legitimação das regras sociais, mediante senso de obrigatoriedade (La Taille, 2006), o que caracterizaria postura mais autônoma dos participantes não usuários de substâncias psicoativas. No entanto, cabe mencionar que os dados foram coletados no momento em que o usuário ainda se encontrava em tratamento, portanto, não se sabe se tal coação existia anteriormente de fato como aspecto marcante na percepção do usuário sobre a relação familiar. Neste caso a coação seria um padrão que emergiu como alternativa encontrada pelos familiares para lidar com as consequências debilitantes geradas pelo uso da droga e seus efeitos decorrentes no sistema nervoso central, que pode diminuir a habilidade de resolução de problemas do indivíduo e aumento do índice de comportamento de quebra de regras (Sayago, Lucena-Santos, Horta e Oliveira, 2014) e não necessariamente ser a causa do problema.

As três respostas da categoria **Depende** se restringiram ao contexto familiar, o que também sugere a percepção da presença de autoridade neste contexto, de maneira a diminuir o potencial de participação dos sujeitos no estabelecimento das regras, já que a participação dependia de especificidades do contexto dependentes da autoridade microssistêmica nele presente, que seria a responsável pelo estabelecimento ou aceitação da participação.

- Questões Fam.8b. e Amz.8b: Por quê? [Participou ou não do estabelecimento da regra]

Tabela 16: Categorias referentes às questões Fam.8b. e Amz.8b. Por quê? [Participou ou não do estabelecimento da regra]

Categorias	Família		Amizade		Totais
	Usuário	Não Usuário	Usuário	Não Usuário	
Por obediência à autoridade macrossistêmica culturalmente reconhecida	2 (5.1, 5.2)	3 (6, 8.1, 10)	3 (3, 5, 9)	3 (2, 6, 4)	11
Por favorecer o contexto de interação	0	2 (2, 4)	1 (7)	1 (10)	4
Por obediência à autoridade microssistêmica	3 (1, 3, 7)	0	0	0	3
Por valorização pessoal	1 (9.2)	0	1 (1)	1 (8)	3
Por característica pessoal	0	0	1 (1)	0	1

Por evitar consequências negativas	0	1 (8.2)	0	0	1
Dado perdido	1 (9.1)	0	0	0	1
Total por condição	6	6	6	5	23
Total por contexto	12		11		23

As categorias da Tabela 16 foram descritas da seguinte maneira:

Por obediência à autoridade macrossistêmica culturalmente reconhecida: a justificativa para a participação ou não no estabelecimento das regras baseou-se no fato de apesar de não haver uma figura de autoridade, elas implicavam obediência funcional, tinham função específica no contexto, independentemente de acordo face a face, eram dadas aprioristicamente, em função da convivência, sobrevivência, eram obrigatórias, impessoais (transcendem ao indivíduo e ao grupo) e inalteráveis. Havia aceitação da regra como parte de seu sistema de crenças, o que implicava, portanto, responsabilidade pessoal. Podia haver consideração positiva de si, dever como querer. Exemplos: *Porque essa regra já existe desde que os adultos tinham a nossa idade (4Amz); Você aprende ou vendo ou aprendendo com outras pessoas. (5.2Fam).*

Por favorecer o contexto de interação: a participação ou não no estabelecimento das regras justificou-se porque elas favoreciam o bom relacionamento entre os membros do grupo, promovendo seu bem-estar, caracterizando a interação entre eles de maneira recíproca. Exemplos: *Dei uma ajuda (2Fam); Dou minhas ideias, se algo acontece, converso mesmo (10Amz).*

Por obediência à autoridade microssistêmica: a participação ou não no estabelecimento das regras justificou-se, pois as regras representavam a existência de uma autoridade familiar (microssistêmica), que lida face a face com os participantes, influenciando-os e impondo regras de maneira unilateral, com poder de impor sanções caso as regras não sejam cumpridas. Exemplos: *Ela estava colocando a regra para mim e meu irmão (1Fam); Meu pai tem uma confiança no meu irmão que ele não botou em mim/ Vou falar mais alto que meu pai? (3Fam).*

Por valorização pessoal: a participação ou não no estabelecimento das regras justificou-se, baseando-se em argumentos que levaram em conta o reconhecimento de si e/ou do outro com

valor positivo, a partir do que cada um é individualmente, implicando ser capaz de agir e merecer alcançar coisas boas. Exemplo: *Você mesmo que põe essa regra/ É uma regra para você (1Amz); Porque todo mundo tem seus limites. Às vezes você quer sair, curtir, ficar só (9Fam).*

Por característica pessoal: a participação ou não no estabelecimento das regras justificou-se, baseando-se em argumentos que levaram em conta o reconhecimento de si e/ou do outro, independentemente, como pessoa dotada de características próprias, que os definem e os diferenciam dos demais e lhes confere uma perspectiva particular de mundo e, portanto, capacidade de ser, dizer e/ou definir o que é certo e errado, individualmente. Exemplos: *Alguns têm essa regra, outros não/ É uma regra que sai de dentro de você (1Amz).*

Por evitar consequências negativas: a participação ou não no estabelecimento das regras justificou-se, pois, elas evitavam problemas, consequências negativas para os participantes. Exemplo: *Para não gerar uma confusão (8.2Fam).*

Por obediência à autoridade macrossistêmica culturalmente reconhecida foi a categoria com maior incidência de respostas (onze), tanto no contexto familiar (cinco), quanto no de amizade (seis). Em relação a tal categoria é preciso assinalar que existe tradição de obediência que é relevante para entender a percepção dos entrevistados quanto à sua participação. Neste sentido, eles não percebem, necessariamente, participação ativa no estabelecimento, mas sim aderência às regras em função de já existirem no contexto, como será melhor explicitado na discussão da questão 8.c, que versa sobre como se deu esta participação.

A categoria **Por favorecer o contexto de interação** teve a segunda maior incidência de respostas (quatro) e mais uma vez prevaleceu em três respostas de não usuários. Pensar nas relações interpessoais e em seu favorecimento indica preocupação com o bem-estar dos envolvidos, o que cria melhores condições para o desenvolvimento da autonomia, já que o acordo mútuo é considerado fator preponderante do nível de consciência da regra.

A categoria **Por obediência à autoridade microssistêmica** foi representada por respostas de três usuários, em referência ao contexto familiar. Isso reafirma a perspectiva deles quanto ao poder que a autoridade exerce no contexto familiar, implicando obediência por medo da

punição mais que legitimação das regras como elementos importantes para a organização e o bom funcionamento do contexto familiar, o que favorece a heteronomia.

A categoria **Por valorização pessoal** foi construída por três respostas, sendo duas de usuários, reafirmando o argumento já mencionado referente aos participantes estarem atribuindo valor positivo a si mesmos, sinalizando autorrespeito. Ademais foi construída a categoria **Por característica pessoal**, com uma resposta de usuário, refletindo maior autocentração, sendo importante lembrar que segundo Piaget (1932/1994), o egocentrismo é característica muito presente em personalidades heterônomas.

Por fim emergiu a categoria **Por evitar consequências negativas**, com apenas uma resposta de não usuário referindo-se ao contexto familiar. Este usuário queria evitar confusão e, então, participava do estabelecimento da regra. Uma primeira análise sugere que ele quer evitar problemas, e assim estaria focado nas consequências da ação, o que segundo Kohlberg (1992), seria postura mais heterônoma. No entanto, a pouca amplitude da resposta impediu maior aprofundamento, pois também seria possível dizer que o entrevistado está preocupado, na verdade, com o favorecimento da interação, ou seja, com foco no bem-estar coletivo.

- Questões Fam.8c. e Amz.8c.: (Se as respostas das questões Fam.8a. e Amz.8a. foi sim).

Como foi a sua participação no estabelecimento da regra?

Tabela 17: Categorias referentes às questões Fam.8c. e Amz.8c. (Se as respostas das questões Fam.8a. e Amz.8a. foram sim). Como foi a sua participação no estabelecimento da regra?

Categorias	Família		Amizade		Totais
	Usuário	Não Usuário	Usuário	Não Usuário	
Por acordo entre os envolvidos	0	5 (2, 4, 6, 8.2, 10)	1 (7)	2 (8, 10)	8
Por obediência à autoridade macrossistêmica culturalmente reconhecida	1 (5.2)	0	0	0	1
Por satisfação pessoal	0	0	1 (1)	0	1
Por obediência à autoridade microssistêmica	1 (7)	0	0	0	1
Dado perdido	1 (9.2)	0	1 (3)	0	2
Dado nulo	-	-	-	-	-

	(1, 3, 5.1, 9.1)	(8.1)	(5, 9)	(2, 4, 6)	
Total por condição	3	5	3	2	13
Total por contexto	8		5		13

A descrição das categorias da Tabela 17 apresenta-se abaixo, para maior compreensão:

Por acordo entre os envolvidos: quando a participação no estabelecimento das regras ocorreu na interação face a face, por acordo mútuo, a fim de organizar a convivência no contexto, onde a retribuição existe na mesma medida, com foco nas expectativas sociais e suas consequências diante do não-cumprimento. Exemplos: *Falando para dividirem as tarefas (2Fam)*; *Porque o que a gente conversava era isso (7Amz)*.

Por obediência à autoridade macrossistêmica culturalmente reconhecida: a participação no estabelecimento das regras baseou-se no fato apesar de não haver uma figura de autoridade, elas implicavam obediência funcional, tinham função específica no contexto, independentemente de acordo face a face, eram dadas aprioristicamente, em função da convivência, sobrevivência, eram obrigatórias, impessoais (transcendem ao indivíduo e ao grupo) e inalteráveis. Havia aceitação da regra como parte de seu sistema de crenças, o que implicava, portanto, responsabilidade pessoal. Exemplos: *Convivendo com eles o tempo todo (5Fam)*; *Participo convivendo com elas (10Amz)*.

Por satisfação pessoal: a participação no estabelecimento da regra baseou-se em argumentos focados em conteúdos hedonistas, voltados à satisfação pessoal. Exemplo: *De mim mesmo, se não gosto, não faço (1Amz)*.

Por obediência à autoridade microssistêmica: a participação no estabelecimento da regra baseou-se no fato da regra evidenciar a existência de uma autoridade familiar (microssistêmica), que lida face a face com os participantes, influenciando-os e impondo regras de maneira unilateral, com poder de impor sanções caso as regras não sejam cumpridas. Exemplo: *Fazendo as vontades que ele pede para mim (7Fam)*.

Dado nulo: quando a resposta às questões Fam8a. e Amz8a. foi não e quando foi depende, que implicou participar de algumas regras e não de outras e o participante acabou não apresentando justificativa para a parte afirmativa do “depende”, pois, o questionamento foi geral e não específico por regra.

A categoria **Por acordo entre os envolvidos** foi construída por oito respostas, destas sete foram de não usuários, em especial referindo-se ao contexto familiar (cinco), o que indica que eles percebem mais o processo de entrar em acordo para tomar decisões em relação às regras, em comparação com as respostas dos usuários, ao abordarem o contexto familiar.

Por obediência à autoridade macrossistêmica culturalmente reconhecida foi a categoria construída por uma resposta de usuário, referindo-se ao contexto familiar. Em relação a tal categoria é preciso assinalar que existe tradição de obediência que é relevante para entender a percepção dos entrevistados quanto à sua participação. Neste sentido, ele não percebe, necessariamente, participação ativa no estabelecimento, mas sim aderência às regras em função de já existirem no contexto, como será melhor explicitado na discussão da questão 8.c, que versa sobre como se deu esta participação.

A única justificativa dada **Por satisfação pessoal** foi mencionada na resposta de um usuário quanto ao contexto de amizade e a única resposta relacionada à categoria **Por obediência à autoridade microssistêmica** emergiu em referência ao contexto familiar e adveio de um único usuário. Ambas se referem, respectivamente, ao egocentrismo e ao poder percebido da autoridade, que são fatores propulsores da heteronomia.

- Questões Fam.9a. e Amz.9a.: Na sua casa/nas suas amizades, existe alguma forma de verificação do cumprimento desta regra?

Segue a descrição das categorias da Tabela 18:

Sim: quando as respostas do participante indicaram haver verificação do cumprimento das regras.

Não: quando as respostas do participante indicaram não haver verificação do cumprimento das regras.

Tabela 18: Categorias referentes às questões Fam.9a. e Amz.9a. Na sua casa, existe alguma forma de verificação do cumprimento desta regra?

Categorias	Família		Amizade		Totais
	Usuário	Não Usuário	Usuário	Não Usuário	
Sim	5 (1, 3, 5, 7, 9)	5 (2, 4, 6, 8, 10)	2 (5, 7)	4 (2, 4, 6, 8)	16
Não	0	0	3	1	4

			(1, 3, 9)	(10)	
Total por condição	5	5	5	5	20
Total por contexto		10		10	20

Dezesseis respostas dos participantes sugerem que **Sim**, havia verificação do cumprimento das regras no contexto familiar (dez), o que pode ser justificado pela presença de uma autoridade microssistêmica reconhecidamente apresentada como responsável pela imposição e monitoramento das regras presentes neste contexto. Cabe ressaltar que, a presença do monitoramento familiar, na literatura (Simpkins & Parke, 2002) não é necessariamente ruim. Pelo contrário, tais autores consideram o monitoramento fundamental para o desenvolvimento saudável do indivíduo, cabendo, no entanto, verificar a qualidade deste monitoramento, o que poderá ser feito na análise do próximo item. A literatura demonstra, ainda, a importância do monitoramento dos pais para a saúde mental e social de seus filhos. Crianças menos monitoradas se envolvem mais em comportamentos externalizantes, o que, entre outros aspectos, envolve o uso de drogas (Simpkins & Parke, 2002).

A presença da percepção de **Não** verificação aparece com quatro respostas restritas ao contexto de amizade, na maioria das vezes provenientes de usuários (três respostas), o que fortalece a hipótese anterior, visto que no contexto de amizade, em acordo com a análise dos itens precedentes, os participantes não percebem a existência de uma autoridade microssistêmica tão marcante quanto no contexto familiar, que tivesse o poder de monitorar o cumprimento das regras. Isso ficaria a cargo da coletividade ou do auto-monitoramento, como será percebido, também, na análise do próximo item, que verifica as justificativas dos participantes. Assim, as respostas dos usuários que disseram não haver monitoramento sugerem que percebem o monitoramento de maneira semelhante à sua percepção das regras, ou seja, algo imposto por uma autoridade com poder de controle externo sobre o comportamento, inclusive para punir caso a regra não seja cumprida conforme esperado. Desta forma, se poderia pensar em um foco no controle externo, que é mais característico na heteronomia. Por exemplo, Kohlberg (1992), que ao apresentar o estágio pré-moral, o concebe como o estágio da heteronomia, caracterizado pelo direcionamento da ação a partir dos ditames da autoridade, sem consciência crítica própria ao indivíduo.

- Questões Fam.9b. e Amz.9b.: Se sim, como é feito?

A descrição das categorias da Tabela 19 foi feita da seguinte maneira:

Monitoramento externo: quando existe uma autoridade (microsistêmica), em relação face a face, que monitora o cumprimento das regras. Exemplos: *Mãe fica no pé, vigia (1Fam)*; *Ele olha, olha se está fazendo bem feito ou não (4Fam)*; *Por meio dessas intrigas (7Amz)*.

Monitoramento mútuo: quando cada um dos participantes envolvidos reconhece sua função e a do outro no monitoramento do cumprimento da regra e se monitoram mutuamente. Exemplo: *Se eu faço a minha parte e outro não vai fazer, é dessa maneira (2Fam)*; *A gente percebe, porque chega para outra pessoa e fala (4Amz)*.

Automonitoramento: quando o próprio participante monitorava o seu cumprimento das regras. Exemplo: *A forma de verificar seria eu mesmo (vendo meu comportamento), não estou seguindo nenhuma regra daqui (5Fam)*.

Dado nulo: quando a resposta às questões Fam.8a. e Amz.8a. foi não e quando foi depende, que implicou haver verificação do cumprimento de algumas regras e não de outras e o participante acabou não apresentando justificativa para a parte afirmativa do “depende”, pois, o questionamento foi geral e não específico por regra.

Tabela 19: Categorias referentes às questões Fam.9b. e Amz.9b. Se sim, como é feito?

Categorias	Família		Amizade		Totais
	Usuário	Não Usuário	Usuário	Não Usuário	
Monitoramento externo	4 (1, 3, 7, 9)	2 (4, 10)	1 (7)	1 (2)	8
Monitoramento mútuo	0	4 (2, 6, 8, 8)	1 (5)	3 (4, 6, 8)	8
Automonitoramento	1 (5)	0	0	0	1
Dado nulo	-	-	- (1, 3, 9)	- (10)	-
Total por condição	5	6	2	4	17
Total por contexto	11		6		17

Foram percebidos três tipos de monitoramento, que constituíram as três categorias de respostas decorrentes da análise desta questão. O **Monitoramento externo** (com oito respostas), que prevaleceu nas respostas de usuários (cinco), em especial no contexto familiar (quatro), o que confirma a hipótese da questão anterior, sobre a percepção de controle por parte da autoridade familiar, característica de posturas heterônomas. O **Monitoramento mútuo** (com oito respostas), que prevaleceu nas respostas de não usuários (sete), que favorece

a percepção de respeito mútuo e de responsabilização pelas consequências e pela legitimação da regra, o que é típico de posturas mais autônomas. De acordo com Piaget (1932/1994), a legitimação das regras implica maior responsabilização quanto ao cumprimento das mesmas. O **Automonitoramento** aparece na resposta de um usuário referindo-se ao contexto familiar, o que pode sugerir negação do poder da autoridade familiar, já que a justificativa indica que o participante não está cumprindo as regras do contexto e ele mesmo faz esta constatação. É possível pensar, por outro lado, que as regras não são percebidas como negociadas por acordo ou para benefício mútuo, mas sim que são regras inerentes ao contexto.

Estes dados trazem evidências do tipo de monitoramento que é feito nas famílias e com os amigos, a reciprocidade favorecendo a autonomia e a coação, aqui percebida como controle externo, estimulando a manutenção do estado de heteronomia, como preconizado por Piaget (1932/1994). Seguindo a mesma lógica, Gillett, Harper, Larson, Berrett e Hardman (2009) constataram a existência de regras coercitivas de monitoramento favorecendo a emergência de transtornos. Famílias governadas por uma proporção maior de regras de controle apresentam mais filhos com transtornos alimentares, assim como os próprios jovens com transtornos alimentares relataram menor proporção de regras de facilitação e maior incidência de regras de controle.

Ademais, Kennedy e Chen (2009) ressaltam a importância de incluir os pais nos programas de intervenção para auxiliar em estratégias de monitoramento e, assim, diminuir o comportamento de risco em adolescentes e aumentar o uso de comportamentos de segurança, por meio de treinamentos que ensinem a utilizar regras de mediação, incluindo a efetividade do *coping*, o que favoreceu predição de comportamentos de segurança.

- Questões Fam.10a. e Amz.10a.: Você poderia criar uma nova regra para sua casa/amizade?

As categorias da Tabela 20 foram descritas da seguinte maneira:

Sim: quando o participante afirmou que poderia criar uma nova regra para sua família/amizade.

Não: quando o participante afirmou que não poderia criar uma nova regra para sua família/amizade.

Depende: quando o participante afirmou que poderia criar uma nova regra para sua família/amizade, dependendo da circunstância em questão. Exemplo: *Se agradasse a todos (5Fam)*.

Não sei: quando o participante afirmou não saber se poderia criar uma nova regra para sua família/amizade.

Tabela 20: Categorias referentes às questões Fam.10a. e Amz.10a. Você poderia criar uma nova regra para sua família/amizade?

Categorias	Família		Amizade		Totais
	Usuário	Não Usuário	Usuário	Não Usuário	
Sim	2 (1, 3)	5 (2, 4, 6, 8, 10)	3 (5, 7, 9)	4 (2, 6, 8, 10)	14
Não	0	0	2 (1, 3)	1 (4)	3
Depende	2 (5, 7)	0	0	0	2
Não sei	1 (9)	0	0	0	1
Total por condição	5	5	5	5	20
Total por contexto	10		10		20

A maioria (catorze) das respostas dos participantes foi **Sim**, poderiam criar uma nova regra para sua família/amizade. Nove destas respostas se originou de não usuários, o que sugere que eles se percebem como parte do processo decisório na família que, assim sendo, teria para eles características de reciprocidade, com o que seria possível estabelecer relações de respeito mútuo. Este processo é considerado favorecedor e fundamental para o desenvolvimento da autonomia, ou seja, a mudança gradativa das relações de respeito unilateral para as de relações de respeito mútuo e cooperação (La Taille, 2006; Piaget, 1932/1994). Das três respostas **Não**, todas do contexto de amizade, duas foram de usuários. Isto indica que não há percepção da participação ativa no contexto em questão, mas sim que as regras existem por existir e não porque alguém especificamente as crie, ou seja, não há alguém que especificamente o faça, eu não faço também, “sempre foi e sempre será assim”. Deste modo, as regras que regem a amizade seriam estabelecidas pelo costume, o que favoreceria o senso de obrigatoriedade (La Taille, 2006). É como se o fato de não existir controle externo de uma autoridade, por si mesmo caracterizasse autonomia dos usuários, o que, no entanto, não é

exato, pois, a heteronomia é anterior à autonomia, é substituída progressivamente por ela, portanto, fundamental para a emergência do ser autônomo. De acordo com Dias (2005) a autonomia exige consciência, reflexão, tomada de decisão, liberdade, enfim, constitui um processo ativo e consciente por parte daquele que atua no contexto. As duas respostas que constituíram a categoria **Depende** foram de usuários referindo-se ao contexto familiar. Isso indica a percepção do controle externo por parte da autoridade microssistêmica, em postura heterônoma. O único que respondeu não saber (categoria **Não sei**) também foi um usuário referindo-se ao contexto familiar. Esta categoria tem sido associada no presente trabalho ao pouco envolvimento do participante com a reflexão sobre o tema proposto, assim como propõem Paredes e Pecora (2004) em seu trabalho.

- Questões Fam.10b. e Amz.10b.: Por quê? [Poderia criar uma nova regra para sua casa/amizade]

Será apresentado a seguir a descrição das categorias da Tabela 21:

Por acordo entre os envolvidos: quando a resposta se baseou no fato de poder criar uma regra, pois o estabelecimento das regras acontece na interação face a face, por acordo mútuo, a fim de organizar a convivência no contexto, onde a retribuição existe na mesma medida, com foco nas expectativas sociais e suas consequências diante do não-cumprimento. Exemplo: *Então quando a gente está em grupo e socializa a questão pra todos, acaba que todos entendem e evita até de fazer /A gente acaba criando uma regra (6Amz).*

Por característica pessoal: quando a resposta para poder criar ou não uma nova regra baseou-se em argumentos considerados em relação a características inerentes ao indivíduo participante. Exemplos: *Meu coração está mudado (3Fam); Cada um tem uma forma de pensar (5Fam); Cada um tem uma maneira de pensar diferente, tem uma maneira de agir diferente, ninguém é igual (7Amz).*

Por valorização pessoal com consideração do outro: quando as respostas para justificar poder ou não criar uma nova regra basearam-se em argumentos que levaram em conta o reconhecimento de si e/ou do outro com valor positivo e com direitos adquiridos por merecimento e por reciprocidade, assim, o valor é pensado na ou em relação com os outros.

Exemplos: *Porque eu tenho autonomia para fazer isso, porque cada amigo tem o direito de falar. (6)*; *Se eu quiser explicar e colocar uma regra lá em casa eu tenho direito também (10)*

Por obediência à autoridade macrossistêmica culturalmente reconhecida: quando a resposta para poder ou não criar uma nova regra, apesar de não haver uma figura de autoridade, se deu pelo fato dela implicar obediência funcional, porque tinha função específica no contexto, independentemente de acordo face a face, era dada aprioristicamente, em função da convivência, sobrevivência, era obrigatória, impessoal (transcende ao indivíduo e ao grupo) e inalterável. Havia aceitação da regra como parte de seu sistema de crenças, o que implicava, portanto, responsabilidade pessoal. Exemplos: *Amizade é totalmente diferente, é roda de malandro/ Se respeita aqui, respeita ali, não tem regra (3Amz)*; *Na amizade não tem muita regra, só essa/Na amizade pode passar um pouco do limite (4Amz)*.

Por favorecer o contexto de interação: (familiar) quando a resposta se baseou no fato de que as regras criadas favoreceriam o bom relacionamento entre os membros do grupo, promovendo seu bem-estar, caracterizando a interação entre eles de maneira recíproca. Exemplo: *Ficar melhor a casa (1Fam)*.

Por valorização pessoal: quando a resposta se baseou no fato de poder criar uma regra, baseando-se em argumentos que levaram em conta o reconhecimento de si e/ou do outro com valor positivo, a partir do que cada um é individualmente, implicando ser capaz de agir e merecer alcançar coisas boas. Exemplos: *Porque me vejo em condições de reivindicar (6Fam)*; *Porque isso aí é um mundo que, é uma coisa você mesmo cria, na sua cabeça (...) nada te impede (7)*.

Por ausência de autoridade microssistêmica: quando a resposta se baseou no fato de não haver uma autoridade familiar (microssistêmica), que lida face a face com os eles, influenciando-os e impondo regras de maneira unilateral, com poder de impor sanções caso as regras não sejam cumpridas. Exemplo: *Mãe não tem coragem de fazer nada com ele (2Fam)*.

Tabela 21: Categorias referentes às questões Fam.10b. e Amz.10b. Por quê? [Poderia criar uma nova regra para sua casa/amizade]

Categorias	Família		Amizade		Totais
	Usuário	Não Usuário	Usuário	Não Usuário	
Por acordo entre os envolvidos	1 (9)	2 (4, 10)	0	2 (6, 8)	5
Por característica	2	0	2	1	5

peçoal	(3, 5)		(5, 7)	(2)	
Por valorizaço peçoal com consideraço do outro	0	2 (8, 10)	0	2 (6, 10)	4
Por obediência à autoridade macrossistêmica culturalmente reconhecida	0	0	3 (1, 3, 9)	1 (4)	4
Por favorecer o contexto de interaçõ familiar	3 (1, 1, 7)	0	0	0	3
Por valorizaço peçoal	0	1 (6)	1 (7)	0	2
Por ausência de autoridade microssistêmica	0	1 (2)	0	0	1
Total por condiço	6	6	6	6	24
Total por contexto		12		12	24

A categoria **Por acordo entre os envolvidos** (cinco respostas) foi mencionada, principalmente, nas respostas de não usuários (quatro), o que indica que se veem em condições de entrar em acordo, de participar do processo decisório em relação às regras, percebendo-se assim, por hipótese, com maior autonomia. Outra categoria apresentada, **Por obediência à autoridade macrossistêmica culturalmente reconhecida** constituiu-se por quatro respostas referentes ao contexto de amizade, mais uma vez sugerindo diferença na concepção quando os dois contextos são analisados, com a amizade se caracterizando por relação mais simétrica, sem a presença de autoridade microssistêmica a qual se deve obediência (e também principalmente por usuários, com três respostas).

A categoria **Por favorecer o contexto de interaçõ** foi constituída apenas por respostas de três usuários, referindo-se ao contexto familiar. Isso reforça a concepção dos mesmos, já mencionada em outras questões, evidenciando consideração do outro de maneira favorável, o que de acordo com Miranda (2007) e Andrade (2006) é um indicativo de qualidade de vida e pode ser um gérmen da percepção de reciprocidade na relação, outro elemento considerado por Piaget (1932/1994) como importante para a construção da autonomia.

Quatro respostas dos participantes basearam-se na justificativa quanto a poderem criar uma nova regra **Por valorizaço peçoal com consideração do outro**. É interessante notar que

todas as respostas desta categoria foram provenientes de não usuários, o que sugere que estejam focados no aspecto de se considerarem cidadãos de direitos, valorizando-se de maneira positiva, com autorrespeito, incluindo o outro neste processo. Considerar-se como alguém que tem direitos é aspecto que pode ser relacionado ao que La Taille (2006) considera autorrespeito, característica importante para a expansão de si rumo à autonomia e mencionar o outro como alguém importante e também de valor neste processo aproxima o sujeito ainda mais da felicidade, na perspectiva da vida boa. A categoria **Por valorização pessoal** foi construída por uma resposta de usuário e outra de não usuário e, apesar de não mencionar o outro, remete-se, mesmo que em menor medida, à expansão de si. Foram cinco as respostas que se enquadraram na categoria **Por característica pessoal**, sendo quatro delas dos usuários. Evidenciando a centração dos usuários em argumentos que consideram a si mesmos sem a menção do outro e justificando que as diferenças individuais bastam para garantir poderem criar regras.

A categoria **Por ausência de autoridade microssistêmica** foi constituída por resposta única de um não usuário. A análise desta indica a característica do relacionamento familiar, visto que a família tem sido pensada como aquele contexto onde há presença marcante da autoridade microssistêmica estabelecadora de regras, zelosa pelo seu cumprimento e vigilante quanto ao descumprimento, a ausência desta autoridade por parte dos pais não a isenta desta característica, já que outro membro, neste caso um não usuário, assume este papel. Talvez a característica marcante da presença de autoridade microssistêmica seja tão sistêmica que a ausência dos representantes naturais exija uma reorganização e colocação de outro em seu lugar para manutenção do equilíbrio das relações. Costa e Dell’Aglia (2011) apresentam evidências de que a família contribua para “as habilidades adaptativas por meio do desenvolvimento de competências e protege de eventos adversos, diminuindo o risco de uso de drogas.” (p.245). O controle social usado pelas famílias, o apoio e a referência que exercem sobre os filhos são considerados fatores importantes de proteção para o uso de drogas e a permissividade excessiva, que pode estar caracterizada pela ausência da percepção da autoridade microssistêmica, é mencionada como fator que aumenta o risco de uso de drogas. Ademais, La Taille e Harkot-de-La-Taille (2006) tem mencionado a importância da confiança na família para a construção de valores de jovens paulistanos, a ausência de

percepção desta autoridade, portanto, pode ser pensada como um fator de vulnerabilidade a qual estes jovens estejam expostos.

- Questões Fam.10c. e Amz.10c.: Esta nova regra seria aceita pelos demais membros da família/pelos seus amigos?

Tabela 22: Categorias referentes às questões Fam.10c. e Amz.10c. Essa nova regra seria aceita pelos demais membros da família/amizade?

Categorias	Família		Amizade		Totais
	Usuário	Não Usuário	Usuário	Não Usuário	
Depende	4 (1, 3, 5, 9)	2 (8, 10)	3 (1, 5, 9)	1 (8)	10
Sim	1 (7)	3 (2, 4, 6)	1 (7)	2 (6, 10)	7
Não sei	0	0	1 (3)	1 (2)	2
Dado perdido	0	0	0	1 (4)	1
Total por condição	5	5	5	5	20
Total por contexto	10		10		20

As categorias da Tabela 22 foram descritas conforme segue:

Depende: quando a resposta do participante indicou que a nova regra seria ou não aceita pelos seus familiares/amigos, dependendo da circunstância em questão. Exemplos: *Mãe aceita, meu irmão não aceita (1Fam); A princípio não, mas eu acho que com o tempo eles poderiam aceitar sim (8Amz).*

Sim: quando a resposta do participante indicou que a nova regra seria aceita pelos seus familiares/amigos.

Não sei: quando a resposta do participante indicou que não sabia se a nova regra seria aceita pelos seus familiares/amigos.

A maioria (dez) das respostas dos participantes incluiu-se na categoria **Depende**, por colocarem condições para que as regras fossem aceitas pelos demais membros da família/amizade e do total de respostas desta categoria sete foram de usuários. Este dado sugere que a incerteza quanto ao aceite possa estar atrelada à dificuldade dos usuários em se perceber como parte do processo decisório, não se reconhecendo, portanto, como seres de

direito. Tais aspectos são referentes a uma postura mais heterônoma diante das circunstâncias de vida, pois o autorrespeito é considerado por La Taille (2006) um fator que provoca a busca da expansão de si, que favorece o desenvolvimento da autonomia.

As sete respostas dos participantes que indicaram que as novas regras seriam aceitas foram fornecidas, em especial, por não usuários (cinco), o que pode indicar maior percepção de respeito mútuo e cooperação nas relações entre não usuários e demais membros da família/amizade.

A categoria **Não sei** apareceu contemplada em duas respostas, uma de usuário outra de não usuário, restritas à amizade, o que pode se justificar pela ausência da autoridade micro sistêmica e, portanto, condição na qual não se sabe a quem caberia o aceite. Se não existe uma pessoa que represente autoridade capaz de aceitar ou não aceitar algo, então, não é possível saber se há ou não esta possibilidade. Aqui é possível retomar o argumento de Paredes e Pecora (2004) sobre a não implicação com o processo reflexivo necessário à questão.

- Questões Fam.10d. e Amz.10d: Por quê? [Esta nova regra seria aceita pelos demais membros da família/amizade]

Tabela 23: Categorias referentes às questões Fam.10d. e Amz.10d. Por quê? [Esta nova regra seria ou não aceita pelos demais membros da família/amizade]

Categorias	Família		Amizade		Totais
	Usuário	Não Usuário	Usuário	Não Usuário	
Por característica pessoal	2 (1,5)	2 (2, 8)	3 (3,5, 9)	0	7
Por favorecer o contexto de interação	1 (7)	1 (4)	1 (7)	1 (8)	4
Por acordo entre os envolvidos	0	2 (6, 10)	0	2 (6, 10)	4
Por satisfação pessoal	1 (9)	0	1 (1)	0	2
Por processo de aprendizagem	2 (1, 3)	0	0	0	2
Por ausência de autoridade micro sistêmica	0	1 (2)	0	0	1
Por função	1	0	0	0	1

normativa	(5)				
Dado perdido	0	0	0	2	2
				(2, 4)	
Total por condição	7	6	5	5	23
Total por contexto	13		10	23	

A descrição das categorias da Tabela 23 será feita a seguir:

Por característica pessoal: quando a justificativa baseou-se em argumentos que levaram em conta o reconhecimento de si e/ou do outro, independentemente, como pessoa dotada de características próprias, que os definem e os diferenciam dos demais e lhes confere uma perspectiva particular de mundo e, portanto, capacidade de ser, dizer e/ou definir o que é certo e errado, individualmente. Exemplo: *Ele é muito ignorante (1Fam); Porque cada um tem uma forma diferente de pensar (5Amz).*

Por favorecer o contexto de interação: quando a justificativa baseou-se no fato de que as regras criadas favoreceriam o bom relacionamento entre os membros do grupo em questão, promovendo seu bem-estar, caracterizando a interação entre eles de maneira recíproca. Exemplos: *Porque iria ser algo que iria estar unindo a família mais (7Fam); Porque eu tenho certeza que se eu fosse criar uma regra, iria criar para que fosse ao nosso favor, não para nos prejudicar (7Amz).*

Por acordo entre os envolvidos: aceitariam a nova regra, pois o estabelecimento das regras acontece na interação face a face, por acordo mútuo, a fim de organizar a convivência no contexto, onde a retribuição existe na mesma medida, com foco nas expectativas sociais e suas consequências diante do não-cumprimento. Exemplos: *Nossas amigas são muito compreensivas, tem mais aquela intimidade./Acaba entrando em acordo com todo mundo, a gente discute e fica tudo bem (6Amz); Se eu conversasse com eles direito sobre a regra, acho que eles aceitariam, se não aumentasse a preocupação deles (10Fam).*

Por satisfação pessoal: aceitariam a nova regra, pois, estavam focados em conteúdos hedonistas, voltados à satisfação pessoal. Exemplos: *Só se não gostar, se não gostar, não segue./Acabariam fazendo errado (1Amz).*

Por processo de aprendizagem: quando o aceite da regra implicava oportunidade de aprendizado para quem a criasse, referia-se à preocupação com o processo de aprendizado, ao

foco no trabalho e atividades e não em pessoas ou interações sociais. Exemplo: *A gente iria estar aprendendo, para quando ela faltar (1Fam).*

Por ausência de autoridade microssistêmica: a justificativa para aceitarem ou não as regras baseou-se no fato de não haver uma autoridade familiar (microssistêmica) que lidasse face a face com os eles, influenciando-os e impondo regras de maneira unilateral, com poder de impor sanções caso as regras não sejam cumpridas. Exemplo: *Não tem quase ninguém/Tudo que vão fazer têm que falar comigo (2Fam).*

Por exercer função normativa: aceitariam a regra, pois as regras têm função normativa, determinam o que deve ser feito, regulam o comportamento e devem, portanto, ser cumpridas. Exemplo: *Se é uma regra é para ser seguida (5Fam).*

A variabilidade de categorias para as justificativas foi grande e a categoria com maior incidência (sete) de respostas foi **Por característica pessoal**, estando presentes nela as respostas de cinco usuários. Esta categoria baseou-se em argumentos considerados em relação a características inerentes ao indivíduo participante, o que sugere certo egocentrismo. De acordo com Piaget (1932/1994) o egocentrismo em sua forma primordial é mais característico em personalidades heterônomas.

A categoria com segunda maior incidência (quatro respostas) foi **Por favorecer o contexto de interação**, que apareceu mais uma vez, no entanto, aqui não houve qualquer padrão de diferenciação entre contextos ou condição do participante, seja usuário ou não.

A categoria **Por acordo entre os envolvidos** foi constituída por quatro respostas de não usuários, ratificando a hipótese de maior consideração de reciprocidade e respeito mútuo, baseando-se em acordos legitimados. A relevância dada ao acordo é ressaltada nas respostas, aspecto importante para a regulação de relações autônomas (La Taille, 2006; Piaget, 1932/1994).

A categoria **Por processo de aprendizagem** foi contemplada por duas respostas de usuários, em referência ao contexto familiar, reconhecendo a necessidade que têm de apoio para darem conta de suas questões. Considerando que o aceite da regra implicava oportunidade de

aprendizado para quem a criasse, referia-se à preocupação com o processo de aprendizado, ao foco no trabalho e atividades, e não em pessoas ou interações sociais. Suas necessidades pessoais estão em evidência, o foco, portanto, está neles próprios, que reconhecem sua dependência em relação ao outro significativo. Feeney (2007) afirma que para o desenvolvimento da autonomia é necessário um primeiro momento de dependência, a segurança de que existe um porto seguro ao qual recorrer para que possam alçar voos mais altos em busca de autonomia. Assim, estes usuários ainda dependem de adultos, e os dados sugerem que ainda não se reconhecem como seres autônomos.

A categoria **Por ausência de autoridade microssistêmica** aparece mais uma vez na perspectiva do não usuário que assume o lugar de autoridade em seu contexto familiar, o que só é possível uma vez que se reconhece como ser de direito e capaz de fazê-lo, podendo estar presente o autorrespeito (La Taille, 2006).

A categoria **Por exercer função normativa** foi construída por uma resposta de usuário referindo-se ao contexto familiar. Pensar a regra como aquela que, se existe, é para ser cumprida, então ela será aceita, representa pensá-la mais uma vez em sua função normativa. Considerando que emerge esta resposta referindo-se ao contexto familiar, remete-nos à presença da autoridade microssistêmica e portanto, cabe a ressalva de Turiel (1983) ao apresentar as funções da regra, sugerindo que à postura mais autônoma diante das regras cabe a compreensão de que elas exercem função de organização social, servem a uma função que implica reciprocidade e respeito mútuo a favor do bem-comum. Assim, é possível pensar a emergência de tal categoria como indicação de posicionamento mais heterônomo, no entanto a função normativa é necessária, mas, não suficiente para tal consideração. Já que, de acordo com La Taille (2006) as normas refletem princípios, portanto, além de dimensão normativa inclui-se a afetiva. Ainda, como trazem Laupa, Turiel e Cowan (1995), pode-se considerar a concepção da autoridade em uma perspectiva de reciprocidade. E a perspectiva de reciprocidade, pensada a partir das respostas constituintes da categoria **Por acordo entre os envolvidos**, emergiu apenas na fala dos não usuários.

A categoria **Por satisfação pessoal** foi construída com duas respostas de usuários referindo-se ora ao contexto familiar e ora ao contexto de amizade, tal dado sugere foco na própria

satisfação pessoal dos usuários, característica esta favorecedora da manutenção do estado heterônimo.

- Questões Fam.10e. e Amz.10e.: Os membros da família/amizade aceitariam essa nova regra se fosse combinado antes?

Tabela 24: categorias referentes às questões Fam.10e. e Amz.10e. Os membros da família/amizade aceitariam essa nova regra se fosse combinado antes?

Categorias	Família		Amizade		Totais
	Usuário	Não Usuário	Usuário	Não Usuário	
Sim	4 (3, 5, 7, 9)	3 (4, 6, 8)	1 (9)	3 (2, 8, 10)	11
Depende	1 (1)	1 (10)	3 (1, 5, 7)	1 (6)	6
Não	0	1 (2)	1 (3)	0	2
Dado perdido	0	0	0	1 (4)	1
Total por condição	5	5	5	5	20
Total por contexto	10		10		20

A descrição das categorias da Tabela 24 foi feita conforme segue:

Sim: quando a resposta do participante indicou que as novas regras seriam aceitas pelos seus familiares/amigos se fosse combinado antes.

Depende: quando a resposta do participante indicou que as novas regras seriam ou não aceitas pelos seus familiares/amigos se fosse combinado antes, dependendo da circunstância em questão. Exemplos: *Todos não aceitam, não/ Só mãe mesmo (1Fam); Acho que desde quando a gente tivesse conversado (...) porque eu não sou pai (7Amz).*

Não: quando a resposta do participante indicou que as novas regras não seriam aceitas pelos seus familiares/amigos, ainda que fosse combinado antes.

A maioria (onze) das respostas dos participantes indicou que, as novas regras seriam aceitas pelos seus familiares/amigos se fosse combinado antes, em especial quando se referiam ao contexto familiar (sete respostas). No caso dos usuários (cinco respostas) também predominaram quatro respostas referindo-se ao contexto familiar. Se houve um combinado, implica que existiram condições para se negociar, se colocar e ser respeitado mutuamente,

condição que nas respostas das questões anteriores pareceu não estar presente. Sob essa condição, portanto, os usuários acreditam que seria possível criar uma regra.

A categoria **Depende** (com seis respostas) emergiu, em especial, para o contexto de amizade (quatro respostas) e a partir de respostas provenientes de usuários (três). Como as respostas anteriores têm sugerido percepção de reciprocidade e respeito mútuo nas relações por parte dos usuários em contexto de amizade, é compreensível o fato de colocarem parênteses ao aceite da regra mediante acordo. Mais ainda, o contexto de amizade tem sido pensado pelos participantes como desprovido de figura de autoridade capaz de legislar e as regras tem sido sugeridas como provenientes do costume e da tradição. Sendo assim, como haveria acordo? Isto indica que os usuários emitiram respostas referentes à categoria depende de maneira redundante, já que na própria pergunta há referência ao acordo mútuo e eles afirmaram que dependeria, por exemplo, “se conversassem” e se “os outros aceitassem”. Apenas duas respostas indicaram que os integrantes dos contextos família/amizade **Não** aceitariam as regras se fosse combinado antes.

- Questões Fam.10f. e Amz.10f.: Essa nova regra seria uma regra verdadeira? (Ela seria uma regra como as outras?).

Tabela 25: Categorias referentes às questões Fam.10f. e Amz.10f. Essa nova regra seria uma regra verdadeira? (Ela seria uma regra como as outras?).

Categorias	Família		Amizade		Totais
	Usuário	Não Usuário	Usuário	Não Usuário	
Sim	2 (5, 9)	3 (6, 8, 10)	3 (5, 7, 9)	3 (6, 8, 10)	11
Depende	2 (3, 1)	2 (2, 4)	0	1 (2)	5
Não	1 (7)	0	1 (1)	0	2
Dado perdido	0	0	1 (3)	1 (4)	2
Total por condição	5	5	5	5	20
Total por contexto	10		10		20

Segue abaixo a descrição das categorias da Tabela 25:

Sim: quando as respostas dos participantes indicaram que a nova regra seria uma regra verdadeira.

Depende: quando as respostas dos participantes indicaram que a nova seria uma regra verdadeira ou não, sob condições específicas ou para um grupo restrito de pessoas. Exemplos: *Seria, se combinado antes (3Fam); Para a gente sim/Acho que sim (2Amz).*

Não: quando as respostas dos participantes indicaram que a nova regra não seria uma regra verdadeira.

Os participantes emitiram onze respostas afirmando que a nova regra seria uma regra verdadeira. Isso sugere que reconhecem a função da regra em si mesma, independente do contexto onde emerge ou do status de quem cria.

Quanto à categoria **Depende** (com cinco respostas), a maioria das respostas (quatro) referiu-se ao ambiente familiar, muito provavelmente em função da presença da autoridade microssistêmica que, caso não legitimasse a regra, a faria perder seu status de verdade. Esta atribuição de veracidade da regra referente à autoridade, confere à justificativa um viés heterônomo, pois juízo dependente da opinião e posicionamento da autoridade é característico do estágio heterônomo (Piaget, 1932/1994).

A categoria **Não** teve duas respostas apenas de usuários, o que se justifica pelo fato de não se sentirem seres de direito, em condições de criar uma regra. Conforme tem sido considerado nas análises das questões anteriores, os usuários têm emitido respostas que sugerem que eles estejam concebendo a regra a partir da imposição de uma autoridade, tendo a própria regra a função de controle do comportamento por esta autoridade legisladora. A regra criada por eles, portanto, perde seu status de verdade, pois eles próprios não representam autoridade em condições de legislar.

- Questões Fam.10g. e Amz.10g.: Por quê? [Essa nova regra seria uma regra verdadeira? (Ela seria uma regra como as outras?)]

Tabela 26: Categorias referentes às questões Fam.10g. e Amz.10g. Por quê? [Essa nova regra seria uma regra verdadeira? (Ela seria uma regra como as outras?)]

Categorias	Família		Amizade		Totais
	Usuário	Não Usuário	Usuário	Não Usuário	
Por exercer função normativa	3 (1, 5, 9)	4 (2, 4, 8, 10)	2 (5, 9)	3 (2, 8, 10)	12
Por acordo entre os envolvidos	1 (3)	2 (6, 8)	1 (1)	1 (6)	5
Por obediência à autoridade macrossistêmica culturalmente reconhecida	0	0	1 (1)	0	1
Por obediência à autoridade microssistêmica	1 (7)	0	0	0	1
Por favorecer o contexto de interação	0	0	1 (7)	0	1
Dado perdido	0	1 (4)	1 (3)	1 (4)	3
Total por condição	5	7	6	5	23
Total por contexto		12		11	23

As categorias da Tabela 26 serão apresentadas descritivamente para auxiliar a compreensão de sua construção:

Por exercer função normativa: quando consideraram que as regras seriam verdadeiras, pois têm função normativa determinam o que deve ser feito, regulam o comportamento e devem, portanto, ser cumpridas. Exemplos: *Se tem regra é para seguir (2Amz); Porque cumpre (9Fam); Iria ser uma regra (2Fam).*

Por acordo entre os envolvidos: quando consideraram que a regra seria uma regra verdadeira, pois o estabelecimento das regras acontece na interação face a face, por acordo mútuo, a fim de organizar a convivência no contexto, onde a retribuição existe na mesma medida, com foco nas expectativas sociais e suas consequências diante do não-cumprimento. Exemplos: *Seria, se fosse combinado antes, teria uma discussão/ Se chega e manda dá raiva e angústia/ Mandar não é certo (3Fam); Porque foi socializada por todos e com concordância de todos (6Amz).*

Por obediência à autoridade macrossistêmica culturalmente reconhecida: quando consideraram que a regra seria uma regra verdadeira uma vez que, apesar de não haver uma figura de autoridade, ela implica obediência funcional, tinha função específica no contexto,

independentemente de acordo face a face, era dada aprioristicamente, em função da convivência, sobrevivência, era obrigatória, impessoal (transcende ao indivíduo e ao grupo) e inalterável. Havia aceitação da regra como parte de seu sistema de crenças, o que implicava, portanto, responsabilidade pessoal. Podia haver consideração positiva de si, dever como querer. Exemplo: *É difícil/Não existe regra na colegagem (1Amz)*.

Por obediência à autoridade microssistêmica: quando consideraram que a regra seria uma regra verdadeira, baseando-se na obediência a uma autoridade familiar (microssistêmica), que lida face a face com os participantes, influenciando-os e impondo regras de maneira unilateral, com poder de impor sanções caso as regras não sejam cumpridas. Exemplo: *Porque (...) eu sou um filho, se meu pai, por mais que eu coloquei, se meu pai falar nós vamos parar com isso ai, nós vamos parar, (...) ele tem essa autoridade (7Fam)*.

Por favorecer o contexto de interação: quando consideraram que as regras seriam verdadeiras, pois, favoreceriam o bom relacionamento entre os membros do grupo, promovendo seu bem-estar, caracterizando a interação entre eles de maneira recíproca. Exemplo: *Porque eu iria dar um jeito de fazer alguma coisa diferente, (...) jamais eu iria querer colocar alguma coisa que fosse prejudicar os meus amigos (7Amz)*.

Doze respostas de justificativa dos participantes indicam que as regras seriam verdadeiras porque são regras, ou seja, **Por exercer função normativa**, sendo que as respostas foram predominantemente apresentadas por não usuários (sete). Interessa salientar que este dado sugere que os não usuários apelam para a regra em sua função normativa, independente de quem a impoe. No entanto, cabe considerar que na categoria **Por acordo entre os envolvidos** (com cinco respostas), predominaram novamente respostas (três) de não usuários, nela há indicativo de que percebem a necessidade de acordo para as regras existirem, ou seja, se regras são criadas para o bem de todos, então serão verdadeiras. Não mencionam o poder da autoridade como aquele que confere veracidade à regra, mas sim o acordo mútuo, a reciprocidade da relação da qual a emerge com função reguladora por reciprocidade. Neste sentido, podemos inferir a perspectiva dos não usuários, como aqueles que compreendem as regras não restritas a sua função normativa, mas, como aquela responsável pela garantia do bem comum, organizadora das relações sociais para tanto, portanto, implicaria reciprocidade, que conferiria aos não usuários uma bússula mais segura sobre os caminhos a serem trilhados no mapa da vida.

Ainda emergiram as categorias **Por obediência à autoridade macrossistêmica culturalmente reconhecida** (com uma resposta de usuário referindo-se ao contexto de amizade); e **Por obediência à autoridade microssistêmica** (com uma resposta de usuário referindo-se ao contexto familiar). Ambas as categorias que estão relacionadas à obediência foram emitidas por usuários, o que sugere a perspectiva da autoridade. Já a categoria **Por favorecer o contexto de interação** (com uma resposta de usuário referindo-se ao contexto de amizade), mostra que o usuário que emitiu a resposta a ela referente reconhece a função da regra como reguladora das relações sociais e menciona a reciprocidade, aspecto este que sugere elementos de autonomia.

Discussão geral sobre as regras em diferentes contextos: família e amizade

De maneira geral, ao analisar as categorias e considerar em qual contexto emergiram e se as respostas que as constituem foram dadas pelos usuários ou seus irmãos, apareceram alguns aspectos interessantes. Os dados sugerem que os usuários tendem a direcionar seu comportamento e juízo pelo fato de gostarem ou não das regras que regem seu cotidiano. Uma hipótese possível que justificaria estes dados poderia ser a determinação do comportamento mais pelo afeto do que pela cognição, o que envolveria menor planejamento ou juízo para tomada de decisões. Este aspecto é defendido por La Taille (2006) ao apresentar o papel da emoção, assim como do desenvolvimento do juízo e da racionalidade, no desenvolvimento da personalidade ética e da sensibilidade moral. Assim, basear-se na afetividade para julgar pode ser considerada uma característica muito mais heterônoma que autônoma, já que a autonomia pressupõe, de acordo com Dias (2005), atividade altamente reflexiva.

Os resultados obtidos, em seu conjunto, não são conclusivos, mas sugerem diferenças entre os estilos de relação estabelecidos nos diferentes contextos, como, por exemplo, a necessidade da autoridade no contexto familiar e a presença de regras mais flexíveis na amizade.

Os resultados trazem algumas evidências de que os usuários de drogas estejam em um nível de consciência das regras mais heterônomo que seus irmãos não usuários de drogas. Seria necessário realizar estudos com maior número de participantes para verificar a manutenção das tendências. Estes achados favoreceriam a intervenção, na medida em que a literatura

referente ao desenvolvimento moral tem se consolidado cada vez mais. Estes estudos poderiam auxiliar a elaboração de estratégias de intervenção que favorecessem o desenvolvimento da autonomia e da flexibilidade mental para a resolução de problemas, o que favorece escolhas saudáveis e estratégias eficientes. Assim, em uma perspectiva bastante otimista, a opção da droga talvez pudesse ser avaliada com mais responsabilidade e consciência.

4.1.2 Projetos de vida

- Questão Pv.1a. Quem é você no futuro do jeito que você gostaria que fosse?

Tabela 27: Categorias de respostas referentes aos projetos conforme apresentado pelos participantes na questão Pv.1a. Quem é você no futuro do jeito que você gostaria que fosse?

Projetos apresentados pelos participantes			
Categorias	Usuário	Não Usuário	Totais
Bens materiais	<ul style="list-style-type: none"> - Ter um Honda Civic na garagem (1) - Não precisava ser rico, mas estabelecido (5) - Casa boa, ter uma boa moradia (5) - Carro novo (5) - Construir minha casa (7) 	<ul style="list-style-type: none"> - Eu penso em desenvolver na vida, financeiramente (4) - Ter seus bens, minhas coisas, uma moto (6) - Na verdade para o meu futuro eu penso em ter minha casa (8) - Eu gostaria que, ter uma vida melhor, eu já tenho uma vida boa, continuar assim/ Gostaria de dar o dobro para ele (pai) amanhã, queria ter um futuro bom (10) - Um emprego com uma <u>boa renda</u> (10) 	
Total por categoria	5	5	10
Atividade profissional	<ul style="list-style-type: none"> - Ter um emprego bom (1) - Minha loja (5) - Queria correr atrás da profissão que eu gosto de fazer, que eu gosto de trabalhar com eletro (7) 	<ul style="list-style-type: none"> - Estar na polícia (2) - Ter um bom emprego (4) - Firmar em administração de empresas (6) - <u>Um emprego</u> com uma boa renda/ Eu quero trabalhar pra mim (8) 	
Total por categoria	3	4	7
Relacionamento afetivo	<ul style="list-style-type: none"> - Ter uma mãe (3) - Uma mina do lado (3) - Esposa e dois filhos (5) - Ver meu filho crescer, eu sei que ele vai precisar de mim, por muito tempo ainda (7) - Tivesse uma família (9) 	<ul style="list-style-type: none"> - (Ter) Família (4) - Constituir minha família, porque já comecei, né (8) 	
Total por categoria	5	2	7
Formação	<ul style="list-style-type: none"> - Estudioso, fazer uma faculdade (1) 	<ul style="list-style-type: none"> - Acho que estudando o curso de 	

acadêmica ou técnica	- Meus planos é fazer um curso, que aí eu poderia adquirir a profissão certa (7)	graduação em direito (2) - Concluir o ensino médio (6) - Tirar carteira (6)	
Total por categoria	2	3	5
Pessoa sem a droga	- Um cara sério: não beber, não fumar (1) - Seria eu parar com o uso das drogas (5) - Eu queria mudar minha vida sabe (7) - Não usasse mais droga, não bebesse (9)		
Total por categoria	4	0	4
Valorização Pessoal	- A melhor pessoa possível com uma mina do lado (3) - Uma pessoa responsável, que tivesse meus valores/ Metas a serem cumpridas (9)		
Total por categoria	2	0	2
Valorização pessoal com consideração do outro		- Eu quero que eles sintam mais orgulho de mim ainda (10)	
Total por categoria	0	1	1
Total por condição	21	15	36
Total geral		36	

As categorias da Tabela 27 foram descritas da seguinte forma:

Bens materiais: quando o projeto contemplava a aquisição de bens materiais e/ou ganho financeiro. Exemplos: *Eu penso em desenvolver na vida, financeiramente (4); Carro novo (5).*

Atividade profissional: quando o projeto se relacionava a conquistar ou manter um emprego/trabalho satisfatório. Exemplos: *Ter um emprego bom (1); Também, ter um bom emprego (4).*

Relacionamento afetivo: quando o projeto envolvia manter ou construir uma família ou outros tipos de relacionamento afetivo. Exemplos: *Esposa e dois filhos (5); Constituir minha família, porque já comecei, né (8).*

Formação acadêmica ou técnica: quando o projeto se relacionou à vontade de dar continuidade aos estudos e à formação técnica. Exemplos: *Estudioso, fazer uma faculdade (1); Concluir o ensino médio (6); Tirar carteira (6).*

Pessoa sem droga: quando o projeto de vida referia-se ao abandono do mundo das drogas. Exemplo: *Não usasse mais droga, não bebesse (9)*.

Valorização pessoal: quando o projeto se referia levar em conta o reconhecimento de si e/ou do outro com valor positivo, a partir do que cada um é individualmente, implicando ser capaz de agir e merecer alcançar coisas boas. Exemplos: *A melhor pessoa possível (3)*; *Uma pessoa responsável, que tivesse meus valores/ Metas a serem cumpridas (9)*.

Valorização pessoal com consideração do outro: quando o projeto se referia a levar em conta o reconhecimento de si e/ou do outro com valor positivo e com direitos adquiridos por merecimento e por reciprocidade, assim, o valor é pensado na ou em relação com os outros. Exemplo: *Eu quero que eles sintam mais orgulho de mim ainda (10)*.

A Tabela 28 apresenta os dados da Tabela 27 de maneira mais sucinta.

Tabela 28: Categorias e dados resumidos referentes à questão Pv.1a. Quem é você no futuro do jeito que você gostaria que fosse?

Categorias	Usuário	Não Usuário	Totais
Bens materiais	5 (1, 5, 5, 5, 7)	5 (4, 6, 8, 8, 10)	10
Atividade profissional	3 (1, 5, 7)	4 (2, 4, 6, 8)	7
Relacionamento afetivo	5 (3, 3, 5, 7, 9)	2 (4, 8)	7
Formação acadêmica ou técnica	2 (1, 7)	3 (2, 6, 6)	5
Pessoa sem droga	4 (1, 5, 7, 9)	0	4
Valorização pessoal	2 (3, 9)		2
Valorização pessoal com consideração do outro	0	1 (10)	1
Total por condição	21	15	36
Totais gerais		36	

Os resultados indicaram a existência de seis categorias de projetos. São elas: **Bens materiais** (dez respostas), **Atividade profissional** (sete respostas), **Relacionamento afetivo** (sete respostas), **Formação acadêmica ou técnica** (cinco respostas), **Pessoa sem droga** (quatro respostas apenas de usuários), **Valorização pessoal** (duas respostas, sendo elas de usuários) e **Valorização pessoal com consideração do outro** (uma resposta de não usuário).

Categorias semelhantes foram encontradas no estudo de Miranda (2007), que também identificou as categorias **Bens materiais**, **Atividade profissional**, **Relacionamentos afetivos** e **Formação acadêmica** como categorias de projetos de adolescentes, ressaltando que os mesmos têm valorizado mais o “ter” que o “ser”. Paredes e Pecora (2004) também apresentam categorias de projetos de adolescentes semelhantes, mencionando o estudo, o trabalho, a família e a qualidade de vida, havendo ainda no estudo de Santos (2002), no qual formação acadêmica, família, trabalho e aquisição de bens materiais estiveram presentes.

A presença do trabalho como projeto de vida também aparece no estudo de Damon (2009), quando afirma que o trabalho é uma das principais fontes de projeto de vida. Também Ito e Soares (2008) mencionam a importância do trabalho na vida dos adolescentes, não só para conquista de bens materiais, mas para construção do senso de identidade. Liebesny (2008) também ressaltou em seu estudo a importância da concepção do trabalho como aquele que promove a realização pessoal dos jovens.

A categoria **Relacionamento afetivo**, que inclui a construção de uma família, aparece especialmente nas respostas de usuários. No estudo de Ito e Soares (2008) os jovens consideraram a família um importante projeto a longo prazo, que tem os demais como pré-requisitos para ser alcançado, uma vez que é preciso trabalhar e estudar para depois construir família.

Já a categoria **Pessoa sem droga** foi constituída apenas por respostas de usuários, o que sugere que reconheçam a importância de parar de usar a droga como pré-requisito para outros projetos. Pratta e Santos (2007), que também estudaram usuários, encontraram que eles reconhecem na preparação e no estudo estratégias legítimas para o alcance de qualidade de vida e demonstraram atribuir grande importância à família como projeto de futuro. Consideram ainda que os usuários planejam o futuro orientados por valores pertencentes à esfera familiar e do trabalho, por representarem a conquista de estabilidade e segurança, considerados únicos caminhos para saírem da instabilidade e da ameaça de exclusão que os assola e discutem contradições teóricas quanto à importância dada na literatura ao papel dos estudos, que pode ser considerado uma estratégia legítima para alcance da qualidade de vida,

como constataram, ou colocado em segundo plano quando trabalhar se torna o grande objetivo da vida (Pratta e Santos, 2007).

As categorias que se referiram à valorização pessoal remetem à consideração que o participante faz de si de maneira positiva, valorizando-se, o que pode indicar certo grau de autorrespeito, aspecto este mencionado por La Taille (2006) como um dos principais fatores implicados na expansão de si para a conquista da vida boa. Interessante ressaltar que a resposta que foi enquadrada na categoria **Valorização pessoal com consideração do outro**, foi proveniente de um não usuário, evidenciando presença de reciprocidade para considerar-se pessoa de valor. A reciprocidade é mencionada por La Taille (2006) como aspecto importante para o alcance da felicidade, já que pensar a expansão de si envolve incluir o outro no processo e não há felicidade sem a expansão de si.

- Questão Pv.1b. Por quê? [Você gostaria de ser assim no futuro]

A descrição das categorias da Tabela 29 foi feita conforme segue:

Por satisfação pessoal: quando a justificativa para escolha dos projetos de vida baseou-se em argumentos com menção a conteúdos hedonistas, voltados à satisfação pessoal. Exemplos: *Porque seria melhor para mim (9)*; *Rapaz, eu me sentiria bem demais se isso acontecesse (10)*.

Por cuidado com a família: quando a justificativa para escolha dos projetos de vida demonstrou preocupação do participante com o bem-estar e o cuidado com seus familiares. Exemplos: *Cuidar da família (4)*; *Porque seria melhor para minha família (9)*.

Por identificação positiva: quando a justificativa para escolha dos projetos de vida baseou-se na convivência com outras pessoas, que se tornaram exemplos legitimados a serem seguidos. Exemplos: *Na polícia acho que, quando eu era bem menor, eu tinha um padrinho polícia, eu via e talvez eu queria ser (2)*; *Meu pai tem uma empresa, tenho até feito um cursinho (6)*.

Por qualidade de vida: quando a justificativa para escolha dos projetos de vida envolvia desejos de ter melhor qualidade de vida. Exemplos: *Fica bem mais garantido o futuro – com o curso de graduação em direito (2)*; *Para ter uma vida melhor (4)*.

Por perdas: quando a justificativa para escolha dos projetos de vida referiu-se às perdas (no geral) vivenciadas pelo participante em decorrência do uso nocivo de drogas e/ou às emoções decorrentes destas perdas. Exemplos: *Porque eu tenho revolta do que eu perdi no passado* (5).

Por identificação negativa: quando a justificativa para escolha dos projetos de vida baseou-se na convivência com outras pessoas, que se tornaram exemplos legitimados a não serem seguidos. Exemplo: *Mãe dá apoio, dependendo da mãe, a minha era enfiada nas drogas* (3).

Tabela 29: Categorias de respostas referentes à questão Pv.1b. Por quê? [Você gostaria de ser assim no futuro]

Categorias	Usuário	Não Usuário	Totais
Por satisfação pessoal	4 (1, 3, 3, 9)	2 (8, 10)	6
Por cuidado com a família	2 (7, 9)	2 (4, 10)	4
Por identificação positiva	0	2 (2, 6)	2
Por qualidade de vida	0	2 (2, 4)	2
Por perdas	1 (5)	0	1
Por identificação negativa	1 (3)	0	1
Total por condição	8	8	16
Total geral		16	16

As duas categorias com maior incidência de respostas foram, respectivamente, **Por satisfação pessoal** (seis respostas) e **Por cuidado com a família** (quatro respostas). As categorias **Por identificação positiva** e **Por qualidade de vida** constituíram-se, ambas, com duas respostas, apenas de não usuários. Já as categorias **Por perdas** e **Por identificação negativa** foram contempladas, cada uma delas, por uma única resposta, sempre de usuários.

A presença da categoria **Por satisfação pessoal** (seis respostas) foi marcante e sugere argumentos centrados na própria satisfação pessoal para justificar a escolha dos projetos. Deste modo, o prazer pelo prazer justifica a escolha do que fazer ou ser na vida, sem evidências de que esteja sendo levada em conta uma perspectiva mais ampla, na qual o desenvolvimento de alguma habilidade ou virtude seja necessário para o merecimento de algo bom. La Taille (2006) menciona um argumento no qual a felicidade não é possível sem expansão de si, sem o desenvolvimento, por exemplo de virtudes, e que para ser feliz é

preciso merecer sê-lo. Antes de querer ser feliz seria preciso se tornar um merecedor da felicidade. Assim, escolher um projeto por satisfação pessoal, poderia ser pensado como um argumento menos autônomo, já que a autonomia implica responsabilizar-se por suas ações, agir cooperativamente, pautado em princípios de reciprocidade, o que exige autorrespeito e expansão de si.

Por cuidado com a família (quatro respostas) aparecendo como categoria de justificativas para a escolha dos projetos ressalta a importância que os adolescentes dão à família, tal como identificado por Pratta e Santos (2007) e La Taille e Harkot-de-La-Taille (2006) em suas pesquisas.

As categorias **Por identificação positiva** e **Por qualidade de vida** foram contempladas cada uma com duas respostas de não usuários, o que indica que sua concepção inclui outras pessoas como elementos importantes, na medida em que a identificação implica estar diante do outro que escolhe como modelo admirado para seguir e orientar sua conduta e a qualidade de vida implica o bem-estar social, processo que também inclui outras pessoas. É possível apontar ainda o fato de que a identificação positiva relaciona-se a observar e perceber a experiência do outro, o que é considerado por Baltes (1997) estratégia viável para o alcance dos próprios objetivos, uma forma de canalizar energia reflexiva na seleção dos objetivos na vida e acentua a consideração de outros na escolha dos projetos de vida.

Já as categorias **Por perdas** e **Por identificação negativa** foram constituídas cada uma com uma resposta de usuário. Na medida em que as perdas são sentidas apenas por eles e o outro é negado como modelo na identificação negativa, desconsiderado, isto sugere a desconexão dos usuários com outros com os quais se relaciona. Ao focarem naquilo que foi perdido e nos aspectos a serem evitados na relação com o outro, voltam-se a a si mesmos, sem referência à multiplicidade de perspectivas possíveis e necessárias para o equilíbrio das motivações e orientação mais descentrada (Inhelder & Piaget, 1970/1976), o que favoreceria a conexão com os outros a ele significativos.

- Questão Pv.1c. (Caso cite mais de um projeto de vida) Dentre os projetos apresentados, escolha o mais importante para você.

Tabela 30: Categorias de respostas referentes à questão Pv.1c. (Caso cite mais de um projeto de vida) Dentre os projetos apresentados, escolha o mais importante para você.

Categorias	Usuário	Não Usuário	Totais
Relacionamento afetivo	3 (3*, 7, 9)	1 (4)	4
Pessoa sem droga	2 (1, 5)	0	2
Atividade profissional	0	2 (2, 6)	2
Valorização pessoal	1 (3*)	0	1
Valorização pessoal com consideração do outro	0	1 (10)	1
Bens Materiais	0	1 (8)	1
Total por condição	6	5	11*
Total geral	11*		

* O número de projetos apresentados foi 11, pois, o participante 3 mencionou dois projetos como sendo igualmente importantes e respondeu as demais perguntas sobre o projeto de vida mais importante referindo-se sempre aos dois.

As categorias da Tabela 30 foram descritas da maneira abaixo apresentada:

Relacionamento afetivo: quando o projeto de vida mais importante envolvia manter ou construir uma família ou outros tipos de relacionamento afetivo. Exemplos: *Família (4)*; *Ver meu filho crescer (7)*.

Pessoa sem droga: quando o projeto de vida mais importante referia-se ao abandono do mundo das drogas. Exemplo: *Seria eu parar com o uso das drogas (5)*.

Atividade profissional: quando o projeto mais importante se relacionava a conquistar ou manter um emprego/trabalho satisfatório. Exemplo: *Polícia (2)*.

Valorização pessoal: quando o projeto de vida mais importante contemplava se referia a levar em conta o reconhecimento de si e/ou do outro com valor positivo, a partir do que cada um é individualmente, implicando ser capaz de agir e merecer alcançar coisas boas. Exemplo: *A melhor pessoa possível (3)*.

Valorização pessoal com consideração do outro: quando o projeto de vida mais importante contemplava se referia a levar em conta o reconhecimento de si e/ou do outro com valor positivo e com direitos adquiridos por merecimento e por reciprocidade, assim, o valor é pensado na ou em relação com os outros. Exemplo: *Eu quero que eles sintam mais orgulho de mim ainda (10).*

Bens materiais: quando o projeto de vida mais importante contemplava a aquisição de bens materiais e/ou ganho financeiro. Exemplo: *No momento, o mais importante é terminar minha casa (8).*

Muitos foram os projetos de vida apresentados, buscar encontrar aquele que mobiliza maior energia permite avaliar, mais precisamente, as forças que motivam o comportamento para o alcance daquilo que efetivamente se quer conseguir. Quando os participantes mencionaram mais de um projeto de vida, portanto, foram solicitados a escolher o mais importante para eles, para que a investigação pudesse prosseguir e aprofundar-se a partir de uma referência mais relevante. De acordo com La Taille (2006), hierarquizar as possibilidades é um dos aspectos fundamentais para a elaboração de projetos de vida, sob influência das funções cognitivas e afetivas.

A categoria **Relacionamento afetivo** foi a que reuniu maior incidência de respostas (quatro), sendo três delas de usuários, o que se encontra em consonância com os dados de Pratta e Santos (2007) e La Taille e Harkot-de-La-Taille (2006), nos quais os usuários apresentam o relacionamento familiar como um dos projetos de futuro mais relevantes. Tardeli (2010) também encontrou a construção de uma família como o projeto mais apresentado por adolescentes. A categoria **Pessoa sem droga** (duas respostas restritas usuários) refere-se ao projeto de ser uma pessoa melhor, indicando compreensão de que com a droga não haveria viabilidade de ir adiante. Liebesny (2008) ressaltou em seu estudo, a importância do jovem ter consciência para que sua transformação no mundo e sua capacidade de transformar o mundo aconteçam, pois ser uma pessoa melhor, neste contexto, seria condição fundamental para que um mundo melhor pudesse existir. As categorias **Atividade profissional** (duas respostas) e **Bens materiais** (uma resposta) foram contempladas apenas com respostas de não usuários. Pode-se hipotetizar, a partir destes resultados, que não usuários utilizam o trabalho como estratégia legítima para alcance de uma vida melhor, assim como sugeriram Pratta e Santos

(2007) a partir da análise de seus resultados. É possível pensar a aquisição de bens materiais como resultado deste processo e não como um fim em si mesmo.

As categorias **Valorização pessoal** (uma resposta de usuário) e **Valorização pessoal com consideração do outro** (uma resposta de não usuário) poderiam ser pensadas no âmbito da expansão de si rumo à autonomia, sendo que a segunda com maior potencial em função da inclusão do outro no processo.

- Questão Pv.1.d. Por quê? [Este é o projeto mais importante para você?]

A descrição das categorias da Tabela 31 está apresentada abaixo:

Pré-requisito para projetos em geral: quando a justificativa para escolha do projeto de vida mais importante baseou-se no argumento de que a realização do projeto escolhido como mais importante seria pré-requisito para alcance dos outros projetos, em geral. Exemplos: *Porque sem isso (as drogas aí eu consigo todos os outros/ Não é difícil pra mim (5); Porque bens a gente pode ter depois/ uma coisa puxa a outra (6).*

Cuidado com a família: quando a justificativa para escolha do projeto de vida mais importante esteve relacionada ao bem-estar e ao cuidado com seus familiares. Exemplos: *Porque meu filho é minha vida, é meu sangue, foi eu que fiz, eu tenho obrigação com ele (7); Porque é o lugar que eu vou viver todo dia, eu acho que tenho que cuidar da minha família. Não pode deixar em qualquer lugar não (8).*

Vontade: quando a justificativa baseou-se em argumentos considerados em relação a um querer espontâneo como aspecto fundamental para que o projeto mais importante fosse escolhido. Exemplo: *É meu sonho (2).*

Reputação: quando a justificativa para escolha do projeto de vida mais importante baseou-se em argumentos relacionados à preocupação com o valor atribuído ao participante por outros significativos para ele. Exemplo: *Porque orgulho não é um bem material, orgulho é sentimento pessoal da pessoa, dinheiro nenhum compra orgulho (10).*

Tabela 31: Categorias de respostas referentes à questão Pv.1d. Por quê? [Este é o projeto mais importante para você?]

Categorias	Usuário	Não Usuário	Totais
Pré-requisito para projetos em geral	3 (1, 5, 9)	2 (4, 6)	5
Cuidado com a família	1 (7)	1 (8)	2
Vontade	0	1 (2)	1
Reputação	0	1 (10)	1
Dado Perdido	1 (3)	0	1
Total por condição	5	5	10
Total geral		10	10

Para justificar a escolha do projeto de vida mais importante, a maioria das respostas dos participantes (cinco, sendo três de usuários e duas de não usuários) indica que o projeto seria o projeto mais importante porque representa um **Pré-requisito para projetos em geral**, reconhecendo que há necessidade de superação de etapas até que se chegue ao objetivo final. Este dado pode sugerir que a realização de um projeto de vida seja percebido aqui como algo que não fosse momentâneo, mas, que precisa que algumas etapas sejam cumpridas antes que outras sejam alcançadas e, assim talvez, mesmo que não diretamente, compreendam o aspecto mencionado por Damon (2009), de estabilidade no tempo, já que seguir várias etapas exige esforço contínuo.

O **Cuidado com a família** aparece mais uma vez, em duas respostas, uma de usuário e outra de não usuário, ratificando a importância da família para os participantes. A **Vontade** também aparece e apesar de ter sido uma única menção de não usuário, encontra-se na literatura o fato dos adolescentes associarem o esforço pessoal à conquista dos projetos de vida (Santos, 2002). A categoria **Reputação** (uma resposta de não usuário) inclui na análise a variável que leva em conta a visão que o outro tem do participante, a importância de não decair aos olhos de alguém significativo para o participante. La Taille (2006) apresenta o sentimento do medo, como um dos sentimentos do querer agir moral, e neste sentimento se inclui não o medo da punição, mas sim o medo de ser diminuído como pessoa diante do outro que lhe é importante. La Taille (2006) considera ainda que o sentimento de vergonha, caracterizado pelo julgamento negativo de si mesmo, incide sobre o ser, e teria, portanto, força para inibir a ação,

assim, a capacidade de sentir vergonha moral seria condição necessária para o querer agir, que seria o dever moral. Neste sentido, a reputação conforme colocado nesta categoria em análise, estaria se referindo à percepção deste não usuário da vergonha diante da necessidade de colocar este projeto em prática e do risco implícito de um autojuízo negativo diante do insucesso.

- Questão Pv.2a. De que maneira você pretende realizar esse seu projeto?

As categorias da Tabela 32 foram descritas conforme segue:

Formação acadêmica: quando o participante afirmou que pretende realizar seu projeto por meio da continuidade aos estudos. Exemplos: *Ano que vem eu vou estudar (1); Eu já fiz o curso, vou ter que fazer um outro, vai ter que ser técnico, aí faço o estágio e depois já faço a faculdade de administração (6).*

Atividade profissional: quando o participante afirmou que pretende realizar seu projeto por meio do emprego/trabalho. Exemplo: *A princípio trabalhando para os outros e conseqüentemente assim, as coisas vão acontecendo (8).*

Tratamento: quando o participante afirmou que pretende realizar seu projeto de vida por meio de um tratamento. Exemplo: *Primeiramente, me tratando/Refletindo. (9).*

Vontade: quando o participante afirmou que pretende realizar seu projeto de vida por meio de ações relacionadas a um querer espontâneo. Exemplo: *Com força de vontade (5).*

Desconhecimento: quando o participante afirmou que pretende realizar seu projeto de vida por meio de estratégia que reflete falta de conhecimento necessário para orientar a ação. Exemplo: *Vou ter que arrumar alguma outra coisa (um remédio, por exemplo) que impede esse negócio de droga (1).*

Tabela 32: Categorias de respostas referentes à questão Pv.2a. De que maneira você pretende realizar esse seu projeto?

Categorias	Usuário	Não Usuário	Totais
Formação acadêmica	1 (1)	3 (2, 6, 10)	4
Atividade profissional	0	3 (4, 8, 10)	3
Tratamento	2 (3, 9)	0	2
Vontade	1 (5)	1 (10)	2
Desconhecimento	2 (1, 7)	0	2
Total por condição	6	7	13
Totais gerais		13	

Esta questão tem por objetivo central conhecer a maneira como os participantes pretendem otimizar o projeto que selecionaram. A categoria **Formação acadêmica** (quatro respostas) mereceu a maior incidência de respostas (três) provenientes de não usuários e a categoria **Atividade profissional** foi constituída com três respostas de não usuários. Tal dado é concordante com os dados encontrados na literatura, que evidenciam que jovens/adolescente pensam no seu futuro colocando em evidência os planos acadêmicos e profissionais (Ito e Soares, 2008; Liebesny, 2008; Miranda, 2007; Paredes e Pecora, 2004; Pratta e Santos, 2007; Santos, 2002; Tardeli, 2010).

Nas categorias **Tratamento** e **Desconhecimento** apareceram apenas duas respostas de usuários, em cada uma delas. A categoria **Tratamento** implica reconhecimento da necessidade de se cuidar para que a mudança aconteça. Já a última estratégia mencionada é marcada pela falta de conhecimento necessário à ação, o que confere característica de baixa intelectualidade relacionada à estratégia proposta, dificultando, portanto, a canalização de esforço pessoal e o pouco comprometimento do indivíduo para ser alcançada, o que, de acordo com Damon (2009), são aspectos que caracterizam as estratégias menos pró-sociais. De acordo com La Taille (2006), a dimensão intelectual é instrumental à ação moral e, apesar de não ser suficiente, é necessária para que a mesma se efetive.

Vontade foi categoria constituída com duas respostas, sendo uma de usuário e outra de não usuário e remete à importância dada ao fato de querer espontaneamente canalizar forças pessoais a fim de atingirem seus objetivos (Santos, 2002).

- Questão Pv.2b. Por quê? [Pretende realizar o projeto desta maneira]

Tabela 33: Categorias de respostas referentes à questão Pv.2b. Por quê? [Pretende realizar o projeto desta maneira]

Categorias	Usuário	Não Usuário	Totais
Pré-requisito para projetos em geral	2 (3, 7)	3 (2, 4, 6)	5
Falta de opção	1 (9)	1 (8)	2
Perdas	1 (5)	0	1
Característica pessoal	1 (1)	0	1
Obediência à autoridade microssistêmica	0	1 (10)	1
Total por condição	5	5	10
Total geral		10	10

A descrição das categorias da Tabela 33 foi feita da seguinte forma:

Pré-requisito para projetos em geral: quando a justificativa para a escolha do modo como pretendem realizar os projetos de vida baseou-se no argumento de que a realização deste projeto seria pré-requisito para o alcance dos outros projetos, em geral. Exemplos: *Acho que juntando o estudo com a força de vontade eu acho que vou conseguir (2); Porque me tratando eu recupero tudo de novo (3).*

Falta de opção: quando a justificativa para a escolha do modo como pretendem realizar os projetos de vida baseou-se na falta de opções além da apresentada pelo participante, alegando ser aquela a única saída. Exemplos: *Porque na verdade, eu não tenho outra escolha, é ter que trabalhar mesmo para consegui fazer (8); Tem que dar certo. Porque sim. (9).*

Perdas: quando a justificativa para a escolha do modo como pretendem realizar os projetos de vida baseou-se em argumentos considerados em relação a perdas (no geral) vivenciadas

pelo participante em decorrência do uso nocivo de drogas e/ou às emoções decorrentes destas perdas. Exemplo: *Meu uso é por raiva e revolta, porque vou perdendo cada vez mais (5.)*

Característica pessoal: quando a justificativa para a escolha do modo como pretendem realizar os projetos de vida baseou-se em argumentos considerados em relação a características inerentes ao indivíduo participante. Exemplo: *Porque me esqueço de tomar o que tomo (1).*

Obediência à autoridade microssistêmica: quando a justificativa para a escolha do modo como pretendem realizar os projetos de vida baseou-se na obediência a uma autoridade familiar (microssistêmica), que lida face a face com os participantes, influenciando-os e impondo regras de maneira unilateral, com poder de impor sanções caso as regras não sejam cumpridas. Exemplo: *Porque é o que eles querem, não para eu ficar o resto da vida dependendo deles/Me criaram para um dia eu ser independente. O que eles fizeram por mim não foi pouca coisa, eles querem que eu faça por mim e por eles (10).*

A categoria com maior incidência de respostas foi **Pré-requisito para projetos em geral**, com cinco respostas, das quais duas foram provenientes de usuários e três de não usuários. Reconsidera-se o fato de reconhecerem que os projetos de vida requerem etapas para serem alcançados, o que exigiria necessidade de manter o esforço durante o percurso, mesmo que os participantes não tenham mencionado explicitamente esta consciência.

Falta de opção foi contemplada com uma resposta de usuário e outra de não usuário e reflete a dificuldade do processo de resolução de problemas, que exige um esforço consciente para ter êxito. Agir por falta de opção significa não conseguir escolher entre alternativas possíveis, talvez por não conseguir gerar estratégias, o que dificulta o alcance dos objetivos. Selecionar entre estratégias possíveis é um dos elementos fundamentais para a resolução de problemas e alcance de objetivos (Baltes, 1997; Freund e Baltes, 2002).

A categoria **Perdas** foi construída pela resposta de um usuário. Sobre as perdas em relação à perspectiva moral, pode-se referir ao foco nas recompensas como motivador para o comportamento. Kohlberg (1992) menciona que o foco nas consequências pode ser uma evidência de tendência heterônoma, já que o comportamento justifica-se por algo que se ganha ou perde e não decorre de um juízo próprio sobre o que se deve ou não fazer de maneira autorreferenciada.

Na categoria **Característica pessoal** foi classificada uma resposta de usuário. Ao avaliarmos o percurso até chegar nesta categoria de justificativa verificou-se que ambos os usuários mencionaram **Pessoa sem droga**, como projeto mais importante e as estratégias para conseguir foram conseguir um remédio que resolvesse o problema (**Desconhecimento**) e **Vontade**. Nos dois casos eles atribuíram a justificativa para a escolha destas estratégias baseando-se em argumentos considerados em relação a características isoladas ou unicasais, sugerindo uma visão limitada do problema. La Taille (2006) sugere a importância do conhecimento como propulsor da expansão da compreensão do indivíduo a favor da tomada de decisão para a ação moral, levando-o a compreender a diversidade, tal conhecimento pode inspirar a tolerância, baseada no princípio que diferentes formas de vida viabilizam formas distintas de tratamento. Encontramos na literatura algumas (Bordin, Figlie & Laranjeira, 2004; Karkow, Caminha & Benetti, 2005; Moraes & Figlie, 2004) afirmativas sobre o problema de se ter visão limitada, quando a dependência química não é pensada em sua multideterminação, nela o processo de mudança e, portanto, o prognóstico ficam prejudicados. Pois, os indivíduos se encontrariam em um estado de contemplação do problema, onde percebem a existência do mesmo, mas, é marcante a ambivalência quanto às formas de solucioná-lo (Oliveira, Laranjeira, Araujo, Camilo & Schneider, 2003).

A categoria **Obediência à autoridade microssistêmica** representa a resposta de um não usuário que justifica a escolha da estratégia escolhida para alcançar seu projeto, pois, é o que os pais querem dele, não porque se submeta a esta autoridade que age coercitivamente, mas, porque reconhece nela alguém que se preocupa e quer seu bem. Deste modo, parece legitimar as regras da autoridade e percebe-a como modelo e fonte de apoio para alcançar seu objetivo, o que é considerado uma estratégia eficiente para tanto (Baltes, 1997; Freund & Baltes, 2002).

- Questão Pv.3a. Você acredita que realizará esse projeto?

Todas as respostas dos participantes indicaram que eles acreditavam que iriam realizar seu projeto de vida. As expectativas e crenças sobre si e seu desempenho influenciam a maneira como se comprometerão com a busca de seus objetivos (Baltes, 1997). Neste sentido, uma perspectiva otimista de sucesso indica bom prognóstico no processo de estabelecimento do projeto vital. Harkot-de-La- Taille e La Taille (2006) apresentaram resultados indicando que

dos jovens pesquisados, muitos acreditam que suas chances de se realizarem na vida são grandes (56,1%) ou moderadas (39,2%), tais dados sugerem interpretação semelhante aos dados aqui encontrados, já que todos os participantes desta pesquisa acreditam que realizarão seus projetos de vida, o que pode estar relacionado à sua realização pessoal.

- Questão Pv.3b. Por quê? [Acredita que realizará esse projeto]

As categorias da Tabela 34 foram descritas como segue:

Vontade: quando a justificativa para acreditar que realizarão o projeto de vida de vida apresentado baseia-se em argumentos considerados em relação ao querer espontâneo do indivíduo como aspecto fundamental para que os objetivos fossem alcançados. Exemplos: *É minha vontade (2); Eu não quero isso pra minha vida mais não, isso não é vida pra ninguém não (7).*

Evidências comportamentais: quando a justificativa para acreditar que realizarão o projeto de vida de vida apresentado baseou-se na existência de evidências percebidas de que ações afirmativas já foram colocadas em prática a favor do alcance dos objetivos, havendo uma intenção de dar continuidade à ação já iniciada. Exemplo: *Porque eu vou lutar para isso, correr atrás, já estou correndo atrás, já trabalho (10).*

Crença em Deus: quando justificaram que realizarão o projeto de vida apresentado por acreditarem em Deus e em sua bondade. Exemplos: *Acredito que Deus existe/ Deus pode fazer milagre. Eu já podia estar morto e não morri (3); Porque eu tenho fé que Deus vai me libertar desse vício maldito (7).*

Valorização pessoal: quando a justificativa para acreditar que realizarão o projeto de vida de vida apresentado baseia-se em argumentos que levaram em conta o reconhecimento de si e/ou do outro com valor positivo, a partir do que cada um é individualmente, implicando ser capaz de agir e merecer alcançar coisas boas. Exemplo: *Porque tenho meus valores. Ninguém nasceu para sofrer (9).*

Desconhecimento: quando a justificativa para acreditar que realizarão o projeto de vida de vida apresentado baseia-se em argumentos considerados em relação a estratégias que refletem

falta de conhecimento necessário para orientar a ação. Exemplo: *Penso no futuro/O negócio é ter uma estratégia, para eu ficar escondido das drogas e para eu não usar mesmo (1).*

Tabela 34: Categorias de respostas referentes à questão Pv.3b. Por quê? [Acredita que realizará esse projeto]

Categorias	Usuário	Não Usuário	Totais
Vontade	1 (7)	3 (2, 6, 10)	4
Evidências comportamentais	0	4 (4, 8, 10, 10)	4
Crença em Deus	2 (3, 7)	0	2
Valorização pessoal	2 (5, 9)	0	2
Desconhecimento	1 (1)	0	1
Total por condição	6	7	13
Total geral	13		

As categorias **Crença em Deus** e **Desconhecimento** foram construídas com duas respostas de usuários, cada uma. Tais categorias, respectivamente, referem-se a aspectos externos ao indivíduo ou carentes de informação necessária à ação. Desta forma, considera-se que estas estratégias dos usuários estejam pouco focadas no objetivo e que estejam colocando no destino, em Deus, em terceiros, a responsabilidade pela conquista dos projetos. Ainda, retratam a falta de conhecimento necessário ao alcance do objetivo. Oliveira, Laranjeira, Araujo, Camilo e Schneider (2003), ao apresentarem o modelo Transteórico de Prochaska e DiClemente, afirmam que existem diferentes estágios para a mudança, que variam da pré-contemplação até a ação efetiva rumo à mudança. O segundo estágio por eles apresentado é a contemplação, que se caracteriza pela conscientização de que existe um problema, embora exista ambivalência quanto à perspectiva de mudança, ainda não são organizadas e estruturadas estratégias efetivas para que a mudança seja consolidada. Neste sentido, a justificativa dos usuários pesquisados parece se enquadrar neste estágio, já que acreditam que realizarão seu projeto. No entanto, ainda contemplam esta mudança sem uma estratégia eficiente em mente. Até mesmo em relação à categoria **Valorização pessoal**, que também foi construída por duas respostas de usuários, pois, apesar de levar o indivíduo em consideração, reconhecendo-se como ser de valor e merecedor de coisas boas, neste caso, a conquista do projeto de vida, o plano de ação para tanto ainda não aparece, assim sendo, o sentimento de ser merecedor, que seria o veículo propulsor da conquista não aparece associado a uma ação elaborada ou justificativa realista.

A análise dos dados apresentados considera que as categorias apresentadas pelos usuários não se enquadrariam em uma orientação autônoma, já que **Crença em Deus** (duas respostas de usuários) e **Desconhecimento** (uma resposta de usuário) sugerem motivação externa ou até desmotivação, pois, o indivíduo mesmo não emite comportamento, mas acredita que forças externas o farão ou cogita alternativas decorrentes de pouco conhecimento ou sustentação. Diante desta perspectiva, para discutir o tema da motivação, utiliza-se o referencial de Guardia e Patrick (2008), que desenvolveram uma teoria de auto-determinação que oferece uma perspectiva sobre mecanismos pelos quais processos relacionais estão vinculados ao bem-estar e ao funcionamento da relação e às circunstâncias pelas quais um processo relacional aparentemente positivo pode resultar em benefícios para a relação e para os indivíduos que dela fazem parte e apresentam os fundamentos motivacionais desses processos. Neste contexto, definem a orientação motivacional direcionada a comportamentos ao longo de um contínuo de autonomia, constituindo tipos de motivação que promovem a regulação do comportamento, que pode ser regulado por motivação intrínseca, caracterizada por maior grau de autonomia, na qual o indivíduo age por interesse e por prazer na atividade em si mesma, ou por motivação extrínseca, na qual o indivíduo adere ao comportamento por causa de resultados externos, além da atividade em si. A motivação extrínseca pode ser subdividida em quatro modalidades de motivação: integrada, na qual o valor associado ao comportamento é coerente com os próprios valores ou com os objetivos da pessoa; identificada, em que o comportamento serve aos valores endossados pela pessoa ou por seus objetivos; introjetada, na qual o comportamento é regulado internamente por pressões de forças intrapsíquicas a fim de manter o valor próprio ou evitar culpa e/ou ansiedade; e externa, na qual o comportamento acontece para obter recompensas externas ou evitar punição. Consideram ainda a existência de indivíduos desmotivados, quando não há motivação aparente, quando os resultados desejados não parecem contingentes ao comportamento ou a pessoa carece de habilidade para emitir o comportamento. Consideram ainda que é no equilíbrio dessas regulações que se reflete a autonomia para engajar-se no comportamento. Há ainda menção à orientação autônoma, que seria uma tendência geral de regular o comportamento baseando-se em interesses e valores auto-investidos, que estaria associada às orientações intrínseca, integrada e identificada e permite mais abertura e menos respostas defensivas.

Dando continuidade à análise proposta, a categoria **Característica pessoal** pode referir-se à motivação introjetada, na medida em que indica que os indivíduos se orientam internamente por pressões de forças intrapsíquicas a fim de manter o valor próprio ou evitar culpa e/ou ansiedade. Por outro lado, quando os não usuários apresentam respostas predominantes referentes às categorias **Vontade** (das quatro respostas, três foram de não usuários) e **Evidências comportamentais** (quatro respostas de não usuários), percebe-se um padrão bem diferenciado, em que a ação está mais presente como estágio motivacional, indicando que escolhem uma estratégia para a realização da mudança e já começaram a agir em tal direção (categoria **Evidências comportamentais**), ou demonstram querer agir (**Vontade**), canalização de energia rumo ao alcance do projeto. Esta inferência sobre o comportamento dos não usuários em relação ao critério da vontade se coloca pela análise do conteúdo de suas justificativas, pois, implicam menção a um querer com referência à delimitação de possível ação a ser tomada. Deste modo, utilizando a referência de Oliveira et al (2003), é possível dizer que os não usuários se mostram mais motivados intrinsecamente, o que favorece uma postura mais autônoma diante da mudança necessária para alcance do projeto apresentado como mais importante.

- Questão Pv.4a. Você considera ter sido influenciado ao estabelecer esse projeto de vida?

Todas as respostas emitidas pelos participantes indicaram que foram influenciados a escolher seus projetos de vida, o que sugere o envolvimento de outros no processo e indica consideração do outro significativo. O grau de consideração do outro foi mencionado por Miranda (2007) e Andrade (2006) como fator importante de medida de reciprocidade nas relações estabelecidas pelos indivíduos e indica se valores morais e éticos, que permitem a boa convivência em sociedade, ainda permeiam os projetos de vida dos adolescentes. No entanto, o modo como esta influência aconteceu é que orientará uma discussão mais aprofundada dos dados, pois a inclusão do outro pode não ser baseada na reciprocidade, mas sim na instrumentalização do outro como meio para alcance dos objetivos.

- Questão Pv.4b. Por quê? [Considera ter sido influenciado ao estabelecer esse projeto de vida]

Tabela 35: Categorias de respostas referentes à questão Pv.4b. Por quê? [Considera ter sido influenciado ao estabelecer esse projeto de vida]

Categorias	Usuário	Não Usuário	Totais
Identificação positiva	0	5 (2, 2, 4, 6, 10)	5
Demanda externa	4 (1, 5, 7, 9)	0	4
Valorização pessoal	1 (5)	0	1
Valorização pessoal com consideração do outro	1 (7)	0	1
Dado perdido	1 (3)	0	1
Total por condição	7	5	12
Total geral		12	

Segue abaixo a descrição das categorias da Tabela 35:

Identificação positiva: quando a justificativa do participante para ter sido influenciado ao estabelecer seu projeto de vida baseou-se na convivência com outras pessoas, que se tornaram exemplos legitimados a serem seguidos. Exemplo: *Eles conversam comigo isso aí, conversando a gente entende que é o certo “se você não trabalhar não vai ter dinheiro” (10).*

Demanda externa: quando a justificativa do participante para ter sido influenciado ao estabelecer seu projeto de vida baseou-se no fato de que a demanda do projeto de vida apresentado como mais importante era de alguém que não o participante. Exemplos: *Comecei a pegar coisa em casa e quando a minha mãe descobriu ficou chorando e falei para ela que queria buscar ajuda/ eu quero é parar de usar (1); Porque não gostam de me ver nessa situação que eu ando (5).*

Valorização Pessoal: quando a justificativa do participante para ter sido influenciado ao estabelecer seu projeto de vida baseou-se em argumentos que levaram em conta o reconhecimento de si e/ou do outro com valor positivo, a partir do que cada um é individualmente, implicando ser capaz de agir e merecer alcançar coisas boas. Exemplo: *Pela pessoa que eu sou (5).[Considerando-se uma pessoa de valor].*

Valorização Pessoal com consideração do outro: quando a justificativa do participante para ter sido influenciado ao estabelecer seu projeto de vida baseou-se em argumentos que levaram em conta o reconhecimento de si e/ou do outro com valor positivo e com direitos adquiridos por merecimento e por reciprocidade, assim, o valor é pensado na ou em relação com os outros. Exemplo: *Porque não, acho que isso vem de mim, todo pai, por mais que tem pai que não tem consciência, às vezes faz, engravida a mulher e vai embora, deixa a mulher ganhar neném, não está nem aí para a criança (7).*

Todas as respostas dos participantes indicaram a percepção de influência. No entanto, o padrão de justificativas entre usuários e não usuários diferiu. Assim como aconteceu na questão anterior, a categoria **Identificação positiva** foi composta por cinco respostas de não usuários, o que indica que consideram o outro significativo como modelo a ser seguido. Segundo Freund e Baltes (2002) a observação de modelos bem sucedidos é uma estratégia de otimização satisfatória, por possibilitar ganho de recursos sem a necessidade de vivenciar concretamente a experiência. Mais ainda, pode-se considerar que a identificação parte da aceitação de um modelo como referência legitimada, a partir de uma relação de reciprocidade e respeito mútuo. Relações permeadas por reciprocidade e respeito mútuo favorecem a cooperação, que é aspecto fundamental para o desenvolvimento da autonomia (Piaget, 1932/1994).

A categoria **Demanda externa** constitui-se por quatro respostas de usuários, evidenciando a predominância de motivação externa como força mobilizadora do comportamento deles. Segundo Guardia e Patrick (2008) a motivação externa evidencia menor autonomia. Neste sentido, as respostas dos usuários poderiam evidenciar tendência heterônoma dos mesmos. A categoria **Valorização pessoal** (uma resposta) e **Valorização pessoal com consideração do outro** (uma resposta), por outro lado, foram constituídas por respostas de usuários, mas, evidenciam uma maior consideração de si de maneira positiva, e no segundo caso (**Valorização pessoal com consideração do outro**) ainda inclui a consideração do outro de maneira positiva e demonstra reciprocidade. Neste sentido, estas respostas evidenciariam uma possível tendência mais autônoma. O que fundamenta este argumento pode ser referenciado em La Taille (2006) que discute a importância da expansão de si e do autorrespeito para que o encontro com o outro mediado pela reciprocidade e pelo respeito mútuo aconteça.

- Questão Pv.4c. (Caso afirmativo) O que (ou quem) influenciou esse seu projeto?

Tabela 36: Categorias de resposta referentes à questão Pv.4c. (Caso afirmativo) O que (ou quem) influenciou esse seu projeto?

Categorias	Usuário	Não Usuário	Totais
Família	5 (1, 5, 5, 7, 9)	6 (2, 4, 6, 8, 10)	11
Pai	1 (5)	4 (4, 6, 8, 10)	5
Mãe	2 (1, 5)	1 (10)	3
Filho	1 (7)	0	1
Tio/Padrinho	0	1 (2)	1
Família no geral	1 (9)	0	1
Colega	2 (1, 5)	0	2
Participante	1 (1)	0	1
Bíblia	1 (3)	0	1
Professor	1 (1)	0	1
Total por condição	10	6	16
Total geral	16		

A descrição das categorias da Tabela 36 são apresentadas a seguir:

Família: quando o participante afirmou que foi influenciado a estabelecer seu projeto de vida por familiares, pelo pai, pela mãe, pelo filho, pelo tio/padrinho ou pela família no geral. Exemplos: *Minha mãe (5)*; *Desde que meu pai tem uma loja eu trabalho com ele (6)*.

Colega: quando o participante afirmou que foi influenciado a estabelecer seu projeto de vida por colegas. Exemplo: *Meus colegas (5)*.

Participante: quando o participante afirmou que foi influenciado a estabelecer seu projeto de vida por ele mesmo. Exemplo: *Eu mesmo (1)*.

Bíblia: quando o participante afirmou que foi influenciado a estabelecer seu projeto de vida pela bíblia. Exemplo: *A bíblia me influenciou bastante (3)*.

Professor: quando o participante afirmou que foi influenciado a estabelecer seu projeto de vida por professores. Exemplo: *Meus professores (5)*.

De maneira geral, a categoria com maior incidência de respostas indica que os projetos foram influenciados pela **Família**, o que confirma os achados de Pratta e Santos (2007), que mostraram a importância da família como referência central na vida dos adolescentes. É interessante assinalar que o pai foi mais apresentado pelos não usuários como tendo influenciado o projeto de vida deles. La Taille e Harkot-de-La-Taille (2006) também evidenciaram a influência significativa dos pais na vida dos jovens, em especial, ao tratarem da formação de valores e do sentimento de confiança.

Outros tipos de influência (**Colega** (duas respostas), **Participante** (uma resposta), **Bíblia** (uma resposta) e **Professor** (uma resposta) apareceram apenas em respostas de usuários, o que sugere maior diversificação de modelos para estes participantes. Cabe questionamento a respeito de se estas famílias não estão sendo percebidas pelos participantes como modelos a serem seguidos ou como fonte de apoio e referência. Segundo Pratta e Santos (2007) isso tem fundamento, pois em sua pesquisa os usuários mostraram que o diálogo na família, ou seja, a comunicação é um dos aspectos que mais consideram que precisa melhorar em sua relação. As categorias que emergiram além da família foram **Colega**, ressaltando a importância dos pares nesta fase da vida (Ferreira & Garcia, 2008) e o próprio **Participante** também se colocou como fonte de incentivo, ressaltando o fator autocentrado. O fato da **Bíblia** ter sido mencionada como fonte de inspiração para o projeto reflete os valores almejados pelo participante, pois a busca de modelos identificatórios bíblicos pode ser uma boa referência e é considerada por Baltes e Freund (2002) estratégia eficiente. Flecka, Borgesb, Bolognesia e Rocha (2003) ponderam o valor da espiritualidade como fator protetivo para, por exemplo, abuso de drogas. A emergência da categoria **Professor** encontra ressonância na literatura, na qual o professor aparece como importante ator na promoção de relações interpessoais que cumpram de fato o papel de estimular e promover o desenvolvimento da autonomia dos alunos/indivíduos (Almeida, 2002; Damon, 2009; Salvador, Mestres, Goñi & Gallart, 1999/2007).

- Questão Pv.4d. (Caso afirmativo) Como esse projeto foi influenciado?

Tabela 37: Categorias de respostas referentes à questão Pv.4d. (Caso afirmativo) Como esse projeto foi influenciado?

Categorias	Usuário	Não Usuário	Totais
Demanda externa	6 (1, 1, 3, 5, 5, 9)	2 (2, 10)	8
Identificação positiva	3 (1, 3, 7)	3 (4, 6, 8)	6
Total por condição	9	5	14
Total geral	14		

As categorias da Tabela 37 foram descritas da maneira como segue:

Demanda externa: quando o participante afirmou que o seu projeto de vida foi influenciado por haver demanda de alguém que não ele próprio. Exemplo: *Esses dois aí ficavam me falando, “para com isso” (1).*

Identificação positiva: quando o participante afirmou que o seu projeto de vida foi influenciado pela convivência com outras pessoas, que se tornaram exemplos legitimados a serem seguidos. Exemplos: *Ficava olhando as pessoas, ficava pensando só em coisa boa (1); - Observava ele fazer com meu irmão e ia aprendendo/Ele cuida da gente em primeiro lugar/ desde pequeno ele já pega no pé da gente (4).*

Para explicar a maneira como o projeto foi influenciado, seis das oito respostas dos usuários se enquadraram na categoria **Demanda externa**, evidenciando mais uma vez como estes participantes são motivados externamente. A energia propulsora de seu comportamento para a mudança vem principalmente de fontes externas. Conforme ressaltado por Guardia e Patrick (2008), a motivação extrínseca não favorece muito o desenvolvimento da autonomia. A outra categoria que emergiu foi **Identificação positiva**, a partir de seis respostas, metade de usuários e metade de não usuários, o que sugerem uso de estratégia de otimização, caracterizada pela observação de modelos considerados como bem sucedidos. Essa estratégia, de acordo com Baltes (1997), é bastante eficiente.

- Questão Pv.5a. Para colocar esse projeto em prática, você precisa da ajuda de alguém?

No presente trabalho, das dez respostas dos participantes, nove afirmaram precisar de ajuda para colocar seu projeto de vida em prática. Apenas um participante não usuário afirmou não precisar de ajuda. Estes resultados indicam que os participantes contam com o apoio de outros e reconhecem a necessidade destes outros para resolverem seus problemas e satisfazerem suas necessidades. De acordo com Guardia e Patrick (2008), quando as relações se dão de maneira suportiva, os indivíduos acreditam que têm em quem se apoiar. Caso algo não dê certo nas suas investidas, ter alguém a quem recorrer cria um clima de segurança que permite ir além dos limites pessoais, o que promove um clima de desenvolvimento e mudança que favorece a autonomia e, enfim, a satisfação de necessidades psicológicas básicas.

Buscar apoio de outras pessoas significativas, mediante reconhecimento de inabilidade de resolver o problema sozinho, é considerado por Freund e Baltes (2002) estratégia eficiente de compensação. Ter uma rede de apoio social que sustenta as escolhas é aspecto fundamental para o alcance de objetivos propostos (Baltes, 1997; Freund & Baltes, 2002; Piaget, 1932/1994).

- Questão Pv.5b. De quem? [Precisa da ajuda]

Tabela 38: Categorias de respostas referentes à questão Pv.5b. De quem? [Precisa da ajuda]

Categorias	Usuário	Não Usuário	Totais
Família	3 (3, 7, 9)	4 (6, 8, 8, 10)	7
Terceiros	2 (1, 7)	1 (2)	3
Livro	1 (1)	0	1
Instituição	1 (7)	0	1
Participante	1 (1)	0	1
Dado nulo	-	- (4)	-
Total por condição	8	5	13
Total geral	13		

A descrição das categorias da Tabela 38 segue abaixo:

Família: quando os participantes afirmaram que precisariam da ajuda de familiares para colocar seu projeto em prática. Exemplos: *Familiar mesmo é a principal (6); Da família (9).*

Terceiros: quando os participantes afirmaram que precisariam da ajuda de outras pessoas, de Deus ou de irmãos da igreja para colocar seu projeto em prática. Exemplo: *Das pessoas normais mesmo (1)*.

Livro: quando os participantes afirmaram que precisariam da ajuda de um livro para colocar seu projeto em prática. Exemplo: *De um livro (1)*.

Instituição: quando os participantes afirmaram que precisariam da ajuda de uma instituição para colocar seu projeto em prática. Exemplo: *Da casa de recuperação (7)*.

Participante: quando os participantes afirmaram que precisariam da ajuda deles mesmos para colocar seu projeto em prática. Exemplo: *Eu tenho que tirar essa raiva de dentro de mim (5)*.

Dado nulo: quando o participante havia afirmado, na questão Pv.5a, não precisar de ajuda para colocar seu projeto em prática.

Ao serem questionados sobre as fontes de ajuda de que (ou de quem) precisam, a **Família** (com sete respostas) aparece em primeiro lugar, reafirmando seu lugar de centralidade na vida dos jovens, valor este já mencionado por La Taille e Harkor-de-La-Taille (2006). Cabe ressaltar que pesquisa realizada por Costa e Dell’Aglío (2011) também apresenta a família como um dos principais apoios para que jovens parassem de usar drogas. A grande maioria dos participantes que não apresentaram a família foi composta por usuários, que mencionaram a necessidade de ajuda de **Terceiros** (registrada em duas respostas de usuários e uma de não usuário), de um **Livro** (uma resposta de usuário), de uma **Instituição** (uma resposta de usuário) e dele mesmo (**Participante**, uma resposta de usuário). Aqui cabe recolocar questionamento anterior em relação ao lugar que estes usuários dão à família em suas vidas e a importância que ela tem na construção dos projetos de vidas e do desenvolvimento saudável, tal como foi destacado por Pratta e Santos (2007).

A menção a um livro ou a uma instituição se remete ao que Siqueira, Betts e Dell’Aglío (2006) chamam de ajuda instrumental, como ajuda e assistência em tarefas, tratamento, dinheiro, e não a pessoas e/ou relacionamentos interpessoais. Schat e Kelloway (2003) mencionam que este tipo de apoio está associado a níveis menores de fatores associados à violência no trabalho e com a melhoria da saúde, atitudes no trabalho e comportamento.

- Questão Pv.5c. Que tipo de ajuda precisa?

A descrição das categorias da Tabela 39 foi feita conforme segue:

Apoio emocional: quando os participantes afirmaram que precisariam de apoio emocional, disponibilidade de que os outros significativos pudessem conversar e dividir problemas, estabelecendo uma relação de confiança, para que pudessem colocar seu projeto em prática.

Exemplo: *Ajuda de conselho, de aconselhamento toda hora (1).*

Apoio instrumental: quando os participantes afirmaram que precisariam de ajuda instrumental, como ajuda e assistência em tarefas, tais como tratamento, dinheiro, para colocar seu projeto em prática. *Financeira (6); - Agora que eu estou vendo se faço um tratamento aqui no CAPS (7).*

Proteção divina: quando o participante afirmou que precisaria de proteção divina para colocar seu projeto em prática. Exemplo: *Proteção [de Deus] (2).*

Não sei: quando o participante afirmou que não sabia se precisaria de ajuda para colocar seu projeto em prática. Exemplo: *- Até agora eu não consegui saber qual ajuda é essa (5).*

Dado nulo: quando o participante afirmou que não precisaria de ajuda para colocar seu projeto em prática, na questão Pv.5a.

Tabela 39: Categorias de respostas referentes à questão Pv.5c. Que tipo de ajuda precisa?

Categorias	Usuário	Não Usuário	Totais
Apoio Emocional	4 (1, 3, 7, 9)	2 (6, 8)	6
Apoio Instrumental	1 (7)	3 (6, 8, 10)	4
Proteção divina	0	1 (2)	1
Não sei	1 (5)	0	1
Dado nulo	-	- (4)	-
Total por condição	6	6	12
Total geral		12	

Esta questão investiga os tipos de apoio necessários para o alcance dos objetivos e as respostas dos participantes sugerem intenção de compensar os insucessos buscando apoio em pessoas significativas, visto que sozinhos não estão conseguindo encontrar formas eficazes de atingir a meta. Tal estratégia é considerada eficiente por Freund e Baltes (2002).

Em relação aos tipos de apoio, Siqueira, Betts e Dell’Aglío (2006) afirmam que na adolescência os apoios emocionais, instrumentais e informacionais são os mais relevantes. Conceituam o apoio emocional como aquele que disponibiliza conversa e divisão de problemas, imersos em uma relação de confiança, enquanto o apoio instrumental se relaciona à ajuda e assistência em tarefas (oferecer transporte, dinheiro e auxílio nas tarefas escolares). Por fim, apresentam o apoio por meio de informações, ligado à disponibilidade de orientação e informação a respeito de recursos da comunidade. Os resultados encontrados no presente trabalho confirmam estas considerações, já que o **Apoio emocional** (com seis respostas) e o **Apoio instrumental** (com quatro respostas) foram os mais mencionados pelos participantes. No entanto, houve diferença quanto ao tipo de apoio mencionado por usuários e não usuários, sendo que os usuários mencionaram mais (quatro respostas) o **Apoio emocional**, ou seja, aquele que disponibiliza conversa e divisão de problemas, com os envolvidos imersos em uma relação de confiança. O **Apoio instrumental** (quatro respostas), que se relaciona à ajuda e assistência em tarefas (oferecer transporte, dinheiro e auxílio nas tarefas escolares), foi mais mencionado pelos não usuários (três respostas). Pratta e Santos (2007) entendem o fato dos usuários reclamarem da falta de diálogo na família como problema inerente à sua dinâmica, o que influencia os projetos que estabelecem, lembrando aqui que os principais planos para o futuro que os adolescentes apresentaram envolvem questões referentes à família. Dagnoni e Garcia (2014) constataram diminuição da rede de amigos de usuários em tratamento por conta do uso de substâncias psicoativas, restringindo sua rede de apoio à família. Então, apesar de Vale e Alencar (2009) afirmarem que comportamentos de ajuda ao outro fazem parte da relação de amizade e podem se tornar uma condição dessa relação diante da necessidade de auxílio que o outro apresente, se houver restrição da rede pode haver carência de apoio e se, conforme Pratta e Santos (2007), a qualidade do apoio dado pela família é permeada por comunicação ineficiente, a necessidade de apoio emocional se torna uma constante. Talvez este seja um dos motivos pelos quais os usuários solicitaram mais apoio emocional, pois a qualidade do diálogo ao qual estão expostos pode não ser de qualidade e a rede de amigos

pode estar restrita. Já os não usuários não percebem este problema e precisam de ajuda instrumental, ou seja, aspectos que de fato não dependem deles ou de relacionamentos interpessoais.

Outras categorias emergiram, sendo uma delas a **Proteção divina**, com uma resposta de não usuário, em que se parte do princípio de que não é necessária ajuda direta para o alcance do projeto em si, mas de proteção para dar sequência ao que já vem sendo feito. Isso se assemelha ao argumento que justifica a resposta do único participante que disse não precisar de ajuda por considerar que a meta é consequência das atitudes que já tem tomado e a conquista dos objetivos é apenas uma questão de tempo, para que as fases necessárias sejam cumpridas por ele. Tal resposta mostra sua crença em sua vontade, aspecto considerado por Santos (2002) como fundamental para o alcance dos objetivos na vida. Costa e Dell’Aglio (2011) também consideram o fato de que “ o apoio da igreja constituiu-se historicamente, seguindo-se à escola como parte da estrutura da comunidade na rede de apoio.” (p.243).

Ainda houve a emergência da categoria **Não sei**, com uma resposta proveniente de um usuário, que mencionou não saber que tipo de ajuda precisa, o que neste trabalho vem sendo considerado, assim como o fazem Paredes e Pecora (2004), negação do processo reflexivo para chegar a uma resposta.

- Questão Pv.6a. Você acredita que irá conseguir esta ajuda?

Seis respostas dos participantes foram incluídas na categoria **Sim**, sendo quatro de não usuários, provavelmente, por perceberem maior reciprocidade na relação e respeito mútuo, de forma que é possível dizer que onde há troca, o que se dá pode ser retribuído, mas se não percebe a relação de maneira recíproca, não há expectativa de ganho ou retorno. A reciprocidade e o respeito mútuo são fatores favorecedores da autonomia (Piaget 1932/1994), uma necessidade psicológica básica, que tem a motivação intrínseca como um de seus fundamentos e é a base para uma relação de confiança. Sobre este tema, Guardia e Patrick (2008) afirmam que a confiança e a segurança emocional se referem ao grau de desejo da pessoa para se dirigir ao outro em busca de apoio emocional e serve como precursor da

abertura para expressão das emoções, aumenta a satisfação no relacionamento e o desejo de contar com os parceiros. Assim, apresenta benefícios ao bem-estar.

Houve três respostas **Não sei**, todas emitidas por usuários, o que remete às possibilidades de que eles possam de fato não saber o que se passa, ou tenham dificuldade de encarar os fatos ou, ainda, de que não queiram se implicar com o processo.

- Questão Pv.6b. Por quê? [Acredita que irá conseguir esta ajuda]

Tabela 40: Categorias de respostas referentes à questão Pv.6b. Por quê? [Acredita que irá conseguir esta ajuda]

Categories	Usuário	Não Usuário	Totais
Evidências comportamentais	2 (7, 9)	4 (6, 8, 8, 10)	6
Vontade	1 (7)	1 (10)	2
Valorização pessoal	1 (9)	1 (2)	2
Crença em Deus	1 (7)	1 (2)	2
Descrença na manutenção do apoio	2 (1, 3)	0	2
Perdas	1 (5)	0	1
Dado nulo	-	- (4)	-
Total por condição	8	7	15
Total geral		15	

As categorias constantes da Tabela 40 foram descritas conforme segue:

Evidências comportamentais: quando justificaram que acreditam que conseguirão a ajuda da qual precisam baseando-se na existência evidências percebidas de que ações afirmativas já foram colocadas em prática a favor do alcance dos objetivos, havendo uma intenção de dar continuidade à ação já iniciada. Exemplos: *Porque eu também não tenho nada de reclamar da minha família, que graças a Deus eles nunca deram as costas para mim (7); Como eu já tenho já. Se não fosse ele eu não estaria trabalhando (10).*

Vontade: quando justificaram que acreditam que conseguirão a ajuda da qual precisam baseando-se em argumentos relacionados ao querer espontâneo do indivíduo como aspecto fundamental para que os objetivos fossem alcançados. Exemplos: *As pessoas falaram comigo*

que para a pessoa ser ajudada ela precisa querer se ajudar, ela tem que querer mudar, eu quero mudar, eu quero mudar minha vida, eu não quero ficar nessa situação não, que eu preciso também (7); Eu compro as coisas que eu quero para mim (...). Peço, mas posso pedir menos/ Quero me sentir independente (10).

Valorização pessoal: quando justificaram que acreditam que conseguirão a ajuda da qual precisam baseando-se em argumentos que levaram em conta o reconhecimento de si e/ou do outro com valor positivo, a partir do que cada um é individualmente, implicando ser capaz de agir e merecer alcançar coisas boas. Exemplo: *Porque eu mereço, faço por merecer (2).*

Crença em Deus: quando justificaram que acreditam que conseguirão a ajuda da qual precisam por acreditarem em Deus e em sua bondade. Exemplo: *Deus ajuda /Mas, só Deus sabe, o futuro a Deus pertence. Não sei o dia de amanhã (2).*

Descrença na manutenção do apoio: quando justificaram que acreditam que conseguirão a ajuda da qual precisam baseando-se em descrença de que o apoio que já havia sido ofertado seria mantido por quem apoiou, visto que precisavam do mesmo, recorrentemente, em função do vício. Exemplos: *(não sei) Tem algumas pessoas que me ajudam, até uma mulher “duas caras” que nem converso (1); (não) Já tive todas as oportunidades (3).*

Perdas: quando justificaram que acreditam que conseguirão a ajuda da qual precisam baseando-se em argumentos considerados em relação a perdas (no geral) vivenciadas pelo participante em decorrência do uso nocivo de drogas e/ou às emoções decorrentes destas perdas. Exemplo: *(não) Para essa raiva sair tenho que ter tudo de volta, para eu ter tudo de volta, preciso tirar essa raiva e como vou tirar essa raiva?/Ela me descontrola todinho (5).*

Dado Nulo: quando o participante afirmou que não precisa de ajuda para colocar seu projeto em prática, na questão Pv.5a.

A categoria com maior incidência de respostas (seis) foi **Evidências comportamentais**, deste total quatro respostas foram de não usuários. Retomando a questão posta por Oliveira et.al. (2003), os não usuários estão em um estágio de ação para a mudança e por se reconhecerem neste processo e talvez, como diria La Taille (2006), se reconhecerem como cidadãos de direito, acreditam na reciprocidade da relação, a partir do que esperam retorno. As categorias **Descrença na manutenção do apoio** (duas respostas) e **Perdas** (uma resposta) foram

contempladas apenas com respostas de usuários. O que sugere que não acreditam que o apoio será dado ou mantido, provavelmente pela qualidade da relação entre eles ser permeada pelo respeito unilateral e que estejam focando em necessidades pessoais não atendidas ou alcançadas, carência esta geradora de emoções negativas, que favorecem a desconsideração do outro no processo a fim de recompensar-se. Outras categorias que emergiram, constituídas de uma resposta de usuário e outra de não usuário foram **Vontade**, **Valorização pessoal** e **Crença em Deus**, cujos conteúdos já foram objeto de discussão anterior.

Considerações gerais sobre os projetos de vida

Os resultados sobre a investigação dos projetos de vida sugerem uma configuração particular. As únicas duas menções que consideraram o próprio projeto como sendo estruturado e pensado como gerador de consequências que extrapolam o “eu” referem-se aos não usuários (*O salário não é bom, mas dá para ajudar a família (2)*, *Porque para ter um bom emprego tem que ter um bom estudo, com um emprego pode ter uma condição financeira melhor e cuidar da família (4)*). Este é um dos indícios que configuram os projetos mencionados, de acordo com Damon (2009), como “nobres”, porque buscam simultaneamente a felicidade individual e a coletiva, baseando-se em princípios da ética. Por outro lado, os projetos dos usuários de drogas apresentam-se bastante egocentrados e focados em suas próprias necessidades, demonstrando dificuldades na elaboração das estratégias concretas e realistas (o que significa procurar uma direção positiva, mantê-la e empenhar-se na busca de aperfeiçoamento pessoal e investimento de energia para alcançá-la), ao que se acrescenta a adoção de estratégias de tipo “desconhecimento”.

Outro aspecto que se mostra relevante diante dos objetivos de pesquisa é a presença marcante de busca de apoio que os usuários revelaram, o que pode sugerir a necessidade emergente dos mesmos quanto ao que é considerado (Baltes, 1997; Freund & Baltes, 2002) um dos elementos fundamentais na conquista dos projetos vitais. Dagnoni e Gracia (2014) evidenciaram que a rede de suporte social de usuários de drogas é bastante reduzida, limitando-se na maioria das vezes, à família. Por um lado, esta restrição pode mostrar-se positiva, pois, os jovens se afastam dos riscos inerentes a atividades conjuntas realizadas com os pares quanto ao envolvimento com as drogas, como o abuso e o tráfico, por outro lado,

restringem-se as alternativas de suporte e apoio. De acordo com alguns autores (Gestsdottir & Lerner, 2008; Guardia & Patrick, 2008), quando a rede de apoio social dos usuários fica deficitária, por exemplo em virtude da quebra na relação de confiança estabelecida com as pessoas significativas a eles, pode haver o favorecimento de escolhas contrárias ao desenvolvimento saudável. Costa e Dell’Aglío (2011) mencionam que o sentimento de pertença à comunidade, confiança nos vizinhos e organizações comunitárias é um importante fator de proteção ao uso de drogas, e apresentam dados que indicam que quanto maior a percepção do apoio comunitário, menor o índice de uso de drogas pelos jovens.

4.1.3 Dependência química

- Questão Dpq.1. Por que você (ou seu irmão) está aqui?

Tabela 41: Categorias de respostas referentes à questão Dpq.1. Por que você (ou seu irmão) está aqui?

Categorias	Usuário	Não Usuário	Totais
Tratamento	4 (1, 5, 7, 9)	3 (6, 8, 10)	7
Conduta Inadequada	1 (3)	3 (2, 4, 10)	4
Total por condição	5	6	11
Totais gerais	11		

Segue a descrição das categorias da Tabela 41:

Tratamento: quando o participante afirmou que ele ou o usuário estavam no CAPS ad em busca de tratamento. Exemplos: *Quero me tratar, parar de usar droga (1); Ele piorou e foi indo, indo, a gente foi conversando muito com ele, esclarecendo a mente e ele aceitou tratar, só que ele não queria algo preso [como por exemplo, uma clínica de recuperação] (6).*

Conduta Inadequada: quando o participante afirmou que ele ou o usuário estavam no CAPS ad por causa de problemas de comportamento/conduta inadequada. Exemplos: *Está sempre perdido/ Ele é viciado em drogas/É fã número 1 do crack (2); Porque não agi certo, só fiz coisa errada/ Por falta de conselho não foi (3).*

No que diz respeito à consciência da problemática da dependência química, todos os participantes demonstraram alguma clareza quanto aos problemas existentes, mesmo sem se referir à droga, já que mencionaram respostas nas quais os usuários estavam no Caps ad por causa do **Tratamento** (sete respostas) ou por **Conduta inadequada** (quatro respostas). A categoria **Conduta inadequada** foi mencionada especialmente (três respostas) por não usuários, valendo registrar que apenas um usuário mencionou que estava lá por este motivo. Não falar dos problemas relacionados à conduta pode indicar dificuldade dos usuários em enfrentar a realidade decorrente do abuso das drogas e, por conseguinte, dificultar a busca de ajuda. Como os não usuários foram os que mais mencionaram os problemas de conduta, talvez estejam mais conscientes deles. Os dados apresentados podem ser discutidos tomando como referência o modelo de estágios motivacionais, proposto por Prochaska e DiClemente (1992; apud Oliveira, Laranjeira, Araujo, Camilo & Schneider, 2003), que apresenta os diferentes estágios de disposição para a mudança, sendo que quanto maior a aceitação do problema, maior seria o envolvimento na busca de alternativas para resolvê-lo. Assim, negar o problema pode ser considerado fator complicador no processo de melhora.

- Questão Dpq.2. O que significa “dependência química” para você?

Segue a descrição das categorias da Tabela 42:

Sobrevivência: quando o participante afirmou que “dependência química” significava ser viciado, depender da droga para sobreviver. Exemplos: *A pessoa depender da droga para sobreviver (1); Viver daquilo depois que vicia (4).*

Impacto social: quando o participante afirmou que “dependência química” significava impacto social do uso de drogas, quer seja nas relações interpessoais ou no curso de vida do participante usuário. Exemplos: *Noite de sono perdida, é mãe chorando em um canto, é pai desolado, é complicado (8); Destruição. Derrota (9).*

Característica pessoal: quando o participante afirmou que “dependência química” dizia respeito ao reconhecimento de si e/ou do outro, independentemente, como pessoa dotada de características próprias, que os definem e os diferenciam dos demais e lhes confere uma

perspectiva particular de mundo e, portanto, capacidade de ser, dizer e/ou definir o que é certo e errado, individualmente. Exemplo: *Mente fraca desses caras (10)*.

Coisa do diabo: quando o participante afirmou que “dependência química” era coisa do diabo. Exemplo: *Coisa do diabo (3)*.

Tabela 42: Categorias de respostas referentes à questão Dpq.2. O que significa “dependência química” para você?

Categorias	Usuário	Não Usuário	Totais
Sobrevivência	3 (1, 5, 7)	3 (2, 4, 6)	6
Impacto social	1 (9)	1 (8)	2
Característica pessoal	0	1 (8)	1
Coisa do diabo	1 (3)	0	1
Total por condição	5	5	10
Totais gerais	10		

Esta questão aborda a percepção dos participantes sobre o que seria a dependência química, considerando-se que, a maneira como a dependência é percebida é tema relevante, pois, influencia a intervenção que será feita diante deste problema (Bordin, Fligie & Laranjeira, 2004).

A categoria com maior índice de respostas foi **Sobrevivência** (seis respostas), metade referindo-se a respostas de usuários e a outra metade aos não usuários. Isto indica que os participantes consideram o aspecto compulsivo da dependência, pois, afirmam depender da droga para droga para sobreviver, o que mantém o ciclo do usu/abuso. A categoria **Impacto social** (duas respostas) leva em consideração os outros significativos para os participantes, pois relaciona o problema àqueles que o circundam. Outras categorias que emergiram foram **Característica pessoal** (uma resposta de não usuário), que relaciona o problema da dependência à esfera individual, o que não seria adequado em função da condição multideterminada do problema. Houve menção ao fato da dependência ser **Coisa do diabo**, com uma resposta de usuário, o que, além de ser atribuição do problema a fatores externos, considera aspectos espirituais, já mencionados no estudo de Dagnoni et al (2007), como aspecto muito marcante no âmbito da dependência química. Santos e Veloso (2008) investigaram representações sociais da dependência química e a referência a algo demoníaco também aparece em seus resultados.

Em função da condição multideterminada do problema da dependência (Bordin, Figlie & Laranjeira, 2004; Karkow, Caminha & Benetti, 2005; Moraes & Figlie, 2004; Pratta & Santos, 2007), os dados sugerem uma visão equivocada dos participantes da pesquisa quanto à questão, o que ressalta a importância de intervenção para esclarecimento e informação. Tal intervenção diz respeito tanto aos usuários quanto aos seus familiares, no intuito de auxiliar o manejo da questão, a melhoria da relação entre os envolvidos, assim como para prevenção, visto que os não usuários, em especial nesta pesquisa, são irmãos dos usuários. Assim, a necessidade de melhor compreensão do fenômeno é premente, uma vez que, apesar dos avanços teóricos e científicos ocorridos, ainda permanecem vivas atitudes preconceituosas e baseadas em princípios historicamente já desmitificados (Bordin, Figlie & Laranjeira, 2004).

- Questão Dpq.3. O que diferencia um dependente químico de um não dependente químico?

As categorias da Tabela 43 foram descritas conforme segue:

Manejo de bens materiais: quando o participante afirmou que o que diferenciava um dependente químico de um não dependente era a maneira como manjava/lidava com seus bens materiais, incluindo dinheiro e gasto desordenado com o uso e venda de bens domésticos e outras coisas que ganhava e/ou conquistava. Exemplos: *Dependente é aquele que está na ativa, para vender mesmo/A pessoa que não é dependente, acabou o dinheiro, acabou a droga (1); O dependente não tem nada, pois, vende tudo que tem (2).*

Saúde mental: quando o participante afirmou que o que diferenciava um dependente químico de um não dependente relacionava-se aos aspectos referentes à saúde mental do dependente. Exemplos: *Dependente químico fica doido na rua, conversando com fantasma, vendo coisa, gritando (1); Quando a pessoa é viciada, ela está em si é uma pessoa normal, quando ela começa usar, ela estoura, não é aquela pessoa, muda totalmente (6).*

Reputação: quando o participante afirmou que o que diferenciava um dependente químico de um não dependente era sua reputação, o valor atribuído ao participante por outros significativos para ele. Exemplo: *A visão da sociedade, o dependente químico não tem valor nenhum na sociedade, a pessoa que não é tem (9).*

Perdas (microssistêmicas): quando o participante afirmou que o que diferenciava um dependente químico de um não dependente eram as perdas vivenciadas pelo dependente nos microssistemas dos quais participava, como a família e o trabalho em decorrência do uso nocivo de drogas e/ou às emoções decorrentes destas perdas. Exemplo: *Não constrói uma família, você não arruma uma esposa (7).*

Resposta geral ou inespecífica: quando a afirmativa do participante sobre o que diferenciava um dependente químico de um não dependente foi considerada argumento circular, tendo ficado ampla, englobando o comportamento de maneira muito geral. Exemplo: *Forma de agir (5).*

Dificuldade de controlar o uso da droga: quando o participante afirmou que o que diferenciava um dependente químico de um não dependente era a dificuldade do dependente controlar o uso da droga. Exemplo: *Uma pessoa é viciada e a outra não/ o principal é isso, o uso (6).*

Não cumprimento das regras: quando o participante afirmou que o que diferenciava um dependente químico de um não dependente era o fato de que o dependente não cumpre regras estabelecidas. Exemplo: *Ele não cumpria as regras/Não pode confiar (10).*

Característica pessoal: quando o participante afirmou que o que diferenciava um dependente químico de um não dependente dizia respeito ao reconhecimento de si e/ou do outro, independentemente, como pessoa dotada de características próprias, que os definem e os diferenciam dos demais e lhes confere uma perspectiva particular de mundo e, portanto, capacidade de ser, dizer e/ou definir o que é certo e errado, individualmente. Exemplo: *Mente fraca/Na hora que está com isso aí, não querem saber do dia de amanhã, só do hoje (10).*

Associação com roubo: quando o participante afirmou que o que diferenciava um dependente químico de um não dependente era o fato de que o dependente químico rouba. Exemplo: *Rouba (10).*

Tabela 43: Categorias de respostas referentes à questão Dpq.3. O que diferencia um dependente químico de um não dependente químico?

Categorias	Usuário	Não Usuário	Totais
Manejo de bens materiais	3 (1, 3, 7)	3 (2, 4, 10)	6
Saúde mental	2	3	5

	(1, 7)	(2, 6, 8)	
Reputação	2	0	2
	(7, 9)		
Perdas (microsistêmicas)	1	0	1
	(7)		
Resposta geral ou inespecífica	1	0	1
	(5)		
Dificuldade de controlar o uso da droga	0	1	1
		(6)	
Não cumprimento das regras	0	1	1
		(10)	
Característica pessoal	0	1	1
		(10)	
Associação com roubo	0	1	1
		(10)	
Total por condição	9	10	19
Totais gerais	19		

A categoria **Manejo de bens materiais** apresentou alto índice de respostas (seis), sendo três respostas de usuários e outras três de não usuários, indicando a questão de como se lida com bens materiais ser aspecto de referência para a concepção de dependência. Isso diz respeito à forma com que proventos e bens são gastos pelos usuários, gastar e vender bens a fim de conseguir a droga são estratégias ineficientes para alcance de objetivo com valor negativo, no caso, o uso/abuso que caracteriza a dependência química. Além do mais, são estratégias que não consideram o outro no processo, a não ser como meio para alcançar o fim de obter a droga. Assim, o não dependente faz uso mais pró-social ou positivo destes bens, canaliza os recursos para alcance dos projetos de vida, mantém, portanto, intenção mais estável de manejo dos mesmos. A estabilidade dos valores e das estratégias ao longo do tempo é considerada aspecto fundamental para alcance dos projetos de vida e para o desenvolvimento moral (Damon, 2009; La Taille, 2006).

As categorias como **Reputação** (duas respostas), **Perdas (microsistêmicas)** (uma resposta) e **Resposta geral ou inespecífica** (uma resposta) foram constituídas apenas com respostas de usuários. Estas categorias em conjunto revelam o foco dos usuários na consideração que fazem de si, como aquele que é avaliado negativamente pelos outros, que sofreu perdas e que tem um comportamento diferenciado de maneira geral/inespecífica. A maneira como se avalia pode sugerir aquilo que busca ou como se posicionará diante da vida. De acordo com La Taille (2006), a consideração de si tem relação direta com o autorrespeito, uma dimensão da auto-estima que alimenta a expansão de si em direção à 'vida boa' e ainda favorece o desenvolvimento do sentimento de obrigatoriedade, fundamental para que o juízo de valor

tenha força suficiente para se tornar ação. No entanto, La Taille (2006) ressalta o aspecto necessário deste autojuízo negativo mobilizar a vergonha, sentimento este que pode gerar o querer agir moral para evitar decair aos olhos dos outros significativos, porém, quando o juízo negativo provém de outrem, o mesmo só se tornará vergonha se for assumido como tal pelo envergonhado, que se discordar desse juízo, desprezá-lo, a vergonha não ocorrerá.

As categorias constituídas por mais respostas de não usuários, quer sejam elas **Saúde mental** (das cinco respostas, foram três de não usuários), **Dificuldade de controlar o uso da droga** (uma resposta de não usuário), **Não cumprimento das regras** (uma resposta de não usuário), **Característica pessoal** (uma resposta de não usuário) ou **Associação com roubo** (uma resposta de não usuário) estão mais associadas ao comportamento dos usuários diante do uso, a percepção que têm deles como usuários, o que sugere mais clareza dos porquês da má reputação.

- Questão Dpq.4a. Você se considera (ou considera seu irmão) um “dependente químico”?

Oito respostas dos participantes, sendo cinco de não usuários, indicam que **Sim**, o usuário foi considerado um dependente químico, destacando-se o fato de que todos os não usuários responderam dessa forma. As respostas (duas) componentes da categoria **Depende** da circunstância em questão para que o usuário fosse considerado dependente químico foram provenientes de usuários. Tal questão avalia diretamente a consciência da condição de dependência. Os irmãos não usuários demonstraram perceber a dependência dos seus irmãos usuários mais claramente do que eles mesmos. Mais uma vez, cabe a ressaltar a importância que a definição do problema tem na delimitação das alternativas de solução. No caso da dependência química, definir o estado motivacional do usuário para a mudança é fundamental para a escolha da estratégia de intervenção, visto que os procedimentos a serem adotados com aqueles que nem sequer se consideram dependentes difere substancialmente daqueles adequados aos que já se assumiram como tal e estão canalizando suas forças para agir rumo à melhoria da sua qualidade de vida (Oliveira *et al.*, 2003). La Taille (2006) menciona a expansão de si próprio como a principal motivação de um indivíduo. Como na questão anterior aspectos ligados à má reputação foram mencionados, cabe questionar se estes indivíduos usuários, pensando que a sociedade os vê de maneira negativa, teriam esta

motivação para expandir-se, para mudar de vida. Questionamento semelhante foi apresentado por Salgado (2010) diante de resultados de adolescentes em medidas socioeducativas de internação, que demonstraram percepção dissociada entre a maneira como se viam e como eram vistos pela sociedade, pois se viam como indivíduos honrados, mas se percebiam vistos pela sociedade com má reputação.

- Questão Dpq.4b. Por quê? [Se considera (ou considera seu irmão) um “dependente químico”]

Tabela 44: Categorias de respostas referentes à questão Dpq.4b. Por quê? [Se considera (ou considera seu irmão) um “dependente químico”]

Categorias	Usuário	Não Usuário	Totais
Associação com roubo	2 (1, 3)	2 (2, 4)	4
Saúde mental	1 (1)	3 (6, 8, 10)	4
Dificuldade de controlar o uso da droga	1 (9)	2 (2, 10)	3
Recaída	0	2 (6, 10)	2
Manejo de bens materiais	0	2 (4, 8)	2
Tempo de uso	1 (1)	1 (6)	2
Prejuízo à saúde	1 (5)	1 (8)	2
Impacto social	1 (7)	1 (6)	2
Reconhecimento de si	2 (1, 7)	0	2
Total por condição	9	14	23
Totais gerais		23	

A descrição das categorias da Tabela 44 foi feita da seguinte forma:

Associação com roubo: quando usuários e não usuários consideraram que o usuário é ou não um dependente químico porque o dependente químico rouba. Exemplos: *Pega coisa da gente/ Tudo que pega quer vender (2); Se eu fosse viciado, viciado mesmo, não estaria aqui, estaria roubando (3).*

Saúde mental: quando usuários e não usuários consideraram que o usuário é ou não um dependente químico por causa de aspectos referentes à saúde mental do dependente. Exemplos: *Não ouço voz (1); Porque ele dá só umas crises (10).*

Dificuldade de controlar o uso da droga: quando usuários e não usuários consideraram que o usuário é ou não dependente químico por ter dificuldade de controlar o uso da droga. Exemplos: *Ele estava consumindo, chegou no outro dia lá na nossa casa lá/Quando dá vontade, quando você virou aqui, já sumiu já, é complicado (8); Se eu não fosse eu não usaria droga (9).*

Recaída: quando não usuários consideraram que o usuário é ou não dependente químico porque já teve recaída, não conseguiu sustentar o fato de ter parado de usar droga. Exemplo: *Por ter parado e voltado, então ele é dependente (6).*

Manejo de bens materiais: quando não usuários consideraram que o usuário é dependente químico por causa da maneira como manejava/lidava com seus bens materiais, incluindo dinheiro e outras coisas que tinha, ganhava e/ou conquistava. Exemplo: *Ele trabalhava, mas, nunca vi com dinheiro na mão (4).*

Tempo de uso: quando usuários e não usuários consideraram que o usuário é dependente químico por causa do tempo de uso da droga. Exemplos: *Não tem três anos ainda que uso droga (1); Pelo tempo dele usar esse negócio (6).*

Prejuízo à saúde: quando usuários e não usuários consideraram que o usuário é dependente químico, pois, reconhece os prejuízos do uso em seu estado de saúde. Exemplos: *No meu sangue tem toxinas de entorpecentes que me levaram ao vício (5); O trem está acabando com ele, magro, ele não era magro desse jeito (8).*

Impacto social: quando usuários e não usuários consideraram que o usuário é dependente químico por causa do impacto social do uso de drogas, quer seja nas relações interpessoais ou no curso de vida do participante usuário. Exemplo: *Se eu usar isso aí, não vou estar destruindo só a minha vida, vou estar destruindo a minha família também (7).*

Não reconhecimento de si: quando usuários consideraram que eles são ou não dependente químicos, baseando-se no fato de diante do uso de drogas, não serem capazes de se reconhecerem tal como se veem sem o efeito da droga. Exemplos: *[se reconhece às vezes] Eu*

consigo pensar em coisa melhor/ Fico pensando em parar (1); [não se reconhecia mais] Porque eu cheguei a uma situação, até certo ponto, que eu não estava me reconhecendo (7).

Dentre as justificativas com maior incidência de respostas encontra-se a **Associação com roubo** (quatro respostas), com metade das respostas referentes a usuários e a outra metade a não usuários. Cabe ressaltar que esta categoria de justificativas alude à grande incidência da associação do uso de drogas com o crime (Heim & Andrade, 2008).

Das quatro respostas da categoria **Saúde mental**, três foram de não usuários. Souza, Kantorski e Mielke (2006) apontam como fator relevante o estigma de ‘louco’ que acompanha o usuário de substâncias psicoativas na sociedade, o que, inclusive, direcionou muito das intervenções na área para a formação de profissionais baseada em um modelo médico e hospitalocêntrico.

Também apareceram respostas classificáveis na categoria **Dificuldade de controlar o uso da droga** (três respostas). A falta de autocontrole, representada pela incapacidade de resistir à tentação, que emerge em função da não internalização do juízo moral, é considerada, por Kohlberg (1992) um dos fatores propulsores da delinquência. Neste sentido, pode-se supor que o autocontrole seja um dos requisitos de uma postura autônoma, na medida em que implica atividade altamente reflexiva e individualizada. A recaída é, assim, uma das principais preocupações daqueles que trabalham com dependentes químicos, como se nota, por exemplo, em Souza, Kantorski e Mielke (2006), que afirmam que estes processos de recaída interferem negativamente nos vínculos familiares, levando-os à descrença na mudança.

Outras duas categorias foram construídas apenas com respostas de não usuários: **Recaída** (duas respostas de não usuários) e **Manejo de bens materiais** (duas respostas de não usuários). Mais uma vez categorias que sugerem respostas focadas no comportamento inadequado dos usuários de drogas, o que talvez justifique o que Salgado (2010) considerou, em consonância com a literatura da área, desrespeito social e desconsideração pública, que favorecem a má reputação dos usuários e pode prejudicar a expansão de si destes usuários. Se poderia pensar algo do tipo: como procurar mudança se há grande pressão contra, exercendo força contrária aos valores do indivíduo, em relação à consideração que faz de si? Este argumento ganha força ao se analisar a categoria **Não reconhecimento de si** (duas respostas

de usuários), que foi construída apenas com respostas de usuários e refere-se ao fato da dependência dificultar que o próprio indivíduo se reconheça no processo de abuso, se tornam incapazes de se reconhecerem tal como se veem sem o efeito da droga. No momento do tratamento tentam se reencontrar, acreditando que é possível, ou seja, fazem avaliação negativa de si, inicialmente, mas acreditam na mudança. Cabe pensar, conforme sugerido por La Taille (2006), se a força do valor que promove a mudança será suficiente para tanto.

As outras categorias foram constituídas por uma resposta de usuário e outra de não usuário. São elas: **Tempo de uso**, **Prejuízo à saúde** e **Impacto social**. Todas se referem a representações da dependência na sociedade. O tempo de uso é uma variável importante, mas Silva e Serra (2004) chamam a atenção para a importância da relação estabelecida entre o indivíduo e a droga, assim como da estrutura de crenças daí decorrentes, para que a dependência seja de fato concebida. Já Souza, Kantorski e Mielke (2006) ressaltam as repercussões negativas do uso de substâncias psicoativas na saúde do usuário, tanto física quanto psíquica, e também no âmbito social, familiar e comunitário deste indivíduo. Biaggio (1988) afirma que o tempo não pode ser considerado uma variável psicológica, mas apenas, um período no qual processos podem vir ou não a acontecer.

- Questão Dpq.4.c. (Se a resposta da questão 3.4a for afirmativa) Por que você (ou seu irmão) se tornou um dependente químico?

As categorias da Tabela 45 foram descritas conforme segue:

Influência de amigos: quando o participante afirmou que o usuário se tornou dependente químico por causa da influência de amigos. Exemplos: *Companheirismo/Influência de amigos (3)*; *Por causa das amizades dele (4)*.

Característica pessoal: quando o participante afirmou que o usuário se tornou dependente químico baseando-se em argumentos considerados em relação ao reconhecimento de si e/ou do outro, independentemente, como pessoa dotada de características próprias, que os definem e os diferenciam dos demais e lhes confere uma perspectiva particular de mundo e, portanto, capacidade de ser, dizer e/ou definir o que é certo e errado, individualmente. Exemplos: *Se*

não fosse a minha cabeça, não teria ido (3); Acabou esse negócio fazendo a mente dele e hoje em dia não segura mais a onda não (10).

Dificuldade de controlar o uso da droga: quando o participante afirmou que o usuário se tornou dependente químico por causa da sua dificuldade de controlar o uso da droga. Exemplo: *A partir do momento que eu experimentei a droga (9).*

Criação: quando o participante afirmou que o usuário se tornou dependente químico por causa da maneira como foi criado. Exemplo: *Isso já pode ter vindo de algum tempo atrás. Meu pai ser mais firme com ele, talvez por ser mais firme, o primeiro filho, o pai tenta passar como o avô passou, (...) tem que se virar, tornou o meu irmão mais independente. (6).*

Perdas: (microsistêmicas) quando o participante afirmou que o usuário se tornou dependente químico por causa de perdas vivenciadas por ele nos microsistemas dos quais participava, como a família e o trabalho em decorrência do uso nocivo de drogas e/ou às emoções decorrentes destas perdas. Exemplo: *Perda de um parente (3).*

Associação com roubo: quando o participante afirmou que o usuário se tornou dependente químico quando começou a roubar. Exemplo: *Porque comecei a pegar os trem e vender (1).*

Afastamento da igreja: quando o participante afirmou que o usuário se tornou dependente químico porque se afastou da igreja. Exemplo: *E quando chegou determinado tempo, fui lá e me afastei da igreja, fiquei três dias sem ir à igreja. Dentro desses três dias a minha vida virou de cabeça para baixo (7).*

Vontade: quando o participante afirmou que o usuário se tornou dependente químico baseando-se em argumentos relacionados ao querer espontâneo do indivíduo como aspecto fundamental. Exemplo: *Querer (3).*

Tabela 45: Categorias de respostas referentes à questão Dpq.4c. (Se a resposta da questão Dpq.4a for afirmativa) Por que você (ou seu irmão) se tornou um dependente químico?

Categories	Usuário	Não Usuário	Totais
Influência de amigos	2 (3, 7)	4 (4, 6, 8, 10)	6
Característica pessoal	1 (3)	4 (2, 6, 8, 10)	5
Dificuldade de controlar o uso da droga	2 (5, 9)	1 (10)	3
Criação	0	1 (6)	1

Perda de ente querido	1 (3)	0	1
Associação com roubo	1 (1)	0	1
Afastamento da igreja	1 (7)	0	1
Vontade	1 (3)	0	1
Total por condição	9	10	19
Totais gerais	19		

A categoria **Influência de amigos** teve a maior incidência de respostas (seis), sendo a maioria delas (quatro) provenientes de não usuários. A influência de amigos na constituição da dependência química é bastante consolidada na literatura (Papalia, 2000; Santos & Veloso, 2008). Ademais, Souza, Kantorski e Mielke (2006) ponderam que a rede de amigos pode funcionar como fonte promissora para comportamentos nocivos ao indivíduo. No entanto, a presença de vínculos entre os indivíduos pertencentes à rede, pode dificultar a percepção dos riscos, o que justificaria a maior incidência dos não usuários mencionando respostas referentes a esta categoria. Estaria em jogo processo similar ao que ocorre no caso da categoria **Característica pessoal** (cinco respostas, sendo quatro de não usuários), que reflete outra modalidade de percepção social, a de que a dependência é responsabilidade apenas do indivíduo, desconsiderando outros múltiplos fatores associados, conforme se tem argumentado no presente trabalho. Estas duas categorias também emergiram no estudo realizado por Santos e Veloso (2008).

A terceira categoria foi **Dificuldade de controlar o uso da droga** e reuniu duas respostas de usuários e uma de não usuário, o que retoma a ênfase dada pelos participantes à falta de autocontrole, de controle dos impulsos. Uma consideração importante aqui, que encontra subsídio na literatura, diz respeito à consideração de Steinberg (2011) referindo-se à existência de dois sistemas de controle neurológico, que caracterizam-se por curvas de desenvolvimento distintas, o que cria uma lacuna entre elas e coloca os adolescentes em situação de vulnerabilidade. Como o sistema de controle sócio-emocional, ligado à busca de recompensas imediatas, se desenvolve antes que o cognitivo, ligado ao controle de impulsos, amadureça por completo, a busca por recompensas imediatas direciona o comportamento antes de haver funcionamento efetivo da capacidade de inibição cognitiva, que auxilia na

avaliação dos riscos da ação. Pensando na perspectiva da droga como recompensa imediata, fica fácil compreender a dificuldade do controle do uso.

A categoria **Criação** (uma resposta de não usuário) faz menção às relações familiares como fonte de risco para a dependência química. Pratta e Santos (2007) evidenciaram as queixas dos usuários adolescentes quanto à dinâmica ineficiente de comunicação neste contexto e Souza, Kantorski e Mielke (2006) sugerem vínculos familiares rompidos na dependência química, gerando relações permeadas por ambiguidade e estresse.

A **Perda de ente querido** (uma resposta de usuário) pode remeter ao sofrimento e, para Souza, Kantorski e Mielke (2006), as drogas podem inserir-se na vida dos indivíduos para a evasão do sofrimento. A **Associação com roubo** (uma resposta de usuário) evidencia mais uma vez a relação que se estabelece entre a dependência e o crime, o que também foi sugerido por Salgado (2010). Já o **Afastamento da igreja** (uma resposta de usuário) retoma a importância da espiritualidade como fator protetivo (Flecka, Borgesb, Bolognesia & Rocha, 2003) e a **Vontade** (uma resposta de usuário), já discutido como tendo importante papel na canalização de forças para alcance de objetivos e evocação de comportamentos (Damon, 2009; Oliveira et. al, 2003; Santos, 2002).

- Questão Dpq.4d. (Se a resposta da questão Dpq.4a for negativa) Você sabe o que faz de alguém um dependente químico, no geral?

Tabela 46: Categorias de respostas referentes à questão Dpq.4d. Você sabe o que faz de alguém um dependente químico, no geral?

Categorias	Usuário	Não Usuário	Totais
Influência de amigos	2 (1, 7)	3 (2, 6, 10)	5
Característica pessoal	1 (3)	2 (2, 10)	3
Padrão de consumo da droga	2 (1, 1)	1 (10)	3
Desconhecimento	2 (7, 9)	0	2
Criação	0	1 (8)	1
Tráfico	1	0	1

	(3)		
Dificuldade de controlar o uso da droga	0	1	1
Vontade	1	0	1
	(7)		
Dado perdido	1	1	2
	(5)	(4)	
Total por condição	10	9	19
Totais gerais	19		

As categorias da Tabela 46 foram descritas da maneira que se segue:

Influência de amigos: quando os participantes afirmaram que o que faz de alguém um depende químico é a influência de amigos. Exemplo: *Ter amizade que mexe com isso (2)*; Exemplo: *Eu acho que a amizade errada influencia muito (7)*.

Padrão de consumo da droga: quando os participantes afirmaram que o que faz de alguém um depende químico é a maneira como fazem o uso da droga. Exemplo: *Misturar droga com álcool (1)*; Exemplo: *Todo fim de semana vai fazendo a mesma coisa e na hora que vai ver já está viciado e não tem volta (10)*.

Característica pessoal: quando os participantes afirmaram que o que faz de alguém um depende químico é o reconhecimento de si e/ou do outro, independentemente, como pessoa dotada de características próprias, que os definem e os diferenciam dos demais e lhes confere uma perspectiva particular de mundo e, portanto, capacidade de ser, dizer e/ou definir o que é certo e errado, individualmente. Exemplo: *Depende da pessoa (2)*.

Desconhecimento: quando os participantes afirmaram que o que faz de alguém um depende químico é a falta de informação sobre os riscos inerentes ao uso de drogas. Exemplo: *Foi porque eu não conhecia a verdade, eu não sabia que era desse jeito, porque jamais se eu soubesse, eu ia querer me envolver com essas coisas (7)*.

Criação: quando os participantes afirmaram que o que faz de alguém um depende químico é a maneira como foi criado. Exemplo: *A família quando não está caminhando bem, sabe, e a criação também (8)*.

Tráfico: quando os participantes afirmaram que o que faz de alguém um depende químico é o seu envolvimento com o tráfico. Exemplo: *Pegar (droga) para vender (2)*.

Dificuldade de controlar o uso da droga: quando os participantes afirmaram que o que faz de alguém um dependente químico é sua dificuldade de controlar o uso da droga. Exemplo: *Começar a usar (2)*.

Vontade: quando a resposta dos participantes sobre o que faz de alguém um dependente químico baseou-se em argumentos relacionados ao querer espontâneo do indivíduo como aspecto fundamental. Exemplo: *Mas se a pessoa, se ela não quiser usar, ela não usa não/ Acho que se eu fiz essas coisas que eu fiz, foi porque eu quis (7)*.

A categoria com maior incidência de respostas foi **Influência de amigos**, com cinco respostas, das quais duas foram provenientes de usuários e três de não usuários. A categoria seguinte foi **Característica pessoal** e das três respostas que a constituíram, uma foi de usuário e as outras duas de não usuários. **Padrão de consumo da droga** constituiu-se de duas respostas de usuário e uma de não usuário. A categoria **Desconhecimento** foi contemplada com duas respostas de usuários. **Tráfico** e **Vontade** também mereceram apenas uma resposta cada, de usuários. Já as categorias **Criação** e **Dificuldade de controlar o uso da droga** foram contempladas com uma resposta de não usuário cada.

Como pode ser visto, algumas categorias que emergiram foram as mesmas da resposta anterior, com padrões de resposta semelhantes de usuários e não usuários. Uma exceção foi a categoria **Padrão de consumo da droga** (três respostas, sendo duas de usuários), que não havia aparecido na questão anterior e se refere à maneira como se faz o uso da droga, como, por exemplo, misturar droga com álcool ou usar todo fim de semana até viciar. Este aspecto pode associar-se à compreensão do uso de drogas como causado por características do indivíduo, negando a sua multideterminação, já que o comportamento do usuário diante da droga é que faz dele um dependente químico. Apareceram também as categorias **Desconhecimento** (duas respostas de usuários) e **Tráfico** (uma resposta de usuários) que foram contempladas com respostas apenas de usuários, sendo que a última não havia emergido anteriormente. Refletem a necessidade que os usuários têm de obter apoio informacional (Siqueira, Betts, Dell’Aglia, 2006) como recurso auxiliar para se manterem longe das drogas.

- Questão Dpq.5a. O que você (seu irmão) precisa para parar de usar (a droga que disse que usa)?

Tabela 47: Categorias de respostas referentes à questão Dpq.5a. O que você (seu irmão) precisa para parar de usar (a droga que disse que usa)?

Categorias	Usuário	Não Usuário	Totais
Vontade	2 (3, 7)	3 (4, 6, 10)	5
Apoio emocional	3 (1, 3, 9)	1 (10)	4
Apoio instrumental	1 (3)	2 (2, 8)	3
Não sei	1 (5)	0	1
Total por condição	7	6	13
Totais gerais		13	13

A descrição das categorias da Tabela 47 foi feita como segue:

Vontade: quando os participantes afirmaram que para parar de usar droga o usuário precisava querer espontaneamente como aspecto fundamental para que os objetivos fossem alcançados. Exemplos: *Querer parar (4)*; *Acho que a primeira coisa que eu preciso é da força de vontade (7)*.

Apoio emocional: quando os participantes afirmaram que para parar de usar droga o usuário precisava de apoio emocional, disponibilidade dos outros significativos para conversar e dividir problemas, estabelecendo uma relação de confiança. Exemplos: *Apoio, amizade e conversa (1)*; *Ele precisa do apoio familiar (10)*.

Apoio Instrumental: quando os participantes afirmaram que para parar de usar droga o usuário precisava de apoio instrumental, como ajuda e assistência em tarefas, tais como tratamento, um lugar para se afastar das drogas (prisão). Exemplo: *Um tratamento melhor (3)*.

Não sei: quando o participante afirmou que não sabia do que precisava para parar de usar droga. Exemplo: *Achar não acho mais nada (5)*.

A categoria com maior incidência de respostas foi **Vontade**, e das cinco respostas que a constituíram, duas foram de usuários e três de não usuários, o que reforça a concepção de que

os participantes consideram a dependência química como um problema com causas individuais, portanto, estratégia focada no querer/vontade do indivíduo resolveria o problema.

Dois tipos de apoio foram mencionados como recursos que colaboram com o indivíduo a parar com o abuso de drogas, dentre eles o **Apoio emocional** (quatro respostas), com maior incidência de respostas (três) de usuários, reafirmando a importância com que os usuários vêem relacionamentos interpessoais de qualidade e como sentem falta deles em seu cotidiano. Dizer que precisam de apoio emocional pode indicar que não o estão tendo, aspecto este já discutido anteriormente por Pratta e Santos (2007), que afirmaram que usuários reclamam da qualidade da relação familiar e solicitam melhora dela. Guardia e Patrick (2008) ressaltam a importância de relações interpessoais de qualidade para a satisfação de necessidades psicológicas básicas como autonomia, competência e pertença social, e complementam afirmando que a satisfação destas necessidades é responsável por uma vida de qualidade. O fato de **Apoio instrumental** (três respostas) ser mencionado por dois não usuários e apenas um usuário pode refletir a visão de quem está à margem do problema e olha a partir daquilo que concebe como problema. As respostas às questões anteriores sugerem que os participantes conceituam o problema das drogas como algo inerente ao indivíduo e, portanto, talvez pensem-no como escolha e não reconheçam o sofrimento subjacente ao usuário, restando-lhes, assim, o apoio instrumental, apoio esse que, segundo Siqueira, Betts, Dell’Aglío (2006), refere-se à assistência em tarefas, tais como tratamento, dinheiro e não a pessoas e/ou relacionamentos interpessoais. Costa e Dell’Aglío (2011) encontraram resultados semelhantes aos apresentados na presente tese quanto aos tipos de apoio mencionados pelos participantes da pesquisa, pois, mediante levantamento na literatura, apontam os apoios emocional, instrumental e informacional como aqueles mais relevantes para adolescentes e jovens.

Um usuário emitiu resposta que foi enquadrada na categoria **Não sei**, o que permite retomar o argumento de que esta categoria de resposta reflete pouca motivação para envolver-se com o tema em questionamento.

- Questão Dpq.5b. Por quê? [Você (seu irmão) precisa disto para parar de usar (a droga que disse que usa)]

Tabela 48: Categorias derespostas referentes à questão Dpq.5b. Por quê? [Você (seu irmão) precisa disto para parar de usar (a droga que disse que usa)]

Categorias	Usuário	Não Usuário	Totais
Vontade	1 (7)	3 (4, 6, 8)	4
Eficácia do tratamento	1 (3)	1 (8)	2
Perdas (materiais)	0	2 (6, 10)	2
Monitoramento externo	1 (1)	0	1
Evita risco de uso da droga	0	1 (2)	1
Sozinho é mais difícil	1 (9)	0	1
Não sei	1 (5)	0	1
Total por condição	5	7	12
Totais gerais		12	12

A descrição das categorias da Tabela 48 aparece a seguir:

Vontade: quando o participante justificou a escolha da estratégia necessária para parar de usar droga, baseando-se em argumentos que consideram o querer espontâneo do indivíduo como aspecto fundamental para que os objetivos fossem alcançados. Exemplos: *Isso vai da pessoa mesmo, se ele quiser ele tem força para deixar (4); Porque sem força de vontade você não tem ânimo, você não vai querer, e se você não quiser como é que você vai parar/O problema está em mim, quem tem que resolver sou eu (7).*

Eficácia do tratamento: quando o participante justificou a escolha da estratégia necessária para parar de usar droga, pois, acreditava na eficácia diferenciada de um tratamento. Exemplo: *Pessoas formadas naquilo, eu acho que vão ser bem melhor do que ele e nós que somos família (8).*

Perdas (materiais): quando o participante justificou a escolha da estratégia necessária para parar de usar droga, porque percebeu as perdas materiais vivenciadas pelo dependente em decorrência do uso nocivo de drogas e/ou às emoções decorrentes destas perdas. Exemplo: A

família vem cortando muita coisa dele, é onde ele vai se tocando aos poucos, até se tocar totalmente (6).

Monitoramento externo: quando o participante justificou a escolha da estratégia necessária para parar de usar droga, pois o usuário necessitava de uma autoridade (microssistêmica), em relação face a face, para monitorar o cumprimento das regras e assim, conseguir parar de usar a droga. Exemplo: *Vai ficar toda hora ali me lembrando ali. Poxa, conversei, (...) aí ficar lembrando para que usar/ fico com algumas coisas na mente (1).*

Evita risco de uso da droga: quando o participante justificou a escolha da estratégia necessária para parar de usar droga, pois, ela evitaria que o usuário se expusesse ao risco de usar a droga. Exemplo: *Não sairia mais (do lugar para ficar preso) e iria para uma igreja, ficar no caminho certo, se libertar (2).*

Sozinho é mais difícil: quando o participante justificou a escolha da estratégia necessária para parar de usar droga, pois tentar parar sozinho seria mais difícil. Exemplo: *Quando uma pessoa quer que você pare é bem melhor/Sem apoio seria mais difícil do que tentar parar só (9).*

Não sei: quando o participante justificou que não sabia o motivo da escolha da estratégia necessária para parar de usar droga. Exemplo: *Se eu soubesse, eu já tinha feito (5).*

A categoria com maior incidência de respostas (quatro) foi **Vontade**, sendo três das respostas provenientes de não usuários, retomando o argumento anterior de que pensar a **Vontade** como estratégia é focar no indivíduo como uma causa do problema, neste caso os não usuários estariam reforçando esta concepção. A categoria **Eficácia do tratamento** teve duas respostas sendo uma de usuário e outra de não usuário e demonstra a importância dada pelos participantes na qualidade do tratamento e da necessidade que seja especializado. Já a categoria **Perdas (materiais)** foi constituída por duas respostas de não usuários, o que explicita a contemplação do problema, ao perceberem os efeitos negativos do abuso de substâncias dos usuários. A categoria **Evita risco de uso da droga** evidencia que o não usuário que emitiu a única resposta a ela referente, acredita que a estratégia necessária envolva afastar o usuário de situações de risco, o que é sugerido por Silva e Serra (2004) como uma estratégia eficiente. Algumas categorias foram constituídas apenas com uma resposta de usuário cada: **Monitoramento externo**, **Sozinho é mais difícil** e **Não sei**. A

primeira evidencia a necessidade de apoio emocional, pois, o usuário afirma que precisa de alguém por perto para lembrá-lo dos motivos para não usar e sugere dificuldade de auto-regulação. A segunda também evidencia a necessidade de apoio e a terceira sugere a dificuldade de envolver-se com o tema em busca de estratégias. Em todos os casos, os usuários demonstram dificuldade de reposnabilizar-se e de auto-regulação, a favor de estratégias compensatórias, por meio de comportamentos que visam aliviar ou anular os pensamentos automáticos e as emoções negativas, e que são bastante características dos dependentes químicos (Silva & Serra, 2004).

- Questão Dpq.6a. Você acredita que seja possível você (ou seu irmão) parar de usar (a droga que disse que usa)?

Seis participantes indicaram que **Sim**, os participantes acreditavam que seria possível o usuário parar de usar a droga que disse que usava. No entanto, cinco destas respostas foram provenientes dos próprios usuários. Interessante notar que uma segunda categoria foi construída pela coincidência do uso do verbo “achar” nas respostas (quatro) de não usuários, que afirmaram achar que era possível, o que sugere certa dúvida, motivo pelo qual a categoria **Acho que sim** foi proposta.

- Questão Dpq.6b. Por quê? [Acredita que seja possível você (ou seu irmão) parar de usar (a droga que disse que usa)]

Tabela 49: Categorias referentes à questão Dpq.6b. Por quê? [Acredita que seja possível você (ou seu irmão) parar de usar (a droga que disse que usa)]

Categorias	Usuário	Não Usuário	Totais
Vontade	3 (1, 3, 9)	5 (2, 4, 6, 8, 10)	8
Outros já conseguiram	2 (5, 7)	1 (10)	3
Demanda externa	0	1 (10)	1
Tempo de uso	0	1 (8)	1
Crença em Deus	0	1 (8)	1

Total por condição	5	9	14
Totais gerais	14		

Segue a descrição das categorias da Tabela 49:

Vontade: quando os participantes justificaram que o usuário poderia parar de usar a droga, pois isso dependia de ações relacionadas ao querer espontâneo como aspecto fundamental para que os objetivos fossem alcançados. Exemplos: *Força de vontade, eu não nasci usando isso/ Não preciso da droga para sobreviver (9); Basta ele querer/Isso aí não é vício que a pessoa não consegue parar de usar é já a mente mesmo, “já uso mesmo, vou usar de novo” (10).*

Outros já conseguiram: quando os participantes justificaram que, o usuário poderia parar de usar a droga, baseando-se nas experiências de outros que já conseguiram. Exemplos: *Já houve casos. Existem recaídas também (5); Porque se tem pessoas que já conseguiram, meu irmão também vai conseguir (10).*

Demanda externa: quando os participantes justificaram que o usuário poderia parar de usar a droga, pois isto representava demanda de alguém significativo que não o participante. Exemplo: *Nós estamos torcendo muito para que isso aconteça. A gente não quer ver ele nessa vida (8).*

Crença em Deus: quando os participantes justificaram que o usuário poderia parar de usar a droga por acreditarem em Deus e em sua bondade. Exemplo: *Agora, Deus é muito bom, tem isso também (6).*

Tempo de uso: quando os participantes justificaram que o usuário poderia parar de usar a droga, por causa do tempo que usava a droga. Exemplo: *Tem pouco tempo (de envolvimento com a droga) (8).*

Dentre oito respostas dos participantes, cinco foram de não usuários, indicando que acreditavam que seria possível parar de usar a droga por causa da **Vontade**. Esta justificativa dada se baseou na interdependência da vontade do usuário com a motivação intrínseca (Larson, 2000). Estas respostas ressaltam a importância de melhorar os conhecimentos da população a respeito da problemática da dependência química, já que os participantes, de uma forma ou de outra, fazem referência constante a um aspecto que a literatura da área (Bordin,

Figlie & Laranjeira, 2004; Santos & Velôso, 2008) revela, a saber: vontade de parar de usar a droga não é o único fator responsável pela conquista da meta de não ser dependente químico. Justificaram ainda tal possibilidade, pois **Outros já conseguiram** (três respostas, sendo duas de usuários), por **Demanda externa** (uma resposta de não usuário), **Tempo de uso** (uma resposta de não usuário) e **Crença em Deus** (uma resposta de não usuário). Estas últimas categorias mencionam fatores externos como influenciadores do processo de mudança, respectivamente, observação de modelos positivos, que obtiveram sucesso, que pode ser considerada, de acordo com as colocações de Freund e Baltes (2002), uma alternativa eficiente; responder à demanda de outros, que de acordo com La Taille (2006) pode indicar que o querer ainda não tornou-se dever, portanto, seria uma justificativa menos eficiente a longo prazo; tempo de uso, que pode ser considerada uma justificativa baseada em argumentos do acaso, que pouco envolve implicação pessoal e portanto, coloca o indivíduo a mercê de circunstâncias, sugerindo pouca autonomia e por fim, acreditar em forças divinas também aloca a responsabilidade além do controle do indivíduo, o que pode sugerir descrença nas forças individuais do usuário para mobilizar mudança.

- Questão Dpq.7a. Você tem vontade de parar de usar (a droga que disse que usa)? Ou: você acredita que seu irmão tenha vontade de parar de usar (a droga que disse que o irmão usa)?

Oito respostas dos participantes indicaram que os usuários têm **Sim** vontade de parar de usar a droga e das respostas constituintes, cinco foram de usuários e três de não usuários. Duas respostas de não usuários afirmaram que a vontade **Depende** da circunstância em questão. Estes dados sugerem que alguns não usuários questionem a vontade do usuário parar de usar a droga, analisando as demais respostas deles e as justificativas dadas, é possível considerar que o comportamento do usuário esteja sendo levado em consideração como foco para tal questionamento.

- Questão Dpq.7b. Por quê? [Usuário tem vontade de para de usar a droga que disse que usa]

Tabela 50: Categorias de respostas referentes à questão Dpq.7b. Por quê? [Usuário tem vontade de para de usar a droga que disse que usa]

Categories	Usuário	Não Usuário	Totais
Perdas (microssistêmicas)	3 (1, 3, 9)	1 (4)	4
Evidências comportamentais	0	4 (2, 6, 8, 10)	4
Prejuízo à saúde	2 (5, 9)	0	2
Falta persistência	0	2 (4, 6)	2
Impacto social	1 (9)	1 (2)	2
Projeto de vida	2 (7, 9)	0	2
Total por condição	8	8	16
Totais gerais		16	

A descrição das categorias da Tabela 50 foi feita da seguinte maneira:

Perdas: (microssistêmicas) quando os participantes afirmaram que o usuário tinha vontade de parar de usar a droga, pois reconhecia as perdas vivenciadas nos microssistemas dos quais participava, como a família e o trabalho em decorrência do uso nocivo de drogas e/ou às emoções decorrentes destas perdas. Exemplos: *Para recuperar tudo de novo (família e coisas que perdi) (3); O que acontece com ele hoje é ele mesmo que procurou no passado. Ele vê como está a vida dele (quando quer parar) (4).*

Evidências comportamentais: quando os participantes afirmaram que o usuário tinha vontade de parar de usar a droga, sendo tal vontade baseada na existência de evidências percebidas de que ações afirmativas já foram colocadas em prática a favor do alcance dos objetivos, havendo uma intenção de dar continuidade à ação já iniciada. Exemplo: *Porque ele começa demonstrando vindo aqui, não esquece de vir aqui, procurou, se informou/ Acho que ele está querendo, ele está disposto a mudar, a largar o vício (8).*

Prejuízo à saúde: quando os participantes afirmaram que o usuário tinha vontade de parar de usar a droga, pois reconhecia os prejuízos do uso em seu estado de saúde. Exemplo: *Pela minha saúde (9).*

Falta persistência: quando os participantes afirmaram que dependia se o usuário tinha ou não vontade de parar de usar a droga, tinha algumas iniciativas, mas não persistia com elas no decorrer do tempo e desistia. Exemplo: *Ele se engana, às vezes, não quer aceitar que ele quer e tem que parar (6).*

Impacto social: quando os participantes afirmaram que o usuário tinha vontade de parar de usar a droga por causa do impacto social do uso de drogas, quer seja nas relações interpessoais ou no curso de vida do participante usuário. Exemplos: *Ele vê que pai e mãe sofrem com isso (2); Pelas outras pessoas também (9).*

Projeto de vida: quando os participantes afirmaram que o usuário tinha vontade de parar de usar a droga, pois isto representava um projeto de vida do participante. Exemplo: *Porque eu acho que tenho um objetivo na minha vida (...) e a pessoa nas drogas ela não consegue construir nada, só faz acabar com o que tem (7).*

A justificativa que teve maior incidência de respostas enquadrou-se na categoria **Perdas (microssistêmicas)** (quatro respostas) e prevaleceu nas respostas (três) dos usuários. Já a categoria **Evidências comportamentais** foi constituída apenas com justificativas (quatro respostas) de não usuários, assim como a categoria **Falta persistência** (duas respostas). As categorias **Prejuízo à saúde** (duas respostas) e **Projeto de vida** (duas respostas), por outro lado, foram contempladas apenas com respostas de usuários. A categoria **Impacto social** abrange uma resposta de usuário e outra de não usuário.

A análise desta questão indica que usuários e não usuários percebem de maneira diferenciada o que acontece. Os não usuários apresentam percepção mais abstrata e geral da situação (focando em iniciativa e persistência), enquanto os usuários mostraram-se presos a aspectos específicos e concretos da sua experiência (ex.: perdas e prejuízo à saúde), apesar de indicarem a vontade de mudar como sendo um projeto de vida. Estes resultados sugerem que o estado motivacional dos usuários poderia ser definido como sendo de contemplação, pois se caracteriza pela conscientização de que existe um problema, embora haja ambivalência quanto à perspectiva de mudança (Oliveira, et al., 2003).

Considerações gerais sobre a dependência química

Ao se considerar a consciência da dependência química, os dados indicam que os não usuários de drogas referem-se ao problema dos usuários identificando-o mais claramente como dependência química, enquanto os usuários resistem um pouco a tal concepção, revelando mais ambivalência quanto à perspectiva de mudança e quanto à delimitação da sua situação como sendo, caracteristicamente, a de dependente. As crenças sobre si interferem na maneira como os indivíduos se posicionam e nas estratégias que escolherão para lidar com o problema (Freund & Blates, 2002; Oliveira, et al., 2003; Silva & Serra, 2004). Deste modo, não se definir ou se reconhecer como dependente impõe algumas restrições aos tipos de estratégias que desenvolverão, favorecendo alternativas marcadas por otimismo irrealista, ao invés de incluírem a compensação em seu repertório, como sugerem Baltes (1997) e Freund e Baltes (2002).

Como ponto adicional, os dados indicam haver relação entre o uso de drogas e os comportamentos delinquentes, como roubo e mau uso do dinheiro, o que pode ser considerado um comportamento na contramão dos processos adaptativos que favoreceriam a auto-regulação rumo ao desenvolvimento saudável (Baltes, 1997; Freund & Baltes, 2002; Gestsdottir & Lerner, 2007/2008; Marcovitch & Zelazo, 2009).

Os resultados revelam ainda os amigos como influenciadores do início do uso de drogas e, assim, a influência dos pares na constituição da dependência química (Santos & Velôso, 2008; Papalia, 2000).

Larson (2000) afirma que a capacidade de iniciativa é essencial para a vida adulta em nossa sociedade, uma vez que implica a organização voluntária de atividades estruturadas, da motivação intrínseca e da atenção profunda. Os dados encontrados sugerem que os usuários estão propensos a afirmar a atribuição externa ou proveniente de desconhecimento de causalidade do seu comportamento. Apesar de estarem se tratando, ainda se referem ao “uso de medicamentos milagrosos”, “desconhecimento”, “diabo”, “amigos”, “alguém tem que ficar me lembrando”, como fatores responsáveis pelo seu problema ou pela sua melhora.

De maneira geral, os dados das três fases parecem coerentes entre si, pois ressaltam diferenças entre as concepções de usuários e não usuários de drogas no que diz respeito ao nível de consciência das regras, quer seja nas relações de amizade ou no contexto familiar, assim como diferenças quanto à estruturação de seus projetos de vida e à compreensão da dependência química.

4.2 Resultados e Discussão por Categorias e Blocos Temáticos

Com relação à proposta de estudar a concepção e a consciência das regras em diferentes contextos - família e relações de amizade - foram encontradas algumas diferenças quanto à categorização nos diferentes domínios. As Tabelas 51 e 52 foram construídas para melhor explicitar estas diferenças. Apesar deste trabalho ter cunho qualitativo, foram mantidas as incidências de respostas, para auxiliar a efetivação de um nível elementar de comparação, já que, apesar do número de respostas encontradas ser grande, o número de participantes pesquisados não é. Assim, não objetiva-se uma comparação quantitativa, mas, apenas facilitar a apresentação, visualização e análise dos resultados. Por isso, serão mantidos sempre o n (número de respostas de usuários (nU) e de não usuários (nN) e o número de respostas emergentes em cada um dos contextos, quer sejam familiar (nAmz) ou de amizade (nAmz).

A Tabela 51 apresenta as categorias que emergiram com maior incidência de respostas dos participantes ao se referirem ao contexto de amizade. Na primeira coluna encontram-se as categorias, em seguida aparece a coluna da incidência de ocorrência da referida categoria no contexto familiar, e logo ao lado, a incidência no contexto de amizade, seguindo-se, à direita, uma coluna que apresenta o total de incidência de respostas referente à categoria apresentada. Para ampliar a capacidade de análise, foram incluídas as colunas com a incidência de respostas referente a cada categoria construída por respostas de usuários (U) e não usuários (N) quando referindo-se aos contextos familiar e de amizade. A coluna final mostra a incidência total de respostas relacionadas aos usuários e aos não usuários. Os dados foram editados em negrito quando evidenciam o maior percentual de respostas, tanto na comparação

entre contextos (família e amizade), quanto na comparação entre a condição do participante (usuário e não usuário).

Tabela 51: Categorias em que a incidência de respostas foi maior no contexto de amizade e distribuição das respostas quanto a usuários e não usuários.

Amizade (n=11 categorias)	Amz	Fam	Total	U	N	Total
Evita consequências negativas	30	27	57	32	25	57
Obediência à autoridade macrossistêmica	26	17	43	27	16	43
Acordo entre os envolvidos	23	16	39	15	24	39
Não (quando houve negativa à questão proposta)	17	10	27	20	7	27
Respeito (na interação com os demais participantes)	14	6	20	9	11	20
Participante (quando eles foram atores ativos do processo em questão)	5	4	9	2	7	9
Hábito (reação por hábito, independentemente de regras)	4	3	7	3	4	7
Inferências comportamentais negativas	4	1	5	3	2	5
Não sei (ausência de reflexão sobre o tema)	3	2	5	4	1	5
Presença da droga (forma de agir depende de estar ou não sob efeito de droga)	1	0	1	1	0	1
Dado perdido	11	7	18	9	9	18

As categorias com maior incidência de respostas referentes ao contexto de amizade foram, em ordem decrescente, **Evita consequências negativas** (n= 57, nAmz=30), **Obediência à autoridade macrossistêmica** (n=43, nAmz=26), **Acordo entre os envolvidos** (n=39, nAmz=23), **Não** (n=27, nAmz=17), **Respeito** (n=20, nAmz=14), **Participante** (n=9, nAmz=5), **Hábito** (n=7, nAmz=4), **Inferências comportamentais negativas** (n=5, nAmz=4), **Não sei** (n=5, nAmz=3), **Presença da droga** (n=1, nAmz=1), **Dado perdido** (n=18, nAmz=11). Dentre as categorias que predominaram no contexto de amizade, quatro tiveram mais respostas de não usuários, sendo elas **Respeito**, **Acordo entre os envolvidos**, **Participante** e **Hábito**. A primeira se refere a maior expectativa de respeito na interação, na maioria das vezes, mútuo, sob controle da reciprocidade para se fazerem respeitados e respeitar. A segunda à ênfase autocentrada para tomada de decisões e a terceira à necessidade de acordo para que regras sejam criadas, aceitas, verdadeiras e se tenha vontade de segui-las, tudo isto em interações face-à-face, por acordo mútuo, a fim de organizar a convivência no contexto, onde a retribuição existe na mesma medida, com foco nas expectativas sociais e suas consequências diante do não-cumprimento. A quarta, ao fato dos envolvidos reagirem habitualmente, ou seja, cumprir ou não a regra não alterava o modo como reagiam às

circunstâncias. Estes dados sugerem que na amizade, os não usuários percebem melhor a possibilidade de acordo mútuo e o fato de seguir a regra como algo natural para o contexto de amizade, como algo legitimado por eles e que, portanto, se torna parte integrante da rotina dos mesmos.

Os usuários foram responsáveis por fazer a frequência de negativas (categoria **Não**) ser maior no contexto de amizade, talvez por perceberem este contexto como aquele onde sua vontade (ou não-vontade) pudesse ser melhor expressa sem a presença da autoridade microssistêmica exercendo controle sobre eles.

A categoria **Evita consequências negativas** indica que, nas relações de amizade, os usuários, principalmente, evidenciam mais o impacto das consequências de seus atos nas relações interpessoais estabelecidas, o que se reforça pela presença da categoria **Inferências comportamentais negativas** também ter sido maior neste contexto, refletindo a percepção que o participante, na maioria das vezes usuário, tinha sobre o que outro participante pensava dele, o que incluía difamação, tendo ocorrido um único caso de valorização pessoal, que envolveu um não usuário.

A categoria **Não sei** conforme já foi discutido no capítulo anterior, implica ausência de envolvimento reflexivo diante da pergunta feita. Isso tendo ocorrido mais em relação à amizade pode sugerir maior flexibilidade no contexto, no qual não se sabe ao certo o que esperar, o que exige mais esforço para responder, diferentemente do que acontece na família, onde a percepção é de regras mais claras e com critérios de controle e punição bem especificados e presentes.

A categoria **Obediência à autoridade macrossistêmica** também foi mais mencionada em relação à amizade. Isso indica que este contexto pode ser percebido, especialmente pelos usuários, como aquele que não é caracterizado pela presença de uma autoridade microssistêmica capaz de exercer controle, mas no qual há percepção de controle decorrente de obediência funcional. Em tal caso as regras são vistas como tendo funções específicas, independentemente de acordo face a face, ou seja, são dadas aprioristicamente, em função da convivência, da sobrevivência, sendo obrigatórias, impessoais (transcendendo ao indivíduo e ao grupo) e inalteráveis.

Houve uma resposta de usuário classificável na categoria **Presença da droga**, relacionada ao contexto da amizade, que afirmava o cumprimento ou descumprimento das regras dependendo de estar ou não sob efeito das drogas, revelando como o uso de substâncias psicoativas interferia no padrão de relacionamento estabelecido com os pares, cumprindo as regras estabelecidas apenas quando não estivesse sob efeito delas.

Ao avaliar o conjunto das categorias que emergiram com maior incidência de respostas referentes ao contexto de amizade, é possível perceber que elas constituem blocos temáticos, conforme pode ser visto na Tabela 52. Essa Tabela foi construída da mesma maneira que a Tabela 51, acrescida das linhas referentes à denominação dos blocos temáticos. Em tais linhas, na interseção com a coluna são apresentadas as incidências do bloco temático. Ao descrevê-las, as categorias referentes aos blocos temáticos serão sublinhadas para auxiliar diferenciá-las das demais que as constituem.

O bloco temático com maior incidência de respostas no contexto de amizade ($n_{Amz}=71$) foi **Relacionamento interpessoal** ($n=121$), que se refere às categorias que indicam menção a relacionamentos interpessoais, como **Respeito** ($n=20$, $n_{Amz}=14$), **Acordo entre os envolvidos** ($n=39$, $n_{Amz}=23$), **Evita consequências negativas** (referente a consequências para as relações) ($n=57$, $n_{Amz}=30$) e **Inferências comportamentais negativas** ($n=5$, $n_{Amz}=4$). As respostas foram emitidas, em especial, nas respostas de não usuários ($nN=61$). É interessante ressaltar que neste bloco temático a categoria com maior tendência à conexão, ou seja, consideração do outro de maneira positiva e com reciprocidade é a categoria **Acordo entre os envolvidos** ($n=39$), que teve a maior incidência de respostas no contexto de amizade ($n_{Amz}=23$) e também nas respostas de não usuários ($nN=24$). As categorias onde a incidência de respostas foi maior para os usuários são: **Evita consequências negativas** ($n=57$, $nU=32$) [as ações estão voltadas para evitar problemas para o usuário] e **Inferências comportamentais negativas** [o outro é percebido como aquele que faz inferências negativas sobre seu comportamento] ($nU=4$, 60%). Assim, usuários e não usuários valorizariam mais os relacionamentos nas relações de amizade, no entanto, os não usuários tendem mais à relacionamentos conectados, em comparação aos usuários.

O segundo bloco temático que emergiu com respostas predominantes referentes ao contexto de amizade foi nomeado **Costume/Tradição** ($n=50$) e sugere a ausência de autoridade reguladora de funções e relações de amizade, o que confirmaria a questão discutida na

literatura de que as relações de amizade são mais simétricas, permeadas por interações mais igualitárias, sem imposições ou determinações hierarquicamente defendidas e impostas. A categoria **Obediência à autoridade macrossistêmica** (n=43) teve maior índice de respostas de usuários (nU=26) e sugere que usuários têm percepção de maior controle por parte de uma autoridade, mesmo que ela seja circunstancial, e de que a essa autoridade devem obediência. Colocam-se, assim, em posição hierarquicamente diferenciada, mesmo em relações mais simétricas como é o caso do contexto das amizades. A categoria **Hábito** teve incidência de sete respostas, sendo quatro de não usuários, indicando que cumprir a regra no contexto não implicava mudança no padrão de interação dos pares, o que talvez se deva ao acordo que permeia a relação entre eles, assim, cumprir as regras é algo rotineiro, faz parte da relação.

O terceiro bloco temático no qual se constatou maior incidência de respostas na comparação entre os dois contextos, com vantagem para o contexto de amizade (nAmz=17) foi **Negação** (n=27), que corresponde às negativas dadas pelos participantes aos questionamentos feitos. Como a negação foi mais marcante nas respostas de usuários (nUAmz=20), referindo-se ao contexto de amizade. Duas alternativas são levadas em consideração, o comportamento mais desafiador dos participantes usuários ou ainda sentirem-se mais livres para seguir suas próprias referências no contexto de amizade, percebendo o fato de negar como forma de autoafirmação, na medida em que negar o que está sendo colocado pode ser uma forma de definir-se. Pratta e Santos (2007) mencionam que os adolescentes têm grande necessidade de autoafirmação. Smetana (2011) propõe que o conflito entre pais e filhos na adolescência deve ser visto como busca de delimitação das fronteiras entre diferentes domínios, com o adolescente buscando ampliar o domínio pessoal e os pais freando um pouco esta ampliação a fim de manter certo controle da vida dos filhos, visando cuidado e evitação de problemas maiores no processo de inserção dos mesmos à vida adulta. A autora citada considera que este momento é crucial para negociar as fronteiras, sem que se torne processo autoritário, respeitando a autonomia crescente dos adolescentes e mostrando compreensão e empatia a favor do indivíduo em desenvolvimento. Assim, a negação pode refletir esta necessidade de ampliar as fronteiras da dimensão pessoal, o que pode estar sendo feito pelos usuários a partir da negação daquilo que é social pelo enquadre no domínio pessoal. O problema desta estratégia é que a ampliação do domínio pessoal pela simples negação da autoridade não representa, necessariamente, uma escolha adaptativa.

O quarto bloco temático que emergiu foi **Autocentrado** (n=15), com todas as categorias que o integram constituídas, majoritariamente, no contexto de amizade (nAmz=9) e por respostas de usuários (nU=8). Como já foi mencionado, esta autocentração poderia indicar maior liberdade sentida no contexto de amizade para expressão de si e de suas vontades, pela característica deste contexto ser constituído, conforme sugerido por Guardia e Patrick (2008), por relações mais simétricas.

Apenas para menção informativa, a incidência de respostas da categoria **Dado perdido** (n=18) foi maior no contexto de amizade (nAmz=11) e sem diferença quanto à condição (usuário ou não usuário) do participante. Como tal categoria refere-se a erro da entrevistadora, a mesma não será discutida neste momento da análise, no qual as respostas dos participantes da pesquisa estão sendo levadas em consideração.

Tabela 52: Blocos Temáticos em que a incidência de respostas foi maior no contexto de amizade e distribuição das respostas quanto a usuários e não usuários.

Amizade (n=11 categorias)	Amz	Fam	Total	U	N	Total
Relacionamento interpessoal	71	50	121	59	62	121
Respeito	14	6	20	9	11	20
Acordo entre os envolvidos	23	16	39	15	24	39
Evita consequências negativas	30	27	57	32	25	57
Inferências comportamentais negativas	4	1	5	3	2	5
Costume/Tradição	30	20	50	30	20	50
Obediência à autoridade macrossistêmica	26	17	43	27	16	43
Hábito	4	3	7	3	4	7
Negação	17	10	27	20	7	27
Não	17	10	27	20	7	27
Autocentrado	9	6	15	7	8	15
Participante	5	4	9	2	7	9
Não sei	3	2	5	4	1	5
Presença da droga	1	0	1	1	0	1
Dado perdido	11	7	18	9	9	18

A Tabela 53 foi construída nos mesmos moldes da Tabela 51 e apresenta as categorias que emergiram com maior incidência de respostas emitidas pelos participantes ao se referirem ao contexto familiar.

A categoria contemplada com o maior incidência de respostas no contexto familiar (nFam=94) foi **Sim** (n=172), o que sugere maior aceitação de elementos presentes neste

contexto, o que indica a força da autoridade microssistêmica capaz de exercer controle. A maioria (nN=94) das respostas desta categoria origina-se de não usuários, o que indica que eles talvez legitimem mais as regras deste contexto, percebendo-as em sua função social de organizadoras das relações. Desta forma, a percepção da autoridade e a necessidade de obediência a ela não seriam tão marcantes, o que fica confirmado com o fato do maior número de respostas (nU=32) da categoria **Ausência/Obediência à autoridade microssistêmica** (n=58) ser proveniente de usuários, referindo-se ao fator obediência, o que indica a percepção de um posicionamento hierárquico desigual na família. Esta categoria emergir no contexto familiar com incidência bem maior que no contexto de amizade indica com nitidez que as relações na família são caracterizadas por interação face a face constante, com a presença de uma autoridade (por exemplo, os pais) com condição e capacidade para impor e fazer cumprir regras, o que caracteriza as relações neste contexto como predominantemente assimétricas.

As categorias seguintes também obtiveram maior incidência de respostas no contexto familiar e são elas: **Favorece o contexto de interação** (n=67, nFam=37), **Satisfação pessoal** (n=33, nFam=22), **Depende** (n=27, nFam=14), **Exerce função normativa** (n=20, nFam=14), **Valorização pessoal** (n=10, nFam=6), **Ajuda no contexto** (n=8, nFam=7), **Monitoramento externo** (n=8, nFam=6), **Limite de Horário** (n=5, nFam=5), **Alteração emocional** (n=4, nFam=3), **Proporciona consequências positivas** (n=2, nFam=2), **Processo de aprendizagem** (n=2, nFam=2), **Desconhecimento** (n=1, nFam=1), **Para nada** (n=1, nFam=1), **Um pouco** (n=1, nFam=1), **Coação** (n=1, nFam=1) e **Automonitoramento** (n=1, nFam=1).

Tabela 53: Categorias em que a incidência de respostas foi maior no contexto familiar e distribuição das respostas quanto a usuários e não usuários.

Família (n=18 categorias)	Fam	Amz	Total	U	N	Total
Sim (quando as respostas foram afirmativas)	94	78	172	77	95	172
Favorece o contexto de interação	37	30	67	31	36	67
Ausência/obediência autoridade microssistêmica	54	4	58	32	26	58
Satisfação pessoal	22	11	33	18	15	33
Depende (havia condição para a afirmativa acontecer)	14	13	27	15	12	27
Exerce função normativa	14	6	20	8	12	20
Valorização pessoal	6	4	10	6	4	10
Ajuda no contexto	7	1	8	4	4	8
Monitoramento externo	6	2	8	5	3	8
Limite de horário	5	0	5	3	2	5

Alteração emocional	3	1	4	3	1	4
Proporciona consequências positivas	2	0	2	2	0	2
Processo de aprendizagem (aceitar a regra implicaria aprendizado)	2	0	2	2	0	2
Desconhecimento	1	0	1	1	0	1
Para nada (a regra não tinha função)	1	0	1	1	0	1
Um pouco (concordava um pouco com as regras)	1	0	1	1	0	1
Coação	1	0	1	1	0	1
Automonitoramento	1	0	1	1	0	1

Avaliando as categorias que emergiram com maior incidência no contexto familiar também foi possível identificar blocos temáticos, que estão indicados na Tabela 54, construída a partir da mesma lógica utilizada na Tabela 52.

Tabela 54: Blocos Temáticos em que a incidência de respostas foi maior no contexto familiar e distribuição das respostas quanto a usuários e não usuários.

Família (n=18 categorias)	Fam	Amz	Total	U	N	Total
Afirmção	94	78	172	77	95	172
Sim	94	78	172	77	95	172
Controle pela autoridade	110	27	137	75	62	137
Presença/ausência de autoridade microssistêmica	54	4	58	32	26	58
Monitoramento externo	6	2	8	5	3	8
Limite de horário	5	0	5	3	2	5
Exerce função normativa	14	6	20	8	12	20
Para nada	1	0	1	1	0	1
Coação	1	0	1	1	0	1
Autocentrado	29	15	44	25	19	44
Satisfação pessoal	22	11	33	18	15	33
Valorização pessoal	6	4	10	6	4	10
Automonitoramento	1	0	1	1	0	1
Relacionamento interpessoal	49	32	81	40	41	81
Ajuda no contexto	7	1	8	4	4	8
Proporciona consequências positivas	2	0	2	2	0	2
Favorece o contexto de interação	37	30	67	31	36	67
Alteração emocional	3	1	4	3	1	4
Condição	15	13	28	16	12	28
Depende	14	13	27	15	12	27
Um pouco	1	0	1	1	0	1
Estratégias Instrumentais	3	0	3	3	0	3
Desconhecimento	1	0	1	1	0	1
Processo de aprendizagem	2	0	2	2	0	2

O bloco temático com maior incidência de respostas referentes ao contexto familiar (nFam=94) foi **Afirmção** (n=172), que engloba as respostas **Sim** aos questionamentos feitos. O fato de haver maior concentração de respostas (nFam=94) em referencia ao contexto familiar pode ser devido à presença da autoridade que impõe um senso de obrigatoriedade, ou ao fato de que os participantes legitimaram as regras deste contexto e desenvolveram o senso de obrigatoriedade, sentimento moral de dever conforme proposto por La Taille (2006). Como as respostas são provenientes, em sua maioria (nN=95), de não usuários, é possível pensar que esses participantes que mostraram, com o conjunto de suas respostas, uma postura mais autônoma, estejam legitimando as regras deste contexto e, portanto, sejam favoráveis a elas e ao que a elas se refere.

O segundo bloco temático foi **Controle pela autoridade** (n=93), no qual foi constatada expressiva incidência no contexto familiar (nFam=81), o que provavelmente se deve à presença de autoridades microssistêmicas no contexto familiar (a incidência total de respostas (n=54) da categoria **Obediência à autoridade microssistêmica**, que faz parte deste bloco temático, de fato, foi essencial para o resultado final referente ao bloco temático em questão). Vale ressaltar que mais da metade (nU=50) das respostas relacionadas às categorias que compõem este bloco temático são provenientes de usuários. Estes dados sugerem que a percepção do contexto familiar difere entre usuários e não usuários. Os usuários percebem de maneira mais clara e marcante a função da autoridade, o que talvez explique o fato de sentirem-se controlados. Seus irmãos não usuários não mencionam esta autoridade com a mesma incidência, o que indica que talvez possam legitimar mais as regras do contexto, compreendendo e concordando com a função das regras de organizadoras sociais, na família.

Outro bloco temático foi **Relacionamento interpessoal** (n=81), no qual a incidência de respostas (nFam=49) foi maior no contexto familiar. A categoria **Favorece o contexto de interação** (n=67) compõem este bloco com maior índice de respostas também para o contexto familiar (nFam=37) e do total de respostas da categoria (n=67), trinta e seis são respostas de não usuários e, curiosamente, envolve mais reciprocidade. É possível dizer, portanto, que há tendência de não usuários perceberem que as relações interpessoais na família ocorrem com reciprocidade, e não com foco específico em consequências, como aconteceu com os usuários ao mencionarem a categoria **Proporciona consequências**

positivas (n=2, nU=2) ou no impacto que geram na emoção de terceiros, exemplificado pela categoria **Alteração emocional** (n=4, nU=3).

O quarto bloco temático que emergiu foi **Autocentrado** (n=44, nFam=29), as categorias que o constituíram revelam maior número de respostas de usuários (nU=25), tal categoria pode remeter-se à expansão de si, dimensão ética da moralidade, que sugere uma tendência à autonomia dos participantes. Ressalta-se o fato de que valorizar-se positivamente e sentir-se cidadão de direitos e merecedor de vida boa em um contexto onde há presença de autoridade microssistêmica reconhecida implica um maior nível de autonomia, pois, a presença desta autoridade não impediu a percepção de que o indivíduo pudesse cooperar. No entanto, as categorias constituintes deste bloco, não evidenciam consideração do outro no processo, o que limita a expressão de tendência autônoma. As categorias constituintes deste bloco temático são: **Satisfação pessoal** (n=33, nU=18), **Valorização pessoal** (n=10, nU=6) e **Automonitoramento** (n=1, nU=1).

Outro bloco temático foi **Condição** (n=28), constituído pelas categorias, **Depende** (n=27, nFam=14) e **Um pouco** (n=1, nFam=1). Das vinte e oito respostas deste bloco, dezesseis são provenientes de usuários, evidenciando que usuários costumam estabelecer condições para fazerem afirmações diante de alguns questionamentos, especialmente referindo-se ao contexto familiar.

O sexto bloco temático no qual se verificou maior incidência de respostas dos participantes ao referirem-se ao contexto familiar (nFam=3), foi **Estratégias instrumentais** (n=3). Ao comparar a condição de participante, tal categoria foi constituída só por respostas (nU=3) de usuários. Tais respostas relacionaram-se à categoria **Desconhecimento** (n=1, nU=1), que se refere a argumentos para terem ou não vontade de seguir as regras, indicando referência a fatores fora do controle pessoal, fruto de carência de informações necessárias para a solução de problemas, o que inspira heteronomia. Outras respostas (nU=2) relacionaram-se à categoria **Processo de aprendizagem** (n=2), quando usuários consideraram a oportunidade de aceitarem a regra por proporcionarem-lhes aprendizado, referindo-se à preocupação com o processo próprio de aprendizado, foco no trabalho e em atividades, e não em pessoas ou interações sociais - centração em si mesmos, o que também sugere heteronomia. Pode-se dizer que não levar em conta apenas a si mesmo, assim como não depender em demasia do outro

são características que favorecem a autonomia, mas os dados sugerem que tal equilíbrio não caracteriza os usuários.

A única categoria que não demonstrou qualquer diferença entre os contextos apresentados foi **Valorização pessoal com consideração do outro** (n=4), tendo sido construída com respostas apenas de não usuários, duas referindo-se ao contexto familiar e duas ao de amizade.

Ao serem mencionadas categorias e blocos temáticos mais emergentes em cada um dos contextos, já foram feitas algumas menções aos posicionamentos de usuários e de não usuários. Para melhor visualização e discussão dos resultados referentes à condição do participante (usuário ou não usuário) foram construídas algumas tabelas. A primeira delas, Tabela 55, favorece o exame das categorias majoritariamente contempladas com respostas de usuários.

Tabela 55: Categorias mencionadas majoritariamente por usuários, com indicação adicional das menções feitas por não usuários.

Usuários – total de 48 categorias, 15 delas representadas por uma única resposta	U	N	Total
Obediência à autoridade microssistêmica	32	27	59
Evita consequências negativas	32	25	57
Satisfação pessoal	22	17	49
Obediência à autoridade macrossistêmica culturalmente reconhecida	27	16	43
Depende	17	14	31
Característica pessoal	18	13	31
Não	20	8	28
Valorização pessoal	13	5	18
Demanda externa	10	3	13
Perdas	8	3	11
Relacionamento afetivo	8	3	11
Apoio emocional	7	3	10
Monitoramento externo	6	3	9
Tratamento	6	3	9
Não sei	5	1	6
Pessoa sem droga	6	0	6
Desconhecimento	6	0	6
Reputação	4	2	6
Crença em Deus	3	2	5
Limite de horário	3	2	5
Prejuízo à saúde	3	1	4
Alteração emocional	3	1	4
Padrão de consumo	2	1	3
Outros já conseguiram	2	1	3
Participante	2	0	2
Colega	2	0	2
Descrença na manutenção do apoio	2	0	2
Não reconhecimento de si	2	0	2
Projeto de vida	2	0	2

Proporciona consequências positivas	2	0	2
Processo de aprendizagem	2	0	2
Terceiros	2	0	2
Identificação negativa	1	0	1
Bíblia	1	0	1
Professor	1	0	1
Livro	1	0	1
Instituição	1	0	1
Coisa do diabo	1	0	1
Resposta geral ou inespecífica	1	0	1
Afastamento da igreja	1	0	1
Tráfico	1	0	1
Sozinho é mais difícil	1	0	1
Para nada	1	0	1
Um pouco	1	0	1
Presença da droga	1	0	1
Coação	1	0	1
Automonitoramento	1	0	1
Dado perdido	12	10	22

Avaliando as características das categorias mencionadas, tornou-se viável elaborar a Tabela 56, na qual estão agrupadas as categorias, originando blocos temáticos, tal como foi feito nas Tabelas 52 e 54.

Tabela 56: Blocos Temáticos em que a incidência de respostas foi maior entre usuários, com indicação adicional da incidência de respostas de não usuários.

Usuários – total de 48 categorias, 15 delas representadas por uma única resposta	U	N	Total
Controle pela autoridade	79	51	130
Obediência à autoridade microssistêmica	32	27	59
Demanda externa	10	3	13
Monitoramento externo	6	3	9
Limite de horário	3	2	5
Obediência à autoridade macrossistêmica culturalmente reconhecida	27	16	43
Coação	1	0	1
Autocentrado	85	41	126
Pessoa sem droga	6	0	6
Satisfação pessoal	22	17	49
Perdas	8	3	11
Participante	2	0	2
Não sei	5	1	6
Característica pessoal	18	13	31
Resposta geral ou inespecífica	1	0	1
Prejuízo à saúde	3	1	4
Não reconhecimento de si	2	0	2
Padrão de consumo	2	1	3
Para nada	1	0	1
Valorização pessoal	13	5	18
Presença da droga	1	0	1
Automonitoramento	1	0	1

Relacionamento interpessoal	67	35	102
Relacionamento afetivo	8	3	11
Identificação negativa	1	0	1
Reputação	4	2	6
Colega	2	0	2
Professor	1	0	1
Terceiros	2	0	2
Apoio emocional	7	3	10
Descrença na manutenção do apoio	2	0	2
Sozinho é mais difícil	1	0	1
Outros já conseguiram	2	1	3
Evita consequências negativas	32	25	57
Proporciona consequências positivas	2	0	2
Alteração emocional	3	1	4
Condição	18	14	32
Depende	17	14	31
Um pouco	1	0	1
Negação	20	8	28
Não	20	8	28
Estratégias Instrumentais	17	3	20
Tratamento	6	3	9
Desconhecimento	6	0	6
Livro	1	0	1
Instituição	1	0	1
Tráfico	1	0	1
Processo de aprendizagem	2	0	2
Espiritualidade	6	2	8
Bíblia	1	0	1
Crença em Deus	3	2	5
Coisa do diabo	1	0	1
Afastamento da igreja	1	0	1
Projeto de vida	2	0	2
Projeto de vida	2	0	2
Dado perdido	12	10	22

O primeiro bloco temático a emergir foi **Controle pela autoridade** (n=130), sugerindo a percepção de controle e a compreensão da função da autoridade em exercer este controle sobre o indivíduo, regendo, conduzindo e controlando o comportamento dos usuários (nU=79). Isto indica que a motivação do usuário seja mais extrínseca, controlada por uma autoridade, se coloca diante do outro em posição hierarquicamente diferenciada, não o percebendo como colaborador, ou seja, como aquele que coopera para o desenvolvimento e impõe regras a favor do indivíduo em desenvolvimento que, por senso moral de obrigatoriedade decide conscientemente por acordo e as segue, legitimando-as. Ao contrário, os usuários se percebem como aqueles que têm diante de si alguém que busca este controle e a quem deveriam obedecer, o que nem sempre fazem.

Na sequência apareceu o bloco temático **Autocentrado** (n=126, nU=85), cujas categorias componentes indicam que o usuário tem dificuldade de descentrar-se, ou seja, o usuário se coloca como centro do processo e desconsidera o outro. Talvez por temer ser controlado pelo outro, o usuário valoriza um posicionamento individualista, acreditando que assim está se auto-afirmando. Com isso, paradoxalmente, ele cria uma definição de si baseada na negação/desconsideração do outro, define-se, por conseguinte, a partir deste outro como referência, o que indica heteronomia.

O terceiro bloco temático construído foi **Relacionamento interpessoal** (n=102, nU=67). Este bloco temático foi composto por 16 categorias, é possível dizer que na maioria delas o outro aparece como aquele que avalia, julga, e serve de apoio e modelo para seus interesses e projetos. No conjunto, tais dados sugerem dificuldade, predominantemente do usuário, de descentrar-se e conectar-se ao outro de maneira recíproca na relação interpessoal, que acaba constituindo-se de maneira unilateral e coercitivamente, características que favorecem a manutenção da tendência heterônoma.

O dois blocos temáticos seguintes foram **Condição** (n=32, nU=18) e **Negação** (n=28, nU=20). Isso reafirma o teor das constatações descritas em relação às diferenças de contexto, quanto às condições ou negativas impostas pelos usuários diante dos questionamentos feitos. Nas quais os usuários se colocam em situação de contrariar as pressuposições dos contextos.

Outro bloco temático que emergiu foi **Estratégias instrumentais** (n=20, nU=17), que reúne estratégias utilizadas pelos participantes ao longo dos questionamentos feitos, devendo ser ressaltado que são mencionadas estratégias eficientes (**Tratamento, Instituição**, etc.), mas em nenhuma delas o indivíduo figura como responsável direto pela resolução dos problemas. Dias (2005) menciona a responsabilidade como umas principais características da autonomia. A partir da consideração de Dias (2005) e do resultado que evidencia maior número de respostas de usuários neste bloco temático, pode-se considerar que os usuários talvez não se coloquem como responsáveis diretos pela resolução de seus problemas, portanto, carecem de uma das principais características da autonomia, a responsabilização por suas ações.

O penúltimo bloco temático a emergir foi **Espiritualidade** (n=8, nU=6). Sobre ele é possível afirmar, a partir da análise do contexto das entrevistas, que os aspectos mencionados (por exemplo, Deus; Diabo) indicam atribuição de responsabilidade, pelos usuários, a fatores de

controle ou motivacionais externos, havendo razão para suspeitar que se trata de fuga da responsabilidade, mais do que envolvimento real com a espiritualidade em busca da expansão de si.

Projeto de vida foi o bloco temático constituído por uma categoria apenas, que deu nome ao bloco temático e foi mencionada por dois usuários como justificativa para desejarem parar de usar a droga que usavam, afirmando que esse era seu projeto. Esse dado sugere que estes usuários começam a focar seu rumo em questões mais relacionadas ao futuro, que exigem esforço e estabilidade no tempo, aspectos importantes para sua recuperação e que podem favorecer o prognóstico de seu tratamento. Acrescenta-se o argumento de que ao focar na recuperação da dependência química como projeto de vida, uma energia psíquica que poderia estar sendo investida em projetos pró-sociais e nobres acaba sendo deslocada para manejo de problemas, o que pode gerar vulnerabilidades e perda ou adiamento de oportunidades a favor do desenvolvimento saudável.

Para melhor compreensão das diferenças nos casos em que predominam respostas de não usuários foram construídas as Tabelas 57 e 58. A Tabela 57 foi construída como a Tabela 55, e nela apresentam-se as categorias que foram mais mencionadas pelos não usuários.

Tabela 57: Categorias com maior incidência de respostas de não usuários, com indicação adicional das menções feitas por usuários.

Não usuários - 29 categorias, 3 delas com uma única resposta.	N	U	Total
Sim	119	111	230
Favorece o contexto de interação	36	31	62
Acordo entre os envolvidos	24	15	39
Vontade	17	11	28
Exerce função normativa	12	8	20
Respeito	11	9	20
Família	10	8	18
Evidências comportamentais [da ação]	12	2	14
Identificação positiva	10	3	13
Atividade Profissional	9	3	12
Influência de amigos	7	4	11
Saúde mental	6	3	9
Monitoramento mútuo	7	1	8
Manejo de bens materiais	5	3	8
Dificuldade de controlar o uso da droga	5	3	8
VPCSO	6	1	7

Formação acadêmica e/ou Técnica	6	1	7
Apoio instrumental	5	2	7
Hábito	4	3	7
Acho que sim	4	0	4
Conduta inadequada	3	1	4
Tempo de uso	2	1	3
Qualidade de vida	2	0	2
Criação	2	0	2
Falta persistência	2	0	2
Recaída	2	0	2
Proteção divina	1	0	1
Não cumpre as regras	1	0	1
Evita risco de uso da droga	1	0	1

A Tabela 58 apresenta os blocos temáticos que emergiram da organização das categorias conforme a similaridade de sentidos entre elas, referindo-se aos percentuais de incidência de respostas a favor dos não usuários.

Tabela 58: Blocos temáticos com maior incidência de respostas de não usuários, com indicação adicional da incidência de respostas de usuários.

Não usuários – 29 categorias, 3 delas com uma única resposta.	N	U	Total
Aceitação/Legitimação	119	111	230
Sim	119	111	230
Relacionamento interpessoal/Conectado	107	71	178
Identificação positiva	10	3	13
Família	10	8	18
Influência de amigos	7	4	11
Criação	2	0	2
Acordo entre os envolvidos	24	15	39
Favorecimento do contexto de interação	36	31	67
Respeito	11	9	20
Monitoramento mútuo	7	1	8
Responsabilidade Individual	39	22	60
Conduta inadequada	3	1	4
Saúde mental	6	3	9
Manejo de bens materiais	5	3	8
Dificuldade de controlar o uso da droga	5	3	8
Não cumpre as regras	1	0	1
Vontade	17	11	28
Recaída	2	0	2

Estratégias Instrumentais	35	8	43
Atividade Profissional	9	3	12
Formação acadêmica e/ou Técnica	6	1	7
Evidências comportamentais [da ação]	12	2	14
Apoio instrumental	5	2	7
Proteção Divina	1	0	1
Evita risco de uso da droga	1	0	1
Falta persistência	2	0	2
Costume	18	12	30
Tempo de uso	2	1	3
Exerce função normativa	12	8	20
Hábito	4	3	7
Vida boa/Dimensão ética	8	1	9
Qualidade de vida	2	0	2
VPCSO	6	1	7
Condição	4	0	4
Acho que sim	4	0	4

O bloco temático **Aceitação/Legitimação** (n=230) indica que os não usuários (nN=119) manifestam maior concordância com as condições postas pelo contexto e com as regras que dele fazem parte, seja por submissão à autoridade, seja por legitimarem essas regras como importantes para o funcionamento do contexto em questão.

O bloco temático **Relacionamento interpessoal/Conectado** (n=178) teve mais (nN=107) respostas de não usuários e foi construído por várias categorias que implicam relação positiva com outro (**Identificação positiva, Favorecimento do contexto de interação**), menção da **Família** e da sua forma de educar (**Criação**) como referência, e outras com clara menção à reciprocidade (**Acordo entre os envolvidos, Respeito, Monitoramento mútuo**), assim como **Influência de amigos**. Considera-se que a percepção do não usuário sobre seus relacionamentos caracteriza-se por considerar seus interlocutores modelos identificatórios a serem seguidos e referências quanto a acordo mútuo, reciprocidade, cooperação, todos elementos considerados importantes para a legitimação das regras (Piaget, 1932/1994).

Outro bloco temático que emergiu foi intitulado **Responsabilidade Individual** (n=60) e diz respeito a categorias que levaram em conta o indivíduo e seu comportamento no geral e em relação ao uso de substâncias psicoativas, seus bens, sua saúde e cumprimento das regras.

Apesar dos não usuários apresentarem maior número de respostas (nN=39) classificáveis em tal bloco, sempre o fizeram referindo-se aos usuários. Este resultado sugere uma possibilidade identificada na presente pesquisa, de que os não usuários talvez concebam os problemas dos usuários nesta dimensão individual, sem considerar a problemática da dependência química como um problema multideterminado que envolve determinantes tanto biológicos, quanto psicológicos e sociais. Sendo assim, os não usuários talvez não demonstrem boa compreensão do comportamento e do sofrimento dos usuários. Esta falta de empatia pode dificultar o auxílio e o oferecimento dos recursos necessários para o bom prognóstico dos casos, na medida em que ao compreenderem apenas o aspecto individual do processo podem focar sobremaneira no levantamento de demanda ou na crítica ao “não querer” do usuário e não buscar outros recursos de ordem biológica e social pertinentes que pudessem auxiliar na recuperação dos mesmos. Esta postura pouco empática também pode favorecer a manutenção do estigma social de que o usuário assim o é por vontade própria ou por falta de persistência em parar. A crítica ao padrão de comunicação e à pouca qualidade da comunicação presente na família de usuários foi mencionada no estudo de Pratta e Santos (2007) como algo que precisaria melhorar na percepção dos usuários. Avaliando os resultados nesta perspectiva, a pouca empatia dos não usuários poderia decorrer de problemas no padrão de interação/comunicação existentes na família.

Outro bloco temático foi nomeado **Estratégias instrumentais** (n=43) e envolve categorias contempladas com mais (nN=35) respostas de não usuários. Sobre tais categorias cabe ressaltar a presença de estratégias consideradas eficientes para o alcance de objetivos, como **Atividade Profissional, Formação acadêmica e/ou técnica**, além de categoria com menção explícita ao locus de controle interno (**Evidências comportamentais**), ou seja, na motivação intrínseca dos não usuários para agirem no processo de resolução de seus problemas e/ou alcance de seus objetivos. Verificou-se, ainda, que foram consideradas estratégias preventivas, como **Evita risco de uso da droga**. A busca de apoio foi mencionada, em categorias como **Proteção Divina** e **Apoio Instrumental**. Isso sugere atribuição de responsabilidade sobre o processo de controle a outros, mas considerando que o teor do conjunto das respostas sugere autonomia, tais elementos podem ser entendidos como recursos apoiadores e adicionais, e não como atribuição a outros de responsabilidade em tal processo. A categoria **Falta persistência** indica consideração da necessidade de manutenção do esforço a longo prazo para alcance daquilo que se busca, aspecto este que encontra fundamentação

nos achados de La Taille (2006) e Damon (2009) quando mencionam que os projetos de vida têm esta característica de estabilidade no tempo. Cabe ressaltar que esta categoria foi mencionada por não usuários, mas referindo-se aos usuários.

Os não usuários também fizeram referência ao bloco temático **Costume** (n=30), que foi mencionado em maior incidência (nN=18) por não usuários, que consideraram o **Tempo de uso** da droga, que a regra é regra porque ela **Exerce função normativa** e **Hábito** como aspectos relacionados à rotina determinada pelas circunstâncias de maneira habitual, que flui sem que interferências sejam negativamente percebidas, como se o transcorrer do tempo e dos fatos fizessem parte de um processo natural e não como fruto do controle de autoridade com obrigatoriedade funcional, como foi mencionado pelos usuários ao se referirem à **Autoridade macrossistêmica culturalmente reconhecida**.

O bloco temático seguinte foi **Vida boa/Dimensão ética** e das nove respostas dele constituintes, oito foram de não usuários e englobou as categorias **Qualidade de vida** e **Valorização pessoal com consideração do outro (VPCSO)**, ambas referentes à possibilidade de busca da expansão de si, à consideração de si de maneira positiva, como aquele que merece e conquistou direitos de ser feliz e ter uma “vida boa”. Ter uma “vida boa” é considerado por La Taille (2006) um aspecto da dimensão ética da moralidade, por transcender os direitos e deveres e ir em busca da expansão do indivíduo, da realização pessoal, sem deixar de se pautar pela consideração dos padrões e dos interesses da coletividade. A dimensão ética aproxima-se da autonomia. Assim, os dados sugerem que não usuários podem se perceber de maneira mais autônoma.

Por fim, o bloco temático **Condição** (n=4) teve incidência total das respostas (nN=4) provenientes de não usuários. Este bloco temático constuiu-se de respostas dos cinco não usuários participantes, que ao serem questionados sobre a possibilidade do usuário parar de usar a droga que usava, responderam utilizando o verbo “achar”, considerando que achavam que ele poderia, tal resposta sugere que eles tivessem dúvidas quanto à possibilidade de mudança do usuário. Uma hipótese pode ser devido à falta de estratégias eficientes ou ao alto índice de recaídas apresentado pelos usuários.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliando de maneira geral o objetivo que buscava estudar concepções e juízos a respeito de regras presentes no contexto familiar e de amizade, apresentadas pelos participantes, é possível afirmar que usuários demonstraram uma tendência de conceber a regra de maneira heterônoma, de compreendê-la em sua função de controle do comportamento, por parte de uma autoridade microssistêmica constante, em especial no contexto familiar, capaz de exercer controle e inferir sanção caso houvesse descumprimento das mesmas. Usuários se colocam assim, em posição hierarquicamente diferenciada em relação à autoridade a qual julgam dever submeter-se, não por senso de obrigatoriedade, mas, por medo da punição, o que caracteriza postura mais heterônoma. A concepção dos não usuários sobre as regras leva em conta sua função de organizar a sociedade, de ser construída por meio de acordo mútuo e de ser cumprida por cooperação, constitui-se assim, uma perspectiva mais autônoma. Desta forma, a concepção de família entre usuários e não usuários se mostrou diferenciada, na medida em que os não usuários possam estar legitimando mais as regras do contexto, o que se evidencia pela falta de menção ao controle por parte da autoridade familiar. Não usuários se colocam mais em condição de negociação e aceitam mais as regras do contexto, enquanto não usuários se mostraram mais opositivos e impondo condições para o aceite e o cumprimento das regras. As relações de amizade foram percebidas, de maneira geral, como tendo regras mais flexíveis e relações mais recíprocas. No entanto, usuários ainda mencionam a existência de uma autoridade macrossistêmica mais enfaticamente e demonstram mais preocupação com a opinião dos outros. A amizade também foi considerada um contexto criador de mais oportunidades de expansão de si em comparação à família.

Ao avaliar as categorias mencionadas com maior incidência por usuários e não usuários, é possível contemplar outros dois objetivos específicos. O primeiro deles seria o de conhecer concepções e juízos relacionados aos projetos de vida dos participantes. De maneira geral, ao olhar os projetos de vida fica ressaltada a diferença quanto às estratégias utilizadas por usuários e não usuários para realizá-los. Os usuários mencionaram mais estratégias com locus de controle externo e os não usuários com locus de controle interno. Entre usuários há convicção de que alguns aspectos de sua vida estejam fora de seu controle, enquanto entre não usuários a convicção é de que é possível influenciar o curso da própria vida agindo de

determinadas formas, o que sugere a hipótese de que usuários precisem desenvolver maior autonomia e responsabilidade por sua própria mudança para que sejam de fato livres para escolher e mudar de vida. Mais ainda, os usuários mencionaram necessitar de apoio emocional para alcançarem seus objetivos e projetos, e este apoio foi aspecto desconsiderado pelos não usuários, o que pode dificultar a empatia e, portanto, a adesão dos mesmos ao processo de recuperação dos usuários, por não compreenderem o seu sofrimento e necessidades reais. Ainda encontram-se projetos de vida dos usuários mais egocentrados, enquanto dos não usuários tenderam a considerar aspectos além de si mesmos. Damon (2009) considera projetos que mencionam aspectos que vão além dos interesses pessoais como sendo nobres. Deste modo, os projetos dos não usuários poderiam ser considerados mais nobres que os dos usuários. Foi possível perceber, ainda, que os usuários demonstraram menor comprometimento com seus projetos, assumindo menos responsabilidade em relação às estratégias para alcançá-los.

Outro objetivo específico contemplado diz respeito a investigar concepções e juízos dos participantes sobre a problemática da dependência química, ela foi considerada pelos não usuários como inerente aos usuários, dependendo principalmente deles para que aconteça. Os não usuários não se percebem como parte do problema, como recursos fundamentais não só para dar apoio instrumental, mas para compreender e apoiá-los emocionalmente também. Tal quadro sugere uma visão monocausal do problema e, portanto, pode auxiliar na compreensão da pouca adesão das famílias ao processo de recuperação dos dependentes, que muitas vezes se limita a querer interná-los e voltar para buscá-los recuperados, sem compreender a importância de estarem juntos em todo o processo, sem cogitar a necessidade de mudar sua forma de agir e de cuidar por ser parte daquilo que precisa ser mudado. Espera-se, que a dependência química, no entanto, seja considerada, conforme defendido na presente tese, como um fenômeno multideterminado (Bordin, Figlie & Laranjeira, 2004; Karkow, Caminha & Benetti, 2005; Moraes & Figlie, 2004), que se dá no mundo social que o usuário coabita com sua família, amigos, e muitas outras pessoas (Pratta e Santos, 2007). Recorda-se aqui, como já foi apresentado em pontos anteriores do trabalho, que a contemplação do problema é fundamental para que haja ação diante dele (Oliveira, Laranjeira, Araujo, Camilo & Schneider, 2003).

Ao considerar o objetivo específico de identificar aspectos investigados relacionados às regras, aos projetos de vida e à dependência química que fossem pertinentes à condição do participante (usuário ou não) e ao contexto investigado (família ou amizade), quando fosse o caso, pode-se inferir que na medida em que o participante apresentou tendência possivelmente mais autônoma, a clareza dos projetos de vida, assim como seu comprometimento com o mesmo foi ainda maior. Conceber-se como dependente químico ou não trouxe, por conseguinte, informações relevantes sobre a auto-regulação do comportamento do usuário de drogas, já que os usuários se assumiram usuários em menor medida do que foram indicados como tal por seus irmãos não usuários e não apresentaram estratégias claras e objetivas para o alcance dos projetos de vida que mencionaram, mas sim formas de agir sem direcionamento para controle interno, motivação intrínseca, comprometimento e sustentabilidade. As estratégias apresentadas para a melhoria do quadro em que os usuários se encontram são superficiais e evidenciam responsabilização do outro por sua melhora. A tendência a uma maior autonomia dos não usuários refletiu-se em uma relação mais recíproca e harmoniosa no contexto familiar, o que lhes garantiu percepção de terem mais apoio para o alcance dos projetos de vida e pensarem no outro como suporte para tanto e não agente principal do processo. Os usuários demonstraram consciência das regras mais heterônoma e percepção do contexto familiar de maneira mais coercitiva e com relações mais assimétricas, com regras de controle, isto se refletiu na carência de suporte emocional por parte da família para o alcance dos projetos e na busca de referências identificatórias fora dela. Assim como na pouca compreensão empática dos outros familiares quanto à problemática da dependência química.

Quanto ao objetivo específico de verificar se foi possível sugerir a existência de desafios e oportunidades para o desenvolvimento saudável de adolescentes pertinentes aos temas investigados (regras, projetos de vida e dependência química), considerações pertinentes podem ser feitas relacionadas a cada uma delas. Quanto às regras, podem ser considerados aspectos de vulnerabilidade a concepção de regra restrita a sua função de controle, submissa à coação por parte da autoridade; a não concepção da família como contexto de identificações positivas; a influência dos pares para o uso de substâncias psicoativas; postura autocentrada, marcada pela dificuldade de descentrar-se de suas próprias necessidades; comportamento opositivo e relacionamentos interpessoais desconectados, nos quais o outro é pensado como meio e não como um fim em si mesmo. Em relação às oportunidades referentes ao estudo das regras nos diferentes contextos, encontram-se a concepção de regra em sua função de

organizadora social, fruto de acordo; identificação positiva com a família e relacionamentos interpessoais marcados pela reciprocidade e cooperação; a busca da expansão de si, de uma “vida boa” e a autonomia.

Em relação às vulnerabilidades relacionadas aos projetos de vida encontram-se centrar-se exclusivamente em suas próprias necessidades como objetivos sustentáveis a longo prazo, carência de estratégias de resolução de problemas, motivação extrínseca e locus de controle externo. Descrença dos familiares quanto à possibilidade e vontade de mudança dos usuários. E quanto às oportunidades percebe-se a adolescência como momento de escolhas e vontade de ser alguém melhor do que se é no momento. Não usuários demonstraram projetos mais nobres, o que talvez possa ter lhes distanciado de escolhas desfavoráveis ao desenvolvimento saudável.

Por fim, considerando as vulnerabilidades inerentes à problemática da dependência química, concebe-se a ambivalência quanto ao problema e às estratégias para resolvê-lo, a carência emocional dos usuários e a falta de empatia quanto ao sofrimento do usuário por parte dos não usuários. Soa estranho falar de oportunidades quanto à problemática da dependência química, no entanto, a percepção mais realista de não usuários quanto ao problema talvez tenha lhes afastado de alguns riscos, assim como a aproximação com a família como modelos de identificação possa ter-lhes distanciado das influências negativas que, em alguns casos, as relações com os pares podem representar.

Desta forma, os dados encontrados sugerem que os usuários de drogas não se desenvolvem de maneira adaptativa, pois não se tornam agentes ativos de seu processo de mudança e não utilizam auto-regulação intencional com direcionamento sustentável a longo prazo, o que representa grandes riscos ao desenvolvimento saudável, deixando-os vulneráveis. Isso favorece o aumento da manifestação de comportamentos indesejáveis para os adolescentes, o que poderia trazer consequências negativas a curto, médio e longo prazo, como é o caso do abuso de substâncias psicoativas/drogas.

Na adolescência é que os jovens se mostram mais capazes de elaborar projetos, metas, pensar sobre o futuro e desenvolver estratégias mais consistentes e realistas que favoreçam ativamente o curso saudável em seu desenvolvimento. Neste sentido, há necessidade de maior autonomia, maior consciência das regras que regem suas vidas e suas relações com o

ambiente ao seu redor, para estabelecerem relações que auxiliem os objetivos desenvolvimentais e viabilizem sua inserção no mundo adulto, sem adotar comportamentos de risco ou delinquentes, como é comum no caso da dependência química. É necessário, portanto, que a adolescência seja uma fase do ciclo vital que ofereça verdadeiras oportunidades para estabelecer controle cada vez mais interno de seus processos de desenvolvimento (auto-regulação) e conquistar cada vez mais autonomia (mais alto nível de consciência das regras) na construção de projetos pró-sociais e assim, auxiliar o jovem a tornar-se adulto e possam assumir mais controle sobre suas vidas em busca da felicidade, por meio de processos de desenvolvimento efetivamente adaptativos e saudáveis.

Não se pode deixar de assinalar o fato indicado pelos dados de que os não usuários têm dificuldade de considerar de forma adequada ou têm dificuldade de lidar com o sofrimento dos usuários, o que decorre de influências biológicas, psicológicas e sociais que atuam na determinação de seu problema. Os não usuários parecem valorizar muito a vontade pessoal do usuário em buscar solução, sem percepção de que a vontade ou querer não é o único elemento em jogo, como mostra, de certa forma, o grande volume de recaídas que se conhece. Se há tantas recaídas é porque houve muitas tentativas de buscar solução, sendo razoável admitir que essas tentativas evidenciam algum nível de vontade ou de querer. Assim, cabe ressaltar a importância da família e da comunidade em geral (dimensão social do processo) serem instruídas para compreender seu papel no processo de tornar-se dependente e de recuperar-se da dependência, para que sua ajuda e apoio de fato contribuam para a resolução da problemática que envolve a dependência química.

Mediante apreciação relativa ao objetivo geral do trabalho, acredita-se que a metodologia proposta foi apropriada, na medida em que permitiu alcançar esclarecimentos sobre seus aspectos centrais, visto que possibilitou a investigação com resultados consistentes sobre concepções e juízos dos participantes a respeito de regras, projetos de vida e dependência química, a fim de encontrar fatores a eles relacionados que pudessem sugerir desafios e oportunidades para o desenvolvimento saudável de adolescentes.

A partir dos resultados obtidos, espera-se que este trabalho possa servir de norteador não somente para discussões teóricas sobre o tema, mas também para elaboração de práticas de intervenção, em especial com características de prevenção, relacionadas à dependência química. Acredita-se que é possível pensar práticas eficientes a partir de novo modelo de

atuação, que busque favorecer a autonomia dos sujeitos em contraposição a práticas de submissão e controle de autoridades profissionais, comunitárias e/ou sociais, sem deixar de seguir referências do Ministério da Saúde e do Conselho Federal de Psicologia.

Um dos principais norteadores para uma prática preventiva inovadora, decorrente dos resultados aqui apresentados e discutidos, refere-se ao foco no desenvolvimento de estratégias de solução de problemas eficazes e no estabelecimento de padrões de comunicação e relacionamentos interpessoais de qualidade, que funcionem como suporte emocional e que sejam fonte de satisfação das necessidades psicológicas básicas, aspecto esse que se mostrou bastante precário na vida dos usuários. Por outro lado, refletindo sobre os não usuários, cabe orientá-los para que compreendam melhor a problemática da dependência química, em especial quanto à sua concepção como problema de saúde multideterminado, auxiliando-os assim a sensibilizarem-se com a dificuldade do problema e com o sofrimento daqueles que nele se inserem. Tal empatia pode auxiliar na construção de relações mais favoráveis e que possam ser de fato suportivas e suprir as necessidades psicológicas dos usuários, criando oportunidades para a recuperação efetiva. Como seria o caso do apoio à construção de projetos vitais consistentes (por exemplo, com a indicação e disponibilização de mentores eficientes), o que tem se mostrado um desafio para adolescentes em meio à cultura do tédio.

No entanto, apesar de termos resultados que se mostram convincentes e compreensíveis teoricamente, o número de participantes foi restrito e acredita-se que o aumento deste número viabilizaria conclusões mais consistentes. A continuidade deste trabalho se mostra promissora em termos de se chegar a esclarecimentos sobre alguns desafios e oportunidades que têm se mostrado marcantes para o adolescente em desenvolvimento, em especial aqueles referentes às regras, aos projetos de vida e à dependência química.

6. REFERÊNCIAS

- Alencar, H. M.; Ortega, A. C. (2003). O método clínico no estudo da moralidade humana. In S. R. F. Enumo, S. S. de Queiroz; A. Garcia (Eds.), *Desenvolvimento humano e aprendizagem: Algumas análises e pesquisas* (pp. 121-140). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Alencar, H. M.; Ortega, A. C.; Cezário, A. F.; Gomes, J. C.; Miranda, R. B. (2001). O dever e a aspiração em crianças brasileiras. *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas), Campinas. São Paulo, v. 114, p. 153-177.
- Almeida, Leandro S. (2002). Facilitar a aprendizagem: ajudar os alunos a aprender a pensar. *Psicologia Escolar e Educacional*, vol.6, n.2, p.155-165.
- Andrade, A. N. (2006). Vozes do silêncio: juízos morais de jovens e adultos surdos sobre situações de humilhação. Dissertação de mestrado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- Andrade, A.N. (2012). Ecos do silêncio: juízos de surdos no âmbito da formação superior sobre projetos de vida e humilhação nas perspectivas moral e ética. Tese (Doutorado em Psicologia), Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo. Orientadora: Heloisa Moulin de Alencar.
- Baltes, P.B. (1997). On the incomplete architecture of human ontogeny: Selection, optimization, and compensation as foundation of development theory. *American Psychologist*, vol. 52, N° 4, April, p. 366-380. Inc: 0003-066X/97.
- Batista, I. L.; Salvi, R. F. (2006). Perspectiva pós-moderna e interdisciplinaridade educativa: pensamento complexo e reconciliação integrativa. *Ensaio*, vol.8, n2, Dez.
- Benites, A. P. O.; Schneider, D. R. (2014). Famílias e Consumo de Álcool em Adolescentes do Sexo Feminino: Uma Revisão Sistemática. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 27(1), 145-152.
- Biaggio, A. M. B.. (1988). *Psicologia do desenvolvimento*. 9 ed. Petrópolis: Vozes.
- Bock, A. M. B.; Furtado, O. & Teixeira, M. L. T. (2002). *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. 13. Ed., São Paulo: Saraiva. ISBN 8502012126.

Bordin, S.; Figlie, N. B.; Laranjeira, R. (2004). Sistemas diagnósticos em dependência química: conceitos básicos e classificação geral. Capítulo 1. Em: Figlie, N. B.; Bordin, S. & Laranjeira, R. *Aconselhamento em Dependência Química*. São Paulo: Roca. ISBN: 85-7241-552-1.

Borges, L. S.; Alencar, H. M. de. (2009). Moralidade e homicídio: um estudo sobre a ação do transgressor. *Paidéia* (USP. Online), v. 19, p. 293-302.

Brandstädter, J. (1998). Action perspectives on human development. In W. Damon & R.M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology*. Vol. 1: Theoretical models of human development (5th ed., pp. 807–863). New York: Wiley.

Brasil. (2002). Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

Bronfenbrenner, Urie. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Art Med.

Bukowski, W.M.; Simard, M.; Dubois, M. E.; Lopez, L.S.. (2011). Representations, process, and development: a new look at friendship in early adolescence. In: Amsel, Eric; Smetana, Judith G. *Adolescent vulnerabilities and opportunities: developmental and constructivist perspectives*. New York: Cambridge University Press, chapter 8, pp.159-182. ISBN: 978-0-521-76846-7.

Canoletti, B.; Soares, C. B. (2005). Drug consumption prevention programs in Brazil: analysis of the scientific production from 1991 to 2001. *Interface - Comunic., Saúde, Educ.*, v.9, n.16, p.115-29, set.2004/fev.

Cermak, T.L (1986). Diagnostic Criteria for Codependency. *Journal of Psychoactive Drugs*; v.18, p.15-20.

Costa, L.G.; Dell’Aglío, D.D. (2011). Jovens em situação de vulnerabilidade social: a rede de apoio e o uso de drogas. Em: Dell’Aglío, D. D.; Koller, S.H. (2011). *Adolescência e Juventude: Vulnerabilidade e contextos de proteção*. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 223-257. ISBN: 978-85-8040-105-9.

Creswell, J.W. (2007). *Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2ed. Porto Alegre: Artmed.

Dagnoni, J. M.; Cordeiro, F.B; Duarte, L.; Goulart, C.; Cerqueira, L.S. (2007). Programa de Prevenção e Alerta aos Efeitos das Drogas em crianças de 9 e 10 anos In: Anais do Congresso da ABEAD-Associação Brasileira de Estudos de Álcool e outras Drogas, 2007, Rio de Janeiro.

Dagnoni, J. M.; Garcia, A. (2014). Dependência química, amizade e desenvolvimento humano. *Geraiis: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 7 (1), jan - jun, p. 17-26.

Dagnoni, J.M.; Nery, F.C.; Pinheiro, L.O.; Cerqueira, L.S.. (2007). Mapeamento dos grupos de apoio aos usuários de drogas e seus familiares, da cidade de Muriaé/MG. Anais do Congresso da ABEAD-Associação Brasileira de Estudos de Álcool e outras Drogas, p. 2007.

Damon, W. (2009). *O que o jovem quer da vida?: Como pais e professores podem orientar e motivar adolescentes*. Tradução: Jacqueline Valpassos. São Paulo: Summus.

Dellazzana, L. L. (2011). Cuidado entre irmãos na adolescência: um estudo sobre projetos de vida a partir da psicologia moral. Projeto de qualificação (Doutoranda em Programa de Pós-Graduação em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Delval, J. (2002). *Introdução à prática do método clínico: descobrindo o pensamento das crianças*. Tradução: Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed. ISBN: 85-363-0013-2.

Dias, A. A.. (2005). Educação Moral e Autonomia na Educação Infantil: o que pensam os professores. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(3), p.370-380.

Feeney, B. C. (2007). The Dependency Paradox in Close Relationships: Accepting Dependence Promotes Independence. *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 92, No. 2, 268–285.

Ferreira, B. E. S.; Garcia, A.. (2008). Aspectos da amizade de adolescentes portadores de diabetes e câncer. *Estudos de Psicologia*, Campinas, 25(2), pp. 293-301, abril – junho.

Flecka, M. P. A.; Borgesb, Z. N.; Bolognesia, G.; Rocha, N. S.. (2003). Desenvolvimento do WHOQOL, módulo espiritualidade, religiosidade e crenças pessoais. *Rev Saúde Pública*, 37(4):446-55.

Freund, A. M; Baltes, P. B. (2002). Life-Management Strategies of Selection, Optimization, and Compensation: Measurement by Self-Report and Construct Validity. *Journal of Personality and Social Psychology*, vol. 82. No 4, p. 642-662. DOI: 10.1037/0022-3514.82.4.642.

Fukuda, C.C; Brasil, K. T.; Alves, P.B. (2009). Fatores de risco e proteção: considerações sobre gênero. Em: Libório, R. M. C.; Koller, S. H. (orgs). (2009). *Adolescência e Juventude: risco e proteção na realidade brasileira*. São Paulo: Casa do Psicólogo, p.107-131. ISBN: 978-85-7396-636-7.

Garcia, A. (2005). A amizade no mundo social da criança. Em: *Psicologia da amizade na infância: uma introdução*. Vitória, E.S.: Núcleo Interdisciplinar para o estudo do Relacionamento Interpessoal, cap.1, p.7-13.

Garcia, A. (2006). Friendship in childhood and adolescence: a study in Brasil. Em: *Personal Relationship: international studies*. Vitória, E.S.: Núcleo Interdisciplinar para o estudo do Relacionamento Interpessoal, cap.10, p.128-141.

Gestsdóttir, S. ; Lerner, R. M. (2007). Intentional Self-Regulation and Positive Youth Development in early Adolescence: Findings From the 4-H Study of Positive Youth Development. *Developmental Psychology*, vol. 43, No. 2, 508–521.

Gestsdóttir, S.; Lerner, R. M. (2008) Positive Development in Adolescence: The Development and Role of Intentional Self-Regulation. *Human Development*, 51:202–224.

Gillett, K. S.; Harper, J. M.; Larson, J. H., Berrett, M. E.; Hardman, R. K. (2009). Implicit Family Process Rules in Eating-Disordered and Non-Eating-Disordered Families. *Journal of Marital and Family Therapy*. Volume 35 Issue 2, Pages 159 – 174. Publicado Online: 18 Mar.

Guardia, J. G.; Patrick, H. (2008). Self-Determination Theory as a fundamental Theory of Close Relationships. *Canadian Psychology*, vol. 49, No 3, 201-209.

Harkness, D.; Cotrell, G. (1997) The Social Construction of Co-dependency in the Treatment of Substance Abuse. *Journal of Substance Abuse*, vol 14 (5), p.473-479.

Heim, J.; Andrade, A. G. (2008). Efeitos do uso do álcool e das drogas ilícitas no comportamento de adolescentes de risco: uma revisão das publicações científicas entre 1997 e 2007. *Rev. Psiq. Clín*, 35, supl 1; 61-64.

IBGE (2010). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica número 27. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoedevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2010/SIS_2010.pdf. Acessado em 01.10.2013.

Inhelder, B.; Piaget, J. (1976). O pensamento do adolescente. Em: Inhelder, B.; Piaget, J. (1976). *Da lógica da criança à lógica do adolescente: Ensaio sobre a construção das estruturas operatórias formais*. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Pioneira, cap. 18, p.249-260. Originalmente publicado em 1970.

Ito, L. H.; Soares, D. H. P.. (2008). Projeto do futuro e identidade: um estudo com estudantes formandos. *Aletheia*, núm. 27, enero-junio, pp. 65-80.

Karkow, M. J., Caminha, R. M.; Benetti, S. P. C. (2005). Mecanismos terapêuticos na dependência química. *Rev. bras.ter. cogn.* [online]. dez.,vol.1, no.2 [citado 18 Outubro 2008], p.123-134. Disponível na World Wide Web: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872005000200013&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1808-5687.

Kawashima, R. A.. (2007). *Condutas de discriminação entre crianças da educação infantil*. Dissertação de Mestrado: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências . Marília : [s.n].

Kennedy, C.; Chen, J-L. (2009). Changes in childhood risk taking and safety behavior after a peer group media intervention. *Nursing Research*. Vol 58(4), Jul-Aug , 264-273. ISSN: 0029-6562 (Print); 1538-9847 (Electronic).

Kohlberg, L.. (1992). *Psicologia del Desarrollo Moral*. Editorial Desclée de Brouwer.

Kuhn, D.; Holman, A.. (2011). What are the cognitive skills adolescents need for life in the twenty-first century? In: Amsel, Eric; Smetana, Judith G. Adolescent vulnerabilities and opportunities: developmental and constructivist perspectives. New York: Cambridge University Press, chapter 4, pp.65-85. ISBN: 978-0-521-76846-7.

Laranjeira, R. [et al.]. (2007). I Levantamento Nacional sobre os padrões de consumo de álcool na população brasileira / Elaboração, redação e organização: Ronaldo Laranjeira [et al.]; Revisão técnica científica: Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte. Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas.

Laranjeira, Ronaldo; Ribeiro, Marcelo. (2014). Drogas ilícitas e efeitos na saúde. Disponível em:

<http://www.uniad.org.br/desenvolvimento/images/stories/publicacoes/outros/Drogas%20ilicidas%20e%20seus%20danos%20a%20saude.pdf>. Acessado em: 27.05.14.

Larson, R. W. (2000). Toward a Psychology of Positive Youth Development. *American Psychologist*, Vol. 55, No. I, January, 170-183.

La Taille, Y. (2006). *Moral e ética: Dimensões intelectuais e afetivas*. Porto Alegre: Artmed. ISBN: 978-85-363-0659-9.

La Taille, Y.. (2009). *Crise de Valores Ou Valores Em Crise?* Porto Alegre: Artmed.

La Taille, Y.; Harkot-de-La-Taille, E.. (2006) Valores dos jovens de São Paulo. Em : La Taille, Y. (2006). *Moral e ética: Dimensões intelectuais e afetivas*. Porto Alegre: Artmed, Apêndice. ISBN: 978-85-363-0659-9.

Laupa, M.; Turiel, E.; Cowan, P. A.. (1995). Obedience to authority in children and adults. In: Killen, Melaine; Hart, Daniel (orgs). *Morality in everyday life: developmental perspectives*. Cambridge University Press, cap. 4. ISBN: 0-521-45478-6.

Libório, R. M. C.; Koller, S. H. (orgs). (2009). *Adolescência e Juventude: risco e proteção na realidade brasileira*. São Paulo: Casa do Psicólogo. ISBN: 978-85-7396-636-7.

Liebesny, B.. (2008). Análise sobre projeto de futuro – pelo jovem – como modo de apropriação de significados e produção de sentidos. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade de São Paulo.

- Luria, A. R.. (2006). O cérebro humano e a atividade consciente. In: Vigotski, L. S.; Luria, A. R.; Leontiev, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, cap.1, p.191-228. ISBN: 85-274-0046-4.
- Machado, A.R.; Miranda, P.S.C.. (2007) Fragmentos da história da atenção à saúde para usuários de álcool e outras drogas no Brasil: da Justiça à Saúde Pública. *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, n.3, p.801-821, jul.-set.
- Marinho, M. B. (2005). O demônio nos “paraísos artificiais”: considerações sobre as políticas de comunicação para a saúde relacionadas ao consumo de drogas. *Interface: Comunicação, Saúde e Educação*, 9, 345-354.
- Marcovitch, S.; Zelazo, P.D. (2009). A hierarchical competing systems model of the emergence and early development of executive function. *Dev Sci.*, 12(1), Janeiro, 1–18.
- Meloni, J. N.; Laranjeira, R.. (2004). Custo social e de saúde do consumo do álcool. *Rev. Bras. Psiquiatr.* [online]. 2004, vol.26, suppl.1, pp. 7-10. ISSN 1516-4446.
- Menandro, M. C. S.; Trindade, Z.A.; Almeida, A. M. O. (2010). Gente jovem reunida: representações sociais de adolescência/juventude em textos jornalísticos. Publicação do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo: Editora GM. ISBN: 9788599510-96-4.
- Ministério da Justiça. (2009). Projeto Juventude e Prevenção da Violência: resultados preliminares. Brasília: Brasil.
- Miranda, F.H.F. (2007). Projetos de vida na adolescência: um estudo na área da ética e da moralidade. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo. Orientadora: Heloisa Moulin de Alencar.
- Monteiro, S.; Vargas, E.; Rebello, S.. (2003). Educação, prevenção e drogas: resultados e desdobramentos da avaliação de um jogo educativo. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 83, p. 659-678.

- Moraes, E. ; Figlie, N. B. (2004). Abuso de álcool, tabaco e outras drogas na adolescência. Em: Figlie, N.B.; Bordin, S.; Laranjeira, R. (2004). *Aconselhamento em dependência química*. São Paulo: Roca, capítulo. 22, p.321-338.
- Noto, A.R.; Galduróz, J.C.F. (1999). O uso de drogas psicotrópicas e a prevenção no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*. V. 4. n. 1. Rio de Janeiro.
- Oliveira, M. S., Laranjeira R., Araujo, R. B., Camilo, R. L.; Schneider, D. D. (2003). Estudo dos Estágios Motivacionais em Sujeitos Adultos Dependentes do Álcool. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(2), pp. 265-270.
- Papalia, D. E.; Olds, S. W. (2000). *Desenvolvimento Humano*. Porto Alegre: ArtMed. ISBN 85-7307-646-1.
- Paludo, S. (2011). Valores e normas sociais de jovens em conflito com a lei. Em: Dell’Aglia, D. D. & Koller, S.H. (2011). *Adolescência e Juventude: Vulnerabilidade e contextos de proteção*. São Paulo: Casa do Psicólogo, p.139-161. ISBN: 978-85-8040-105-9.
- Paredes, E.C.; Pecora, A.R.. (2004). Questionando o futuro: as representações sociais de jovens estudantes. *Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo, v. 6, n. 3, ed. esp., p. 49-65.
- Piaget, J. (1984). *A representação do mundo na criança*. Rio de Janeiro: Record. Originalmente publicado em 1926.
- Piaget, J. (1994). *O Juízo moral na criança*. São Paulo: Sumus. ISBN: 85-323-0457-5. Originalmente publicado em 1932.
- Pratta, E. M. M.; Santos, M. A.. (2007). Opiniões dos adolescentes do ensino médio sobre o relacionamento familiar e seus planos para o futuro. *Paidéia*, 17(36), 103-114.
- Pratta, E. M. M.; Santos, M. A..(2009). O Processo Saúde-Doença e a Dependência Química: Interfaces e Evolução. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, Abr-Jun 2009, Vol. 25 n. 2, pp. 203-211.
- Salgado, M. M. (2010). *Moralidade e Honra: os juízos de adolescentes em medidas socioeducativas de internação*. Dissertação de mestrado (não publicada) apresentada como requisito parcial ao título de Mestre, pelo Programa de Pós- Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo.

Salvador, C.C.; Mestres, M.M.; Goñi, J.O.; Gallart, I.S.. (1999/2007). *Psicologia da Educação*. Porto Alegre: Artmed.

Santos, M.I. (2002). *Projetos de vida e perspectivas futuras: um estudo sobre as representações sociais do tempo futuro presentes nos projetos de vida dos jovens*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mestrado em Educação.

Santos, M.S.D.; Velôso, T.M.G. (2008). Alcoholism: social representations made by alcoholics undergoing treatment and by their relatives. *Interface - Comunic., Saúde, Educ.*, v.12, n.26, p.619-34, jul./set.

Sayago, C. B. W.; Lucena-Santos, P.; Horta, R. L.; Oliveira, M.S.. (2014). Perfil Clínico e Cognitivo de Usuários de *Crack* Internados. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 27(1), 21-28. Disponível em: www.scielo.br/prc. Acessado em: 03.06.14.

Schat, A. C. H.; Kelloway, E. K. (2003). Reducing the Adverse Consequences of Workplace Aggression and Violence: The Buffering Effects of Organizational Support. *Journal of Occupational Health Psychology*, Vol. 8, No. 2, 110–122.

Schenker, M.; Minayo, M. C. S. (2005). Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10 (3): 707-717.

Senna, S. R. C. M.; Dessen, M. A. (2012). Contribuições das Teorias do Desenvolvimento Humano para a Concepção Contemporânea da Adolescência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Jan-Mar, Vol. 28 n. 1, pp. 101-108.

Shaffer, D. R. (2005). *Psicologia do Desenvolvimento: Infância e Adolescência*. Cengage Learning, Ed.1. ISBN: 8522104239.

Silva, C.J.; Laranjeira, R.. (2004). Neurobiologia da Dependência química. Em: Figlie, N.B.; Bordin, S.; Laranjeira, R. *Aconselhamento em dependência química*. São Paulo: Roca, cap.2, p.12-29.

Silva, C. J.; Serra, A. M. (2004). Terapias Cognitiva e Cognitivo- Comportamental em dependência química. *Rev Bras Psiquiatr*; 26(Supl I):33-39.

- Simpkins, S. D.; Parke, R. D. (2002). Maternal Monitoring and Rules as Correlates of Children's Social Adjustment. *Merrill-Palmer Quarterly*, vol. 48, No. 4, p360-77, Oct.
- Siqueira, A. C.; Betts, M. K.; Dell'Aglio, D. D. (2006). A rede de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados no sul do Brasil. *Revista Interamericana de psicologia*, agosto, año/vol. 40, número 002, Porto Alegre, Brasil, pp. 149-158.
- Smetana, J. G. (2011). Adolescent's social reasoning and relationships with parents: conflicts and coordinations within and across domains. In: Amsel, Eric; Smetana, Judith G. *Adolescent vulnerabilities and opportunities: developmental and constructivist perspectives*. New York: Cambridge University Press, chapter 7, pp.139-159. ISBN: 978-0-521-76846-7.
- Souza, J.; Kantorski, L.P.; Mielki, F.B.. (2006). Vínculos e redes sociais de indivíduos dependentes de substâncias psicoativas sob tratamento em Caps AD. *Revista Eletrônica de Saúde Mental Álcool e Drogas*, vol.2, n.1, artigo2. Disponível em: <http://www2.eerp.usp.br/resmad/artigos.asp>.
- Steinberg, L. (2011). Adolescent risk taking: a social neuroscience perspective. In: Amsel, Eric; Smetana, Judith G. *Adolescent vulnerabilities and opportunities: developmental and constructivist perspectives*. New York: Cambridge University Press, chapter 3, pp.41-65. ISBN: 978-0-521-76846-7.
- Tardeli, D. D'A.. (2010). Identidade e Adolescência: expectativas e valores do projeto de vida. *Revista Eletrônica Pesquiseduca*, v. 2, n. 3, jan.-jun.
- Tafã, M.; Baiocco, R. (2009). Addictive Behavior and Family Functioning During Adolescence. *The American Journal of Family Therapy*, 1521-0383, Volume 37, Issue 5, p. 388 – 395.
- Turiel, E. (1983). *The Development of social knowledge: morality and convention*. New York: Cambridge University Press, 1983.
- UNICEF (2011). O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades / Fundo das Nações Unidas para a Infância. – Brasília, DF : UNICEF, 2011.

Vale, L. G.; Alencar, H. M. (2009). Generosidade para com amigo, desconhecido e inimigo: juízos morais de crianças e adolescentes. *Interação em psicologia (Online)*, v. 13, p. 299-310.

Villela, E. C. ; Raitz, T. R.. (2007). Um estudo sobre os estados morais em Kohlberg. *Contrapontos*, volume 7, n. 3, p. 629-641 - Itajaí, set/dez.

APÊNDICES IMPRESSOS

APÊNDICE IA: TERMO DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA NO CAPS AD

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
**TERMO DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE
PESQUISA NO CAPS/AD DE DE UMA CIDADE DO EXTREMO SUL DA BAHIA**

No intuito de solicitar a autorização da realização de pesquisa neste CAPS/AD, venho por meio deste documento, apresentar questões esclarecedoras a respeito do trabalho a ser realizado, sendo elas: a justificativa, os objetivos gerais, a delimitação do público pesquisado, os procedimentos utilizados, assim como os cuidados éticos com o trabalho.

Aos prezados responsáveis e coordenadores do serviço

Projeto: Moralidade e Adolescência: regras, projetos de vida e dependência química

Responsável: Janine Marinho Dagnoni Neiva

Número de Matrícula: 2009130254

Orientador: Prof. Dr.: Paulo Menandro.

Co-orientadora: Profa. Dra. Heloisa Moulin de Alencar

Justificativa da pesquisa:

Esta pesquisa faz parte de um projeto de doutorado sobre o estudo dos correlatos do desenvolvimento moral de adolescentes: regras, projeto de vida e percepção sobre dependência química. O estudo no contexto como o CAPS garante as condições básicas para reunir o número de participantes objetivado, visto que, os adolescentes que usufruem dos serviços prestados pelo CAPS-AD podem ser efetivamente diagnosticados como dependentes químicos. Por ser uma instituição especificamente voltada ao atendimento destes indivíduos, esta parceria favorece também a possibilidade de vivência no mundo dos participantes da pesquisa. Além disto, viabilizaria o desenvolvimento futuro e conjunto de estratégias de intervenção mais eficazes e efetivas. Considera-se ainda, que os entrevistados serão os usuários do serviço e seus respectivos irmãos, que não façam uso de substâncias psicoativas e que tenham uma diferença de idade de no máximo 4 anos. Acredita-se que assim, seja possível estabelecer um fator de controle, na medida em que se houverem diferenças muito significativas entre os irmãos, a origem da diferença pode ser pensada como estando localizada no ambiente pessoal deles, já que a família é a mesma e proximidade temporal diminui as possibilidades de variâncias no contexto familiar.

Objetivos gerais da pesquisa:

Estudar aspectos relacionados ao desenvolvimento moral dos participantes, dando ênfase ao estudo das regras presentes nos contextos familiar e de amizade, projetos de vida e dependência química.

Benefícios esperados:

Com este trabalho espera-se construir informações para melhorar e ampliar a compreensão dos fenômenos da dependência química, principalmente no que diz respeito a fatores relacionados ao desenvolvimento moral dos dependentes químicos, a fim de viabilizar não só um tratamento mais eficaz, mas, sobretudo, favorecer o desenvolvimento de estratégias de prevenção mais efetivas.

Procedimentos da pesquisa:

Os participantes serão esclarecidos sobre os objetivos gerais da pesquisa e serão perguntados se têm interesse em participar, mediante aceite, assinarão um termo de consentimento livre e esclarecido. Será solicitado ao participante, o contato de seu irmão para que o mesmo também possa responder à entrevista, o que será feito mediante autorização explícita e consciente do participante. A partir do aceite definitivo, serão realizadas entrevistas semiestruturadas, onde pesquisador e participante estabelecerão um diálogo, a partir de algumas questões previamente estabelecidas. Caso seja autorizado pelo participante, as entrevistas serão gravadas para facilitar o registro e posterior análise.

Esclarecimentos a serem feitos aos participantes:

- Ressalta-se que a pesquisa a ser desenvolvida não utilizará procedimentos que apresentem risco de qualquer natureza para os participantes.
- Em qualquer momento do andamento do projeto, o sujeito terá direito a qualquer esclarecimento que considere necessário em relação à sua participação no projeto.
- Serão mantidos o sigilo e o caráter confidencial das informações obtidas. A identificação do sujeito não será exposta nas conclusões ou publicações do trabalho. Na divulgação dos resultados constará que os dados são de adolescentes usuários do serviço público

especializado no atendimento de dependentes químicos (CAPS/AD), de uma cidade do Extremo Sul da Bahia e seus irmãos, que não façam uso de substâncias psicoativas.

- A exposição e reprodução do conteúdo das gravações, serão comunicadas aos sujeitos e realizadas após consentimento dos responsáveis, que será registrado no TCLE que assinarão.
- Os arquivos referentes às entrevistas serão arquivados pela pesquisadora pelo prazo de cinco anos após a conclusão da tese. Findo este prazo o material será destruído.
- Os setores envolvidos terão acesso às conclusões do trabalho, na medida em que considerarem pertinente, resguardando sempre as questões éticas.

Caso haja necessidade de maiores esclarecimentos, a pesquisadora estará à disposição.

Estando de acordo, assinam a presente autorização em duas vias.

_____, ____ de _____, 2012.

Coordenadora da Saúde Mental do Município

Coordenador do CAPS/AD

Coordenadora do Projeto

Janine Marinho Dagnoni Neiva

(73) 8858-3731

jmdagnoni@hotmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa da UFES: (27) 3335-7211

www.ccs.ufes.br ou cep@ccs.ufes.br

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS
ENTREVISTADOS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

ENTREVISTADORA: JANINE MARINHO DAGNONI NEIVA

ORIENTADOR: PAULO MENANDRO

CO-ORIENTADORA: HELOISA MOULIN DE ALENCAR

LOCAL: CAPS AD

PESQUISA: Moralidade e Adolescência: regras, projetos de vida e dependência química.

ENTREVISTADO: _____

Autorizo a realização e gravação das entrevistas por livre e espontânea vontade e a utilização dos dados das entrevistas realizadas para fins acadêmicos, desde que sejam garantidos os pressupostos éticos e sigilo das informações, resguardando minha identidade. Estou consciente dos objetivos da pesquisa e de que poderei interromper as entrevistas assim que sentir vontade. Não receberei qualquer recompensa material pela realização destas entrevistas.

Estando de acordo, assino abaixo:

Usuário:

Irmão de usuário:

Pai/Mãe ou responsável, se menor.

Protocolo n^o: _____

Data: ___/___/_____

Hora início: ___:___

Hora término: ___:___